



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**IMPERIALISMO E RECURSOS ESTRATÉGICOS  
A BOLÍVIA E A GEOPOLÍTICA DO LÍTIO**

**LORENA GOMES GONZAGA DA COSTA**

Foz do Iguaçu  
2025



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**IMPERIALISMO E RECURSOS ESTRATÉGICOS  
A BOLÍVIA E A GEOPOLÍTICA DO LÍTIO**

**LORENA GOMES GONZAGA DA COSTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Gabriel Romero

Foz do Iguaçu  
2025

LORENA GOMES GONZAGA DA COSTA

**IMPERIALISMO E RECURSOS ESTRATÉGICOS:  
A BOLÍVIA E A GEOPOLÍTICA DO LÍTIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Fernando Gabriel Romero  
UNILA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karen dos Santos Honório  
UNILA

---

Prof. Dr. Juan Agulló Fernandez  
UNILA

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de março de 2025.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação  
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

C837

Costa, Lorena Gomes Gonzaga da.

Imperialismo e recursos estratégicos: a Bolívia e a geopolítica do lítio / Lorena Gomes Gonzaga da Costa. - Foz do Iguaçu, 2025.  
231 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais. Foz do Iguaçu-PR, 2025.

Orientador: Fernando Gabriel Romero.

1. Hegemonia (Relações Internacionais). 2. Transição energética. 3. Economia - Dependência. 4. Imperialismo. 5. Lítio - Bolívia. I. Romero, Fernando Gabriel. II. Título.

CDU 662.6/.9(84)

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha fé, que esteve comigo ao longo desta vivência, nestes últimos dois anos, mantendo firme minha vontade e coragem em meio a uma montanha-russa de sentimentos: medos, inseguranças, lampejos de autoconfiança, impaciência, perseverança, ânsia, autossabotagem, felicidades, tristezas, risos e choros que completam este ciclo acadêmico, já com um tom nostálgico. Sou grata por ter acreditado e por ter buscado manter o equilíbrio entre minha intuição e o mundo externo na condução deste trabalho.

Agradeço à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), por ter me acolhido nos últimos sete anos. Manifesto minha gratidão a todo o corpo docente — tanto da graduação quanto desta pós-graduação — por quem tenho grande admiração. Sou grata pelos conhecimentos e saberes compartilhados, que tornaram possível a conclusão deste trabalho. Em particular, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Fernando Romero, e à Profa. Dra. Paula Fernandez, que me concedeu o privilégio de tê-la como professora orientadora no estágio de docência.

Sou profundamente grata aos meus pais, aos meus tios, à minha família, aos meus amigos e aos colegas de turma, de república, de quarto e de trabalho, que também foram fundamentais para o meu desenvolvimento e amadurecimento pessoal e, conseqüentemente, acadêmico. Expresso ainda minha especial gratidão a Lily Cordeiro, querida amiga que me acolheu durante meu estudo de campo na Bolívia, bem como a todas as pessoas que ela me apresentou nesse período.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento e por ter possibilitado a realização deste trabalho. Sou extremamente grata a tudo e a todos. Obrigada!

## RESUMO

Essa dissertação investiga a governança do lítio da Bolívia (2006-2024) no contexto de transição energética e de transição hegemônica. A crescente demanda por lítio, impulsionada pelo avanço dos veículos elétricos e da descarbonização global, posiciona a Bolívia como um ator estratégico no cenário internacional. No entanto, a exploração desse recurso ocorre em um ambiente de instabilidade política, disputas econômicas e influência externa, imperialismo e dependência. A hipótese dessa pesquisa parte de que, devido à estrutura, à dinâmica capitalista, à relação social de poder que se materializa na economia, na política e na cultura, independentemente da hegemonia vigente no sistema internacional, a Bolívia se mantém em uma posição subordinada. Como orientação teórica, este trabalho parte dos conceitos de imperialismo e hegemonia fundamentados em Lênin e Gramsci, respectivamente. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a influência da geopolítica da transição energética na governança do lítio na Bolívia em contexto de competição interimperialista neste período de transição hegemônica. Para isso, esse trabalho busca atualizar a inserção da Bolívia na dinâmica capitalista global, analisar a geopolítica de transição energética em cenário de transição hegemônica e investigar os atores presentes na governança do lítio na Bolívia em um contexto de transição energética. A metodologia utiliza da abordagem qualitativa baseada em análise documental, revisão bibliográfica e de entrevistas com atores políticos e cidadãos envolvidos na governança do lítio. A pesquisa abrange o período de 2006 a 2024, que inclui a nacionalização dos recursos naturais sob Evo Morales, as mudanças políticas após sua destituição e os desdobramentos mais recentes da exploração do lítio no país. Os resultados demonstram que, embora a Bolívia tenha buscado modelos alternativos de governança dos seus recursos naturais, pressões externas, instabilidades internas e desafios tecnológicos dificultam a construção de uma estratégia soberana para o setor. Dessa forma, a transição energética global, ao invés de oferecer uma ruptura com os ciclos históricos de dependência, reafirma novas formas de subordinação no sistema internacional. A dissertação contribui para os debates acadêmicos sobre geopolítica de recursos naturais, transição energética e hegemonia global, oferecendo uma análise crítica sobre os desafios enfrentados por países ricos em matérias-primas estratégicas diante das disputas pelo controle da nova economia verde.

**Palavras-chave:** Transição hegemônica; transição energética; dependência; Bolívia; lítio.

## RESUMEN

Esta tesis investiga la gobernanza del litio en Bolivia (2006-2024) en el contexto de la transición energética y la transición hegemónica. La creciente demanda de litio, impulsada por el avance de los vehículos eléctricos y la descarbonización global, posiciona a Bolivia como un actor estratégico en el escenario internacional. Sin embargo, la explotación de este recurso se da en un entorno de inestabilidad política, disputas económicas e influencia externa, imperialismo y dependencia. La hipótesis de esta investigación es que, debido a la estructura, la dinámica capitalista, la relación social de poder que se materializa en la economía, la política y la cultura, e independiente del Estado hegemónico, Bolivia permanece en una posición subordinada en el contexto de la transición energética, debido a la ideología de acumulación de capital. Como orientación teórica, este trabajo parte de los conceptos de imperialismo y hegemonía basados en Lenin y Gramsci, respectivamente. Esta investigación tiene como objetivo general analizar la influencia de la geopolítica de la transición energética en la gobernanza del litio en Bolivia en el contexto de la competencia interimperialista en este período de transición hegemónica. Para ello, este trabajo busca actualizar la inserción de Bolivia en la dinámica capitalista global, analizar la geopolítica de la transición energética en un escenario de transición hegemónica e indagar sobre los actores presentes en la gobernanza del litio en Bolivia en el contexto de la transición energética. La metodología utiliza un enfoque cualitativo basado en el análisis documental, revisión bibliográfica y entrevistas a políticos involucrados en la gobernanza del litio. La investigación abarca el período de 2006 a 2024, que incluye la nacionalización de los recursos naturales bajo el gobierno de Evo Morales, los cambios políticos tras su destitución y los desarrollos más recientes en la exploración de litio en el país. Los resultados demuestran que, si bien Bolivia ha buscado modelos alternativos de gobernanza para sus recursos naturales, las presiones externas, las inestabilidades internas y los desafíos tecnológicos dificultan la construcción de una estrategia soberana para el sector. De este modo, la transición energética global, en lugar de ofrecer una ruptura con los ciclos históricos de dependencia, reafirma nuevas formas de subordinación en el sistema internacional. La tesis contribuye a los debates académicos sobre la geopolítica de los recursos naturales, la transición energética y la hegemonía global, ofreciendo un análisis crítico de los desafíos que enfrentan los países ricos en materias primas estratégicas ante las disputas por el control de la nueva economía verde.

**Palabras clave:** Transición hegemónica; transición energética; dependencia; Bolivia; litio.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Matriz energética da Bolívia em 2021	85
<b>Figura 2</b> – Projeção da demanda de lítio ao longo dos anos	87
<b>Figura 3</b> – Distribuição dos recursos mundiais de lítio (em porcentagem)	88
<b>Figura 4</b> – Participações na mineração global de lítio por país, 2022	89
<b>Figura 5</b> – Participações no refino do global de lítio por país, 2022	90
<b>Figura 6</b> – Projeção de capacidade de fabricação de células de lítio por região	87
<b>Figura 7</b> – Comparação da extração de lítio via Evaporação e Extração Direta de Lítio	98

## LISTA DE SIGLAS

ACISA	<i>ACI Systems Germany GmbH</i>
AIE	Agência Internacional de Energia.
AIIB	<i>Asian Infrastructure Investment Bank</i> – Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas.
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas.
BMD	Bancos Multilaterais de Desenvolvimento.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
CATL	<i>Contemporary Ampere Technology Co., Limited</i>
CIDOB	Confederación de Pueblos Indígenas del Oriente Boliviano.
COMIBOL	<i>Corporación Minera de Bolivia.</i>
COP	Conferência das Partes.
DNRE	Diretoria Nacional de Recursos Evaporíticos
EBRE	<i>Empresa Boliviana de Recursos Evaporíticos.</i>
EDL	Extração direta de lítio.
ENTEL	<i>Empresa Nacional de Telecomunicaciones.</i>
EUA	Estados Unidos da América.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
PND	<i>Plan Nacional de Desarrollo.</i>
FRUTCAS	<i>Federación Regional Única de Trabajadores Campesinos del Altiplano Sud.</i>
FSTMB	<i>Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia.</i>
GEE	Gases do efeito estufa.
GNL	Gás natural liquefeito.
GNRE	Gestão Nacional dos Recursos Evaporíticos.
ICR	Iniciativa Cinturão e Rota.
IRA	<i>Inflation Reduction Act</i> – Lei de Redução da Inflação.
LITHCOA	<i>Lithium Corporation of America.</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos.
OMC	Organização Mundial do Comércio.
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo.
ORSTOM	<i>Office of Scientific and Technical Research Overseas.</i>
POR	<i>Partido Obrero Revolucionario.</i>
MAS	<i>Movimiento al Socialismo</i> – Movimento ao Socialismo.

MAS-IPSP	<i>Movimiento al Socialismo - Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos</i> – Movimento ao Socialismo - Instrumento Político para a Soberania dos Povos
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário.
NBD	<i>New Development Bank</i> – Novo Banco de Desenvolvimento.
NEP	<i>New Economic Policy</i> .
OMC	Organização Mundial do Comércio
ORSTOM	<i>Office of Scientific and Technical Research Overseas</i>
RCEP	<i>Regional Comprehensive Economic Partnership</i> – Parceria Econômica Regional Abrangente.
REE	<i>Rare-earth elements</i> – elementos de terras-raras.
TCO	<i>Tierras Comunitarias de Origen</i> .
TIPNIS	<i>Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro-Sécure</i> .
UMSA	<i>Universidad Mayor de San Andrés</i> .
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana.
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
USAID	<i>United States Agency for International Development</i> – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.
YLB	<i>Yacimientos de Litio Boliviano</i>
YPFB	<i>Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos</i> .
ZEE	Zona Econômica Especial.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2 A ORDEM ECONÔMICA MUNDIAL DO SÉCULO XXI</b>	<b>20</b>
2.1 A DINÂMICA CAPITALISTA DA ORDEM GLOBAL	20
2.2 A ESTRUTURA DA HEGEMONIA PARA ANÁLISE DA ORDEM MUNDIAL	26
2.3 ASCENSÃO DA CHINA E A DEFENSIVA ESTADUNIDENSE FRENTE A UMA POSSÍVEL DISPUTA HEGEMÔNICA	28
2.3.1 Cenário interimperialista na América Latina e Bolívia	31
<b>3 A FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA A PARTIR DO SÉCULO XX</b>	<b>36</b>
3.1.1 Estado mineiro (1899-1952)	38
3.1.2 Populismo nacionalista (1952-1984)	40
3.1.3 Estado oligárquico neoliberal (1985-2000)	43
3.1.4 Período revolucionário (2000-2005)	44
3.1.5 Eleição, governo e queda de Evo Morales (2006-2016)	46
3.1.6 Crise política (2019-2024)	52
3.2 <i>VIVIR BIEN</i>	66
3.3 SOCIEDADE <i>ABIGARRADA</i>	71
<b>4 GEOPOLÍTICA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA</b>	<b>73</b>
4.1 A CORRIDA PELO ACESSO DOS MINERAIS ESSENCIAIS E A TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA	76
4.2 GEOPOLÍTICA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA AMÉRICA LATINA	80
4.3 GEOPOLÍTICA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA BOLÍVIA	83
4.4 O PAPEL DO LÍTIO NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	86
4.4.1 A questão do lítio na Bolívia	93
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>130</b>
<b>APÊNDICE A – ENTREVISTA COM ÁLVARO HERNÁN ARNÉZ PRADO</b>	<b>131</b>
<b>APÊNDICE B – ENTREVISTA COM ELOY MENDONZA</b>	<b>139</b>
<b>APÊNDICE C – ENTREVISTA COM FÉLIX SAJPE</b>	<b>144</b>
<b>APÊNDICE D – ENTREVISTA COM FRANKLIN MOLINA ORTIZ</b>	<b>163</b>
<b>APÊNDICE E – ENTREVISTA COM FREDDY MARTÍN BOBARYN LÓPEZ</b>	<b>176</b>

<b>APÊNDICE F – ENTREVISTA COM GABRIEL VILLALBA PÉREZ</b>	190
<b>APÊNDICE G – ENTREVISTA COM LAURA CHILE</b>	208
<b>APÊNDICE H – ENTREVISTA COM SANTOS CORI PERCA</b>	221
<b>ANEXOS</b>	229
<b>ANEXO A – CONVOCATÓRIA INTERNACIONAL I</b>	230
<b>ANEXO B – CONVOCATORIA INTERNACIONAL II</b>	231

## 1 INTRODUÇÃO

O fim do século XX e o início do século XXI marcam a transição para o Antropoceno, uma nova época geológica caracterizada pela instabilidade ambiental gerada pela ação humana. Este contexto exige que a mitigação da instabilidade ambiental se torne uma prioridade global, pois a segurança já não é apenas ameaçada por guerras entre potências, mas também por crises ambientais reais. Para evitar consequências catastróficas, é vital que países com altas emissões de carbono adotem reformas que promovam a descarbonização (Viola, Basso, 2006). Dessa forma, o Acordo de Paris (2006), que tem como objetivo reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) e limitar o aquecimento global a bem abaixo de 2°C, com esforços para não ultrapassar 1,5°C, reconfigura a geopolítica global, a economia internacional e as relações entre Estados e empresas.

A descarbonização, processo de redução das emissões de gases de efeito estufa, tem impulsionado a transição para veículos elétricos (VEs) como alternativa sustentável à frota movida a combustíveis fósseis (Muratori, 2021). Nesse contexto, o lítio — mineral essencial para a fabricação de baterias de íon-lítio — tornou-se um recurso estratégico para viabilizar essa mudança. Devido a isso, existe uma disputa interimperialista que busca garantir o fornecimento desse metal para suas indústrias consideradas verdes. Dessa forma, a Bolívia, detentora das maiores reservas mundiais de lítio no Salar de Uyuni, encontra-se envolvida na geopolítica da transição energética.

Essa dissertação parte do tema da geopolítica da transição energética em contexto de transição hegemônica para analisar a governança do lítio na Bolívia. Este trabalho tem como base de perspectiva o materialismo histórico e, também, confere as particularidades da estrutura hegemônica que outorga ao imperialismo condições para transcender territórios, valores e filosofias ancestrais milenares.

Nesse sentido, Agento e Puente (2015), abordam sobre disputa entre empresas mineradoras e comunidades indígenas sobre o uso dos salares para a exploração de lítio, sobre a maneira como as comunidades indígenas se organizam para reivindicar reconhecimento e direitos e como fazem uma análise crítica do modelo de desenvolvimento baseado na extração de recursos naturais, que muitas vezes ignora as necessidades e direitos das comunidades locais. Entretanto, essa relevante contribuição aborda a região dos salares argentinos. Ainda sobre os salares argentinos — mas que cabem no contexto dessa investigação —, Slipak (2015), destaca que os benefícios econômicos gerados pela extração de lítio não são

desigualmente distribuídos, favorecendo principalmente grandes corporações transnacionais em detrimento de comunidades locais e governos provinciais, que muitas vezes não conseguem se apropriar de uma parcela significativa do valor gerado.

As contribuições sobre a exploração e as problemáticas envolvidas na questão do lítio boliviano não são extensas, visto que, devido ao Triângulo do Lítio, as abordagens tratam mais sobre a comparação dos três países: Argentina, Bolívia e Chile. Em razão de sua baixa participação, esses estudos abordam menos sobre a Bolívia. Desse modo, Slipack e Urrutia Reveco (2019) fazem um compilado de questões relevantes abordando questões econômicas, sociais e ambientais e apontam que as configurações históricas, legislativas e tributárias de cada país influenciam diretamente a forma como essa atividade é conduzida.

No texto *“Entre el boom del litio y la defensa de la vida. Salares, agua, territorios y comunidades en la región atacameña”*, Argento e Puente (2019) fazem uma análise das tensões e impactos gerados pela extração de lítio na região atacameña, considerando as implicações socioeconômicas e ambientais trazidas para as comunidades locais. O texto destaca como o aumento da demanda por lítio e a reprimarização das economias têm promovido a exploração de recursos como água e terra, levando a disputas sobre a apropriação e uso destes bens comuns. A obra busca ilustrar a necessidade de considerar as vozes e as realidades das comunidades que habitam esses territórios, frequentemente marginalizadas nos discursos hegemônicos que enfatizam apenas os benefícios econômicos da extração.

Nesse sentido, Fornillo e Gamba (2019), discutem sobre as assimetrias entre os países e os comparam com nações com tecnologia de ponta, abordando as dificuldades para implementar políticas públicas efetivas e estratégias de desenvolvimento. Além disso, apontam para a ausência de uma abordagem integrada que una as esferas política, econômica e científica, resultando em um cenário onde há desarticulação e falta de investimento. Ademais, os autores também criticam a dependência de empresas transnacionais e assinalam para como a falta de investimentos do setor público pode prejudicar a capacidade dos países da região de desenvolver uma indústria própria de lítio e baterias.

Cespedes (2021), por sua vez, argumenta que a exploração e industrialização do lítio na Bolívia não podem ser compreendidas de forma isolada, mas devem ser analisadas em conjunto com a história política, econômica e social do país. Dessa forma, sua contribuição defende que esse processo revela as tensões entre um modelo neodesenvolvimentista-extrativista e um governo progressista que busca a redistribuição de riqueza. O autor propõe que — apesar das intenções do governo do Movimento ao Socialismo

(MAS) de utilizar a exploração do lítio para promover o desenvolvimento e a justiça social — existem contradições que dificultam a categorização deste modelo como uma ruptura com a tradicional dependência econômica. Revela-se, assim, um dilema complexo frente à relação com o mercado global e as demandas externas.

Nesse sentido, Aguiar (2014) complementa que as políticas de extrativismo mineral permanecem enraizadas na lógica do capital financeiro, sem romper com o modelo extrativista clássico, apesar das mudanças políticas e das promessas de um Estado plurinacional sob o governo de Evo Morales. A análise sugere que, embora haja uma incorporação de reivindicações democráticas e indígenas, os governos do Movimento ao Socialismo (MAS) continuam a favorecer as transnacionais e a manter uma relação de dependência econômica que perpetua a exploração dos recursos naturais, resultando em conflitos entre o Estado e os movimentos sociais, particularmente o movimento indígena.

Desse modo, Santiago e Belo (2017) concluíram que a democracia na Bolívia está intrinsecamente ligada à relação com os bens naturais e à resistência contra a expropriação e mercantilização da natureza. Os autores sustentam que a verdadeira democracia avança quando surgem sujeitos políticos (tanto novos quanto tradicionais) que afirmam modos de vida em harmonia com a *Madre Tierra*. Eles argumentam que essa luta é fundamental para a efetivação dos princípios da democracia reconhecidos na nova constituição boliviana, especialmente em um contexto de renovação do extrativismo, que busca estabelecer um paradigma de desenvolvimento econômico muitas vezes em detrimento das questões ambientais e dos direitos dos povos. Assim, a relação entre meio ambiente e democracia é vista como crucial para a emancipação e libertação das classes oprimidas na sociedade boliviana.

Assim, Hernandez (2021) assinala que os interesses econômicos — especialmente relacionados aos recursos naturais, como o lítio — influenciam diretamente a dinâmica política e a democracia na Bolívia. Desse modo, influências externas estavam interessadas em garantir o controle sobre esses recursos, o que contribuía para a preparação do golpe contra Evo Morales (2019). A argumentação sugere que a disputa por recursos naturais pode levar a intervenções externas, que desestabilizam regimes políticos e comprometem a autonomia nacional, criando um ambiente onde a democracia se torna vulnerável a manipulações e golpes de Estado. Assim, segundo o autor, a gestão e a exploração dos recursos naturais se entrelaçam estreitamente com a política e a saúde democrática do país.

Segundo Fornillo (2016), esse cenário é resultado da geopolítica, uma disciplina interdisciplinar que lida com as complexidades da política, as relações de poder e as

realidades socioeconômicas. A geopolítica na América do Sul possui raízes em tradições e influências estrangeiras e, por isso, sua identidade é afetada por contextos históricos, políticos e sociais específicos da região. A Bolívia e outros países da região têm sido historicamente tratados como apêndices geopolíticos de centros de poder globais, principalmente em relação à exploração de seus recursos naturais sem um retorno socioeconômico adequado. Dessa forma, a Bolívia desempenhou um papel geopolítico crucial na América do Sul, fortalecido pela sua posição de recuperação da soberania econômica e política (Rodrigues, 2014).

Já a geopolítica do lítio na Bolívia é marcada pela busca de soberania energética e controle estatal sobre o recurso estratégico considerado vital para a economia do país. Além disso, o país andino visa articular uma estratégia de industrialização endógena que permita não apenas a exploração, mas também o desenvolvimento de cadeias produtivas locais. Tal linha de ação é diferente da de seus vizinhos, Argentina e Chile, onde a exploração do lítio é predominantemente dominada por capitais estrangeiros (Pádula, Rodrigues, 2017). Nolasco (2022) analisa como uma aproximação da China, através de investimentos estrangeiros na região do triângulo do lítio a fim de controlar a cadeia de produção deste componente, pode desafiar a hegemonia estadunidense da região.

Escudé (2014) argumenta que a expansão da influência chinesa na região é percebida como uma reorganização da ordem global, na qual os Estados Unidos enfrentam desafios hegemônicos emergentes. A dinâmica entre essas grandes potências é considerada um elemento crucial na definição do futuro do desenvolvimento na América Latina. No entanto, apesar dos altos índices de comércio e investimento entre China e América Latina, a relação muitas vezes perpetua formas de dependência estrutural, onde os países da região continuam a basear suas economias na exportação de *commodities*, sem necessariamente diversificar suas economias ou desenvolver indústrias locais robustas.

Em paralelo a isso, Castro (2024), observa que há uma disputa pelo lítio que, no caso da Bolívia, apresenta particularidades a legislação nacional que prioriza a industrialização do lítio sob controle estatal pelo Decreto Supremo nº 29.496 de 2008. Nele, o país declara a industrialização do lítio como prioridade nacional, buscando evitar a concessão do recurso a interesses estrangeiros. Segundo o autor, por conta disso a Bolívia não conseguiu industrializar o lítio, apesar dos esforços e da flexibilização de sua abordagem estatal, devido a obstáculos como um mercado mundial centralizado e competitivo. Além disso, a estratégia de industrialização estatal do lítio não prosperou devido a fatores externos e internos, destacando a necessidade de uma avaliação cuidadosa e planejamento estratégico a longo prazo.

Watanabe (2023) aponta que a exploração de lítio na Bolívia — embora possa ser apresentada como uma solução para a transição energética e a sustentabilidade — é, na verdade, problemática dentro do contexto do sistema capitalista. Sua contribuição é crítica à noção de "capitalismo verde" e utiliza o conceito de imperialismo ecológico para discutir como o desenvolvimento dos países centrais frequentemente depende da exploração e destruição ecológica nas periferias, como é o caso da Bolívia. Watanabe sugere que a verdadeira sustentabilidade na exploração do lítio só pode ser alcançada através de uma ruptura com a lógica capitalista de expansão ilimitada e desigualdade, propondo um modelo de decrescimento ecossocialista que priorize as necessidades humanas e o respeito pela natureza.

Dessa forma, o presente estudo se **justifica** pela necessidade de compreender como a transição energética, em um contexto de transição hegemônica global, afeta a governança do lítio na Bolívia. A ascensão de novas potências econômicas e o enfraquecimento da hegemonia de atores tradicionais têm reconfigurado as disputas por recursos estratégicos como o lítio. À vista disso, analisar a política boliviana para o lítio frente às transformações geopolíticas permite compreender os desafios e oportunidades que o país enfrenta na tentativa de agregar valor à sua produção e evitar a dependência de grandes potências.

Além disso, a governança do lítio na Bolívia reflete as tensões entre a exploração estatal, o interesse de corporações multinacionais e as demandas locais por maior participação e benefícios socioeconômicos. Assim, este estudo contribui para os debates sobre modelos alternativos de gestão de recursos estratégicos e para a formulação de políticas públicas que possam equilibrar interesses econômicos, ambientais e sociais. Portanto, esta pesquisa é relevante tanto do ponto de vista acadêmico — por sua contribuição ao campo dos estudos geopolíticos e da economia política internacional — quanto no plano prático, ao oferecer subsídios para a compreensão das estratégias bolivianas na governança do lítio e seus impactos no cenário global da transição energética.

Em vista disso, o **objetivo** desta pesquisa é analisar a influência da geopolítica da transição energética na governança do lítio na Bolívia em contexto de competição interimperialista neste período de transição hegemônica. A fim de colaborar tal colocação, os **objetivos específicos** são: a) analisar a geopolítica de transição energética em cenário de transição hegemônica; b) investigar os atores presentes na governança do lítio na Bolívia em contexto de transição energética; c) atualizar a inserção da Bolívia na dinâmica capitalista global.

Com base nas ideias apresentadas acima, se formula a **hipótese** de que, devido à estrutura (forças produtivas, formas de Estado e a ordem mundial), à dinâmica capitalista, à relação social de poder que se materializa na economia, na política e na cultura, independente do Estado hegemônico, a Bolívia se mantém em uma posição subordinada na conjuntura de transição energética, em razão da ideologia de acumulação de capital.

A problemática levantada por esta pesquisa é que é paradoxal que a Bolívia, ao mesmo tempo em que promove um modelo de vida baseado no Bem Viver – um ideal que valoriza a harmonia entre sociedade e natureza –, se veja constantemente pressionada por um sistema econômico global que a empurra para a exploração intensiva de seus recursos naturais. A abundância desses recursos, longe de ser uma vantagem incontestável, torna-se um fator de vulnerabilidade diante das dinâmicas de acumulação capitalista que, sob o discurso da crise climática e da necessidade de transição energética, não apenas reforça a dependência da extração de matérias-primas, mas também instrumentaliza a urgência ambiental para impulsionar novos ciclos de acumulação e concentração de riqueza.

A metodologia utilizada para tratar do estudo da estrutura social, das instituições, da sociedade e da cultura que envolvem a exploração do lítio na Bolívia baseia-se em uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise crítica da geopolítica da transição energética e da governança do lítio na Bolívia. A pesquisa tem caráter exploratório e explicativo, sendo o caráter exploratório buscar compreender os elementos centrais da governança do lítio na Bolívia e sua relação com a transição energética global. Já o caráter explicativo visa identificar os fatores que influenciam essa governança no contexto de uma possível transição hegemônica global.

O estudo se insere no campo da economia política internacional e dos estudos críticos das relações internacionais, especialmente dentro do referencial teórico que busca analisar a disputa interimperialista pelos minerais críticos e, mais especificamente, pelo lítio boliviano e seus conflitos. Parte da ótica do capitalismo em sua fase imperialista, cuja concentração do capital leva a uma divisão desigual do mundo, com algumas nações capitalistas se tornando economicamente dominantes devido à exploração das regiões menos desenvolvidas. Para além, este trabalho também recupera o conceito de hegemonia de Gramsci. Isso implica na dispersão do capitalismo para países não desenvolvidos, para obter matéria-prima e outros produtos primários necessários para o funcionamento dos seus aparatos produtivos e, também, para exportar seus capitais excedentes e mercadorias industrializadas

Essa pesquisa também foi baseada em análise documental e bibliográfica, utilizando fontes primárias e secundárias para investigar a governança do lítio na Bolívia e suas implicações geopolíticas. Os procedimentos adotados foram: levantamento bibliográfico, análise documental e análise de dados secundários. No levantamento bibliográfico, houve a revisão de literatura acadêmica sobre geopolítica da transição energética, governança de recursos naturais, economia política internacional e hegemonia global. Na análise documental foram analisados documentos oficiais da Bolívia (leis, decretos, discursos governamentais), relatórios de organismos internacionais e declarações de atores envolvidos na governança do lítio. Da análise de dados secundários, foram coletadas informações de bancos de dados internacionais e institutos de pesquisa sobre a produção, exportação e governança do lítio na Bolívia.

Além da análise documental, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com atores relevantes para a governança do lítio na Bolívia. Os entrevistados foram selecionados com base no critério de expertise e envolvimento no setor do lítio e incluem acadêmicos, representantes do governo, membros de organizações da sociedade civil e especialistas da indústria de mineração e energia. Foram realizadas oito entrevistas que seguiram um roteiro semiestruturado, abordando temas como política de governança do lítio, desafios da Bolívia na transição energética, influência de atores internacionais e possíveis estratégias futuras para a exploração do recurso. As respostas foram analisadas por meio da análise de conteúdo, permitindo identificar padrões e perspectivas comuns entre os entrevistados. Além disso, foi utilizada a abordagem crítico-discursiva, com o objetivo de compreender as relações de poder e os discursos hegemônicos presentes na narrativa sobre o lítio na Bolívia. As principais limitações da pesquisa incluem o acesso restrito a alguns dados governamentais e empresariais sobre contratos e acordos internacionais relacionados ao lítio e possíveis vieses nas entrevistas, dado que os entrevistados podem ter diferentes interesses políticos e econômicos sobre o tema. Para mitigar essa limitação, buscou-se diversidade nos perfis dos entrevistados. Vale a pena ressaltar também que, devido ao limitado tempo e aos poucos entrevistados, os resultados da pesquisa de campo não correspondem com a opinião geral dos bolivianos.

Este trabalho, para além desta introdução, está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo desenvolve o marco teórico que guia essa dissertação e aborda a corrida interimperialista e as relações das potências imperialistas com a Bolívia. O segundo capítulo trata da formação econômica social da Bolívia e abre um espaço para discutir o *Vivir Bien* e a atual conjuntura de crise política boliviana. O terceiro capítulo conta com os conteúdos

práticos de investigação ao abordar a geopolítica da transição energética e da do lítio e sua importância para o contexto internacional e nacional atual, desde a estatização dos recursos naturais e a industrialização do lítio. Por fim, o último capítulo conta com as considerações finais desta pesquisa.

## 2 A ORDEM ECONÔMICA MUNDIAL DO SÉCULO XXI

A ordem mundial é um conceito que abrange a maneira como as relações internacionais são estruturadas, como as regras e normas são estabelecidas e mantidas e como se dão as relações de poder que moldam a interação entre os Estados e outros atores no sistema internacional. Para analisar a ordem mundial do século XXI, este trabalho primeiro recupera o conceito de estrutura apresentado por Robert Cox (2021). Segundo o autor, a estrutura é composta por três dimensões inter-relacionadas: capacidades materiais, ideologia e instituições. Essas dimensões se ajustam e se combinam de maneiras específicas em diferentes momentos, criando o que ele chama de "estrutura histórica". A estrutura, então, deve ser entendida como um padrão coerente de relações sociais que se manifesta em diferentes épocas e contextos históricos. Portanto, ela não é estática, mas sim dialética, pois se modifica conforme o tempo e à medida que as forças sociais e as relações de produção mudam. Por isso, a análise da estrutura é vista como um elemento fundamental para entender como as ordens mundiais se formam, se mantêm e se transformam (Cox, 2011).

Faz-se necessário destacar que, o conceito de governança utilizado neste trabalho recupera o apresentado por Rosenau, que apresenta o conceito como um sistema de regra que depende tanto de significados intersubjetivos quanto de constituições e estatutos formalmente sancionados, ela funciona somente se for aceita pela maioria ou pelas entidades mais poderosas envolvidas, diferentemente do governo, que pode operar mesmo na presença de oposição generalizada às suas políticas. Além disso, a governança pode ocorrer na ausência de uma autoridade central ou governo formal, sendo caracterizada por arranjos rotineiros de controle, cooperação e resolução de problemas, mesmo sem uma autoridade superior única que domine o sistema. Também, a governança é associada à ideia de exercer poder de forma independente do aparato estatal, e pode envolver mecanismos funcionais ou sistemas de regras que regulam a cooperação internacional, muitas vezes sem uma autoridade governamental centralizada (Rosenau, 1990).

### 2.1 A DINÂMICA CAPITALISTA DA ORDEM GLOBAL

Para entender a dinâmica da economia capitalista global, é essencial antes abordar a contradição entre valor de uso e valor de troca. No capitalismo, as mercadorias têm um valor de uso (a sua utilidade) e um valor de troca (o seu preço de mercado). Esta dualidade pode gerar tensões, pois o valor de troca tende a prevalecer sobre o valor de uso, já que em muitas

ocasiões os bens são produzidos não para satisfazer as necessidades humanas, mas sim para maximizar os lucros. No contexto da economia internacional, essa contradição se manifesta na especialização de países na produção de bens com elevado valor de troca no mercado global, muitas vezes à custa da satisfação das necessidades locais, resultando na dependência econômica e em desequilíbrios nas relações comerciais internacionais.

O cerne da motivação que leva os países produzirem bens que os colocam em posição de dependência está nos interesses da oligarquia financeira. A oligarquia financeira composta por grandes instituições financeiras e investidores formados pela burguesia, classe que exerce o poder sobre os meios de produção e a força de trabalho, detém o poder material dominante e apresenta com superioridade moral, social e técnica sobre aqueles que não são proprietários. A burguesia transformou radicalmente os instrumentos e as relações de produção e deu um caráter cosmopolita ao mercado mundial na sua busca por acumulação de capital (Marx; Engels, 1974).

O caráter cosmopolita do mercado mundial se iniciou no final do século XIX com o imperialismo contemporâneo, etapa da expansão do capitalismo caracterizada pela formação de monopólios e pela exportação de capitais em detrimento da exportação de mercadorias. O imperialismo corresponde ao domínio do capital financeiro, este que se formou por meio da junção da concentração do capital bancário com o capital produtivo, tornando possível investimentos em busca de lucros nos mercados estrangeiros (Lenin, 2010).

Inicialmente, a livre concorrência permitiu o surgimento de muitas pequenas e médias empresas, no entanto, com o tempo, algumas dessas empresas começaram a crescer significativamente, acumulando mais recursos e aumentando sua capacidade de produção. A concentração da produção dessas empresas levou a formação de monopólios representados por corporações oligopólicas, que é uma estrutura de mercado no qual poucas empresas ou entidades controlam a totalidade ou a maior parte da oferta de um produto ou serviço, por isso dominam grande parte do mercado e limitam a concorrência. A formação de oligopólios resultou em uma ausência de concorrência, o que permitiu aos monopolistas influenciarem preços, controlarem a quantidade de produto disponível no mercado e, em muitos casos, determinarem as condições de venda destes (Lenin, 2010).

No período de formação de monopólios a expansão do capitalismo estava intimamente ligada à colonização e à dominação territorial. Isso pode ser observado pelo acesso que as potências imperialistas tinham aos recursos naturais em regiões colonizadas, enquanto as colônias serviram como mercados para os produtos manufaturados das potências colonizadoras, devido ao caráter monopolista de mercado. A expansão do capitalismo por

meio do território levou a conflitos e guerras; contribuiu para a criação de uma hierarquia global onde os países colonizadores se tornaram centros de poder econômico e político, enquanto as colônias se mantiveram em posições periféricas; formou uma estrutura de dependência e exploração que se reflete em mudanças sociais e culturais significativas com poder de influenciar e desestabilizar sociedades locais ao impor valores e estruturas sociais ocidentais.

O capitalismo em sua fase imperialista, de domínio do capital financeiro, está (in)diretamente relacionado com a subordinação dos países periféricos, devido ao sistema bancário que passou a desempenhar um papel crucial no financiamento das empresas nos países dependentes. O capital financeiro não se limita apenas a operações de financiamento de caráter internacional, mas também é utilizado para financiar operações diretamente relacionadas com o mercado local no país “anfitrião”. Isso ocorre porque as empresas dos países dependentes recorrem ao sistema bancário estrangeiro através de filiais de bancos ligados aos mesmos grupos econômicos a que pertence a empresa investidora. Assim, o sistema bancário multinacional capta uma parcela significativa das poupanças locais, competindo assim com os bancos locais e criando uma presença multinacional no setor financeiro (Santos, 2011).

A contribuição de Lênin para o debate do imperialismo foi formulada em um contexto específico do início do século XX, onde a expansão do capitalismo estava fortemente ligada à colonização e à dominação territorial, por isso não leva em conta a fragmentação da dominação do capital sobre o trabalho em muitos Estados-nação contemporâneos. As dinâmicas de globalização e a transnacionalização do capital nos últimos anos mudaram a natureza da expansão capitalista, tornando-a mais complexa e multifacetada; a atual fase de internacionalização do capital resulta em uma classe capitalista transnacional, mas também em burguesias nacionais que competem entre si, o que não se encaixa perfeitamente na análise leninista de um imperialismo unificado (Piva, 2020).

Atualmente, a forma de expansão do capitalismo é caracterizada pela internacionalização do capital através das empresas transnacionais, que se diferenciam dos monopólios pelas cadeias de suprimento que se estendem por várias regiões do mundo ao localizarem suas operações em países onde os custos de produção são mais baixos. Isso implica uma reconfiguração do espaço econômico, fomentando a interdependência econômica e a mobilidade do capital, gerando pressões sobre os Estados nacionais para que desenvolvam políticas que atraiam investimentos e que continuem a perpetuar desigualdades entre países centrais e periféricos (Piva, 2020).

A transnacionalização começou principalmente após a crise do final da década de 1960 e início da década de 1970, caracterizando-se pela produção em diferentes países. Nesse contexto, as filiais se desintegram verticalmente, com cada uma responsável por apenas uma etapa do processo produtivo. Um mecanismo que surge nesse esquema é o de preços de transferência, onde a empresa define seus preços internamente, podendo transferi-los a valores diferentes conforme lhe convier. Tal dinâmica resulta em uma maior perda de soberania para os Estados dependentes, uma vez que as decisões sobre a cadeia global de valor não são tomadas nesses locais. Vale a pena ressaltar que há uma associação e entrelaçamento específico entre essas empresas (e as burguesias que as controlam) e o Estado de seu país de origem (Romero, 2013).

A outra face do imperialismo se dá na formação da dependência, que é caracterizada pelo desenvolvimento desigual e combinado. Encurraladas nesse sistema, as economias dependentes reagem e interagem com as economias dominantes, refletindo as complexas relações de dependência e exploração presentes no sistema capitalista global. Os fatores que mais se sobressaem são: i) a superexploração do trabalho, que ocorre quando os trabalhadores são submetidos a condições precárias, baixos salários e longas jornadas de trabalho, a fim de aumentar a lucratividade das empresas e manter a competitividade no mercado global; ii) aumento de produtividade do trabalho, que pode resultar em uma redução do valor das mercadorias produzidas ou que pode afetar as taxas de lucro e os termos do comércio internacional; iii) exportações de capitais, que levam a um aumento da composição orgânica do capital nas economias dependentes, bem como à transferência de lucros para os países dominantes, contribuindo para a formação de uma taxa média de lucro em nível internacional; e iv) a marginalidade social, que está relacionada à forma como se entrelaçam o aumento da produtividade do trabalho e a exploração do trabalhador nessas economias (Santos, 2011; Marini, 2017).

Essa dinâmica corresponde a uma luta de classes entre a classe dominada e a burguesia nacional, onde estas desempenham um papel crucial na dinâmica da dependência econômica dos países dependentes. Os aspectos aos quais as burguesias dependentes contribuem para a dependência envolvem, por exemplo, alianças com o capital estrangeiro, — especialmente com as potências imperialistas —, para promover os seus interesses econômicos. Essas alianças resultam no entrelaçamento da classe dominante com o Estado em acordos comerciais desiguais, nos investimentos estrangeiros diretos em setores específicos da economia e em uma maior integração das economias locais nos circuitos globais de produção e comércio, transferindo seus próprios interesses econômicos e políticos, mesmo

que isso signifique perpetuar a dependência e a exploração de suas próprias contradições (Santos, 2011; Marini, 2017).

O entrelaçamento entre a classe dominante e o Estado se dá através da influência indevida da oligarquia financeira. O domínio da lógica financeira levou a formação do *Homo financierius*, que representa uma transformação na forma como os indivíduos e as elites percebem o mundo: a maximização do lucro e a lógica de mercado se tornam os principais motores das decisões, tanto pessoais quanto políticas, promovendo a subserviência da elite. A subserviência da elite refere-se à situação em que indivíduos ou grupos que ocupam posições de poder e influência — como políticos, executivos e líderes de opinião — se tornam mais leais aos interesses do setor financeiro do que ao bem público (Chesney, 2018).

Entretanto, o caráter dominante do capital financeiro não deve ser contraposto ao capital produtivo. Pelo contrário, é estabelecida uma ligação interna entre a finança, a produção e o comércio na operação das grandes transnacionais (Romero, 2013). Essa relação se manifesta no novo extrativismo, onde o Estado desempenha um papel mais ativo na promoção do extrativismo através de discursos de desenvolvimento e progresso, enquanto a economia continua a ser altamente dependente da extração de recursos naturais (Gudynas, 2015).

O estilo de desenvolvimento neoextrativista é fomentado pela demanda crescente por commodities de produtos alimentares, hidrocarbonetos e minerais, tanto por países centrais quanto por potências emergentes. Svampa (2013) nomeou esse tipo de desenvolvimento como o "Consenso de los Commodities", que se baseia na exportação em larga escala de bens primários, fazendo uma referência ao "Consenso de Washington", que foi o conjunto de políticas econômicas centrado na valorização financeira e nas políticas neoliberais. Embora tenha gerado crescimento econômico, essa nova dinâmica neoextrativista também trouxe à tona conflitos sociais e ambientais, evidenciando as tensões entre o desenvolvimento econômico e a proteção dos direitos territoriais e ambientais das comunidades locais.

Nesse mesmo raciocínio, Svampa e Bringel (2023) apontam que o cenário atual passa pelo "Consenso de Descarbonização", um conceito que se refere a um novo paradigma emergente nas discussões sobre mudanças climáticas e políticas ambientais que é amplamente aceito. A descarbonização é vista como uma meta necessária em um mundo que enfrenta colapsos ambientais e sociais. Entretanto, o consenso é criticado por perpetuar um modelo que pode aprofundar desigualdades existentes e não necessariamente levar a uma transformação social e ecológica justa.

O “Consenso da Descarbonização” é visto como uma oportunidade econômica por diversos atores, desde os conservadores até os progressistas. A retórica em torno do desenvolvimento e do progresso frequentemente associa a extração de *commodities* a melhorias na qualidade de vida e no desenvolvimento econômico, o que torna difícil questionar o modelo sem ser visto como contrário ao progresso. O consenso também se baseia na concentração de poder em mãos de grandes corporações e atores não democráticos que promovem a narrativa de que a extração de recursos é a única forma de desenvolvimento possível.

Essa visão de que a extração de recursos naturais é a única forma de desenvolvimento pode ser lida através do conceito de acumulação por espoliação, característica do novo imperialismo. Este, refere-se a uma forma contemporânea de dominação global caracterizada por práticas econômicas, políticas e militares que buscam a exploração e controle de recursos e mercados em várias partes do mundo, em um contexto em que as relações de poder são cada vez mais complexas, interdependentes e interferem em regiões estratégicas para garantir o acesso a recursos naturais e a primazia econômica (Harvey, 2004).

A necessidade de garantir o acesso a recursos naturais leva a uma dinâmica complexa entre o capital e a natureza. Pois, o capital busca usar a responsabilidade ambiental como um meio de legitimar práticas que favorecem seus interesses financeiros, isso se prova verdadeiro quando se analisa a história do capitalismo, que mostra um padrão de adaptação às crises ambientais. A relação entre capital e natureza pode ser vista como uma produção mútua, onde ambos se influenciam e se reproduzem constantemente. Nesse panorama, o capital também atua na transformação da questão ambiental em um negócio lucrativo, criando tecnologias ambientais como uma estratégia de acumulação, que muitas vezes prioriza o lucro em detrimento das necessidades reais. Isso resulta em um ciclo em que novas soluções podem criar novas demandas, evidenciando a complexidade das interações entre o capitalismo e o meio ambiente (Harvey, 2017).

Também, outro fator essencial para a dinâmica capitalista que está intrinsecamente ligado à exploração do meio ambiente como estratégia de acumulação de capital é o desenvolvimento tecnológico. Nesse sistema, a inovação é um reflexo das relações sociais de exploração e das necessidades das classes dominantes e, apesar de a inovação ser potencialmente benéfica, muitas vezes é utilizada para manter ou expandir o poder dos capitalistas, o que significa que as tecnologias podem ser desenvolvidas ou restringidas com

base nos interesses econômicos, não necessariamente no bem-estar social generalizado (Katz, 1997).

Nesse sentido, a ampla aceitação da retórica sobre a transição energética está intimamente vinculada à ideologia hegemônica da burguesia de busca por acumulação de capital, já que a busca incessante por tecnologias limpas pode gerar mais danos à natureza, mas uma revisão do consumo do atual estilo de vida não é promovida pelas grandes potências. Nas relações internacionais, a hegemonia da classe dominante é vinculada ao poder de um Estado nacional, como será tratado na próxima seção deste capítulo.

## 2.2 A ESTRUTURA DA HEGEMONIA PARA ANÁLISE DA ORDEM MUNDIAL

Uma ordem hegemônica estável requer uma estrutura de poder específica para suas capacidades materiais, para sua ideologia e suas instituições. Ou seja, uma estrutura hegemônica mantém uma ordem mundial estável. No contexto das relações internacionais, a hegemonia é um conceito que abrange a liderança e o domínio de um Estado sobre outros a ponto de influenciar a ordem mundial, promover a cooperação e moldar normas e valores. Porém, a hegemonia não é suficiente por si só para manter a estabilidade. Vale a pena ressaltar que a estabilidade deve ser entendida em termos de como essas dimensões se ajustam em diferentes contextos históricos e que a dominância de um Estado poderoso pode ser uma condição necessária, mas não suficiente para garantir a hegemonia (Cox, 2011).

Para uma análise mais robusta, é necessário entender a formação de uma hegemonia. Para Gramsci, a formação de uma hegemonia se dá por meio de uma relação social que atravessa distintas dimensões. Ela parte de uma base material que comunica a posição de classes na estrutura (modo de produção e relações de produção) e se concretiza na superestrutura (ideologia e aparelhos ideológicos do Estado) ao criar uma concepção de mundo (uma ideologia) que expressa os interesses de um grupo dominante de uma forma universalizada e refletida no senso comum. Para objetivar tal dominação, o grupo dominante articula diversas estratégias de concessões ao grupo dominado a ponto que se dificulta a percepção de dominação (Varesi, 2016).

Destaca-se aqui a importância da ideologia para a formação da hegemonia. A ideologia serve como um meio de legitimação das ações e valores de um grupo dominante, permitindo que este estabeleça e mantenha sua hegemonia sobre a sociedade através da aceitação e do consentimento de outros grupos sociais. Ela atua como um elo que conecta a teoria à prática, ajudando a moldar a consciência coletiva e a percepção da realidade social

(Correia, 2004). Gramsci argumenta que, para uma classe social estabelecer sua hegemonia, é necessário que ela desenvolva uma ideologia que não apenas reflita seus interesses, mas que também seja capaz de se conectar com as aspirações e necessidades de outras classes. Assim, a ideologia se torna um instrumento fundamental para a luta política e social, permitindo que uma classe se posicione como líder e consiga a adesão de outras classes ou grupos sociais (Brandão; Dias, 2007).

Dentro do sistema de Estados de Vestfália, este que é ponto de partida para a análise nas Relações Internacionais, o Estado tem grande importância na formação da hegemonia, pois a função do Estado, na concepção de Gramsci, é criar as condições favoráveis para a máxima expansão do grupo que o dirige. Para o autor, a formação de uma hegemonia é composta por três relações de forças: relação de forças sociais, relação de forças políticas e a relação de forças militares, sendo estas últimas decisivas quando se trata de uma formação de hegemonia (Varesi, 2016).

A relação de forças políticas merece uma explicação de sua formação. As forças políticas partem de um grau econômico-corporativo, onde há solidariedade entre grupos sociais semelhantes, avança até o momento que este grupo reivindica o direito de participar da legislação — fase que marca a passagem da infraestrutura para a superestrutura, quando a ideologia se transforma em partidos—, quando este grupo percebe que para seu desenvolvimento atual e futuro é necessário ir além do limite corporativo quer dizer que seus interesses estão além do campo econômico (Gramsci, 2015). Portanto, a hegemonia é uma batalha de ideias que se desenha através de partidos. Quando os partidos se confrontam e entram em luta até que apenas um deles ou a combinação dos partidos prevalece a ponto de determinar além da atividade econômica e política, o grupo dominante determina também a unidade intelectual e moral sobre uma série de grupos subordinados (Varesi, 2016).

Nas relações internacionais, as relações de forças apresentam “graus variados” e estão divididas em duas dimensões: a subjetiva, que se refere à capacidade hegemônica de um Estado ou grupo de Estados, incluindo conceitos como independência e soberania; e a objetiva, que está relacionada com o desenvolvimento das forças produtivas e da capacidade militar. Vale a pena destacar que a análise dessas relações deve ser realizada numa perspectiva dialética, priorizando os elementos estruturais em detrimento dos superestruturais (Romero, 2024).

Posto isso, o imperialismo pode ser visto como uma estratégia para estabelecer e manter a hegemonia. Pois, ao expandir seu controle sobre outros territórios, um Estado pode aumentar sua influência econômica, política e cultural, consolidando sua posição hegemônica.

Também pode acontecer o contrário: um Estado hegemônico pode utilizar sua posição de poder para justificar e implementar políticas imperialistas, já que a hegemonia pode fornecer a legitimidade necessária para a expansão imperial. Nesse último caso, o Estado dominante se apresenta como fiador da ordem mundial, promovendo seus interesses sob a justificativa de civilização, progresso ou segurança. Um exemplo clássico é o imperialismo britânico no século XIX, que não apenas expandiu o território britânico, mas também estabeleceu a Grã-Bretanha como uma potência hegemônica global (Cox, 2021).

A relação entre imperialismo e hegemonia pode mudar ao longo do tempo. Um exemplo é a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA), que após a Segunda Guerra Mundial foi caracterizada por uma ordem mundial que, embora imperialista, também buscou se legitimar através de instituições internacionais e normas multilaterais. Portanto, a hegemonia e o imperialismo estão interligados nas dinâmicas de poder e ordem mundial: enquanto a hegemonia busca ser mantida através de consentimento e cooperação, o imperialismo muitas vezes envolve a imposição de poder e controle, que pode gerar resistência e conflitos, como no caso do *vivir bien*, que busca resistir às práticas imperialistas e desafiar a hegemonia estadunidense e propõe mudanças na ordem mundial.

### 2.3 ASCENSÃO DA CHINA E A DEFENSIVA ESTADUNIDENSE FRENTE A UMA POSSÍVEL DISPUTA HEGEMÔNICA

As grandes potências econômicas exercem uma influência significativa na estrutura política e econômica dentro da atual ordem mundial. Essa perspectiva pode ser observada quando se analisa a hegemonia dos Estados Unidos da América, que vai além dos indicadores econômicos (como a valorização do dólar ou o crescimento interno), chegando na capacidade de moldar a economia e a política internacional. Até a década de 1970, a hegemonia americana parecia ameaçada por potências como Japão e Alemanha, mas, a partir de 1979, a política econômica dos EUA buscou retomar o controle financeiro internacional através da "diplomacia do dólar forte". Embora tenha causado recessão global, essa política permitiu que o país recuperasse a hegemonia e a dependência da economia mundial em relação a suas ações (Tavares, 1998).

A "diplomacia do dólar forte" é uma estratégia dos Estados Unidos para manter o dólar como a principal moeda de reserva e de transação no sistema financeiro global, conferindo aos EUA um controle significativo sobre a economia internacional. Ela se baseia na ideia de que um dólar forte gera confiança e estabilidade, incentivando outros países a

manterem reservas em dólares e a utilizarem a moeda em transações comerciais. Além de facilitar a liquidez global, a diplomacia do dólar permite que os EUA influenciem políticas econômicas de outras nações, especialmente em tempos de crise, quando a força do dólar pode ser utilizada para moldar a reestruturação de ordens financeiras internacionais. Assim, essa estratégia não apenas beneficia a economia estadunidense, mas também impacta profundamente a dinâmica econômica global, reforçando a hegemonia dos EUA no cenário internacional (Tavares, 1998).

Para consolidar sua hegemonia, os EUA também influenciaram a abertura de mercados internacionais através de acordos comerciais e a promoção de políticas neoliberais que enfatizavam a desregulamentação e liberalização do comércio, o que moldou as economias de outros países, principalmente da América Latina, em favor dos interesses estadunidenses, especialmente nas décadas de 1980 e 1990. Essas ações permitiram a expansão das empresas dos EUA no exterior e a criação de cadeias de suprimento globais e viabilizou a influência estadunidense significativa sobre outras economias. Ao mesmo tempo, o país se manteve em uma posição de liderança em instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial e também investiu em pesquisa e desenvolvimento, garantindo que suas indústrias permanecessem na vanguarda da inovação, fortalecendo a economia e liderando em setores estratégicos, inclusive no setor militar (Tavares, 1998).

Mais tarde, com o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (1989-1991), a balança de poder do sistema internacional passou a ser multipolarizada, porém com uma descompensação vantajosa para os EUA. Com a fim do comunismo, os Estados Unidos emergiram como a única superpotência global, permitindo que eles moldassem a ordem internacional de acordo com seus interesses e valores, especialmente os princípios do liberalismo econômico e da democracia, com países da Europa Oriental e da antiga União Soviética adotando reformas econômicas e políticas que se alinhavam com o modelo ocidental de liberalismo. Isso não apenas permitiu que os Estados Unidos e outras nações ocidentais expandissem seus mercados, mas também incentivou a criação de cadeias de suprimento globais, onde as empresas poderiam operar em escala internacional, beneficiando-se de custos de produção mais baixos e acesso a novos consumidores (Fukuyama, 2024).

Em contrapartida, o crescimento econômico da China tem sido notável desde a sua entrada no capitalismo, em 1978. As reformas de Deng Xiaoping promoveram a autonomia empresarial e o investimento estrangeiro ao estabelecer Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) e ao abrir as cidades costeiras ao capital estrangeiro. Vale a pena ressaltar que a adesão da

China ao FMI e à Organização Mundial do Comércio (OMC) também facilitou a sua integração na economia global, embora com pressão para liberalizar o seu comércio. Entre 1985 e 2008, os investimentos estrangeiros na China cresceram significativamente, principalmente na indústria automobilística e no setor da tecnologia. Por sua vez, a China começou a investir no exterior, com um aumento notável nos seus investimentos desde 2008. Desde então a balança comercial da China tem apresentado um excedente constante, tornando-se uma das principais nações comerciais do mundo, com um crescimento exponencial nas suas exportações para os EUA, União Europeia (UE), Japão e Rússia. Além disso, a China aumentou os seus gastos e modernizou as suas forças armadas, tornando-se uma superpotência militar (Romero, Fernández, 2016).

Atualmente, a China supera os Estados Unidos em exportações, em valor agregado industrial e em número de empresas na lista das 500 maiores do mundo. Em 2013, a China iniciou a Iniciativa Cinturão e Rota (ICR), que procura fazer investimentos em infraestrutura a nível global. Esta iniciativa se apresenta como um esforço para promover a cooperação Sul-Sul e reequilibrar as relações econômicas internacionais, embora o seu objetivo estratégico seja aumentar a influência e as trocas comerciais chinesas. Isso reconfigura as relações de dependência e abre oportunidades para as elites de outras potências se alinharem com os interesses chineses (Romero, 2024).

Devido à relevância dos dois estados, China e EUA criaram uma relação complexa de cooperação e competição. Quanto à cooperação, o comércio entre os países atinge a casa dos trilhões de dólares anualmente, com ambos os países trocando uma ampla gama de produtos. Enquanto a China é um dos maiores fornecedores eletrônicos, vestuário e produtos manufaturados, os EUA exportam produtos agrícolas, tecnologia e bens de consumo, além de exportar capitais por conta do vasto mercado e mão de obra chinês. Da mesma forma, empresas chinesas também investem nos EUA, buscando acesso à tecnologia avançada, *know-how* e mercados. Essa relação se reverbera em uma interdependência econômica, o que incentiva a cooperação para garantir a estabilidade e a eficiência das cadeias de suprimento (Romero, 2024; Budd, 2023).

Já as relações de competição podem ser observadas em diversas áreas. Contudo, vale a pena destacar que os conflitos partem de uma defensiva estadunidense sobre a ascensão chinesa. A guerra comercial de 2018, por exemplo, começou quando os EUA impuseram tarifas sobre produtos chineses, alegando práticas comerciais desleais, como subsídios estatais e manipulação cambial. A China respondeu com tarifas sobre produtos americanos, o que resultou em uma escalada de tensões comerciais e afetou a economia mundial. A competição

tecnológica é uma das áreas mais críticas, tanto que os EUA proibiram empresas como a Huawei de operar em seu território e, também, perdem mercado em setores como inteligência artificial, 5G e semicondutores. As defensivas norte-americanas podem ser lidas como um temor que a China possa superar sua liderança tecnológica, o que poderia ter implicações de segurança nacional (Romero, 2024; Budd, 2023).

Além disso, é importante ressaltar que a China promoveu a criação de instituições como o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (*Asian Infrastructure Investment Bank – AIIB*) e o Novo Banco de Desenvolvimento (*New Development Bank – NDB*) dos BRICS, que oferecem alternativas às instituições dominadas pelos EUA, como o Banco Mundial e o FMI (Romero, 2024). Isto permite à China influenciar a governança econômica global e desafiar a ordem estabelecida, ou seja, o país passa desafiar a hegemonia norte-americana, pois a competição também se estende a narrativas ideológicas. A competição ideológica pode ser observada nos debates globais sobre governança, onde os EUA promovem a democracia e os direitos humanos e criticam as políticas autoritárias da China (Budd, 2023).

A atual competição pela influência geopolítica na Ásia e em outras regiões é outro aspecto importante. Enquanto os EUA tentam fortalecer suas alianças na região com o Japão, Coreia do Sul e Austrália para conter a influência chinesa a China busca, ao mesmo tempo, militarizar o Mar do Sul da China através da construção de ilhas artificiais e da instalação de bases militares, além de promover a Iniciativa do Cinturão e Rota, que visa expandir sua influência econômica e política em vários países da região (Romero, 2024; Budd, 2023).

### *2.3.1 Cenário interimperialista na América Latina e Bolívia*

A rivalidade entre esses dois estados se manifesta em disputas por influência em fóruns internacionais e em países em desenvolvimento. As relações estadunidenses com a América Latina iniciaram ainda em 1823 com a Doutrina Monroe, mas na história recente pode ser retratada através do Consenso de Washington (1989). Em consequência da recessão econômica da década de 1970, ocorreu uma crise da dívida externa nos anos 1980 em muitos países latino-americanos. Esses buscaram a assistência do FMI, que, por sua vez, condicionou a concessão de empréstimos e a reestruturação da dívida à adoção das reformas econômicas alinhadas com o Consenso de Washington.

As políticas econômicas do Consenso de Washington propunham uma série de políticas neoliberais para enfrentar a crise da dívida externa na América Latina. Estas políticas incluíam disciplina fiscal, liberalização comercial, privatização de empresas estatais de

setores estratégicos e crescimento a curto prazo. O discurso apresentado dizia promover o crescimento econômico e a sustentabilidade nos países devedores. No entanto, a sua implementação apresentou resultados contraditórios, uma vez que — apesar de facilitarem o pagamento da dívida externa —, não melhoraram significativamente as condições econômicas e sociais na região, evidenciando um aumento da pobreza e da desigualdade (Castañeda Rodríguez; Díaz Bautista, 2017).

Os resultados negativos do Consenso de Washington levaram a uma resistência política de vários países da América Latina em relação aos EUA, isso se transparece na rejeição do projeto Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA). O projeto do ALCA tinha como objetivo integrar economicamente todo o continente americano e, desse modo, os Estados Unidos teriam acesso privilegiado a um vasto mercado, aumentando sua competitividade em relação a outras potências, como União Europeia e países asiáticos. Além disso, a ALCA propunha mecanismos que permitiriam a arbitragem internacional em detrimento das legislações nacionais, favorecendo as corporações multinacionais. Portanto, aderir a esse bloco significaria, de certa forma, uma renúncia de soberania (Jakobsen, 2002).

Como alternativa ao Consenso de Washington, o modelo de desenvolvimento econômico e político da China é promovido pelo Consenso de Beijing (Pequim). As principais características do Consenso de Beijing (Pequim) sugerem a necessidade de um governo forte e centralizado e o papel ativo do Estado para promover o desenvolvimento econômico, desafiando a ideia de que a democracia e o liberalismo são pré-requisitos para o crescimento. Ao mesmo tempo, defende a soberania e autonomia dos países em desenvolvimento em escolher seus próprios caminhos para se desenvolver, sem a imposição de condições externas, e recomenda a cooperação e compartilhamento de experiências e recursos entre si, em vez de depender exclusivamente de potências ocidentais (Budd, 2023; Laufer, 2024)

A relação entre China e América Latina se fortalece devido à baixa de investimentos ocidentais e a falta de capital para o desenvolvimento de infraestrutura, levando os governos latino-americanos a procurarem apoio nas capacidades técnicas e financeiras das empresas chinesas. Isso resultou num aumento significativo do investimento chinês, especialmente durante a primeira década do século XXI. O fluxo de capital chinês se manifesta através de investimentos diretos, financiamento de infraestruturas, empréstimos e cooperação para o desenvolvimento em setores como petróleo, mineração, infraestrutura e, mais recentemente, em energia elétrica e lítio, fundamentais para tecnologias avançadas (Laufer, 2024).

Entretanto, embora os acordos sejam apresentados como “bilaterais” e de “cooperação para o desenvolvimento”, na realidade são em grande parte unilaterais. Muitas vezes favorecem a China e envolvem concessões comerciais por parte dos países beneficiários e, apesar do financiamento chinês se apresentar como uma alternativa mais flexível a instituições como o FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é importante notar que a China também faz parte destas instituições e exige o cumprimento de normas semelhantes. Os acordos raramente abordam questões sobre democratização e a necessidade de independência industrial, mas incluem aspectos geopolíticos, como a compra de armas e projetos de defesa com tecnologia chinesa. Além disso, os acordos frequentemente envolvem o pagamento de bens e empréstimos com matérias-primas, o que limita a busca de diversificação econômica e intensifica a exportação de matérias-primas para a China, resultando em uma crescente dependência das economias latino-americanas (Laufer, 2024).

No contexto da história recente, a pandemia do covid-19 reconfigurou as relações de dominação e associação a nível internacional, abrindo oportunidades estratégicas para a ascensão da China como potência hegemônica. Apesar do vírus ter se iniciado na China, a sua resposta através da "diplomacia das máscaras" e doações à OMS fortaleceu sua imagem como líder em saúde pública e aumentou seu *soft power*, tornando-se uma referência para países que antes favoreciam os EUA. Isso gerou uma tensão geopolítica, pois os países que antes se alinhavam com os EUA começaram a buscar parcerias com a China, o que é evidenciado pelo avanço da Iniciativa do Cinturão e Rota (ICR) e da Parceria Econômica Regional Abrangente (*Regional Comprehensive Economic Partnership – RCEP*) (Romero, 2021).

No entanto, a relação da China com a América, apesar de ser apresentada como uma oportunidade de desenvolvimento e "autonomismo heterodoxo", na verdade reproduz padrões históricos de dependência. Isso porque, embora as classes dirigentes da América Latina celebrem a complementação econômica com a China, essa dinâmica leva à re-primarização das exportações latino-americanas e à inserção da região como um fornecedor de matérias-primas, enquanto as indústrias locais se vêem prejudicadas pela entrada massiva de produtos chineses e do financiamento chinês, favorecendo as corporações chinesas sobre os interesses locais (Laufer, 2019).

Os resultados dessas políticas se configuram como continuidades de uma estrutura que já beneficia setores privilegiados da elite regional, em detrimento de um desenvolvimento mais equilibrado e diversificado. Portanto, apesar de suas políticas de “cooperação Sul-sul”, a China se comporta como "outro norte" para o sul ao invés de promover um desenvolvimento autônomo, já que promove um modelo de dependência e subordinação econômica que já

caracterizou a história da América Latina em relação a outras potências (Laufer, 2019).

a) *Relações EUA e Bolívia*

A relação dos EUA com o país andino é complexa e marcada pelas intervenções econômicas e militares à Bolívia que se evidenciam nas áreas do desenvolvimento econômico e segurança e na luta contra o narcotráfico. Logo após a revolução de 1952, os EUA forneceram assistência financeira significativa ao governo do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) com a intenção de moldar a direção política do país. A influência estadunidense foi utilizada para garantir que o governo revolucionário seguisse políticas que fossem favoráveis aos seus interesses (Zunes, 2001). Mais tarde, os EUA aumentaram significativamente a ajuda financeira à Bolívia durante o período da ditadura militar (1964-1982). O apoio à ditadura militar estava inserido em uma estratégia mais ampla de contenção da influência comunista na América Latina, especialmente após a revolução cubana (Andrade, 2005).

Baixo à hegemonia norte-americana, os governos bolivianos se comprometeram a seguir as diretrizes de erradicar a produção de coca por conta da ideologia por trás da "guerra às drogas". Entretanto, a coca é um símbolo central da identidade andina: para os povos nativos, como os quechuas e aymaras, o cultivo e o uso da folha da coca estão entrelaçados com a história e a cosmovisão desses povos, pois ela representa uma conexão com suas raízes culturais e tradições milenares. Devido a isso, a preservação da coca passou a ser forma de resistência contra a imposição de políticas externas, especialmente as dos Estados Unidos, que buscam erradicar sua produção. Para os cocaleros, defender a coca é defender sua cultura e modo de vida, que são ameaçados pelas políticas imperialistas (Gonzalez, 2008).

A partir de 2006, a relação bilateral entre os países passou a ser caracterizada por um antagonismo crescente, com o governo de Evo Morales denunciando abertamente a "ingerência imperialista" dos EUA. Isso culminou em eventos como a expulsão da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development* – USAID) em 2013, que foi um marco sem precedentes nas relações bilaterais (Grande, 2023). Por fim, a relação dos EUA se desgastou mais ainda após a Bolívia acusar a intervenção da Organização dos Estados Americanos (OEA) na mobilização da oposição que questionou a legitimidade da reeleição de Morales em 2019 e que culminou em sua renúncia sob pressão das forças armadas (Rodriguez, 2021).

### b) *Relações China e Bolívia*

A relação entre China e Bolívia começou, durante o governo de Hernán Siles Zuazo (1985) e ganhou impulso significativo após a ascensão de Evo Morales à presidência em 2006. Desde então, a cooperação bilateral se expandiu em diversas áreas, incluindo economia, infraestrutura e tecnologia. Durante o governo de Morales, a Bolívia firmou contratos com empresas chinesas para projetos importantes, como a construção de uma usina de açúcar e a expansão da cobertura de telecomunicações com equipamentos fornecidos pela empresa chinesa Huawei para a *Empresa Nacional de Telecomunicaciones* (ENTEL). Vale a pena destacar que a China também se interessa pelas ricas jazidas de lítio no Salar de Uyuni, que abriga uma significativa parte das reservas mundiais de lítio (Guelar, 2013)

Em suma, a relação sino-boliviana se caracteriza por um forte componente econômico, com a China se tornando um parceiro estratégico para a Bolívia em áreas como energia, mineração e tecnologia, o que reflete um crescente alinhamento promovido pelo governo do MAS, que facilitou a atuação das empresas chinesas através de legislações específicas e acordos de crédito sem antes abrir licitações públicas. Um símbolo dessa relação é o satélite Tupac Katari, lançado em 2013, que representa a cooperação tecnológica entre os dois países (Sigueira, 2020).

Entretanto, esse alinhamento crescente se reflete no endividamento boliviano para com a China, que aumentou dramaticamente. Além disso, os acordos comerciais se mostram em benefício das empresas chinesas na execução de projetos. Isto resultou num desequilíbrio comercial, onde a maioria das exportações bolivianas para a China são minerais, enquanto as importações são principalmente máquinas e bens manufaturados. Este padrão de financiamento e comércio reforça a estrutura extrativista-exportadora da economia boliviana e da região em geral, consolidando a dependência dos países latino-americanos da China (Laufer, 2024).

Também, recentemente a Bolívia formalizou seu pedido de adesão aos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), buscando fortalecer suas relações econômicas e ampliar suas oportunidades de comércio e investimento. A entrada do país no bloco pode trazer benefícios estratégicos, especialmente no setor de recursos naturais, como lítio e gás natural, que são essenciais para a transição energética global. Além disso, a adesão da Bolívia ocorre em um momento em que os BRICS discutem a criação de uma nova moeda digital para transações comerciais entre os países membros, reduzindo a dependência do dólar

norte-americano. Essa iniciativa visa fortalecer a autonomia financeira dos BRICS, promovendo um sistema de pagamentos alternativo que pode beneficiar economias emergentes, como a boliviana, facilitando o acesso a investimentos e melhorando suas condições de comércio internacional.

### **3 A FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA A PARTIR DO SÉCULO XX**

Antes de abordar o conceito de formação econômica, faz-se necessário relembrar o conceito de modo de produção que, por sua vez, se traduz como o “modo determinado de atividade” dos indivíduos, que reflete sua vida e seu ser. Assim, o modo de produção implica na forma como as pessoas produzem os seus meios de subsistência (as forças produtivas), que, por sua vez, estão intrinsecamente ligadas à sua identidade e às relações sociais que estabelecem no processo de produção (relações de produção). Em outras palavras, o modo de produção é um “modo de vida” que abrange não apenas as relações de produção, mas também as formas de exploração, a organização e o controle do processo de trabalho, tudo no âmbito da luta de classes e da luta de classes. Por outro lado, a "formação econômica" é um conceito que expressa diferentes modo de produção como, também, conceitos abstratos em um território e um espaço temporal determinado e que se refere à articulação de diferentes modos de produção dentro de uma sociedade, ela abrange não apenas o modo de produção dominante, mas também as relações sociais, políticas e culturais que emergem desse modo (Gluj, 2020).

Nesse sentido, Zavaleta Mercado (2013) também trabalha com conceito de “formação econômico-social” como uma formulação sintético-totalizante. Este conceito é utilizado não apenas para descrever o processo de formação de uma sociedade ou de uma sucessão de sociedades, mas também como uma ferramenta analítica unificadora. Para o autor, o conceito expressa a unidade e a totalidade das esferas econômica, social, política e cultural de uma sociedade, refletindo tanto a continuidade como a descontinuidade no seu desenvolvimento histórico. Esta noção sugere que o mundo social pode ser entendido como uma totalidade, com a sua substância social traduzindo-se em eventos históricos significativos que moldam a sua história interna. Em essência, implica que a identidade e a história de uma nação se refletem através de vários modos de produção e da sua interação com elementos superestruturais. Portanto, a relação entre a base (forças produtivas e relações sociais de produção) e a superestrutura (aspectos jurídico-políticos e culturais) é crucial para a compreensão das diversas trajetórias históricas das diferentes sociedades, destacando as complexas interações entre modos de produção, superestruturas e as formações econômico-sociais específicas de cada sociedade (Zavaleta Mercado, 2013).

Jeffery Webber (2008), na primeira parte de sua publicação *Rebellion to reform in Bolivia*, observa que para compreender as classes sociais como processos e relações sócio-históricas, em vez de entidades estáticas, é essencial captar sua complexidade em um momento específico. Na Bolívia, a divisória que polariza as classes tem, de um lado, um triângulo de imperialismo/Estado/burguesias domésticas e estrangeiras e, de outro lado, as classes intermédias de salários mais baixos, trabalhadores, camponeses e pessoas subempregadas ou desempregadas.

Webber também restaura a contribuição do sociólogo Lorgio Orellana Aillón, que coloca que a Bolívia passou por três regimes de acumulação - que alteraram profundamente a formação social, a estrutura da força produtiva, afastando a Bolívia de sua identidade cultural (mesmo que hoje ainda seja presente em forma de resistência)-, sendo: o estado mineiro, o populista nacionalista e o oligárquico neoliberal, cada um correspondendo a um período histórico de acumulação. O ciclo do estado mineiro se consolidou por conta da exploração da prata no final do século XIX e, mais tarde, pela exploração do estanho, que teve seu auge quando o Partido Liberal assumiu o poder após a Guerra Federal de 1899. Esse período foi marcado pela consolidação da elite branca-mestiça no poder, pela ampliação das grandes propriedades e pela desapropriação de terras indígenas. O “estado mineiro” começou a declinar após a Guerra do Chaco (1932-1935) e durou até a Revolução de 1952 (Webber, 2008).

O segundo regime, o populismo nacionalista, foi consequência da Revolução de 1952. Durante esse período, o Estado assumiu o controle e a liderança do processo produtivo por meio da criação de várias empresas estatais, sendo a mais significativa a empresa de mineração *Corporación Minera de Bolivia* (COMIBOL) e a empresa de petróleo e gás *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB). Esse período também pode ser caracterizado pelo modelo de desenvolvimento capitalista orientado pelo Estado. O regime de acumulação populista nacionalista entrou em declínio durante a ditadura militar (1964-1980) devido a severa crise econômica e ao aumento do radicalismo entre trabalhadores e camponeses (Webber, 2008).

O terceiro regime, o oligárquico neoliberal, começou em 1985 com a introdução de um programa neoliberal ortodoxo denominado Nova Política Econômica (*New Economic Policy* – NEP). Este ciclo foi caracterizado pela subordinação do capital financeiro nacional às corporações transnacionais e ao capital financeiro internacional, pela dramática liberalização do comércio, pela penetração do capital estrangeiro na economia boliviana e

pela privatização massiva dos recursos naturais, das empresas estatais estratégicas e dos serviços públicos (Webber, 2008).

Na terceira parte da obra *Rebellion to reform in Bolivia: Neoliberal Continuities, the Autonomist Right, and the Political Economy of Indigenous Struggle*, Webber (2008) denomina o período entre 2000 e 2005 como período revolucionário por conta das revoltas sociais que culminaram na Guerra da Água e, posteriormente, na Guerra do Gás. Esse período contou com a participação de diversas classes sociais, desde indígenas, mestiços, até a classe média. Este período da história conta com uma seção exclusiva neste capítulo que também aborda a formação do partido Movimento ao Socialismo (*Movimiento al Socialismo – MAS*), o qual elegeu presidente Evo Morales Ayama, figura política de destaque na história recente.

Estas análises detalhadas proporcionam uma compreensão profunda da dinâmica de classe na Bolívia em diferentes períodos históricos e regimes econômicos. Portanto, para melhor apresentar a formação social e econômica da Bolívia, este capítulo está organizado por subcapítulos que correspondem aos regimes de acumulação através dos períodos do Estado mineiro, populismo nacionalista, oligárquico neoliberal, período revolucionário e pelo governo do MAS, respectivamente.

Na sessão seguinte, o capítulo trata da contradição entre o Viver Bem, filosofia tradicional andina instituída na Constituição de 2009, com o modelo econômico do governo de Evo Morales. Ainda, ao final do capítulo se discute o conceito de sociedade *abigarrada* para descrever a formação econômico-social do Estado Plurinacional da Bolívia.

### 3.1.1 Estado mineiro (1899-1952)

A história social e econômica da Bolívia desde a sua independência (6 de agosto de 1825) até o século XX reflete um cenário de desafios e desigualdades estruturais. Após a independência em 1825, a Bolívia enfrentou dificuldades em consolidar sua soberania e unidade territorial, sofrendo perdas em conflitos fronteiriços com países vizinhos. Com uma posição de poder herdada do período colonial, a elite dominante, composta por mineradores e latifundiários, manteve um modelo econômico baseado na exploração de recursos minerais, como a prata e posteriormente o estanho. A extração desses minérios era feita em terras que eram indígenas e que foram expropriadas em favor de proprietários brancos e mestiços, levando à feudalização do campo (Andrade, 2012).

Na Guerra do Pacífico de 1879, conflito no qual a Bolívia perdeu o acesso ao mar, demonstrou-se a ausência de uma relação forte entre o Estado e a sociedade, o que levou a

uma derrota significativa. Sobre a perda do território<sup>1</sup> de Antofagasta durante a Guerra do Pacífico, vale a pena ressaltar que, devido à importância do território na ideologia da Bolívia, houve uma ruptura na lógica espacial da unidade histórica do país. A ideia original de espaço, como ponto de referência para a organização primordial da vida, opõe-se ao conceito patrimonial de espaço na visão oligárquica, na qual a ideia de espaço está enraizada na noção feudal de poder e na relação pessoal com a terra, levando ao regionalismo na Bolívia (Zavaleta Mercado, 2013).

Outra característica marcante sobre a Guerra do Pacífico é a aliança entre as forças liberais e as comunidades indígenas, que revelou conflitos paradigmáticos na sociedade boliviana da época. Enquanto os liberais buscavam reformas dentro de um contexto político e social mais amplo, as comunidades indígenas muitas vezes tinham demandas específicas relacionadas à terra, à autonomia e ao reconhecimento de suas identidades culturais, ou ainda muitas vezes ligadas a visões tradicionais e transformações radicais da ordem estabelecida. Entretanto, a Guerra Federal de 1889-1899 e a Guerra do Chaco de 1932-1935 promoveram a mobilização nacional pela defesa dos interesses nacionais. A condução desses dois conflitos refletiu, mais tarde, as complexas interações entre o Estado e a sociedade civil em momentos de crise (Zavaleta Mercado, 2013; Freeland, 2019).

Devido a base da economia boliviana da época ser a exploração de minerais como zinco, cobre e chumbo, exigiu-se grandes investimentos em infraestrutura que beneficiaram principalmente grandes empresas e proprietários, o que contribuiu para a dependência do mercado mundial e desigualdades socioeconômicas. Além disso, a fragilidade do Estado, a falta de uma burguesia nacional forte e a predominância de interesses externos dificultaram a busca por uma econômica nacional autônoma, tanto que, no final dos anos 1920 o presidente Hernando Siles declarou estado de sítio devido à deterioração econômica (Andrade, 2012).

Após a crise de 1929, a Bolívia entrou em recessão devido à redução das exportações minerais. Como resposta, o governo implementou medidas de controle da produção e impostos mínimos em acordo com os grandes mineradores para equilibrar as finanças públicas e preservar seus interesses, levando a um aumento do desemprego e dos preços dos alimentos e, conseqüentemente, gerando uma insatisfação popular. Ainda conseqüência da crise de 1929, a produção de estanho diminuiu drasticamente, levando ao fechamento de minas e falência de pequenos e médios mineradores. A queda nos preços do estanho

---

<sup>1</sup> O território é fundamental para os povos originários, sendo tão importante quanto o próprio sangue, enquanto algumas nações preexistem ao seu espaço, neste caso, o espaço cria as pessoas, tendo um valor absoluto (Zavaleta, 2013).

desencadeou crises fiscais e contribuiu para o conflito com o Paraguai na Guerra do Chaco (1932-1935), fomentando um movimento nacionalista e mobilizações operárias que impactaram a economia boliviana (Andrade, 2012).

A Guerra do Chaco foi uma consequência da crise política e econômica que afetou a Bolívia após a depressão de 1929. A repercussão política da Guerra do Chaco levou ao surgimento de movimentos de oposição e de novas forças políticas, como o *Partido Obrero Revolucionario* (POR), que representava os interesses da classe operária. Outra característica marcante deste período foi a decisão de nacionalizar a empresa estadunidense *Standard Oil* em 1937, produzindo um impacto político e econômico considerável. No setor mineiro, ainda em dezembro de 1936, criou-se a Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolivia (YPFB), uma empresa estatal para explorar, refinar, transportar e comercializar petróleo e gás (Andrade, 2012).

Além disso, a Guerra do Chaco teve um impacto profundo no grupo minoritário indígena na Bolívia. A partir do cenário desse conflito, líderes militares tradicionais mobilizaram os soldados indígenas, enfatizando conceitos de igualdade e levando a uma maior consciência do seu lugar na sociedade boliviana. Esta mudança de consciência entre vários grupos sociais criou um terreno fértil para os ideais populistas se enraizarem, à medida que o povo — incluindo os militares burgueses de classe média, os camponeses indianos e os trabalhadores do estanho — começaram a questionar as prioridades do *establishment* e o alinhamento com os interesses estrangeiros em detrimento dos interesses nacionais (Swanson, 2022).

### 3.1.2 Populismo nacionalista (1952-1984)

A discussão sobre populismo no contexto da Revolução Boliviana destaca as complexidades e nuances da terminologia política. Swanson (2022) coloca que o populismo, frequentemente visto como uma ferramenta para mobilização política, carece de uma definição rígida, mas trabalha o conceito como uma lógica política que coloca "o povo" contra "o *establishment*". Essa estrutura permite que várias facções dentro de um partido político — como o *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR) — adotem princípios populistas enquanto apelam para grupos diversos, incluindo mestiços de classe média, povos indígenas e trabalhadores. Segundo o autor, a importância do populismo está em sua capacidade de articular as frustrações de uma população insatisfeita com o *status quo*, como nos eventos que aconteceram após a Guerra do Chaco. Ou seja, a insatisfação cria um terreno fértil para a mudança política, pois os movimentos populistas buscam abordar as esperanças e

preocupações do povo. No entanto, o populismo do MNR não foi isento de desafios: o partido lutou para manter uma agenda política consistente, o que acabou contribuindo para sua queda (Swanson, 2022).

A imobilidade política, os efeitos de manifestação na sua fase inicial e o potencial de conflito no setor mineiro após a Guerra do Chaco (1932-1935), criaram uma situação de agitação social permanente na Bolívia que provocou uma crescente politização das pequenas camadas sociais a uma maior participação nos privilégios econômicos e políticos da classe alta. Esta agitação social foi canalizada pelo MNR, partido fundado em 1941 que inicialmente tinha uma ideologia nacionalista com elementos fascistas e totalitários, mas que posteriormente adotou características esquerdistas e reformistas, ampliando a sua base de apoiantes. As reformas implementadas pelo MNR, como a reforma agrária e a nacionalização das grandes empresas mineiras, tiveram como objetivo principal a justiça social e o progresso econômico, ligados a um programa de modernização e racionalidade instrumental na vida econômica (Marilla, 1980).

Em 1946, a *Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia* (FSTMB) formulou, em Pulacayo<sup>2</sup>, uma tese que foi crucial para a revolução boliviana. A tese definiu objetivos radicais para o sindicato que enfatizava a unidade entre grupos sociais oprimidos, como o proletariado, camponeses, artesãos e a pequena burguesia urbana. Apesar das diferenças ideológicas entre o trotskismo e o populismo do FSTMB e o nacionalismo do MNR, ambos se uniram contra o *establishment* e o imperialismo (Swanson, 2022).

O alinhamento entre FSTMB com o MNR se deu chegando à conclusão de que o Estado oligárquico os explorava em prol dos interesses imperialistas americano e britânico. Essa percepção comum levou a uma aliança estratégica entre o MNR e os trabalhadores sindicais. A aliança também foi essencial para mobilizar um movimento independente, representando politicamente o trabalho na Bolívia. Apesar da desconfiança mútua, essa colaboração foi fundamental para criar uma coalizão social que incluía mestiços de classe média, camponeses indígenas e mineiros, unindo vários grupos sociais para desafiar as estruturas de poder e preparar o caminho para a revolução na Bolívia (Swanson, 2022).

---

<sup>2</sup> A Tese Pulacayo é considerada um exemplo do caráter avançado do proletariado boliviano em sua incursão na política do país. Esta tese oferece uma tipificação da formação econômico-social da Bolívia, destacando que o país é capitalista, mas atrasado, com predomínio qualitativo da exploração capitalista e de outras formas econômico-sociais como herança histórica. Esta situação leva ao predomínio do proletariado na política nacional. A particularidade boliviana segundo a Tese de Pulacayo reside na ausência de uma burguesia capaz de realizar tarefas democrático-burguesas como a liquidação do grande latifúndio, a conquista da unificação nacional e a libertação do imperialismo (Zavaleta Mercado, 2015).

A Revolução Nacional de 1952 na Bolívia foi um marco crucial na história do país, pois marca o início da democratização e a quebra das exclusões existentes. Segundo Zavaleta Mercado (2013), duas condições fundamentais para esta revolução foram tanto a destruição do aparelho repressivo do Estado oligárquico quanto a participação do povo, incluindo povos indígenas, camponeses, artesãos e setores populares numa autêntica revolução democrático-burguesa (Zavaleta Mercado, 2013).

Entretanto, após a revolução, os indígenas passaram a ser considerados, ainda que sob a denominação de “camponeses”. Sem reconhecimento legal de sua identidade cultural como povos indígenas, esta discriminação só foi tentada ser abordada na última década do século XX. A Reforma Agrária de 1953, assinada em Ucareña, Cochabamba, foi uma medida significativa do novo regime, que, impulsionado pela pressão dos povos indígenas e camponeses, procurou abolir a servidão camponesa e indígena, acabar com o regime de *hacienda* e fornecer terras àqueles que não as possuíam (Ticona Alejo, 2004).

A Revolução Boliviana teve uma significativa transformação social, entretanto foi apoiada continuamente pelos Estados Unidos, que se empenharam em moderar e desradicalizar o movimento revolucionário, influenciando o MNR para atender aos seus interesses. Essa influência limitou o alcance das mudanças revolucionárias, impedindo que facções radicais dominassem. Além disso, a dependência econômica da Bolívia permitiu que os EUA orientassem a revolução sem interromper o governo, aproveitando a orientação de classe média do MNR e a fraqueza das facções radicais. Embora a revolução tenha desmantelado a antiga ordem, o sistema de *hacienda* e conquistado a nacionalização de minas, ela falhou em estabelecer uma nova ordem, permitindo que os EUA direcionassem a revolução para vias consideradas construtivas (Zunes, 2001).

Ainda por cima, a falta de investimento privado direto em larga escala na Bolívia foi apontada como um fator que teria permitido aos EUA tolerar a Revolução Boliviana. A percepção dos EUA sobre a disposição do governo boliviano em abordar a questão da nacionalização de forma responsável — em grande parte ditada pelos Estados Unidos — tornou a nacionalização econômica aceitável. Essa abordagem da política dos EUA em relação à Bolívia foi vista como um prenúncio da política contemporânea dos EUA em relação à América Latina na era da globalização, onde o consenso de Washington — apoiado por instituições financeiras internacionais reforçadas pelos EUA — institucionalizou a alavancagem econômica, a ponto de formas mais explícitas de intervenção para avançar interesses estratégicos ou econômicos não serem mais simples (Zunes, 2001).

Vale a pena ressaltar que a Revolução de 1952, apesar dos seus avanços formais, não conseguiu eliminar na prática a discriminação e a marginalização sofridas pelos povos indígenas. Esta situação gerou uma frustração que alimentou o surgimento do movimento Katarista e Indianista como fruto imprevisto da revolução. Através deste movimento abriram-se novos horizontes e despertaram-se novas expectativas, questionando o caráter inacabado da revolução e fazendo ressurgir a memória da luta anticolonial (Ticona Alejo, 2004).

### *3.1.3 Estado oligárquico neoliberal (1985-2000)*

O regime neoliberal-oligárquico de acumulação surgiu em meados da década de 1980 com a implementação de políticas econômicas neoliberais como privatizações e ajustes estruturais. Esse regime enfrentou uma crise no final da década de 1990, levando a um período de rebelião significativa da esquerda indígena contra o neoliberalismo. Enquanto isso, a estrutura da classe trabalhadora urbana sofreu mudanças significativas devido ao impacto das políticas neoliberais, pois a queda internacional dos preços do estanho em meados da década de 1980 levou à privatização das minas, resultando na perda de empregos para milhares de mineiros. Isto marcou o início de mudanças críticas na estrutura da classe trabalhadora ao longo dos anos seguintes, com demissões em vários setores e a adição de trabalhadores à população desempregada (Webber, 2008).

Além disso, a crise mundial dos anos 1970 afetou profundamente a economia boliviana, refletida em indicadores como exportações, PIB, déficit fiscal, investimento interno bruto e dívida externa pública. Em contrapartida, entre 1970 e 1975, a extração de petróleo e gás na Bolívia cresceu significativamente, representando um terço das exportações do país, mas a falta de novos investimentos levou a uma queda na produção a partir de 1976. Devido a isso, a instabilidade econômica se instaurou e, em 1982, o governo do presidente Siles Suazo tentou implementar um plano de estabilização econômica liberal, enfrentando resistência popular e agravando a hiperinflação com aumentos alarmantes nos preços ao consumidor (Andrade, 2012).

Após o fim da ditadura militar na Bolívia em 1982, a sociedade civil boliviana, incluindo os movimentos indígenas, passou a ganhar espaço no cenário político do país. Nesse contexto, surgiram demandas por maior atenção às questões das comunidades indígenas, buscando uma participação política e social mais significativa, além da preservação da cultura indígena. Entretanto, após a redemocratização, o governo de Lozada (1993-1997) implementou reformas neoliberais, incluindo a privatização de empresas estatais, como as do

setor de hidrocarbonetos. Essas medidas geraram descontentamento e fortaleceram a atuação de movimentos sociais, como a *Confederación de Pueblos Indígenas del Oriente Boliviano* (CIDOB), que buscava maior participação política e melhores condições de vida para as comunidades indígenas (Santos Oliveira, 2023).

Durante o processo de privatizações, houve o fechamento de 18 das 23 minas da COMIBOL que resultou na demissão de 27.000 operários e desencadeou uma greve geral, seguida de repressão militar. Esse período marcou a última grande resistência dos mineiros antes do desmantelamento da COMIBOL, com medidas repressivas do governo levando à dispersão dos trabalhadores e migrações. A crise na mineração ocorreu em meio a ajustes estruturais que reduziram a dívida externa comercial de 20% para 1%, sem eliminar a necessidade de pagamento. Entretanto, a partir de 1985, partidos moderados ligados à burguesia incentivaram privatizações e capitais estrangeiros, aprovando leis que favoreceram multinacionais e reduziram a intervenção estatal, especialmente na mineração e hidrocarbonetos (Andrade, 2012).

Durante o período neoliberal, os trabalhadores experimentaram um aumento nas horas trabalhadas com salários reduzidos, o que obrigou muitos a procurar um segundo emprego; além disso, as condições de trabalho se deterioraram com um aumento na proporção de empregados. Ainda, houve uma fragmentação do processo de produção em unidades menores que resultou em uma diminuição da visibilidade e do poder social da classe trabalhadora urbana, mesmo com seu crescimento numérico e os trabalhadores subcontratados enfrentam condições piores, salários menores e ausência de representação sindical em comparação com os empregados formais (Webber, 2008).

#### *3.1.4 Período revolucionário (2000-2005)*

O período de 1985 a 2000 na Bolívia foi marcado pela agressão neoliberal de direita, por uma “democracia acordada” elitista entre partidos e pela decomposição dos movimentos populares. Porém, no ano 2000, a luta revolucionária e indígena renasceu com força na Guerra da Água de Cochabamba contra a privatização da água e a Guerra do Gás, esta que beneficiava os interesses externos. Estas revoltas monumentais deram início a um ciclo de cinco anos de despertar rural e urbano das classes exploradas e das nações indígenas oprimidas que gradualmente se espalhou pela maior parte do país (Webber, 2008).

A Guerra da Água (2000) desencadeou por conta da Lei 2.029, aprovada em 1999, que estabeleceu um conjunto de regras para a regulamentação do setor de água e saneamento, permitindo a concessão do serviço de água à empresa *Agua del Tunari*, o que resultou em

aumentos significativos nas tarifas, tornando-se insustentáveis para a população local. A privatização foi vista como uma forma de priorizar lucros em detrimento do acesso à água como um direito humano e gerou revolta e mobilização da população, unindo grupos urbanos e rurais em torno da demanda pelo cancelamento do contrato com a *Aguas del Tunari* e pela reforma da legislação (Bustamante, 2004).

Às insatisfações culminaram em protestos significativos, como a Marcha pela Soberania Popular em 2002, que exigia maior participação política e a elaboração de uma nova constituição. Evo Morales, líder do Movimento ao Socialismo (MAS), emergiu como uma figura central nesse cenário, defendendo um discurso antiglobalização e promovendo a autonomia das nações indígenas. Sua ascensão foi marcada por protestos contra a privatização de recursos naturais e a repressão governamental, que resultaram na queda de Sánchez de Lozada e na ascensão de Carlos Mesa, que renunciou do cargo de presidente em 2005 (Oliveira, 2023).

Três anos e meio após a Guerra d'Água, aconteceu a Guerra do Gás em outubro de 2003. Os protestos foram desencadeados pelo plano do governo de exportar gás natural através de um porto chileno, que foi visto como uma forma de favorecer empresas transnacionais estrangeiras em detrimento dos interesses nacionais porque benefícios financeiros das exportações de gás foram fortemente distorcidos para essas empresas, enquanto o estado boliviano recebeu royalties e impostos mínimos. Essa situação foi exacerbada pela formação do consórcio *Pacific LNG*, que visava transportar gás da Bolívia para a América do Norte, acendendo ainda mais a indignação pública (Perreaut, 2006).

Entretanto, vale a pena ressaltar que MAS experimentou uma mudança no seu foco político. Anteriormente, o MAS tinha sido caracterizado como um instrumento político anti-imperialista e anti-neoliberal da mobilização indígena-camponesa, porém a partir de 2002, após a derrota de Morales nas eleições presidenciais, a política do partido começou a se afastar da crítica radical ao neoliberalismo e ao imperialismo e passou adotar uma mudança para uma postura mais moderada, afastando-se de estratégias de mobilização popular de classe e de confrontos diretos com as autoridades estatais e o capital. Esta mudança refletiu numa ascensão de intelectuais mestiços de classe média na infraestrutura do partido que defendiam a moderação do perfil público radical do partido e a concentração na política eleitoral como o domínio definitivo para fazer política. Portanto, apesar da vitória eleitoral de Morales em 2005 ser considerada um avanço democrático nas relações raciais na Bolívia, também se notou que o MAS, apesar de não abraçar com entusiasmo o neoliberalismo, tendia

a separar artificialmente a libertação indígena da transformação socialista revolucionária, mantendo a continuidade com o neoliberal pré-existente modelo na Bolívia (Webber, 2008).

### 3.1.5 Eleição, governo e queda de Evo Morales (2006-2016)

A resistência ao neoliberalismo ficou evidente durante a Guerra da Água, em 2000, e a Guerra do Gás, em 2003, que por fim resultou na eleição de Evo Morales Ayma (MAS) em 2005, líder representante das lutas sociais e reivindicações dos povos originários camponeses. Morales foi o primeiro presidente indígena na história da Bolívia, um país onde 62% da população foi identificada como indígena no censo de 2001. Seus objetivos e diretrizes de governo abrangeram a promoção do Estado forte, a revogação de acordos de privatização, a nacionalização dos recursos naturais e a eliminação de entidades consideradas não benéficas para a autonomia nacional. Ao expressar essas ideias, o MAS rapidamente conquistou apoio tanto entre os indígenas quanto em diversos outros setores sociais, incluindo a classe média (Gutierrez, Lorini, 2007).

Quando Evo assumiu a presidência da Bolívia, em 2006, uma de suas primeiras medidas de governo consistiu na recuperação dos recursos naturais pelo Estado por meio de um Decreto Supremo. Nesse, as petrolíferas estrangeiras foram intimadas a entregarem sua produção à *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) — empresa pública responsável da sua exploração e comercialização — em troca de uma remuneração entre 18 e 50% do valor do que foi produzido (Ansaldi, Giordano, 2012). A recuperação da propriedade estatal destes recursos de gás e petróleo, juntamente com o reconhecimento das autonomias regionais, constituíram os pilares da refundação do Estado boliviano, materializado após anos de árduas lutas, negociações e debates entre as diferentes forças sociais do país, que culminaram na Constituição de 2009. Nela, a Bolívia é definida como um “Estado Social Unitário de Direito Comunitário Plurinacional”.

*El Estado asume y promueve como principios ético-morales de la sociedad plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), suma qamaña (vivir bien), ñandereko (vida armoniosa), teko kavi (vida buena), ivi maraei (tierra sin mal) y qhapaj ñan (camino o vida noble) (Bolívia, 2009, p. 17).*

A plurinacionalidade significa o reconhecimento da diversidade étnica e epistemológica que compõem os territórios nacionais. Este conceito está intimamente ligado à interculturalidade, uma filosofia que encara o mundo a partir da perspectiva de uma igualdade fundamental entre os povos. Simultaneamente, a plurinacionalidade propõe a implementação de políticas sociais voltadas para a emancipação, inclusão, redução das desigualdades e

redistribuição dos recursos. Em suma, a plurinacionalidade busca a administração política da diversidade, tanto de povos quanto de nações dentro da unidade do Estado. Isso se baseia em um projeto político que, por meio do diálogo na alteridade, almeja ser emancipatório (Fuscaldo, Urquidi, 2015).

Com a implementação do Estado Plurinacional, a Constituição de 2009 também aderiu ao modelo de economia plural, que é descrito no Artigo 306 como:

- I. El modelo económico boliviano es plural y está orientado a mejorar la calidad de vida y el vivir bien de todas las bolivianas y los bolivianos.*
- II. La economía plural está constituida por las formas de organización económica comunitaria, estatal, privada y social cooperativa.*
- III. La economía plural articula las diferentes formas de organización económica sobre los principios de complementariedad, reciprocidad, solidaridad, redistribución, igualdad, seguridad jurídica, sustentabilidad, equilibrio, justicia y transparencia. La economía social y comunitaria complementará el interés individual con el vivir bien colectivo.*
- IV. Las formas de organización económica reconocidas en esta Constitución podrán constituir empresas mixtas.*
- V. El Estado tiene como máximo valor al ser humano y asegurará el desarrollo mediante la redistribución equitativa de los excedentes económicos en políticas sociales, de salud, educación, cultura, y en la reinversión en desarrollo económico productivo (Bolivia, 2009, p. 146).*

A economia plural na Bolívia é um conceito que desafia a hegemonia do pensamento capitalista moderno, por isso, faz-se necessário compreender a sua construção histórica, especialmente no contexto da colonização e da consolidação do Estado-nação e o legado colonial que perpetuou uma estrutura de dominação ao excluir as comunidades indígenas e camponesas, relegando-as a um estatuto inferior na economia. Embora não seja uma ideia nova, a economia plural ganhou relevância com o Estado Plurinacional comunitário, que procura dar sentido a formas econômicas marginalizadas, como a economia comunitária e associativa (Vacaflores, 2017).

Portanto, em contraposição ao modelo econômico neoliberal anterior, o governo de Evo Morales implementou o novo *Plan Nacional de Desarrollo* (PND), intitulado “*Bolívia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para el Vivir bien*”. O plano integra o conceito tradicional de desenvolvimento capitalista com a visão indígena do “*vivir bien*” e propõe uma convivência equilibrada entre diferentes economias: estatal, comunitária, mista e privada. Assim, o plano enfatiza a importância de respeitar os saberes tradicionais e a valorização de conhecimentos locais, ao mesmo tempo em que busca modernizar a matriz produtiva da Bolívia (Boff, Franco, 2021).

Também, o PND enfatiza a importância da intervenção estatal para diversificar a produção nacional e reduzir desigualdades sociais, além de estimular a infraestrutura e

agências de fomento. Portanto, a política de investimentos do PND propõe uma participação ativa do setor público, sem excluir o capital privado e o estrangeiro, mas buscando parcerias que promovam a industrialização dos recursos naturais da Bolívia de forma autônoma. Para a realização desse projeto, os setores estratégicos, como hidrocarbonetos e mineração, são vistos como fundamentais para gerar excedentes econômicos que podem ser reinvestidos em áreas que promovam emprego e renda (Castro, 2015).

Por um lado, o PND resultou em índices econômicos dos governos de Evo Morales pelo MAS tanto positivos quanto negativos. O crescimento econômico, por exemplo, apesar da crise de 2008 e da inflação, teve o maior desempenho quando comparado com os outros países da região. Isso se deu devido ao aumento de gastos do Estado que, ao mesmo tempo, aumentou suas reservas e reduziu a dívida pública. Além disso, a economia boliviana teve superávit ao aumentar suas exportações e diversificar seus parceiros comerciais, enquanto reduziu as importações. No entanto, houve uma baixa dos investimentos externos diretos. No que diz respeito aos gastos sociais, a Bolívia aumentou os seus investimentos em programas destinados a melhorar os serviços de saúde e educação para os setores mais vulneráveis, embora os índices de superação da pobreza não serem superados (Weisbrot, Ray, Johnston, 2010; Simarro, Antolín, 2011).

Esse efeito contrário da crise de 2008 se manteve por conta das receitas das exportações de matérias primas, mas especificamente do gás, que, após o seu boom em 2013, começou a decrescer nas exportações e, devido à falta de investimentos em infraestrutura, reduziu a capacidade de exportação do país. A redução das exportações do produto consequentemente reduziu o faturamento, contribuindo para a crise econômica boliviana vista nos últimos anos<sup>3</sup>.

Logo, pode-se observar que os principais avanços econômicos foram derivados de atividades extrativistas. Apesar da Constituição de 2009 introduzir conceitos que criaram a expectativa de uma relação não predatória com a natureza — com destaque os direitos dos indígenas originários campesinos e da natureza (*pachamama*) —, essa expectativa foi frustrada, pois o governo do MAS, desde o início, promoveu um ciclo de expansão do extrativismo, especialmente na Amazônia e no Chaco. Além do mais, a economia boliviana possui uma dependência da "renda petroleira" e sua exploração resultou em riscos para comunidades indígenas e para ecossistemas, tanto que, a partir de 2011, os conflitos socioambientais emergiram, como o caso da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos, que ameaçava o *Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro-Sécure* (TIPNIS) (Delgado, 2017).

<sup>3</sup> Entrevista com Franklin Molina Ortiz, ex-Ministro de Hidrocarbonetos (Apêndice D).

A partir de 2014, mesmo com a redução da produção de hidrocarbonetos, o Estado intensificou a exploração de gás, de minérios e da agroindústria, rebaixando os requisitos socioambientais. Em 2014, foi aprovada a Lei de Minerais e Metalurgia e o Decreto nº 2366 de 2015. Ambos autorizaram a exploração em áreas protegidas, enquanto o direito de consulta prévia foi sistematicamente distorcido. Logo, o governo do MAS ficou caracterizado pela exploração e pela flexibilização de normas ambientais, permitindo atividades petrolíferas em áreas protegidas e a exploração de recursos em glaciares, essenciais para o abastecimento de água (Trotte, Lopes, Closs, 2023).

Ainda durante os governos de Evo Morales, a concentração de terras aumentou, com as propriedades comunitárias e indígenas recebendo apenas 12% e 6% dos títulos de terra, respectivamente. Mesmo que tenha havido uma redistribuição de terras, esta beneficiou principalmente os grupos mais ricos, o que intensificou a concentração nas mãos do setor agroexportador e marginalizou pequenos e médios proprietários e comunidades indígenas. O MAS também buscou uma melhor articulação entre o Estado e o mercado, mas os resultados ficaram aquém das expectativas de uma transição socialista (Oliveira Andrade, 2024).

O MAS consolidou-se como um partido dominante nas eleições de 2009 e 2014, devido a sua conexão com setores urbanos e à fraqueza da oposição. Entretanto, o estilo de liderança de Morales — caracterizado pelo hiperpresidencialismo e pela centralização de poder — gerou descontentamento e polarização, o que contribuiu para sua queda. A derrota no referendo popular de 2016, onde o povo rejeitou a modificação do artigo 168 da Constituição sobre a reeleição presidencial, teve o resultado revertido pelo governo do MAS por meio de recursos judiciais. Em 2017, o Tribunal Constitucional Plurinacional interpretou a reeleição como um "direito humano", permitindo ao presidente Morales concorrer novamente em 2019. Esse evento marcou o início do enfraquecimento da imagem de Morales dentro do MAS (Veltzé, 2024). Mais tarde, Morales tentou se reeleger em 2019, mas as eleições foram marcadas por acusações de fraude, protestos e instabilidade. A tentativa de reeleição de Evo foi criticada por desafiar a democracia, o que fraturou ainda mais as estruturas do MAS (Ceppi, 2024).

Porém há denúncias de que a derrubada de Evo Morales foi impulsionada não apenas por fatores internos, mas também por uma estratégia dos EUA para conter a ascensão da China na região, especialmente no que diz respeito aos recursos naturais e ao desenvolvimento tecnológico estratégico, como o lítio. Nessa visão, o golpe foi visto como um movimento para fechar um ciclo de desenvolvimento alternativo que beneficiava comunidades bolivianas e desafiava a hegemonia americana na América Latina, refletindo a

maior luta entre potências por influência, segurança e controle sobre cadeias globais de valor e recursos minerais (Rodrigues, 2021).

Entre várias condicionantes, existe a teorização que a aproximação da China, a perda de influência econômica e o interesse de investir na Bolívia fizeram com que atores estadunidenses interferissem de maneira indireta no golpe, pois as *“nacionalizaciones e intervención estatal en el proceso de industrialización y comercialización del litio, se convirtió en un problema para el capital internacional y para el control estratégico estadounidense”* (Negrete, Ugarteche, 2021, p. 187). Vale pontuar que o CEO da Tesla, empresa americana de carros elétricos, comemorou em sua rede social (Twitter, na época) ao publicar a seguinte frase *“we will coup whoever we want”* em resposta a um comentário de um usuário que insinuava o apoio estadunidense ao golpe. Ou, ainda, quando a América Latina foi descrita como *“patio trasero”* pelas autoridades estadunidenses<sup>4</sup>.

Visto isso e considerando a importância geoestratégica e geopolítica da Bolívia, Escobar (2021, 2023) afirma que foi realizado um trabalho em conjunto entre OEA, Estados Unidos e União Europeia na articulação do golpe. Dessa forma, Rodriguez (2021) defende que o golpe é a consequência de uma disputa sobre a hegemonia dos minerais, já que, a Bolívia — rica em recursos minerais como o lítio — estava se tornando crucial para cadeias de suprimento global, especialmente em um contexto de crescente demanda por tecnologias sustentáveis. A aliança com a China para a industrialização do lítio significava que a Bolívia poderia ganhar autonomia econômica, algo que os EUA não permitiriam sem responder.

Ao ser questionado na entrevista de trabalho de campo deste trabalho, o chefe da unidade de integração econômica do Ministério das Relações Exteriores, Eloy Mendonza reconhece que, historicamente, golpes de Estado e intervenções políticas na América Latina foram frequentemente influenciados por forças externas e interesses econômicos, assim, é plausível que influências semelhantes ainda existam hoje, inclusive no caso boliviano. No entanto, o ele destaca a dificuldade de comprovar essas ações, especialmente no que diz respeito à identificação de quem financia, como o dinheiro circula e quais são os mecanismos utilizados. A influência é vista como real e inserida em um contexto mais amplo latino-americano, mas o desafio está em obter provas concretas para sustentá-la:

Obviamente, pode existir, não?! como, quer dizer, a história nos diz que existe. Sabemos dos golpes na América Latina, sabemos que tipo de influências houve. Se esse precedente existe, por que não? Sim, pode existir, mas é muito difícil afirmar e dizer quando, quem, como, de onde é

---

<sup>4</sup> Entrevista com Laura Chile, Segunda Secretária da Chancelaria (Apêndice G) e entrevista com Franklin Molina Ortiz, ex-Ministro de Hidrocarbonetos (Apêndice D).

financiado, como vem o dinheiro, ou não sei... Porque você também não pode fazer esse tipo de coisa sem apoio financeiro; é muito difícil. Então, influencia? Sim, sim, existem, e esse é o contexto, e não se trata apenas de aboli-lo, mas da América Latina como um todo. Então, sim, sim, pode ser, mas a parte difícil do seu trabalho será: como você conseguirá provar essa parte (Mendonza - apêndice B, 2024, tradução nossa).

Vale a pena destacar que, no período em que ocorreu o golpe, a conjuntura econômica internacional passava por uma guerra comercial entre as duas maiores potências econômicas da atualidade, China e Estados Unidos da América, o conflito foi mediado através da Organização Mundial do Comércio (OMC). Mais tarde, a China iniciou um processo, pela mesma organização, que denuncia as políticas fiscais que dão preferência aos países ocidentais e que questiona as políticas aplicadas pelos EUA. A China sustentou que essas práticas interferem em seu mercado de veículos elétricos, em que é líder de produção mundial devido seus subsídios que apoiam investimentos em baterias de lítio (Yang, 2023).

Além disso, as baterias de íon de lítio abrangem um mercado ainda maior do que o setor automobilístico. Elas são essenciais para o setor de eletrônicos como celulares, *tablets*, computadores e afins. Além disso, a tecnologia móvel representa a segunda fase do capitalismo de vigilância<sup>5</sup>: nessa conjuntura, os valores democráticos são desprezados para o mantimento das corporações de tecnologia e o sistema financeiro que migram seus investimentos para o setor de tecnologia.

Ou seja, a narrativa da conspiração ganhou força durante a crise política desencadeada pela fraude eleitoral de 2019, sugerindo que o interesse dos EUA em recursos como o lítio foi a causa do golpe. Por outro lado, existe o ponto de vista de que Morales e seus aliados promoveram a ideia de que a mídia fazia parte de um "cartel de mentiras", permitindo-o desviar a atenção de seu fracasso em industrializar os recursos evaporíticos. Apesar das diversas alegações de que o lítio foi um fator-chave na crise, não há evidências consistentes que as sustentem, sugerindo que elas foram "encenadas" para esconder a ineficácia das políticas governamentais (Poveda Avila, 2019).

---

<sup>5</sup> O capitalismo de vigilância, conceito desenvolvido por Shoshana Zuboff (2019), descreve um novo modelo econômico que emergiu com a era digital e a expansão da internet, baseado na coleta massiva de dados pessoais por empresas de tecnologia, como Google e Facebook. Essas empresas utilizam os dados coletados para prever e influenciar comportamentos, criando mercados de previsão de comportamento, pois a conectividade constante proporcionada por dispositivos eletrônicos, como smartphones e computadores, é essencial para a coleta contínua de dados, que são transformados em informações e em perfis detalhados de usuários e comercializando para anunciantes que desejam criar campanhas direcionadas. Esse modelo não só prevê, mas também busca influenciar comportamentos, incentivando ações específicas que beneficiam economicamente as empresas. A necessidade de utilização de eletrônicos está diretamente ligada a esse sistema, pois eles permitem a vigilância contínua e a influência sobre os usuários, levantando questões importantes sobre privacidade, segurança e ética na era digital.

Após a renúncia de Evo, Jeanine Áñez, então segunda vice-presidente do Senado, autoproclamou-se presidente interina em 12 de novembro de 2019, durante uma sessão legislativa na qual a maioria dos parlamentares do MAS não estava presente. Tal situação invalida a legitimidade da ação por conta da necessidade de quórum (Romano *et al*, 2021). Devido ao fato de os parlamentares estarem ausentes, a autoproclamação de Áñez foi considerada um golpe, resultando em revoltas populares e conflitos com as autoridades militares.

Conjuntamente, houve a queima da bandeira Wiphala — símbolo da autodeterminação indígena — por parte dos líderes do golpe, o que gerou indignação e protestos de setores indígenas que haviam passado por mudanças significativas durante o governo Morales, incluindo avanços em direitos e dignidade. A maioria dos manifestantes, incluindo mulheres indígenas, entendem a queima da Wiphala simbolizava um retorno aos tempos de discriminação. O governo Morales implementou políticas que levaram a uma redução notável da pobreza e da desigualdade. No entanto, apesar dos avanços, a população indígena continuou preocupada com o retorno das forças de direita ao poder, evocando memórias de repressão e violência sofridas no passado. E essa tensão entre a esperança de progresso e o medo da regressão se tornou um tema central na narrativa política boliviana.

### *3.1.6 Crise política (2019-2024)*

Após a crise política e o golpe de Estado em 2019, Evo Morales foi forçado a deixar o país e retornou em 2020, mas sem a possibilidade de participar das eleições. Porém, Morales mantém o poder através de várias estratégias e influências políticas por ter grande controle dentro do partido MAS-IPSP, embora não ocupasse um cargo oficial. Morales demonstrou seu apoio popular quando manteve apoiadores além das fronteiras da Bolívia, gerando tensões com países vizinhos, o que indicava sua intenção de manter um papel ativo na política regional. Outra forma de demonstrar sua influência foi através da mobilização de apoio popular, como evidenciado pela "Marcha pela Pátria" em apoio a campanha política de Luis Arce Catacora. O evento reuniu diversas organizações sociais e demonstrou que, apesar de sua popularidade ter diminuído, ele ainda possui uma base de apoio significativa (Apazza, 2022).

Com o apoio de Evo Morales, Arce foi eleito com 55,1% de voto popular e maioria na Assembleia Legislativa Plurinacional. Entretanto, seu poder de administração passou por uma transformação notável em sua dinâmica política e, em pouco tempo, foi de um governo majoritário para um governo minoritário. Seu governo enfrentou disputas internas no MAS,

oposição no Poder Legislativo e uma recessão econômica que intensificou o conflito social (Jauregui, 2024).

Para melhor entender a crise que se passa, entre os dias 28 de novembro e 16 de dezembro de 2024, realizei uma série de entrevistas presenciais na cidade de La Paz, Bolívia, que foram fundamentais para a construção analítica desta dissertação. A experiência de campo proporcionou não apenas dados valiosos, mas também importantes percepções sobre o contexto político-institucional que permeia a governança do lítio no país. A seguir, compartilho brevemente minhas impressões sobre algumas das entrevistas realizadas, com o cuidado de preservar a ética da pesquisa e o anonimato quando necessário.

A entrevista com o Chefe da Unidade de Integração Econômica do Ministério das Relações Exteriores, Eloy Mendoza, revelou certa cautela por parte do entrevistado, especialmente diante de perguntas relacionadas ao estabelecimento de contratos com empresas estrangeiras e à influência externa na política doméstica. Sua postura, ainda que cordial, indicou reservas compreensíveis, considerando sua posição institucional. Nessa ocasião, contei com o apoio da minha amiga Lily, a quem registro especial agradecimento por sua generosidade e pelas conexões que tornaram grande parte do trabalho de campo possível.

Através de um contato feito por Lily, fomos recebidos pelo senador Félix Sajpe (MAS), a entrevista ocorreu em seu gabinete, o que contribuiu para uma conversa fluida e rica. O senador demonstrou profundo conhecimento sobre os desafios da governança do lítio e respondeu com clareza e objetividade, mesmo mantendo, como esperado, a discrição necessária sobre temas mais sensíveis de sua atuação política.

A entrevista com o Vice-Ministro de energias renováveis foi marcada por certa rigidez e apreensão. Suas respostas demonstraram preparo prévio e pouca abertura ao aprofundamento das questões, especialmente quando se abordava sobre os contratos. Sua postura resguardada pode estar relacionada à natureza estratégica e de confiança de seu cargo, o que limita a exposição pública de opiniões mais críticas.

No encontro com Laura, também articulado por meio da Lily, fui recebida de forma acolhedora e encontrei uma interlocutora disposta a contribuir com o debate, mesmo evitando assumir uma posição clara sobre a crise interna no MAS. No entanto, não hesitou em apresentar críticas pontuais ao que considerava problemático na condução política vigente. Na ocasião da entrevista, a cidade estava tomada por manifestações e restrições de acesso à Praça Murillo, onde ocorria um evento reservado a autoridades sobre o futuro do lítio — o que reforçou a relevância e atualidade do tema abordado nesta pesquisa.

A entrevista com Franklyn Molina ocorreu em um café, com a presença de Daniel Agramont-Lechín, autor de uma obra que fundamentou parte significativa da análise teórica deste trabalho. Molina demonstrou disposição para dialogar, embora tenha adotado uma linguagem cuidadosa e pouco explícita em relação a posicionamentos políticos. Suas observações concentraram-se na administração da industrialização do lítio, evitando críticas diretas ao governo Arce, mas deixando transparecer certo distanciamento da gestão de Evo Morales.

Com relação à entrevista com o deputado Santos Cori, percebi inicialmente um certo desconforto, que foi superado ao longo da conversa. Ele compartilhou sua trajetória política vinculada ao MAS-IPSP e deixou claro seu apoio ao governo Arce, sobretudo em função dos projetos que beneficiam diretamente suas províncias. Apesar de seu sotaque marcante e de expressões culturais específicas da região de El Alto, foi possível compreender suas contribuições, que refletiram sinceridade e compromisso com as demandas populares que representa.

Fredy Bobaryn, ex-vice-ministro de Coordenação e Gestão Governamental nos primeiros anos do governo Arce, foi o primeiro entrevistado da pesquisa. Sua fala foi marcante ao destacar a fragmentação interna do MAS, não poupando críticas à gestão atual, mesmo tendo integrado o governo. Suas observações foram fundamentais para contextualizar os conflitos internos no campo político que atravessam a governança do lítio.

Por fim, a entrevista com Gabriel Villalba Pérez, assessor do senador suplente Leonardo Loza, foi uma das mais contundentes. Gabriel apresentou um diagnóstico crítico da atuação da Assembleia Legislativa, destacou interferências externas nos processos decisórios e foi enfático ao criticar a gestão de Arce, evidenciando seu alinhamento com Evo Morales. Suas declarações revelaram um cenário de dissenso interno e disputas pelo controle da política do lítio.

Esses encontros, em sua diversidade de tons, experiências e posições políticas, ampliaram significativamente minha compreensão sobre a complexidade da governança do lítio na Bolívia. A escuta atenta dos entrevistados e a vivência *in loco* foram fundamentais para estabelecer uma análise mais sensível à realidade boliviana, além de reforçar o compromisso ético e metodológico desta pesquisa.

A separação entre a liderança do governo e a liderança do MAS-IPSP abalou a estrutura do partido, que antes era fortemente centralizada em torno de Morales e que agora passou a enfrentar desafios com a emergência de líderes regionais e facções que não se

alinham automaticamente com a visão de Morales. Tal movimento reflete uma mudança na política boliviana, onde a ascensão de novos líderes e a fragmentação do poder são mais evidentes. Isso porque Morales tem intenções de retornar ao poder em 2025, o que gera tensões com Choquehuanca e Arce, que buscam manter o equilíbrio para evitar conflitos que possam enfraquecer sua administração. Arce, agora em posição de liderança, tentou se distanciar de Morales ao não incluir sua antiga comitiva em seu governo e ao ignorar as exigências do ex-presidente para trocar de ministro (Molina, 2022).

Segundo o Deputado Santos Cori Perca, eleito pelo MAS-IPSP por três províncias, aponta que durante seu governo Evo Morales centralizou o poder em sua figura, controlando tanto a presidência quanto o partido, o que resultou em um "comando único", essa concentração de decisão permitiu que ele impusesse sua vontade sem um debate adequado no Parlamento, afetando a governança e a implementação de políticas.

Quando o Evo era, digamos, presidente, havia um comando único. Evo era presidente e também chefe do partido. Então, todo o poder se concentrava nele — político e também na administração do país, ninguém o enfrentava. Se o Evo dizia que você tinha que ir para a prisão, era assim que acontecia [...]. Esse comando único, ninguém contestava. Agora existem dois comandos: um é o Evo, que sempre foi o líder principal, e o outro é o Lucho, que é o presidente. Duas lideranças, e naturalmente elas entram em conflito, não é? (Cori Perca - apêndice H, 2024, tradução nossa).

Ou seja, você tem uma institucionalidade do Estado que foi construída por Evo. É uma institucionalidade criada à imagem e semelhança de Evo, mas que agora serve aos interesses do Presidente Arce (Bobaryn Lopes - apêndice E, 2024).

Na época do Evo, García Linera tinha o controle total, ninguém podia discordar do que Evo Morales dizia, nem os deputados. Por exemplo, se o Evo dissesse que uma caneta era azul com branco, e alguém visse preta, essa pessoa não poderia contestar — teria que aceitar e dizer: “Você está comigo ou está com o império?” Todo mundo seguia essa regra. Quando chegamos aqui, os ex-líderes que estavam acostumados com esse controle esperavam que David Choquehuanca assumisse esse poder, mas David nem ligava para a Assembleia e o Evo Morales aproveitou isso, e todos foram perdendo espaço. Até que o Luis Arce se viu sem apoio na legislatura, e quase aconteceu a mesma coisa no Senado. Eu não vou me rebelar, mas eu disse para eles: “Aqui não viemos para governar obedecendo a ninguém, nem de um lado nem de outro.” (Sajpe - apêndice C, 2024, tradução nossa).

Com a eleição de Luis Arce houve uma divergência de princípios para a direção política. Apesar de Arce ter sido um aliado oficial de Evo desde que foi nomeado para Ministro das Finanças em 2006, onde atuou por dez anos, ao ser eleito como Presidente do

país em 2020, houve um desencontro de gestão com Evo e, conseqüentemente, com seus apoiadores, o que gerou um dissenso na Assembleia Legislativa.

Não há um motivo claro para o desalinhamento entre Arce e Evo, porém o senador pelo departamento de La Paz, Felix Sajpe (MAS-IPSP) — que no momento da entrevista se posicionava a favor de Andrônico pelo MAS-IPSP na corrida presidencial de 2025 —, expressa uma visão crítica e desconfiada sobre Luis Arce, questionando os motivos que levaram Evo Morales a indicá-lo como sucessor e apontando incoerências entre o discurso e a prática do atual presidente. Segundo ele, Arce era conhecido entre seus colegas universitários como um “ultraliberal” e defensor do neokeynesianismo, o que contrasta fortemente com a proposta de economia comunitária que fundamentava o projeto original do MAS. Para Félix, essa incongruência revela uma falta de princípios por parte de Arce, cuja atuação estaria mais alinhada a uma lógica tecnocrática e liberal do que aos ideais populares e socialistas do instrumento político. Além disso, ele critica a má gestão dos recursos nacionalizados durante o governo de Morales e acusa Arce de ter se aliado a setores da extrema-direita, o que, em sua visão, descaracteriza o projeto político do qual ele faz parte e contribui para a atual crise de identidade e legitimidade do governo boliviano.

Então, na verdade, eu não sei com quais objetivos Evo Morales colocou Luis Arce no governo. Diziam que ele era o melhor economista, mas meus colegas de curso na universidade diziam: “esse é o neoliberal mais neoliberal que conhecemos como profissional.” Nos nossos cursos de pós-graduação, a gente se juntava — advogados, economistas, colegas de curso — e eles diziam: “mas como é que o Arce é ministro? Ele é ultraliberal, é adepto do neokeynesianismo, e sempre aplicou isso”. Então, como é que você pode dizer que ele não tem princípios? Claro que tem. A gente falava primeiro de economia comunitária, mas o Luis Arce era esperto e convenceu até o Evo Morales. A única coisa boa que o Morales fez foi nacionalizar os lucros das empresas transnacionais. Continuávamos comprando, mas o problema estava bem na mesa: eles gastaram até acabar o dinheiro que tinha do mar e também os depósitos de recursos se esgotaram. Luis Arce sabia para onde estava levando Morales. Ele sabia. Aí se juntou todo mundo da extrema direita, que nada tinha a ver com a origem do instrumento político (Sajpe - apêndice C, 2024, tradução nossa).

Então, ele era um tecnocrata que trabalhava no Banco Central da Bolívia. Quando o Evo ganhou a eleição, ele tinha um perfil interessante e algumas ideias. No primeiro ano do governo, em 2006, apresentaram ele para o Evo, que o nomeou ministro da economia. E desde então ele está no MAS, de 2006 até agora, em 2024. Antes disso, ele era só um técnico, ou seja, não militava em nenhum partido e não era ativo em política (Bobaryn Lopes - apêndice E, 2024).

Vale a pena ressaltar que Evo Morales e Luis Arce são eleitos pelo MAS-IPSP e, também, que o MAS-ISPS compõe maioria na Assembleia Legislativa e, devido a esse dissenso, o partido passa por uma fratura interna. Nesse sentido, o Vice-Ministro da Coordenação e Gestão Governamental Freddy Bobaryn López analisa que o sistema político boliviano encontra-se distorcido, pois o Movimento ao Socialismo (MAS) atua simultaneamente como partido e oposição. Essa configuração gera uma crise interna no partido que se reflete em todo o sistema político nacional, provocando uma "policrise" — com impactos econômicos, sociais, institucionais e judiciais. Segundo ele, a ausência de diálogo político efetivo levou à judicialização das disputas internas, transferindo a resolução de conflitos para instâncias como o Ministério Público e, principalmente, o Tribunal Constitucional Plurinacional. Assim, questões que deveriam ser debatidas democraticamente no parlamento acabam sendo decididas por sentenças judiciais, o que compromete os mecanismos representativos da democracia boliviana:

Temos um sistema político que está distorcido. É um sistema monopartidário, onde o Movimento ao Socialismo (MAS) é ao mesmo tempo o governo e a oposição. Então, tudo o que acontece no sistema político, na verdade, está ligado ao que ocorre dentro do próprio movimento social. E, neste momento, a crise dentro do MAS é a crise do sistema político. Infelizmente, agora temos uma luta interna entre lideranças dentro do partido, que gerou uma divisão no MAS e, conseqüentemente, uma divisão no sistema político. Isso está causando problemas e gerando uma policrise — várias crises que o país está vivendo ao mesmo tempo: econômica, política, social, institucional e judicial. O que querem fazer é justamente impor as coisas. Para isso, estão judicializando questões que são políticas. Ou seja, as controvérsias políticas não são mais resolvidas por diálogo, nem pelos representantes na Assembleia Legislativa — deputados, senadores, que deveriam representar os interesses do povo. Em vez disso, os problemas estão indo para a justiça, o que gera sentenças e decisões que obrigam uma das partes a ceder tudo para a outra. Quando digo judicializar, quero dizer criar leis, recorrer ao Ministério Público, aos juízes principalmente aos magistrados do Tribunal Constitucional Plurinacional. São eles que, no fim das contas, estão decidindo as controvérsias políticas que existem no país (Bobaryn Lopes - apêndice E, 2024).

A divisão do MAS ocorreu de forma gradual e foi marcada por uma série de eventos e dinâmicas internas que culminaram em tensões significativas iniciadas ainda no referendo de 2016. Mas foi a partir de 2020, com a eleição de Luis Arce, que surgiram rumores de que o MAS estava se dividindo. Essas alegações foram alimentadas por disputas internas e pela percepção de que diferentes grupos do partido estavam lutando por influência e controle. Os motivos da divisão incluem: i) a ascensão de novos líderes e a luta pelo poder dentro do partido geraram rivalidades (por exemplo, figuras como David Choquehuanca e Evo Morales,

que antes eram aliados, começaram a adotar posturas divergentes); ii) as questões como corrupção e narcotráfico trouxeram à tona divergências sobre como o partido deveria responder a esses desafios e, ademais, a falta de consenso sobre a abordagem a ser adotada em relação a esses problemas contribuiu para a divisão; iii) a formação de diferentes correntes ideológicas dentro do partido, com interesses e visões distintas, que levou a uma falta de coesão e a um ambiente onde as disputas internas se tornaram mais evidentes (Cambilla, 2023).

Devido à divergência da coalizão política que apoiava o MAS, a crise se instaurou e a incapacidade de administrar uma sucessão de liderança após a saída de Evo Morales criou um sistema multipartidário polarizado, onde as facções do partido competem pelo controle, dificultando a implementação efetiva de políticas e causando bloqueio institucional. A situação repercute na disputa pela influência do judiciário, que tem sido usado como recurso político para conter a oposição e manter o controle do governo. Nesse sentido, o ambiente atual reflete uma decomposição hegemônica do MAS, com mudança nas relações de poder e com o aumento da conflitualidade social, embora isso não se traduza necessariamente na formação de um sujeito constituinte. Nesse contexto, a crise do regime político se deve tanto a falhas no desenho constitucional quanto a mudanças na dinâmica política e social, afetando a capacidade do Estado de manter uma governança eficaz e estável (Jáuregui, 2024).

Além disso, os conflitos socioeconômicos impulsionados por sindicatos e grupos de transporte estão aumentando à medida que o governo perde o controle das ruas e enfrenta crescente pressão dos lobbies empresariais. Isso cria um cenário de instabilidade presidencial com a fragmentação partidária, as divisões ideológicas e a crise econômica, gerando uma crise de governabilidade (Jáuregui, 2024). Ou seja, essas tensões também se refletem na Assembleia Legislativa Plurinacional, onde o impasse legislativo está reproduzindo protestos sobre problemas econômicos — como acesso à moeda estrangeira e emprego — e questões como a aprovação de reformas no sistema previdenciário e financiamento para obras públicas (Veltzé, 2024). Isso porque a divisão entre os apoiadores de Evo, chamados “evitas”, e os apoiadores de Arce, chamados “arcistas”, faz com que esses grupos não se alinhem sobre assuntos políticos, gerando um dissenso na Assembleia Legislativa, como nas decisões políticas econômicas do Estado, no arquivamento da Lei do Lítio e na aprovação dos contratos para pôr em marcha a exploração do lítio.

O projeto de lei sobre o lítio foi uma iniciativa dos departamentos de Potosí e Oruro, surgida em 2023, enquanto a Comissão de Economia Plural, presidida por Sajpe, era

responsável por seu tratamento. Embora houvesse divergências, o projeto foi elaborado com uma proposta mais voltada à distribuição igualitária do que ao incentivo industrial. Após a aprovação na Assembleia Legislativa, a lei deveria passar pela consulta ao Executivo, mas durante todo o ano o governo não se manifestou, nem favoravelmente nem contrariamente. Apesar do apoio dos governos locais de Oruro e Potosí, a falta de resposta do Executivo deixou o projeto em estado de suspensão e agora há pressão para que seja retomada:

É uma iniciativa dos departamentos de Potosí e Oruro. Em 2023, eu presidia a Comissão de Economia Plural, responsável por tratar dessa lei. Eles chegaram a um consenso, argumentaram, mas é mais uma iniciativa governamental do que industrial. No entanto, eles a apresentaram e, quando ela passa pela Câmara, ou seja, pela Assembleia Legislativa, é preciso consultar o Executivo. Durante todo o ano em que fui presidente, o governo nunca respondeu, nem sim nem não. Os governos locais, tanto os governos de Oruro e Potosí quanto os governos municipais vizinhos, disseram que essa legislação é viável, mas até hoje o Executivo nunca disse sim ou não. Ela está lá porque tem que nos responder, e os senadores de Potosí dizem: "Senador, o senhor tinha a capacidade de aprovar a lei sem uma resposta do Poder Executivo", mas nós éramos a Câmara original, mas ela ia ser passada para os deputados, então ela acabaria lá (Sajpe - apêndice C, 2024, tradução nossa).

Além disso, a ausência de envolvimento efetivo do Executivo, que deveria liderar a iniciativa e fornecer respaldo técnico-financeiro por meio de seus ministérios e conselhos nacionais, impediu o avanço da lei. Sem um planejamento adequado, especialmente em termos de financiamento e viabilidade técnica, o projeto não progrediu. O governo, entretanto, avança em firmar contratos internacionais baseando-se na antiga lei mineradora, que não contempla adequadamente a especificidade do lítio como mineral energético. Isso gera uma situação de impasse legislativo e descontentamento regional, pois a regulamentação apropriada para o lítio continua pendente:

Então, essa regulamentação está em vigor, e agora eles estão me pedindo, como Comitê de Política Internacional, para restabelecer essa lei, e é por isso que o governo está fazendo exigências firmes às empresas estrangeiras. Não acho que a regulamentação me impeça de fazer isso. Então, essa lei não funciona. A lei que nos obriga agora a aprovar contratos se baseia na lei de mineração, que é muito diferente da exploração de lítio. O lítio é um mineral diferente, mas o tratamento é diferente porque os minerais não são relacionados à energia; ouro e estanho não são relacionados à energia, e este é um mineral relacionado à energia. Então, imagino que esses contratos venham daí. Então, teremos que rejeitá-los porque eles não cumprem a regulamentação, porque ainda estão pendentes devido a uma resposta do Poder Executivo (Sajpe - apêndice C, 2024, tradução nossa).

Apesar da pressão de Oruro para avançar a lei do lítio, o Executivo boliviano não assumiu a liderança necessária no processo. Órgãos e ministérios responsáveis, como o Conselho Nacional de Orçamento e os ministérios de Energia, Planejamento e Economia, não apresentaram respostas ou propostas concretas. A falta de planejamento e de coordenação entre Executivo e Legislativo impede que a lei avance, deixando o projeto parado e sem perspectivas claras de implementação:

Quando Oruro pressiona as autoridades, elas dizem: "não estamos discutindo a lei, está no legislativo", então, eles não respondem... não, não estou reclamando, porque essa é a realidade, certo? Isso está acontecendo sem levar em conta o Executivo, porque agora quem tem que tomar a iniciativa nisso é o Executivo, porque eles têm o Conselho Nacional de Orçamentos Estaduais, a Conape e a Udape. Eles não se envolveram com os ministérios da energia, nem o Ministério do Planejamento ou o Ministério da Economia, nem responderam sobre quanto será gasto para financiar o tratamento com lítio. Não há planejamento real, suponho que seja isso. Não sei, não estou no Ministério de Energia para dizer que estamos tentando. Tem um colega que foi muito bom, o Malta que diz "estamos trabalhando na lei, vamos enviá-la", mas nunca manda... ou melhor, ele disse que isso é o que o próprio Oruro propõe e agora o Executivo está respondendo a isso porque tínhamos que chegar a um consenso para aprovar uma lei que seja útil para o povo boliviano, mas até agora ela não está sendo tramitada, está aqui (Sajpe - apêndice C, 2024, tradução nossa).

Segundo Bobaryn Lopez (2024), a aprovação de um contrato estratégico na Bolívia está bloqueada na Assembleia Legislativa devido à disputa interna entre Evo Morales e Luis Arce, que fragmentou o partido governista (MAS) e impediu a formação de maioria. Embora o presidente Arce tenha anunciado intenções de acordo com países como Rússia e China, a falta de apoio político impossibilita a ratificação formal exigida pela Constituição:

É um problema político, porque há um contrato que precisa ser ratificado pela Assembleia Legislativa Plurinacional. A disputa entre Evo e Luis é que não há maioria suficiente para aprovar o contrato. Ou seja, a Constituição determina que os contratos devem ser revisados pela Assembleia e precisam de uma lei para serem aprovados. Então, o presidente Arce só tinha anunciado intenções comerciais, acordos — com a Rússia, com a China, por exemplo — mas nada foi formalizado. E como não temos votos no Congresso, o contrato está preso a uma busca política. O contrato litigioso está parado na Assembleia Legislativa, entendeu? O presidente faz apelos públicos pela imprensa para que a Assembleia aprove, mas ele não vai aprovar por causa da divisão. Isso porque Evo disse que não quer que nada seja aprovado pelo governo Luis. Assim, a bancada está dividida em duas partes, está fragmentada. Portanto, Luis não tem os votos necessários para aprovar o contrato (Bobaryn Lopes - apêndice E, 2024, tradução nossa).

Molina Ortiz (2024) concorda que o partido de governo da Bolívia está dividido entre os grupos de Evo Morales e Luis Arce, o que gera impasses tanto na Câmara de Senadores, controlada por Evo, quanto na de Deputados, dominada por Arce. Essa fragmentação dificulta a aprovação de leis e contratos, e a situação deve permanecer travada até a próxima legislatura, com exceção da lei do lítio, que tem apoio de ambos os lados:

O próprio partido do governo está dividido: há uma ala ligada ao Evo e outra ligada ao presidente Arce. Por exemplo, o Senado está sob controle do Evo, porque os senadores são mais alinhados a ele. Já na Câmara dos Deputados, quem tem a maioria é o presidente Arce. Então, muitas vezes, as coisas travam nas duas casas — tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado. Aqui, temos um sistema bicameral, ou seja, as leis precisam ser aprovadas pelas duas casas. Mas isso está muito difícil. Eu vejo que tudo vai ficar parado até a próxima legislatura. Porque, se os contratos de crédito não conseguem ser viabilizados... Na verdade, eu acho até mais provável que a lei do lítio seja aprovada, porque aí há acordo dos dois lados (Molina - apêndice D, 2024, tradução nossa).

O deputado Santos Cori (2024) ao ser perguntado sobre a possibilidade do dissenso na Assembleia Legislativa influenciar a continuidade dos projetos sobre o lítio, coloca que o atual clima é mais uma estratégia política do que uma oposição legítima. Segundo ele, no período em que Evo Morales liderava, o Parlamento apenas ratificavam suas ordens sem debate. Agora, apesar de haver mais espaço para discussão e socialização de propostas, a ala ligada a Evo utiliza críticas e objeções como pretexto para dificultar a gestão de Luis Arce, com o objetivo de enfraquecê-lo politicamente. Um exemplo concreto dessa obstrução planejada seria a não aprovação do orçamento geral do Estado:

Isso é influência? Para mim, isso é só um pretexto. Como eu te disse, antes havia um comando único: o que Evo mandava era o que valia, ele dizia "é pra amanhã", "coloca esse", "vocês aprovam isso", e o Parlamento obedecia, não discutia, só aprovava. [...] Agora, a gente manda projetos com metas, a gente compartilha com as pessoas, mas a gente continua criticando, dizendo "isso é errado mesmo". É só um pretexto, com a intenção de prejudicar o presidente Lucho (Luis Arce). É isso que os evistas fazem — é o jeito deles: qualquer coisa eles questionam. Já faz um ano que a gente está acontecendo isso e a gente já sabe que, como agora, não vai aprovar o orçamento geral do Estado. A gente já está pronto para isso (Cori Perca - apêndice H, 2024, tradução nossa).

Em contraposição, Villalba Pérez (2024), assessor de Leonardo Loza — Senador Suplente (MAS) —, critica a forma como o presidente da Bolívia tem conduzido os acordos de industrialização do lítio, tratando o recurso estratégico como um "negócio familiar". Segundo ele, os contratos foram firmados com cláusulas de confidencialidade — algo

inadequado para temas de interesse nacional — e anunciados diretamente à mídia, sem a devida consulta prévia à Assembleia Legislativa, como exige a Constituição. O assessor coloca que o correto seria primeiro discutir os termos com a Assembleia, garantindo transparência e a escolha das propostas mais vantajosas para o país. Além disso, é apontado que a atual prática do Executivo pressiona socialmente o Legislativo a aprovar acordos já firmados, invertendo o processo legítimo de decisão compartilhada sobre os recursos naturais:

Isso também tem a ver com esse processo de tratar o lítio como se fosse um negócio de família, entende? E o presidente optou por fechar esses contratos, primeiro com cláusulas de confidencialidade — quando não deveria haver cláusulas confidenciais em assuntos que envolvem recursos naturais. Esses temas deveriam ser, no mínimo, discutidos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo do país. Infelizmente, o presidente tem feito anúncios sobre acordos com empresas interessadas em investir no lítio, sem respeitar o papel que a Assembleia Legislativa deveria ter nesse tipo de decisão. A industrialização do lítio, embora seja uma atribuição exclusiva do Estado, não é uma responsabilidade exclusiva do presidente dentro do que diz a Constituição. Para qualquer decisão sobre recursos naturais na Bolívia, o presidente precisa consultar diretamente a Assembleia Legislativa Plurinacional. A Assembleia é o único órgão com poder para autorizar esse tipo de acordo. Mas o que vemos hoje é que o presidente anuncia esses acordos diretamente à imprensa, fala que eles têm cláusulas de confidencialidade, divulga o valor do investimento — que, aliás, deveria ser um dado público — e, só depois, com essa pressão da mídia e da opinião pública, encaminha o acordo à Assembleia. Aí ele diz: "Eu já fiz tudo que podia pela industrialização do lítio, agora é a Assembleia que está travando tudo." Quando, na verdade, deveria ser o contrário. O certo seria que o presidente, primeiro, buscasse um acordo com a Assembleia Legislativa Plurinacional. E então, de forma conjunta entre o Legislativo e o Executivo, se negociassem os termos para a entrada de empresas, analisando com cuidado qual proposta seria mais vantajosa para o Estado boliviano. Essa é, em resumo, a explicação que posso te dar. Acho que me estendi bastante, mas é porque o tema do lítio é muito sério, e infelizmente as decisões sobre esse recurso natural estratégico estão sendo tomadas apenas pelo Poder Executivo — o que não é o caminho correto. (Villalba Perez - apêndice F, 2024, tradução nossa).

Segundo Chile (2024), a disputa político-eleitoral interna na Bolívia comprometeu a aprovação de leis, decretos e empréstimos essenciais para o desenvolvimento de setores estratégicos como o lítio e o gás, prejudicando a economia do país. A falta de clareza entre interesses partidários e a política estratégica nacional gerou instabilidade na Assembleia Legislativa:

O tema político interno, em relação a muitos assuntos estratégicos da Bolívia, tem sido comprometido justamente porque existe uma luta político-eleitoral. Infelizmente, isso afetou de certa forma a economia do país, porque muitos desses decretos, leis e empréstimos que a Bolívia precisa — e que o povo boliviano precisa — para atuar em áreas estratégicas, como o lítio e os recursos de gás, passam pela Assembleia. Nesse caso, não houve um controle efetivo na Assembleia Legislativa, nem um horizonte claro. Porque uma coisa é a política partidária, e outra bem diferente é a política estratégica do país. [...] Mas, no que diz respeito a esses recursos estratégicos, como o lítio, o processo ficou travado na Assembleia Legislativa. E isso é algo que não pode avançar em cinco anos, se não houver uma hegemonia política com um objetivo claro (Chile - apêndice G, 2024, tradução nossa).

Esse impasse legislativo repercute críticas à reforma constitucional do Estado Plurinacional, já que a plurinacionalidade permite a autonomia das comunidades indígenas, seu autogoverno, o reconhecimento de suas instituições e de sua cultura e a consolidação de suas entidades territoriais. Esses direitos incluem, ainda, a gestão de seus recursos naturais renováveis, a administração da justiça conforme seu sistema jurídico próprio e a definição de suas formas de organização (Valtzé, 2024). Embora a Constituição de 2009 tenha desenvolvido um amplo catálogo de direitos, ela não abordou adequadamente a organização efetiva do poder. As ambiguidades na direção do legislativo e do judiciário aumentam a confusão sobre hierarquias de poder e independência judicial; problemas que não são problemas não são apenas conjunturais, mas sim estruturais (Tudela, 2024).

Outra crítica sobre a Constituição Fundamental é sobre as ambiguidades, carências e contradições em certas partes do seu texto, que geram "interpretacionismos" favorecendo interesses políticos específicos, como o resultado do referendo de 2016, que é apontada como falha que compromete a democracia. Porém, embora haja a necessidade de reformas, é ressaltado que os problemas estruturais do país não exigem necessariamente uma revisão radical da Constituição, mas sim uma reforma que possa ser realizada dentro do marco legal existente (Zegada, 2024).

Situações de descontentamento social e crises institucionais podem levar a uma nova discussão sobre a Constituição. Este momento é propício para ajustes que não necessariamente exijam uma nova assembleia constituinte, mas que permitam reformas por meio de um processo evolutivo. Dadas as dificuldades para implementar grandes reformas, Yañez (2024) sugere que uma abordagem mais minimalista e pragmática pode ser mais viável. Isso implica focar em mudanças pontuais que tratem de problemas críticos — como o

hiperpresidencialismo e a estrutura de divisão de poderes — sem buscar um novo momento refundacional (Yañez, 2024).

Sintetizando, faz vinte anos que o partido do MAS governa a Bolívia e Evo Morales foi presidente por treze anos; seu governo ficou caracterizado pela política de Estado forte, cujos resultados econômicos foram positivos, pela nacionalização dos recursos naturais e, principalmente, pela nova Constituição Fundamental que refundou o Estado como Plurinacional ao reconhecer a autonomia de suas comunidades nativas. Por outro lado, a popularidade de Evo foi se desgastando dentro da sua base conforme o tempo por não conseguir conciliar a economia plural e, principalmente, devido a sua intenção de continuar governando após o tempo permitido pela constituição. Esse esgotamento se iniciou ainda no referendo de 2016 e aumentou nas eleições de 2019, a qual ele se candidatou.

Desde as eleições de 2019, a Bolívia vive uma crise política que conta com atores internos e externos simultaneamente. Os fatores internos, de maneira generalizada, são os opositores de Evo, do MAS e da base eleitoral do partido. Sobre os fatores externos, a conjuntura global de transição energética e a corrida pelo suprimento da cadeia de produção de minerais críticos, inclusive o lítio, também pode ter interferências, já que a ideologia de acumulação de capital e o estilo de vida moderno tem sobressaído sobre o estilo de vida local. Esse fator externo é sutil, pois não aponta nenhum ator externo, mas sim internos com valores externos, pois os próprios bolivianos buscam oportunidades de explorar seus recursos naturais em busca de acumulação de capital devido às pressões de demandas externas.

Ou seja, o modelo econômico primário-exportador do Estado rentista do governo de Morales facilitou a ascensão de uma pequena burguesia comercial indígena que — embora ainda em processo de constituição como classe dominante — se tornou uma fonte de inspiração ideológica e um núcleo de apoio social para o governo. Essa nova burguesia opera entre a informalidade e o reconhecimento legal, utilizando suas redes de contatos e conhecimentos para internacionalizar seus negócios, especialmente com a China (Siqueira, 2020). Portanto, as contradições dentro da economia boliviana são resultado de uma configuração típica de capitalismo dependente, onde o capital estrangeiro que domina um setor extrativista destinado aos mercados de exportação repercute em todas as camadas sociais (Webber, 2018).

### 3.2 VIVIR BIEN

Faz-se necessário abordar o *Vivir Bien*, este que pode ser lido como uma modo de viver milenar e ancestral que resistiu a anos de colonialismo e, atualmente, procura resistir ao imperialismo.

O *Suma Qamaña*, também conhecido como Viver Bem, é um conceito fundamental na cosmovisão indígena andina, especialmente Aymara-Quechua — povos originários que estão localizados onde hoje se conhece como território boliviano —, que propõe um novo paradigma para a humanidade. Esse paradigma baseia-se em um modo de vida comunitário, distinto do modelo ocidental associado ao desenvolvimento, ao capitalismo e à modernidade. A proposta do *Suma Qamaña* visa promover um equilíbrio entre o ser humano, a natureza e a comunidade, resgatando práticas culturais e rituais tradicionais (Cusicanqui, 2011). Por isso, o *Suma Qamaña* é visto como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento ocidental ao promover uma visão mais sustentável e ecológica em contraposição à lógica do mercado e do lucro. A cosmologia indígena andina, baseada na complementaridade de opostos e na interconexão de todas as coisas, oferece uma perspectiva única para repensar as relações humanas e com a natureza (Delgado, 2021).

Nesse sentido, Mamani (2010), coloca o estilo de vida do *Vivir Bien* como uma crítica ao estilo de vida promovido pelo modo de produção capitalista e os contrapõe através do *Vivir Bien* x *Vivir Mejor*. Segundo o autor, “*Vivir Mejor* es egoísmo, desinterés por los demás, individualismo, sólo pensar en lucro, porque para el *vivir mejor*, frente al prójimo, se hace necesario explotar, se produce una profunda competencia, se concentra la riqueza en pocas manos” (Mamani, 2010, p. 38).

Diferente do estilo de vida capitalista, o *Vivir Bien* baseia-se na comunidade, na fraternidade e na complementaridade, onde não há exploradores ou excluídos. Logo, essa abordagem promove a harmonia entre as pessoas e a natureza, rejeitando o luxo e o consumismo. Além disso, o *Vivir Bien* enfatiza a importância da comunidade sobre o indivíduo, onde cada pessoa tem um papel, uma responsabilidade e todos se apoiam. Nessa epistemologia, o trabalho é considerado fonte de felicidade e crescimento e não concorda que algumas pessoas vivam melhor às custas de outras (Céspedes, 2010).

Outra característica marcante do *Suma Qamaña* é a relação de respeito com a terra. Os povos indígenas consideram a Mãe Terra como sua origem e essência, sustentando que dela vêm e fazem parte dela antes de nascer e depois de morrer. Para eles, a identidade, a cultura, a organização social, a economia e a espiritualidade destes povos estão

intrinsecamente ligadas à Terra. Ensina-se que todos os povos surgem de uma “*pacarina*” — lugar sagrado de onde surgiram para formar civilizações. As *pacarinas* podem ser cavernas, lagoas, montanhas ou nascentes e nelas são realizadas cerimônias de reciprocidade com a Mãe Terra. Para os povos indígenas, a Mãe Terra é uma comunidade indivisível que inclui todos os seres vivos e que é considerada sagrada, pois é o lar que sustenta e reproduz a vida. Na visão originária do mundo, a Mãe Terra é vista como um ser vivo e, portanto, deve ser reconhecida como sujeito de direitos (Boff, 2012).

Posto isso, o estilo de vida do *Buen Vivir* surge como uma alternativa ao desenvolvimento econômico. Segundo Acosta (2019), após a Segunda Guerra Mundial o discurso sobre "desenvolvimento" estabeleceu uma estrutura de dominação dicotômica, classificando os países em desenvolvidos ou subdesenvolvidos, ricos ou pobres. Essa divisão foi amplamente aceita, inclusive por críticos, e resultou na formulação de diversos planos e teorias voltados para o desenvolvimento. Com o passar do tempo, a insatisfação com os resultados do desenvolvimento impulsionou a busca por novas alternativas, mas muitas dessas abordagens continuaram a operar dentro da lógica do desenvolvimento. O sistema mundial atual, caracterizado por sua eficiência e acumulação de capital, se provou um "mau desenvolvedor", por conta de seus resultados em crises e em devastação ambiental e social. Além disso, busca pelo desenvolvimento frequentemente justifica sacrifícios, como a destruição ecológica e a negação das raízes culturais, perpetuando um ciclo de subdesenvolvimento e a imitação de modelos ocidentais.

Desde o final da década de 1990, tem havido um aumento nas críticas ao modelo de desenvolvimento tradicional, especialmente em resposta à abordagem neoliberal que dominou as décadas anteriores. As críticas ao desenvolvimento resultaram num declínio do debate sobre essas tomadas de decisão econômicas — tanto na academia como na gestão governamental —, o que levou à desconfiança na eficácia de tais políticas. Embora nem todos os esforços de desenvolvimento tenham falhado, muitos foram insatisfatórios, criando uma desilusão entre os principais intervenientes sociais. Portanto, houve um “cansaço” com as concepções tradicionais de desenvolvimento que tem levado ao ressurgimento de alternativas, especialmente no início do século XXI, quando o modelo neoliberal começa a dar sinais de esgotamento. Essa mudança manifesta-se na chegada ao poder de governos de esquerda na América Latina, que procuram distanciar-se do reducionismo neoliberal e centrar as suas políticas na inclusão dos setores populares e na luta contra a pobreza. Neste quadro, é introduzido o conceito de “pós-desenvolvimento”, que não só critica as práticas e discursos

associados ao desenvolvimento, mas também procura questionar as bases ideológicas e culturais que sustentam o desenvolvimentismo tradicional (Gudynas, Acosta, 2011).

Por isso, Lalander (2010) coloca que a humanidade hoje passa por uma crise civilizatória e que já excedeu os limites da capacidade de suporte da Terra. O atual modelo de crescimento econômico torna-se, assim, insustentável, pois este contribui para a destruição da biodiversidade e para o aquecimento global. O autor ainda aponta que as alterações climáticas afetam desproporcionalmente os mais pobres, que sofrem as consequências mais graves, o que pode levar ao aumento da violência e às migrações em massa. Ademais, as soluções atuais — focadas no mercado e na tecnologia — não abordam as causas da crise, perpetuando o modelo de crescimento que as geraram ao invés de promoverem a diminuição e redistribuição de recursos. Portanto, Lalander (2010) argumenta que as alternativas devem ser anticapitalistas, uma vez que o foco no crescimento infinito é incompatível com a preservação da vida e que as comunidades indígenas e camponesas são vistas como a principal resistência a este modelo.

Conforme o conhecimento indígena, alinhado com as preocupações com a deterioração ambiental, ganhou importância, desafiou a ideia do desenvolvimento como uma imposição cultural do ocidente. Neste quadro, o conceito de “viver bem” surge como uma alternativa ao desenvolvimento, integrando conhecimentos tradicionais que priorizam o bem-estar humano e promovem uma relação harmoniosa com a natureza. Este conceito, em processo de construção, oferece uma visão alternativa de progresso que respeita as pessoas e o meio ambiente, constituindo uma resposta às limitações do desenvolvimento convencional (Gudynas, Acosta, 2011).

Porém, devido a contradição entre o viver bem e as políticas econômicas, entende-se que há uma apropriação do conceito de "viver bem" pelo governo boliviano, amplamente utilizado de slogan em diversos meios de comunicação e instituições estatais. Apesar de ser associado a uma proposta indígena e de possuir uma carga cosmológica significativa, o uso massivo e repetitivo desse termo pelo governo o esvazia de seu conteúdo político original, transformando-o em uma expressão vazia de significado. Essa estratégia retórica busca legitimar as práticas governamentais, mantendo uma ligação com as organizações sociais indígenas e camponesas, mas sem necessariamente refletir uma transformação profunda baseada na descolonização (Delgado, 2021).

Bobaryn Lopez (2024) denuncia o abandono do projeto de aprofundamento do Estado Plurinacional e da Filosofia do "Viver Bem" na Bolívia, ideal que deveria fortalecer a identidade e cultura política do país. Segundo ele, apesar dos avanços iniciais, essas

iniciativas foram deixadas em segundo plano, sem liderança ou impulso, nem mesmo por figuras que eram esperadas como protagonistas, como o vice-presidente Choquehuanca. Bobaryn Lopez coloca que atualmente a política boliviana está marcada por rivalidades internas que paralisam e sabotam mutuamente os grupos em disputa, prejudicando o próprio processo de construção estatal. Ainda, ele coloca que, devido a dificuldade do Estado manter uma estabilidade que supria necessidades básicas dos cidadãos, não pode se dedicar a projetos mais elevados, ou seja, sem resolver as bases materiais e políticas, a Bolívia não conseguirá avançar em seus ideais mais profundos:

Há um processo de apropriação do que significa o Estado Plurinacional, e o reconstituímos como parte de nossa identidade e de nossa cultura política. Mas esse trabalho não está sendo feito. Então, tudo o que já havia sido avançado e conquistado acabou, de certa forma, parado. E há grandes tarefas, que são titânicas, que estão abandonadas, que não estão sendo lideradas ou promovidas — nem mesmo o Vice-Presidente Choquehuanca, que era considerado o principal impulsionador da Filosofia do "Viver Bem". O ideólogo dessa filosofia não está em processo de mudança, mas a verdade é que não houve avanços significativos no aprofundamento dessa filosofia, nem na implementação do Estado Plurinacional em uma fase mais avançada do que a que vivemos atualmente. Não há uma real institucionalização do Estado, e há dois grupos dentro da política que não se entendem — e não é apenas que não dialogam, mas que se bloqueiam. E mais do que isso, fazemos coisas para sabotar um ao outro, para prejudicar. Eles estão em uma rivalidade em que ambos perdem. E é muito ruim, porque é um problema interno, que acontece dentro do próprio grupo. Como se diz: você tem uma família e eles são pobres, certo? Você precisa alimentar seus filhos. Então, qual é a sua maior preocupação? Como você consegue estudar poesia, tocar instrumentos ou aprender filosofia? Sua maior preocupação é conseguir comida para alimentar seus filhos? Bem, quando as necessidades básicas são garantidas, você começa a se preocupar com outros tipos de necessidades, que são apenas "luxuosas". Mas se você não puder garantir as necessidades básicas, dificilmente pensará em aulas de filosofia para seus filhos (Bobaryn Lopez - apêndice E, 2024, tradução nossa).

Segundo Chile (2024) o desenvolvimento energético da Bolívia inevitavelmente causará algum impacto ambiental, como já ocorreu em outros países desenvolvidos e emergentes. No entanto, ela enfatiza que tanto o governo quanto o povo boliviano têm consciência de que a exploração dos recursos naturais deve ser feita com responsabilidade, buscando minimizar os danos e retribuir as áreas afetadas. Essa abordagem é vista como uma política de Estado e um diferencial da Bolívia, que se posiciona como pioneira ao propor um modelo de extração mais comprometido com a preservação ambiental:

Eu parto do princípio mais soberano de que, obviamente, nós não podemos

avançar como país “subdesenvolvido” para uma potência energética sem afetar, de alguma forma, o meio ambiente. Os Estados Unidos fizeram isso, a China faz, a Rússia faz, todos os países da América Latina e da Europa também fazem. Mas há uma ressalva importante: o governo e o povo, embora precisemos extrair e explorar nossos recursos naturais, têm claro que não devemos causar um grande impacto ambiental. Pelo contrário, esse impacto deve ser compensado, e isso precisa ser uma política de Estado. Nós somos o primeiro país a propor isso (Chile - apêndice G, 2024, tradução nossa).

Também, Chile (2024) defende a necessidade de equilibrar a exploração dos recursos naturais — como minerais, lítio e terras raras — com a preservação ambiental e o respeito à Mãe Terra, alinhando desenvolvimento econômico à filosofia do "Viver Bem". Embora ela reconheça que a extração é inevitável para o progresso da Bolívia, destaca que o país busca um modelo responsável de exploração, diferente das práticas predatórias adotadas por outras potências. Além disso, Chile critica ainda a hipocrisia de países como os Estados Unidos e europeus, que, através de ONGs e fundações, denunciam danos ambientais na Bolívia, mas não oferecem soluções concretas, e cujos interesses estariam ligados a uma guerra híbrida para desestabilizar o país:

A mineração, assim como a extração e exploração de outros recursos naturais, afeta o público, mas também precisa haver um equilíbrio. Temos que extrair recursos naturais como mineração, lítio, terras raras para alcançar um desenvolvimento econômico, financeiro e energético. Porém, também não podemos prejudicar demais a Mãe Terra e o “Viver Bem”, como nós defendemos. Esse equilíbrio entre exploração e compensação à Mãe Terra é algo que estamos tentando avançar. Estamos tentando seguir essa mesma linha: explorar e industrializar, mas também cuidar da Mãe Terra — algo que outros países não fazem. E é curioso que, de certa forma, os Estados Unidos e outros países da Europa, por meio de suas ONGs e fundações, fizeram parte, por exemplo, da guerra híbrida que nos atacou em 2019. Eles falam que os rios e lagos estão sendo contaminados, que há exploração exagerada, mas não apresentam uma proposta de como resolver isso (Chile - apêndice G, 2024, tradução nossa).

Contudo, existe uma contradição entre a exploração do lítio, o respeito aos direitos da Mãe Terra e o viver bem. Isso porque a exploração do lítio, além de ser algo externo à cultura nativa que o viver bem busca preservar, é uma forma de buscar uma maneira de “viver melhor”, estilo de vida criticado por Mamani. Além disso, nas entrevistas realizadas para o desenvolvimento deste trabalho, quando os entrevistados foram perguntados sobre a questão do viver bem em contraposição a exploração dos recursos naturais, foram ressaltadas as necessidades de se industrializar em benefício das necessidades básicas da população<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Entrevista com Freddy Martín Bobaryn López, Ex-Viceministro de Coordinación y Gestión Gubernamental (Apêndice E).

Também foi utilizado o argumento de que outros países desenvolveram a partir de políticas econômicas semelhantes<sup>7</sup> e que a política ambiental da Bolívia exige uma reconstrução do local explorado, ou ainda que não há como desvencilhar do sistema atual<sup>8</sup>. Este último argumento abre margem para outra discussão bastante pertinente, mas que foge dos objetivos desta dissertação.

### 3.3 SOCIEDADE *ABIGARRADA*

Conforme colocado acima, para entender a formação das classes nacionais na Bolívia é necessário considerar a situação do país como uma semicolônia mesmo até a primeira metade do século XX. Devido sua condição mais desfavorecida que outras nações latino-americanas, ela foi constantemente assediada por interesses estrangeiros tanto de países vizinhos quanto pelos tentáculos do imperialismo. Também é necessário considerar que a exploração capitalista do estanho na Bolívia resultou na formação social moderna e alternativa que se tornou a base da resistência contra a oligarquia mineira durante a Guerra do Chaco. Nesse período, as classes nacionais despertaram de seu estado defensivo, levando à identificação para responder aos desafios impostos pela condução oligárquica. Dada situação fez com as classes nacionais resistissem às invasões econômicas e culturais, mantendo uma missão de resistência, conservação e perseverança em sua identidade nacional (Zalaveta Mercado, 2015).

Devido a esse contexto, René Zavaleta Mercado (2013) introduziu o conceito de "*sociedad abigarrada*", descrevendo a sobreposição de diversas sociedades heterogêneas sem articulação, cada uma com sua própria cultura, língua e organização política. Nesse mesmo raciocínio, o abigarramento é descrito por Tapia Mealla (2002) como a "sobreposição de diferentes tipos de sociedades que coexistem de forma desarticulada, estabelecendo relações de dominação e distorção entre si". Para Tapia Mealla, naquele momento a Bolívia era um país "multisocietal", onde, apesar de todos viverem sob a mesma estrutura institucional, não se forma uma identidade unificadora que supere as diferenças. Essa situação resultava em uma convivência desarticulada, desigual e exploratória entre os diversos grupos que compõem o mosaico sociocultural boliviano (Tapia Mealla, 2002).

Em perspectiva com um panorama recente, após a era Morales na presidência da Bolívia houve avanços econômicos, sociais e institucionais, mas o país não conseguiu superar o "abigarramento" da sociedade, resultando em choques entre diferentes visões de mundo.

---

<sup>7</sup> Entrevista com Laura Chile, Segunda Secretária da Chancelaria (Apêndice G).

<sup>8</sup> Entrevista com Álvaro Hernán Arnéz Prado, Viceministro de Energías Alternativas (Apêndice A).

Morales implementou reformas constitucionais decoloniais — como a plurinacionalidade e o conceito de "*vivir bien*" —, além de elaborar políticas que promoveram crescimento econômico e redução da pobreza. No entanto, a manutenção de uma economia extrativista entrou em conflito com essas reformas, enfraquecendo o governo de Morales, que renunciou ao cargo de presidente após as eleições de 2019. Apesar da vitória do MAS nas eleições de 2020, as contradições da sociedade *abigarrada* persistem, representando um desafio para o país em termos étnicos, políticos, sociais e religiosos (Boff, Franco, 2021).

Por ser uma sociedade multifacetada, as inclinações dos atores sociais também são multifacetadas. Apesar de ter viva a cultura originária em muitos aspectos do cotidiano da vida dos bolivianos, devido ao imperialismo e ao colonialismo, a ideologia capitalista de acumulação de capital passou a cada vez mais competir com a ideologia do *vivir bien*. Isso mostra que — para além de toda violência e exploração colonial — a desapropriação também acontece na forma mais natural de pensar e agir, no senso comum, e atinge a população quando passam a concordar com a forma moderna de se viver.

Isso transparece na exploração de recursos naturais do país que, no início, aconteceu de forma forçada, mas que, com o tempo, passou a ser aceita pela sociedade tradicional que, mesmo com denúncias dos desprezos dos direitos da natureza, exploram-na em função do comércio e do lucro. Esse fenômeno se dá devido à forma avançada do capitalismo que, como colocado por Lenin, “penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independente de regime político ou de qualquer outra particularidade” (Lenin, 2010, p. 57).

## 4 GEOPOLÍTICA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A história do uso social da energia está ligada à evolução das tecnologias e, a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial, houve uma mudança radical no uso da energia, com a introdução de combustíveis fósseis como carvão, petróleo e gás natural. Nesse contexto, o carvão se tornou a principal fonte de energia e foi utilizado para alimentar máquinas a vapor, o que permitiu uma produção em massa e uma urbanização acelerada. Já no século XX, o uso do petróleo e do gás natural como fonte de energia se expandiu significativamente, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, com o crescimento da indústria automotiva e a construção de infraestruturas de transporte (Fuser, 2013).

Ainda no início do século XX, as potências industriais começaram a reconhecer o petróleo como um recurso estratégico essencial para a economia e a segurança nacional. Devido a isso, a crença na existência de grandes reservas de petróleo levou a disputas territoriais e conflitos armados, como, por exemplo, a Guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia (1932-1935). Além disso, durante a Segunda Guerra Mundial o papel do petróleo se tornou ainda mais evidente e o controle das reservas de petróleo e a capacidade de garantir o fornecimento de energia foram cruciais para as operações militares (Kerr-Oliveira, 2012).

Logo, a geopolítica do petróleo também influenciou a distribuição de poder global. Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos e a União Soviética — os maiores produtores e consumidores de petróleo —, moldaram a dinâmica das relações internacionais, permitindo a ascensão de novos países com grandes reservas de petróleo, como os do Oriente Médio, a mediar o equilíbrio de poder. Além do mais, a partir da década de 1970, especialmente após a crise do petróleo de 1973, a securitização do acesso ao petróleo se intensificou. Um dos resultados disso é a implementação da Doutrina Carter<sup>9</sup> pelos EUA, que resultou em um aumento da presença militar no Oriente Médio, visando proteger os interesses energéticos do país e garantir o seu fornecimento de petróleo importado. No entanto, o modelo energético centrado no petróleo começou a mostrar seus limites estruturais durante as crises do petróleo (em 1973 e 1979). Essas crises evidenciaram que a dependência de recursos energéticos fósseis finitos não poderia sustentar o crescimento econômico a longo prazo (Kerr-Oliveira, 2012).

---

<sup>9</sup> Anunciada em resposta à Revolução Iraniana e à invasão soviética do Afeganistão, a Doutrina Carter declarou que qualquer tentativa de uma força externa de obter controle sobre o Golfo Pérsico seria considerada um ataque aos interesses vitais dos EUA a ser repellido por todos os meios necessários, inclusive pela força militar. Outros exemplos de doutrinas estadunidenses com o Oriente Médio são: Doutrina Truman, de 1947, Doutrina Eisenhower, de 1957 e Doutrina Bush, de 2002 (Fuser, 2007).

Além disso, a crise de 2008 também revelou a interconexão entre os mercados energéticos e financeiros. Em 2005, a produção de petróleo havia estagnado e a demanda continuava a crescer, o que fez com que os preços do petróleo atingissem níveis recordes, chegando a cerca de 150 dólares por barril em julho de 2008. Esse aumento foi impulsionado por uma combinação de fatores, incluindo a crescente demanda global, especialmente da China, e a oferta limitada devido a problemas geopolíticos em países produtores de petróleo, como o Iraque e a Venezuela. Quando o colapso do banco *Lehman Brothers* ocorreu em setembro de 2008, a crise financeira se intensificou e a alta dos preços do petróleo contribuiu para a desaceleração econômica, que, por sua vez, reduziu sua demanda, levando a uma queda nos preços e — por consequência da crise financeira e da recessão resultante — criando um ciclo de retroalimentação. Essa dinâmica é observada em outras crises econômicas, onde os altos preços do petróleo precedem recessões, levando a uma queda acentuada na demanda por petróleo (Thompson, 2024).

Já energia gerada através do uso de gás natural aponta, por sua vez, uma geopolítica interessante. No cenário sul-americano, a dependência do gás trouxe dissidências para a região, houve conflitos por competição de recursos e controle das rotas de transporte de gás entre Argentina e Chile e entre Bolívia e Brasil (Guerrero, 2014). No caso da Bolívia, o gás natural é uma das principais fontes de receita para o governo, tanto que entre 2007 e 2017, o *government take* do gás gerou cerca de 22 bilhões de dólares em *royalties*, aluguéis e impostos, o que contribuiu significativamente para o crescimento econômico do país (Gustafson, 2020). Entretanto, considerando as reservas certificadas em 2017, a demanda interna, os volumes de gás comprometidos para o Brasil e Argentina e a conversão dessa energia primária em outras formas de energia, há uma previsão de esgotamento do gás natural boliviano até 2032 (Azurduy, 2023).

A dependência pelo gás é global, tanto que aproximou países com histórico de conflitos, competição por recursos e divergências de interesses, como foi o caso da China com a Rússia em 2014. A China, em busca de diversificar suas fontes de energia e reduzir a dependência do gás natural importado de outras regiões, como o Oriente Médio, assinou um acordo de fornecimento contínuo de gás natural russo por um período de 30 anos, com um valor estimado em 400 bilhões de dólares (Ming, 2014). Na conjuntura recente, a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022 trouxe instabilidade na segurança energética para os países da Europa, dependentes do abastecimento de gás russo. Este, por sua vez, é transportado via gasodutos que passam pelo território ucraniano. A escassez do gás fez com que muitos países europeus começassem a buscar alternativas, como o aumento da importação de gás natural

liquefeito (GNL) de outras regiões. No entanto, a infraestrutura existente e a capacidade de armazenamento não foram suficientes para substituir rapidamente o gás russo, resultando no aumento de preços e no consumo de outros combustíveis fósseis como carvão e o óleo (Rodriguez, 2023).

Posto isso, fica-se claro que a dependência de combustíveis fósseis leva a vulnerabilidades econômicas e políticas, especialmente em países que não possuem reservas significativas, devido a flutuações nos preços — principalmente do petróleo — e as crises de abastecimento podem impactar a economia global. Além disso, a queima de combustíveis fósseis libera uma variedade de poluentes atmosféricos e são as principais fontes de emissões de gases de efeito estufa. Para mais, ela gera degradação ambiental, incluindo poluição da água, destruição de habitats e contaminação do solo. A queima também está associada a uma série de problemas de saúde, incluindo doenças respiratórias, cardiovasculares e câncer (Guariero, Vasconcellos, Solci, 2011).

Assim, as crises econômicas motivadas pela dependência de recursos fósseis e a necessidade de reduzir os gases causadores do efeito estufa que são responsáveis pela mudança climática (fenômeno caracterizado pelo aumento da temperatura global, que afeta vários aspectos como os regimes de precipitação, a disponibilidade de água, a biodiversidade e a produção de alimentos) afeta, principalmente, os países mais vulneráveis. Em resposta a essa situação foi realizado em 2015 o Acordo de Paris, que propõe manter o aumento da temperatura média global em bem menos de 2° C acima dos níveis pré-industriais e envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5° C acima dos níveis pré-industriais, o que exige uma redução drástica das emissões, incluindo a eliminação total até 2050.

Um estudo publicado na revista *Environmental Research Letters* em 2018, concluiu que as emissões do setor de energia atingiram aproximadamente 20 gigatoneladas de CO<sub>2</sub> equivalente (GtCO<sub>2</sub> eq), representando cerca de 73% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) (Lamb, *et al.*, 2018). Esse contexto impulsiona a transição energética, já que o setor energético é o maior responsável das emissões de gases que causam o efeito estufa e coloca desafios significativos para alcançar um sistema energético livre de combustíveis fósseis. Devido a isso, a União Europeia, por exemplo, estabeleceu objetivos intermédios para reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> e aumentar a penetração das energias renováveis (Linares, 2018).

No entanto, a transição energética para fontes renováveis está intrinsecamente ligada ao aumento da demanda por metais e minerais, tanto aqueles com alta escala de produção quanto os considerados críticos, cuja produção é mais restrita. Essa crescente demanda por minerais como ferro, cobre, níquel, cobalto, lítio e elementos de terras raras (*rare-earth*

*elements* – REE) é impulsionada pelas metas de descarbonização e redução das emissões de dióxido de carbono estabelecidas por países, corporações e acordos. Desse modo, a mineração, a transformação mineral e a reciclagem de materiais estão se tornando cada vez mais conectadas ao setor de energia (Castro, 2024).

Nesse cenário, a hegemonia do petróleo está desafiada, pois sua indústria enfrenta a necessidade de se adaptar a um cenário em que as energias renováveis estão se tornando cada vez mais competitivas e atraentes para investidores, especialmente em um contexto de crescente pressão para reduzir as emissões de carbono e atender às metas de neutralidade climática (Delgado, Nogueira, 2021). Essa conjuntura causa fissuras na atual ordem global, pois a hegemonia do petróleo está intimamente ligada a estruturas de poder geopolítico, onde países ricos em petróleo — como os EUA e os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) —, exercem influência significativa sobre a economia global (Sauer, 2024).

Por isso, a transição energética está destinada a remodelar a política internacional de várias maneiras. A dinâmica do poder nacional, a globalização e as relações entre as principais potências serão afetadas à medida que o mundo se afasta dos combustíveis fósseis, pois os países que dominam a produção de energia limpa — como energia solar, eólica e hidrogênio — poderão ganhar influência geopolítica. A capacidade de definir padrões globais para essas tecnologias de energia limpa poderá se tornar uma nova forma de poder, semelhante ao que os petrostados desfrutaram no passado. Além disso, a dependência crescente de fontes de energia renovável e a necessidade de segurança energética podem levar os países a priorizarem a autossuficiência em vez de uma interdependência global (Bardoff, Meghan, 2022).

#### 4.1 A CORRIDA PELO ACESSO DOS MINERAIS ESSENCIAIS E A TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA

Fundamentado pelo discurso da crise climática e pela necessidade de descarbonização e de redução da dependência de combustíveis fósseis, a corrida pelo avanço de tecnologias que utilizam energias alternativas em busca de domínio de mercados internacionais — supridos por cadeias de produção transnacionais — têm potencial de reconfigurar as relações de poder da ordem mundial e transicionar a hegemonia. Nesse sentido, é comum associar a transição energética com um dos principais eixos da disputa por hegemonia no século XXI.

Dessa forma o “Estado retorna”, pois há um reaparecimento estratégico da intervenção estatal nas políticas econômicas e industriais que contrasta com a ênfase neoliberal anterior nas forças do mercado. Logo, os Estados estão reassumindo o controle para estabilizar as economias e promover o bem-estar público. Vale a pena ressaltar que a política industrial moderna não se limita aos setores tradicionais, mas abrange indústrias de alta tecnologia, incluindo tecnologias verdes. Assim, o Estado desempenha um papel central em fomentar setores estratégicos para garantir a inovação, desenvolvimento econômico e competitividade global (Agramont-Lechín, Valdivia, 2024; Zárate, 2024; Allan, Lewis, 2021).

Em um cenário internacional marcado pela fragmentação do poder e pela competição entre grandes potências pelo controle de recursos estratégicos, “à medida que os países buscam reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e avançar para fontes de energia renováveis, o acesso a minerais essenciais, como lítio, cobalto e cobre, torna-se crucial para manter a competitividade econômica e tecnológica” (Agramont-Lechín, Valdivia, tradução nossa, 2024, p. 35). As consequências geopolíticas dessa transição não afetam apenas as potências industriais, mas também a América Latina, particularmente o Sul Global, que, devido sua abundância em recursos naturais, ocupa uma posição estratégica nesse processo. Essa reconfiguração está redesenhando as relações de poder no cenário global e impõe desafios e oportunidades significativas para o futuro da região na disputa pela liderança da economia verde. A disputa pela liderança no setor energético é protagonizada pela China, Estados Unidos e União Europeia. O plano "Made in China 2025" fez com que o gigante asiático tornasse um líder em setores estratégicos, na produção de tecnologias como painéis solares e baterias de veículos elétricos, enquanto os EUA e a UE estão desenvolvendo suas próprias políticas para promover a inovação e a competitividade em tecnologias limpas (Agramont-Lechín, Valdivia, 2024).

Apesar de registrar um crescimento modesto em 2023, a China continua sendo de longe o maior mercado para gastos com transição energética, atingindo US\$ 676 bilhões em 2023, isso é 38% do total global. Já os Estados Unidos da América são o segundo maior destino de financiamento para tecnologias de transição energética, com um total de US\$ 303 bilhões gastos em 2023. A Alemanha manteve a terceira posição entre economias individuais; seu mix de investimentos agora é fortemente dominado pelo transporte elétrico. Há cinco países europeus nas dez primeiras posições, dos quais quatro são Estados-membros da União Europeia. A UE como um todo investiu mais do que os EUA em 2023 e os US\$ 74 bilhões do Reino Unido colocam o total europeu bem acima, com US\$ 400 bilhões. Isso significa que,

juntos, os EUA, a UE e o Reino Unido investiram mais do que a China em 2023 (Bloomberg NEF, 2024).

Para liderar o mercado de energias alternativas, o governo chinês implementou várias políticas para promover o desenvolvimento de tecnologias de energias renováveis, ofereceu subsídios significativos e tarifas garantidas para a energia solar e eólica, o que incentivou investimentos em projetos e um retorno financeiro assegurado para os investidores. A partir disso, a China apresenta uma abordagem centralizada e eficaz para a transição energética como uma alternativa ao modelo ocidental de governança, ao demonstrar que é possível alcançar crescimento econômico e desenvolvimento sustentável sem seguir o caminho da liberalização política, oferecendo um "modelo de Pequim" que pode ser atraente para outros países em desenvolvimento ao projetar uma imagem de estabilidade e eficácia, podendo ser visto como um exemplo positivo por outros países, especialmente aqueles que enfrentam desafios semelhantes (Chen, Lees, 2022).

Além disso, a China não apenas desenvolve tecnologias de energia renovável, mas também as exporta para outros países, incluindo a transferência de tecnologia e *know-how*, o que pode criar laços mais fortes com nações que buscam desenvolver suas próprias capacidades de energia renovável. Assim, a liderança da China em iniciativas de energia renovável e sua participação ativa em fóruns internacionais sobre mudanças climáticas, como a Conferência das Partes (COP), permitem que o país molde a agenda global e influencie as normas e políticas relacionadas à energia e ao clima (Zotin, 2018; Chen, Lees, 2022).

Já a abordagem do governo dos Estados Unidos da América assemelha-se ao modelo chinês ao combinar políticas industriais e subsídios para garantir a liderança econômica. No que concerne aos planos de transição verde, os EUA se centram na descarbonização e na modernização das infraestruturas energéticas, o que impulsiona a inovação tecnológica e conta com a implementação dos incentivos federais para criar empregos e reduzir as emissões. Dentro das principais iniciativas, incluem a Lei de Redução da Inflação (*Inflation Reduction Act – IRA*), que aumentou o investimento previsto para mais de 1 bilhão de dólares, além de outras leis que promovem tecnologias limpas e energias renováveis. Estas políticas procuram melhorar a competitividade econômica dos EUA e estabelecer padrões regulamentares globais, bem como competir com a China no setor da tecnologia limpa (Agramont-Lechín, Valdivia, 2024).

As políticas da União Europeia para a transição energética são abrangentes e visam promover a sustentabilidade, como o Acordo Verde Europeu (*European Green Deal*), lançado em 2019. Este plano visa tornar a Europa o primeiro continente neutro em carbono até 2050 e

inclui medidas para reduzir as emissões, promover a eficiência energética e aumentar o uso de energias renováveis. Para isso, a UE está investindo ativamente no desenvolvimento de tecnologias de energia renovável, incluindo solar, eólica e, principalmente, de hidrogênio verde. Essa última tecnologia figura como um vetor energético limpo essencial para a descarbonização de setores difíceis de eletrificar ao conseguir produzir hidrogênio renovável, dependendo de uma estratégia de construção de uma infraestrutura adequada para seu uso. As políticas europeias também estão focadas em garantir cadeias de suprimentos para minerais críticos e elementos de terras raras necessários para tecnologias de energia renovável, isso inclui esforços para diversificar fontes e reduzir a dependência de países como a China, que atualmente domina o mercado desses materiais (Saddi, 2021).

Dessa maneira, observa-se que a transição para energias limpas também cria novas dependências, especialmente em relação a minerais críticos necessários para a infraestrutura de geração de energia e de produção. O acesso a esses minerais, como terras raras, é essencial e pode gerar novos cenários de escassez e de competição. Isso porque o acesso a terras raras é altamente concentrado em poucos países e a China domina o mercado global. Em 2010, por exemplo, a China era responsável por 98% da produção mundial de terras raras. Essa concentração cria vulnerabilidades para países que dependem da importação desses recursos, pois qualquer interrupção na cadeia de suprimento pode levar a escassez e aumento de preços (Gaspar Filho, Santos, 2022).

Os elementos de terras raras são conhecidos por suas propriedades únicas, que os tornam essenciais em várias aplicações de alta tecnologia, por isso são cruciais para a transição energética. Por exemplo, elementos como neodímio e disprósio, em particular, são vitais para a produção de ímãs permanentes usados em veículos elétricos e turbinas eólicas. Espera-se, ainda, que o aumento da eletromobilidade e a implantação crescente de turbinas eólicas aumentem significativamente a demanda por certos REEs. Além dos ímãs, os REEs também são usados em várias tecnologias que dão suporte à eficiência energética e à geração de energia renovável, como eletrolisadores de hidrogênio e iluminação com eficiência energética (Gielen, Lyons, 2022).

A falta de acesso a esses minerais pode prejudicar a inovação dos países, aumentar os custos de produtos eletrônicos, comprometer a eficácia militar e impedir o cumprimento de metas de sustentabilidade. Ou seja, a liderança tecnológica, militar e global depende de um suprimento seguro desses minerais. Atualmente, os EUA são altamente dependentes de importações para a maioria dos minerais críticos e sua capacidade doméstica de mineração, refino e processamento é limitada. Por exemplo, os EUA produzem apenas 4% do lítio, 13%

do cobalto e nenhum grafite necessário para atender à demanda atual de veículos elétricos, que deve aumentar com a transição global para a neutralidade de carbono até 2050. Em contraste, a China domina a produção e o processamento de minerais críticos, sendo a principal produtora de 30 deles, responsável por 80% do processamento global e 77% da fabricação de veículos elétricos. A China também controla a maior parte da cadeia de suprimentos de terras raras, com 63% da mineração, 85% do processamento e 92% da produção de ímãs de terras raras. Além disso, a China já demonstrou que pode usar sua posição dominante na cadeia de suprimentos como uma ferramenta geopolítica, o que é motivo de preocupação (International Energy Agency, 2022).

Também, vale a pena ressaltar que, embora os elementos de terras raras não sejam geologicamente raros, sua produção e uso enfrentam desafios significativos relacionados à sustentabilidade ambiental, econômica e social. Em primeiro lugar, a extração de elementos de terras raras tem um impacto ambiental significativo devido ao uso de produtos químicos tóxicos nos processos de extração e processamento. Em segundo lugar, a sustentabilidade econômica na produção de elementos de terras raras é afetada pela dependência de fornecedores uma vez que a concentração da produção em poucos países cria vulnerabilidades, especialmente em contextos de instabilidade geopolítica, como na guerra da Ucrânia e nas sanções contra a Rússia. Além disso, os altos custos de extração e processamento de REEs podem limitar a viabilidade econômica de projetos, especialmente em regiões com regulamentações ambientais rigorosas, levando a uma dependência de métodos menos sustentáveis e mais poluentes (Leal Filho *et al*, 2023; Muller *et al*, 2024).

Em terceiro lugar, a sustentabilidade social relacionada à extração de elementos de terras raras é marcada por impactos significativos nas comunidades locais, que frequentemente enfrentam desafios como deslocamento, perda de meios de subsistência e problemas de saúde. Isso porque a exploração de REEs pode resultar em "zonas de sacrifício", onde os benefícios econômicos não são distribuídos de forma justa. Além do mais, a transição para tecnologias de energia limpa, que dependem de REEs, podem agravar desigualdades sociais, especialmente em regiões vulneráveis (Leal Filho *et al*, 2023; Muller *et al*, 2024).

#### 4.2 GEOPOLÍTICA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA AMÉRICA LATINA

Devido à sua abundância de recursos naturais e matérias-primas essenciais para a produção de energia renovável e tecnologias verdes, a América Latina desempenha um papel crucial na transição energética global, por ser uma região rica em minerais e metais como lítio, cobre e cobalto, que são fundamentais para a fabricação de baterias, painéis solares e

outras tecnologias necessárias para a transição de energia consideradas limpas. Também, América Latina é um importante exportador de combustíveis fósseis, mas como a demanda global está mudando, o aumento na necessidade de minerais se intensificou (Warnecke-Berger, Burchardt, Ouaisa, 2024).

Nesse cenário, a transição energética está alinhada com agendas de desenvolvimento sustentável e econômica, impulsionada por diversos atores que a veem como uma oportunidade de negócio, sem questionar modelos de crescimento insustentáveis. Um dos atores fundamentais nesse setor são os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs), que tem financiado projetos cujas condições impostas, como reformas estruturais para obtenção de empréstimos, podem afetar negativamente a estabilidade macroeconômica dos países tomadores, devido ao modelo de financiamento que prioriza o setor privado que gera distorções nas políticas públicas e demanda uma avaliação crítica de sua efetividade e coerência com os compromissos climáticos assumidos por essas organizações. Desse modo, as necessidades de financiamento dos países em desenvolvimento e as limitações enfrentadas por essas organizações mostram que sua capacidade de atender às demandas climáticas é insuficiente (Molinari, Val, 2024).

Outros atores relevantes nessa conjuntura são as petrolíferas transnacionais do Norte Global, principalmente as europeias, que estão se transformando em "empresas de energia" ao se diversificarem para energias renováveis. Essas empresas, que devido ao acesso ao capital e às tecnologias avançadas que facilitam a inovação, desenvolvem estratégias claras e de longo prazo para alcançar a neutralidade do carbono (Schutte, Fuse, Abraão, 2023). A União Europeia, por sua parte, tem buscado implementar uma abordagem chamada "win-win", com foco em cooperação e desenvolvimento sustentável, porém a reputação da UE como parceiro confiável tem sido questionada, gerando dificuldades no aprofundamento de suas relações na América Latina, principalmente em decorrência de crises anteriores e a própria dinâmica política interna da região (Agramont-Lechin, 2024).

Por sua vez, a China tem adotado um modelo baseado no discurso de Cooperação Sul-Sul - apesar de sua posição frente a América Latina reproduzir a estrutura imperialista como dos países do "Norte", assim como discutido no subcapítulo "Disputa interimperialista na América Latina-", promovendo parcerias mais diretas e investimentos produtivos na região, tanto que suas importações da América Latina de matérias-primas aumentaram significativamente, passando de 23% em 2003 para cerca de 65% em 2022. Dessa forma, a China se consolidou como o principal parceiro comercial da região e com um enfoque menos tradicional, tem conseguido garantir uma vantagem competitiva (Agramont-Lechin, 2024).

Nesse cenário os Estados Unidos da América também possuem alta dependência da América Latina de recursos minerais relativamente limitados. Historicamente, os EUA têm buscado garantir acesso a recursos minerais críticos na região, como cobre, níquel e lítio, essenciais para suas indústrias de energia renovável e veículos elétricos, além de minerais como feldspato e caulim, que são essenciais para várias indústrias, como produção de cerâmica e vidro, enquanto boratos e fosfatos de cálcio são importantes para fertilizantes e outras aplicações industriais. O interesse norte americano se acentua devido à crescente demanda por essas matérias-primas, impulsionada pela transição para uma economia de energia limpa. Logo, a relação dos Estados Unidos com a mineração na América Latina é complexa e se desenvolve em um contexto de dependência estratégica e interesses geopolíticos e a disputa pelos recursos naturais sul-americanos se dá através de uma complexa interação de estratégias, políticas e interesses econômicos de diferentes potências globais (Agramont-Lechin, 2024).

Dessa maneira, a “nova mineração” apresenta riscos geopolíticos, principalmente pela dependência da China, que se consolidou como a maior produtora desses recursos. Em contrapartida, a matriz energética da América Latina é composta principalmente por hidrocarbonetos e, apesar de ter uma dependência menor de combustíveis fósseis do que a média global, a descarbonização é dificultada pela disponibilidade persistente desses recursos e por um imaginário desenvolvimentista que enxerga na transição energética uma oportunidade de desenvolvimento econômico (Svampa, 2022).

Por isso, é necessária uma abordagem “integral” que considere as dimensões ambientais, econômicas, culturais e políticas da transição, pois uma visão integral é essencial para liberar o potencial transformador da transição energética, especialmente em um contexto de desigualdades nas relações Norte-Sul e na busca por um "pós-desenvolvimento" na região. Como a transição é apresentada como uma oportunidade para estabelecer uma nova base para a economia e promove uma "indústria verde" que articula ciência, inovação e produção local de tecnologias renováveis, como painéis solares e turbinas eólicas, é necessário que essa ideia de transformação não apenas substitua recursos fósseis, mas também modifique a infraestrutura energética e integre novas tecnologias, como redes inteligentes e transporte sustentável (Fornillo, 2024).

No entanto, como posto, a América Latina, dentro do atual sistema econômico global, sempre atuou como fornecedora de matérias primas. A intensidade da exploração mineral variou com os ciclos tecnológicos e demandas do mercado, desde a era colonial até o século XXI, onde a região continua sendo crucial para a oferta de minerais estratégicos

(Musa, 2023). Atualmente, a situação continua semelhante e na disputa geopolítica de minerais críticos a região do Triângulo do Lítio ganha destaque. O Triângulo do Lítio é uma região da América do Sul que abrange partes da Argentina, Bolívia e Chile, essa área é particularmente importante porque contém vastos depósitos de lítio em salares (ou salinas), que são lagos salgados onde o lítio é extraído por meio de processos de evaporação.

O Triângulo do Lítio é conhecido por abrigar algumas das maiores reservas mundiais de lítio, com 50% a 60% das reservas mundiais de lítio (USGS, 2021). E, dentre as essas reservas, a Bolívia é o país que mais possui lítio no mundo e, devido a conjuntura de transição energética onde o lítio, metal crítico, é essencial para a tecnologia desse mercado. Nessa indústria, o lítio está presente nas baterias de íon de lítio, estas que estão essenciais e estão presentes nos veículos elétricos, no armazenamento de energias renováveis, nos eletrônicos de consumo, como os dispositivos portáteis, na robótica e automação, na indústria de inovação, como nos drones e na mobilidade elétrica, na segurança energética e na geopolítica, como na redução de combustíveis fósseis e pelo predomínio da cadeia de suprimento de lítio, por essas razões, o lítio chegou a ser considerado como “ouro branco”.

Posto isto, a próxima seção deste trabalho busca apresentar como essas pressões externas se contracenam com o cenário interno da Bolívia, com a intenção de melhor entender o que o lítio representa para o país nesse cenário de transição energética.

#### 4.3 GEOPOLÍTICA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA BOLÍVIA

A Bolívia é considerada o *heartland*<sup>10</sup> da América do Sul, por isso é um ator importante no cenário energético. Atualmente, devido às demandas recentes de minerais críticos considerados necessários para transição energética, as terras raras bolivianas colocam o país no radar das empresas exploradoras. Assim, a geopolítica energética da Bolívia é baseada em vários aspectos que estão interrelacionados e refletem a importância dos recursos energéticos em seu desenvolvimento econômico, seu posicionamento no cenário internacional e a articulação de políticas internas. E, não podendo ser excluída do ambiente global cujo

---

<sup>10</sup> O conceito de *heartland* foi desenvolvido pelo geógrafo britânico Halford Mackinder em sua teoria geopolítica conhecida como a teoria do *heartland*, apresentada em 1904 no artigo "The Geographical Pivot of History". Essa teoria propõe que o controle de uma região central do mundo, chamada *heartland*, seria a chave para a dominação global.

enfrenta uma crise climática devido ao antropoceno<sup>11</sup>, a Bolívia também sofre pressões para se adequar a transição energética.

Por ser um país rico em hidrocarbonetos, principalmente gás natural e petróleo, a exploração e exportação desses recursos consolidaram a importância do país andino na região como um ator-chave no mapa energético da América do Sul, principalmente como fornecedora de gás para países vizinhos Brasil e Argentina. E, diante da necessidade de atender demandas internas e externas, a Bolívia começou a diversificar sua matriz energética, que inclui a transição para fontes de energia renováveis, como solar e eólica, promovida por leis e decretos que buscam estabelecer mecanismos de remuneração e incentivar o investimento em energias alternativas. O Decreto Supremo nº 4.808 de 2022 — cuja finalidade é contribuir para a diversificação da matriz energética por meio da implantação da geração de energia elétrica com fontes alternativas — é um exemplo claro dos esforços do Estado para estabelecer uma estrutura que incentive essa diversificação (Fernandez, 2024).

Vale a pena destacar que, diferente dos países da região, os recursos naturais bolivianos são de propriedade do Estado desde 2006, devido ao Decreto Supremo nº 28.701. Entretanto, como não há clareza do estatuto jurídico das empresas de distribuição de energia elétrica, estas ainda operam como empresas comerciais e estão em transição para empresas públicas. Isso limita sua capacidade de investimento e reinvestimento, tornando necessária a abertura de portas ao investimento privado (tanto nacional quanto estrangeiro) para fortalecer o setor elétrico (Fernandez, 2024).

O cenário energético da Bolívia que, como colocado acima, foi/é protagonizado pelos hidrocarbonetos, principalmente pelo gás. O gás é uma das principais fontes de receita do governo boliviano e suas receitas são fundamentais para programas sociais e de infraestrutura, melhorando a qualidade de vida da população. Além disso, ele é visto como um recurso estratégico que pode proporcionar à Bolívia uma maior soberania econômica (Gustafson, 2020). Todavia, a questão do gás é controversa, já que há diversos indícios<sup>12</sup> de

---

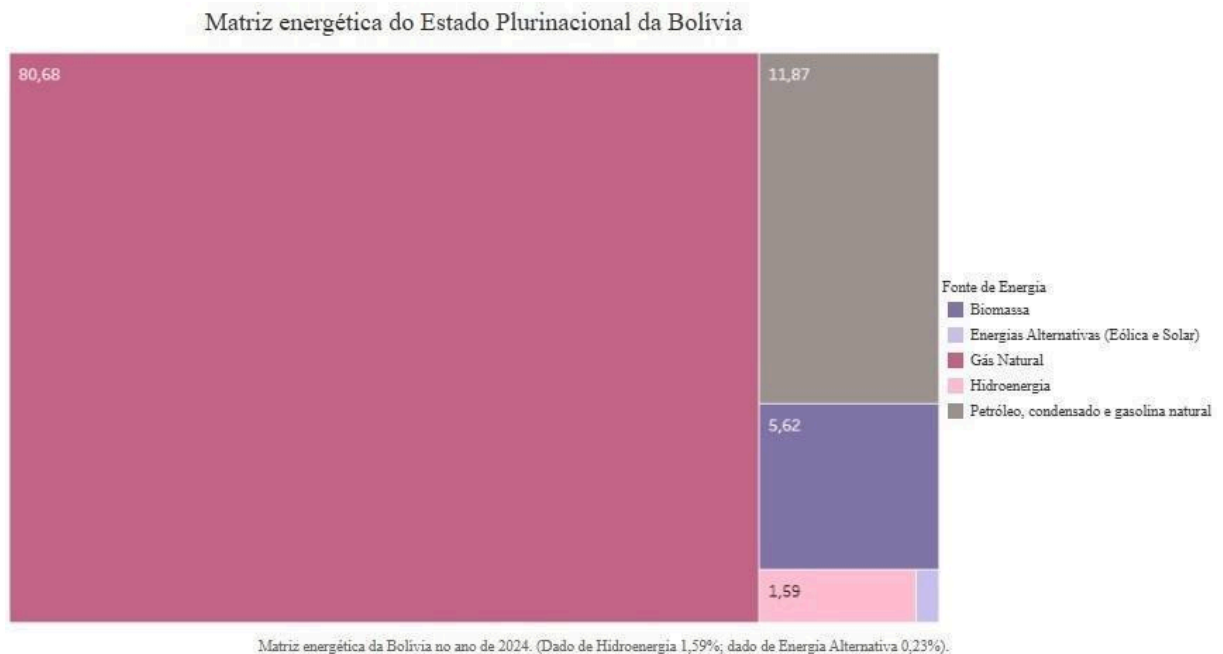
<sup>11</sup> Antropoceno é um termo que refere-se a uma era geológica na qual a atividade humana se torna uma força geológica significativa, capaz de alterar a reprodução natural dos ecossistemas e as condições de existência dos seres vivos. Essa era é caracterizada por consequências ecológicas globais severas, como o aumento incontrolável da temperatura, a contaminação da terra, da atmosfera e da água, além da degradação e destruição dos ecossistemas. Na era do Antropoceno, a humanidade enfrenta uma crise ecológica global que é intensamente ligada à dependência de combustíveis fósseis, que são responsáveis por mais da metade das emissões de gases de efeito estufa e outros impactos ambientais negativos. O conceito enfatiza a ideia de que o comportamento humano e suas práticas econômicas têm contribuído para um colapso ecológico e social, exigindo uma reflexão crítica sobre as relações entre desenvolvimento, energia e sustentabilidade (Fornillo, 2024).

<sup>12</sup> Entrevista com Franklin Molina Ortiz, Ex-Ministro de Hidrocarbonetos (Apêndice D). Informações sobre o esgotamento das reservas de gás natural e interrupção das exportações também foram noticiadas pela mídia (Schandert, 2023; Bolívia..., 2023; Oliveira, 2023).

que as reservas de gás estão se esgotando. A previsão é que, até 2030, a Bolívia precise recorrer a importações desse recurso energético, embora não haja nenhum comunicado oficial por parte do governo sobre esse ponto.

Por outro lado, em 2021 o governo tinha o plano de, até 2025, ter 70% do país coberto por energias renováveis (Ministério de Hidrocarbonetos da Bolívia, 2021), plano que não se cumpriu. Além disso, 15% da população boliviana atualmente ainda não têm acesso à eletricidade (Fernandez, 2024). Atualmente a matriz energética da Bolívia é, em maior parte composta por recursos fósseis, sendo 80,68% de produção de energia primária proveniente de gás natural, 11,87% vêm de petróleo e condensados, 5,62% de biomassa, 1,59% de energia hidrelétrica e 0,23% de energia alternativa (Salvatierra, Aguirre, Durán, 2024).

**Figura 1** – Matriz energética da Bolívia em 2021



Fonte: Ministério de Hidrocarbonetos da Bolívia, 2021.

O gráfico acima mostra a matriz energética da Bolívia em 2021, evidenciando uma forte dependência do gás natural, que representa 80,68% da matriz. Em seguida, o petróleo e seus derivados correspondem a 11,87%, enquanto a biomassa ocupa 5,62%. As fontes renováveis, como hidroenergia (1,59%) e energias alternativas (apenas 0,23%), têm participação muito reduzida. Esses dados mostram que a matriz energética boliviana ainda é fortemente baseada em combustíveis fósseis, com baixa diversificação e pouca incorporação de fontes limpas e renováveis, o que representa um desafio para a transição energética do país.

Também, a Bolívia, está comprometida, juntamente com outros países, com a transição energética, tanto que ratificou o Acordo de Paris. Este busca realizar ações para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e aumentar a adaptação às mudanças climáticas.

Como já colocado, a Bolívia tem interesse em explorar metais críticos — como urânio, titânio, nióbio, tório, terras raras, níquel, cobalto e outros, que foram identificados em vários locais do país — para o desenvolvimento tecnológico e mudança da matriz energética. No entanto, apenas 3% das exportações de mineração vêm de metais processados, enquanto o restante são minerais bruto. Observa-se, ainda que os investimentos no setor são escassos em comparação com países vizinhos como Peru, Chile e Argentina (Córdoba, 2024).

Nos últimos anos, devido ao desenvolvimento tecnológico e ao consumo de bens elétricos, portadores e baterias de íons de lítio, a demanda do metal aumentou de maneira exponencial. Por conta de sua abundante reserva, a promessa de exploração do lítio boliviano teve projeções semelhantes ao que foi a era do gás, já que a oportunidade da industrialização de lítio representa uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento econômico. Para mais, no contexto de transição energética, também há a oportunidade de se posicionar como um fornecedor estratégico neste novo cenário. Apesar do potencial, a Bolívia enfrenta desafios significativos em relação à exploração do lítio, incluindo a necessidade de garantir a sustentabilidade ambiental, a segurança jurídica para os investidores e a gestão das tensões sociais que surgiram em comunidades que vivem nas áreas de mineração. Essas discussões serão tratadas nos subcapítulos seguintes.

#### 4.4 O PAPEL DO LÍTIO NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

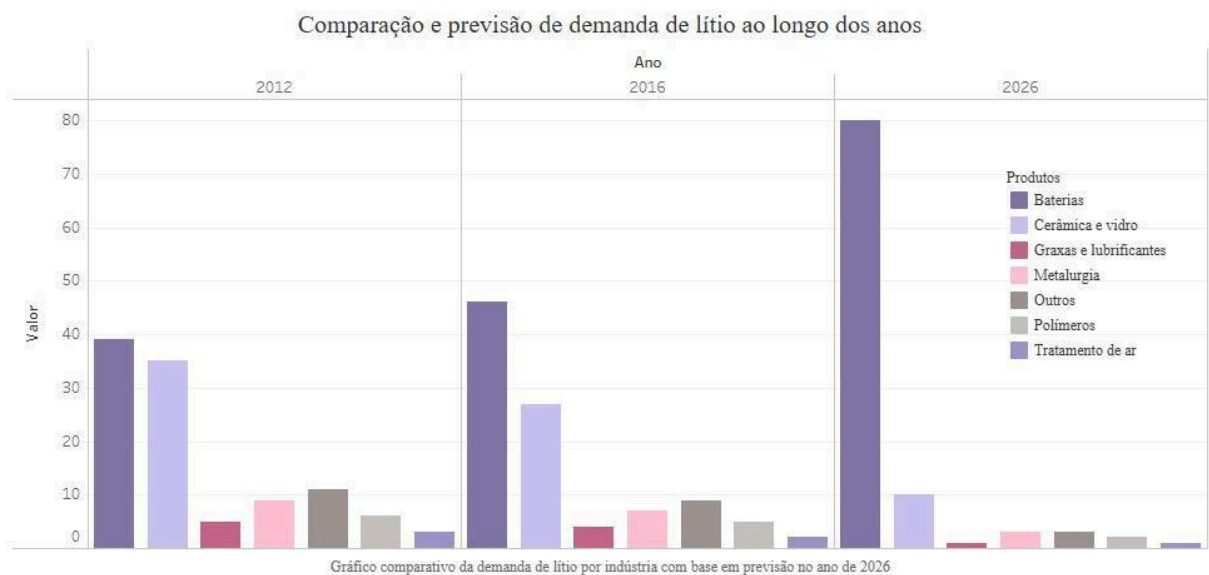
O lítio, descoberto em 1817 por Arfwedson, é um metal leve e o mais eletropositivo dos elementos metálicos. Seus compostos são obtidos nos minerais: espodumênio, lepidolita, ambligonita ou petalita, que são aluminossilicatos de lítio. Esses minerais são utilizados de diversas maneiras: i) para melhorar as propriedades de vidros e cerâmicas; ii) no tratamento de transtornos bipolares e outras condições psiquiátricas; iii) o óxido, hidróxido e peróxido de lítio são usados em sistemas fechados, como submarinos e ônibus espaciais; iv) no entanto sua maior demanda está no uso de baterias recarregáveis, especialmente em baterias de íon de lítio, que são utilizadas em dispositivos eletrônicos, veículos elétricos e sistemas de armazenamento de energia (Braga, Sampaio, 2008).

A relevância do lítio aumentou significativamente desde a década de 1950, principalmente devido à fabricação de armas termonucleares. No entanto, foi a partir dos anos 1990 com a popularização de dispositivos eletrônicos portáteis e, mais recentemente, com a ascensão dos veículos elétricos, que se tornou em um recurso estratégico. A partir de 2008, a importância do lítio foi impulsionada por compromissos internacionais para reduzir emissões de carbono, refletindo uma mudança global na direção de tecnologias mais limpas. A

demanda crescente por lítio impulsionada pela transição energética se dá especialmente para a produção de baterias de veículos elétricos, reduzindo combustíveis fósseis (Jesus, Neto, Silva, 2023).

O gráfico abaixo ilustra a comparação da demanda de lítio por setor industrial nos anos de 2012, 2016 e a previsão para 2026. Observa-se um crescimento expressivo na demanda por lítio para baterias, que já liderava nos anos anteriores e deverá crescer de forma acentuada até 2026, ultrapassando amplamente os demais setores. Em contraste, setores como cerâmica e vidro, tratamento de ar, metalurgia, polímeros e graxas e lubrificantes mantêm uma demanda estável ou com leve crescimento ao longo dos anos, mas em patamares muito inferiores. Essa tendência evidencia a centralidade do lítio na transição energética, impulsionada principalmente pela expansão dos mercados de baterias para veículos elétricos e armazenamento de energia.

**Figura 2** – Projeção da demanda de lítio ao longo dos anos



Fonte: CEPAL 2019.

Desde 2017, a demanda por lítio triplicou, devido à crescente dependência de baterias de íons de lítio para transporte e armazenamento de energia. As projeções indicam que a demanda pode crescer dez vezes até 2050, particularmente sob o Cenário de Emissões Líquidas Zero, projetado até 2050, pela Agência Internacional de Energia (AIE). Atualmente, o mercado de lítio está experimentando um crescimento anual de aproximadamente 250.000 a 300.000 toneladas de carbonato de lítio equivalente (tLCE), o que representa cerca de metade do fornecimento total de lítio em 2021 (Brunelli, Lee, Moerenhout, 2023).

O recurso do lítio se encontra em maior abundância na Argentina, na Bolívia e no Chile, formando o "Triângulo do Lítio" que concentra 55% das reservas mundiais e 85% dos depósitos de salmoura. Por essa razão, a região foi apelidada de "Arábia Saudita do lítio" devido ao seu potencial de acumulação de energia. Semelhante ao papel do petróleo no século XX, o lítio é considerado "o petróleo do século XXI" ou "o ouro branco da energia" (Zicari, 2015). O restante da concentração lítio está distribuído na Austrália, China, Alemanha, Congo, México, República Tcheca, Sérvia, Peru e Rússia, entre outros países com menor disposição (U.S. DEPARTMENT OF THE INTERIOR, 2024).

**Figura 3** – Distribuição dos recursos mundiais de lítio (em porcentagem)



Fonte: U.S. DEPARTMENT OF THE INTERIOR, 2024.

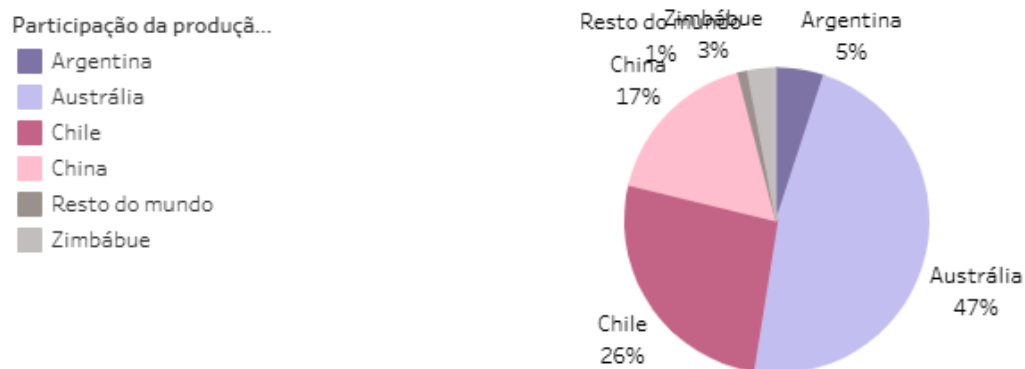
O gráfico acima apresenta a distribuição dos recursos mundiais de lítio por país, mostrando que Bolívia (24%) e Argentina (23%) detêm as maiores reservas globais, seguidas pelos Estados Unidos (17%) e Chile (11%). Austrália (9%) e China (7%) também possuem parcelas relevantes, enquanto Alemanha, Canadá e Congo apresentam participações menores, cada um com cerca de 3% a 4%. Esses dados evidenciam a forte concentração dos recursos de lítio na América do Sul, especialmente no chamado "Triângulo do Lítio" (Bolívia, Argentina e Chile), que juntos somam mais da metade das reservas mundiais, reforçando a importância geopolítica da região na transição energética global.

O histórico de produção industrial de minerais de lítio teve início na Alemanha, com

minérios da Bohemia e Saxônia, seguido pela França, em 1886, que começou a produzir ambligonita na região de Montebras. Contudo, a partir de 1900, os Estados Unidos se tornaram os principais produtores, com a Foote Mineral Co. iniciando a produção de carbonato de lítio em 1930. Em 1946, a *Lithium Corporation of America* (LITHCO) desenvolveu um processo mais eficiente e inaugurou uma usina em 1955. Depois de 1986, a produção de lítio começou a se deslocar para o Chile e Argentina, utilizando salmouras concentradas do deserto do Atacama e do Salar del Hombre Muerto. Esse deslocamento resultou no fechamento das unidades produtoras nos EUA, que tinham custos de processamento mais altos em comparação ao carbonato produzido a partir de evaporitos (Braga, Sampaio, 2008).

**Figura 4** – Participações na mineração global de lítio por país, 2022

#### Participação global por mineração de lítio em 2022, por porcentagem



Mineração de lítio por país em 2022, ilustrado por porcentagem.

\*Zimbábue 3%;

\*Resto do mundo 1%.

Fonte: Critical Minerals Market Review 2023, IEA, July 2023

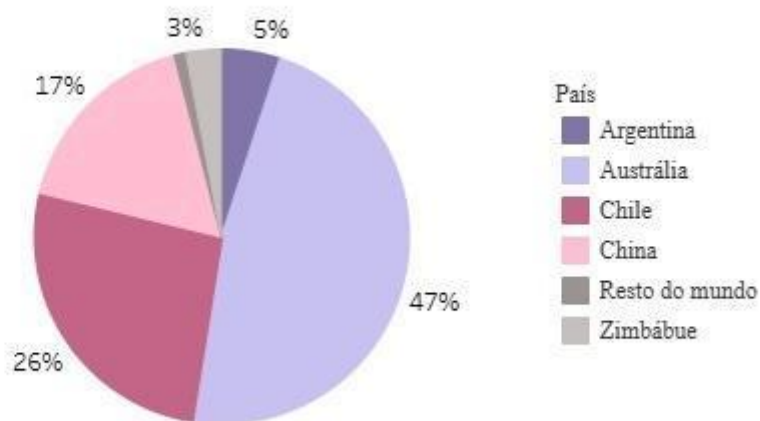
O gráfico acima apresenta a participação global na mineração de lítio em 2022, revelando que a Austrália lidera a produção mundial com 47% do total, seguida pelo Chile com 26% e pela China com 17%. A Argentina aparece com uma participação de 5%, enquanto o Zimbábue e o restante do mundo representam fatias menores, de 3% e 1%, respectivamente. Esses dados evidenciam a forte concentração da mineração de lítio em poucos países, especialmente na Austrália e na América do Sul (Chile e Argentina), regiões

estratégicas para o fornecimento global deste recurso essencial para a transição energética.

Por outro lado, o gráfico abaixo demonstra a participação global no refino do lítio por país em 2022, evidenciando a liderança absoluta da China, responsável por 65% da capacidade mundial de refino. Em segundo lugar aparece o Chile, com 29%, seguido pela Argentina com 5% e pelos Estados Unidos com apenas 1%. Esses dados revelam a centralização do refino do lítio na China, o que lhe confere uma posição estratégica dominante na cadeia de valor do lítio, crucial para indústrias como a de baterias e veículos elétricos, enquanto outros grandes detentores de recursos, como Argentina e Chile, têm participação mais limitada nesse estágio industrial. Ao comparar com o gráfico acima é percebido que apesar de a Austrália e o Chile serem os países que mais exercem a mineração de lítio, o refino da matéria prima está centralizado na China.

**Figura 5** – Participações no refino do global de lítio por país, 2022

#### Participação na mineração global de lítio por país, 2022



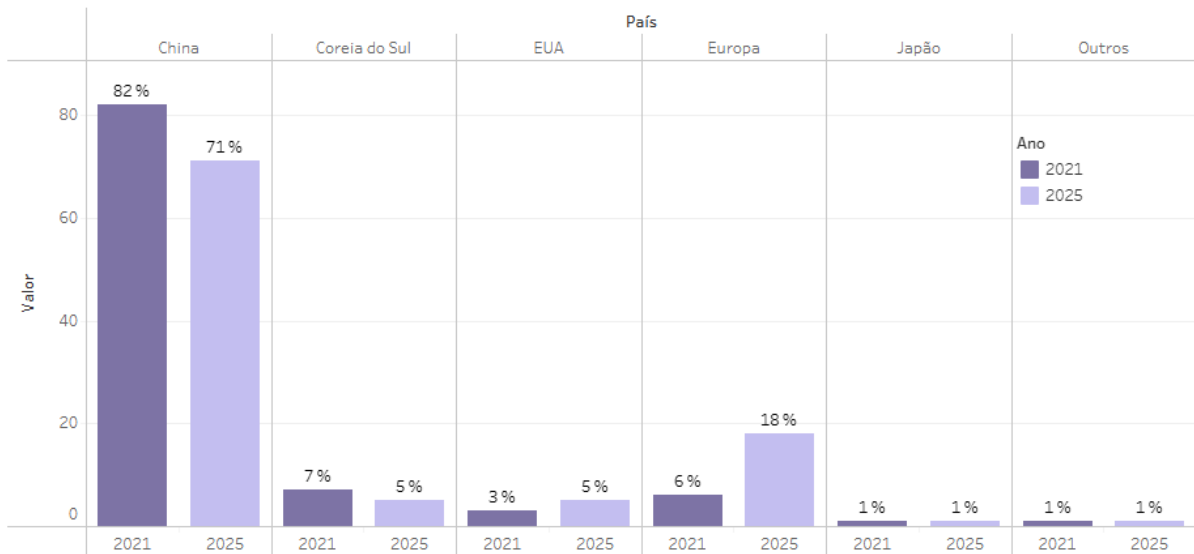
Participação na mineração global de lítio por país em 2022, por porcentagem

Fonte: Critical Minerals Market Review 2023, IEA, July 2023

Atualmente, a estrutura da indústria do lítio é caracterizada por uma concentração significativa de produção e processamento em algumas regiões e empresas. Apesar da mineração de lítio ser dominada principalmente pela Austrália e Chile — que juntos representam cerca de 70% da produção global — o processamento do lítio, por sua vez, está concentrado pela industrialização chinesa, que detém entre 55% e 60% da capacidade deste processamento. Devido a isso, a indústria do lítio é considerada como oligopolística (Gielen, Lyons, 2022).

**Figura 6 – Projeção de capacidade de fabricação de células de lítio por região**

Capacidade de fabricação de células de lítio por região de localização da planta



Prospecção da capacidade de fabricação de células de lítio por região de localização

Fonte: BNEF, 2021.

O gráfico acima ilustra a distribuição da capacidade de fabricação de células de lítio por região em 2021 e a projeção para 2025. Em 2021, a China dominava amplamente o mercado, com 82% da capacidade global, seguida de muito longe pela Coreia do Sul (7%), EUA (5%), Europa (6%) e Japão e Outros, ambos com 1%. Para 2025, projeta-se uma leve redução da participação chinesa para 71%, enquanto a Europa apresenta o crescimento mais expressivo, saltando para 18%; Coreia do Sul e EUA mantêm participação similar (5% e 3%, respectivamente), e Japão e Outros continuam com 1%. O gráfico evidencia que, embora a China continue sendo a líder dominante, há um movimento de diversificação regional, especialmente com a expansão significativa da capacidade europeia.

As empresas chinesas se tornaram participantes cruciais no mercado de lítio, controlando cerca de metade da produção global de lítio e mais de 70% da produção de baterias de íons desse elemento. Isso porque empresas notáveis como *Tianqi Lithium* e *Ganfeng Lithium* fizeram investimentos significativos em recursos de lítio em todo o mundo, consolidando ainda mais a posição de mercado da China. Em 2021, a maioria das mega fábricas do mundo para baterias de íons de lítio estavam localizadas na China, destacando o papel fundamental deste país na cadeia de suprimentos de baterias. Por exemplo, a Ganfeng adquiriu uma participação majoritária em projetos-chave de lítio na Austrália e Argentina, controlando assim uma parcela substancial da produção global (Altiparmak, 2023).

Ser líder no setor de cadeia de suprimentos para produção de baterias de íons de lítio,

ou, ainda, aquelas que levam metais críticos em sua composição, coloca a China em um local privilegiado no mercado de veículos elétricos. Além disso, a China oferece subsídios a suas empresas de tecnologia, fazendo com que seus produtos sejam bastante competitivos quando comparado com fabricantes de outros países, tanto que a UE impôs tarifas adicionais que variam de 7,8% a 35,3% sobre veículos elétricos importados da China, além da tarifa padrão de 10%. Essa decisão foi baseada em uma investigação que concluiu que os fabricantes chineses recebiam subsídios governamentais que distorciam a concorrência no mercado europeu. Os EUA também, por meio da Lei de Redução da Inflação, implementaram subsídios para veículos elétricos que, segundo a China, discriminam produtos estrangeiros e distorcem a cadeia de fornecimento global de VEs. Em resposta, a China apresentou uma queixa na OMC contra os EUA, alegando que essas medidas violam as regras comerciais internacionais.

Vale a pena ressaltar que a extração de lítio requer grandes quantidades de minério e pode resultar em impactos ambientais significativos. A produção a partir de salmoura, por exemplo, envolve a perfuração em áreas sensíveis e pode esgotar os lençóis freáticos, o que afeta a agricultura local. Por isso, a questão da reciclagem das baterias de lítio ainda é controversa, dado que os processos de reciclagem atuais podem nem sempre levar a reduções nas emissões de gases de efeito estufa quando comparados à produção primária. Isso torna a reciclagem menos atraente economicamente, especialmente porque o conteúdo de cobalto nas baterias diminui. Os métodos de reciclagem existentes são fortemente dependentes do conteúdo de cobalto das baterias, que está reduzindo por razões econômicas e outras. Isso torna menos vantajoso reciclar, pois os materiais recuperados podem ter menor valor. Além disso, à medida que o volume de baterias de veículos elétricos que exigem reciclagem aumenta, surgem questões sobre as economias de escala envolvidas nas operações de reciclagem e os altos custos de capital associados aos métodos de reciclagem pirometalúrgica (Harper, et al, 2019).

Como apresentado até aqui, o mercado emergente de lítio apresenta um cenário geopolítico híbrido que incorpora elementos de energias renováveis e que remete às políticas tradicionais de combustíveis fósseis. Um modelo que leva os Estados a buscarem a interdependência para acessar recursos de lítio e para produção tecnológica — especialmente em baterias de íons de lítio — para obter vantagens de mercado. Nesse sentido, a concentração da produção de lítio em regiões como América do Sul e Austrália força os Estados consumidores a escolher entre buscar independência ou manter a interdependência para garantir esse mineral essencial; essa distribuição desigual ecoa a política energética

tradicional. Até agora, os conflitos sobre o lítio foram mínimos em comparação com aqueles sobre o petróleo, levando muitas nações a adotarem estratégias de interdependência (Altiparmak, 2023).

Posto isso, o próximo capítulo discutirá a questão do lítio na Bolívia e como funciona a dinâmica de governança no país que, apesar de possuir a maior reserva do mundo, não comercializa e nem compete no mercado mundial de lítio.

#### 4.4.1 A questão do lítio na Bolívia

Foi na década de 1970 que a maior reserva de lítio do mundo foi identificada no Salar de Uyuni, na Bolívia, devido a estudos da *Office of Scientific and Technical Research Overseas* (ORSTOM) e da *Universidad Mayor de San Andrés* (UMSA). Com base nos estudos publicados, houve uma proposta de investimento da empresa LITHCO dos EUA, interrompida pela queda da ditadura de Banzer em 1978. Mais tarde, durante as décadas de 1980 e 1990, também houve tentativas de outorga de concessões do salar, que foram rejeitadas devido às mobilizações sociais que exigiam regulamentação governamental, limitando assim a estratégia extrativista (Nacif, 2018).

Como resultado do Período Revolucionário (2000-2005) — quem vem à esteira das políticas neoliberais impostas no Período Oligárquico (1985-2000) — os recursos naturais se tornaram propriedades do Estado pelo Decreto Supremo nº 28701 de 2006. Com ele, as empresas petrolíferas, privadas ou estrangeiras, foram obrigadas, em 2017, a entregar sua produção à *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB). A partir disto, a *Federación Regional Única de Trabajadores Campesinos del Altiplano Sur de Bolivia* (FRUTCAS) propôs a industrialização estatal do Salar de Uyuni, que incluía a produção de carbonato de lítio e cloreto de potássio. Esta proposta foi adotada como política de Estado e, em 2008, a construção de um projeto piloto começou em Llipi Llipi (Nacif, 2018)

Em 2008, o governo criou a Diretoria Nacional de Recursos Evaporíticos (DNRE), responsável pela exploração e comercialização do lítio, com foco no controle estatal e na participação das comunidades locais no processo de industrialização. Dessa forma, a DNRE acelerou a concessão de títulos e direitos de propriedade solicitados pela FRUTCAS, o que culminou na entrega de três grandes Títulos de Comunidade Indígena (TCO) e na decisão pela manutenção da propriedade estatal sobre o salar de Uyuni em 2010. A FRUTCAS também obteve outros dois TCOs significativos, o que representou um marco, pois foi a primeira vez que eles foram concedidos a organizações étnico-sindicais e não a povos indígenas. Este título

implicou a transferência de direitos das comunidades para a FRUTCAS, que se tornou o único canal para exigir consulta livre, prévia e informada (Argento, 2008).

A iniciativa do Estado boliviano para explorar recursos evaporíticos, especialmente o lítio, levou a um aumento da pressão de transnacionais como Mitsubishi, Sumitomo, Bolloré e Kores para entrar no mercado do Salar de Uyuni. Porém, ainda em março de 2010, foi criada a *Empresa Boliviana de Recursos Evaporíticos* (EBRE), que declarou o lítio como um recurso estratégico, com o Estado como único administrador da sua cadeia produtiva. Em outubro do mesmo ano, o presidente da época, Morales, apresentou uma estratégia nacional para a industrialização do lítio. Esse projeto — que contava com um investimento de US\$ 120 milhões aprovado pela Assembleia Plurinacional — foi planejado em três fases: produção de cloreto de potássio e carbonato de lítio, produção industrial e produção de baterias de lítio (Rodrigues, Padula, 2016).

A iniciativa boliviana foi de “*desarrollar proyectos propios, para sentar soberanía sobre el salar*” assim, “*promovieron la propuesta de la necesidad de desarrollar un proyecto serio de industrialización nacional de los recursos de la salmuera*” (Petropress, 2009, p. 19). Entretanto, apesar do país dispor de um Sistema Nacional de Inovação que articula as demandas sociais e as necessidades do aparato produtivo, foram criados convênios com universidades regionais e organismos científicos de países que expressam interesses no fornecimento do carbonato de lítio para desenvolver a tecnologia de industrialização do lítio. Isso foi requerido já que a tecnologia necessária para a exploração do lítio não seria alcançada apenas pela estatal responsável (Nacif, 2018).

Como colocado acima, a Estratégia Nacional para a Industrialização dos Recursos Evaporíticos foi estruturada em três fases — exploração, industrialização e comercialização de lítio — sob a direção da *Corporación Minera de Bolivia* (COMIBOL). Esta estratégia buscava industrializar os recursos evaporíticos das salinas a partir de projetos sustentáveis que respeitassem o meio ambiente e os direitos dos povos indígenas e, ao mesmo tempo, gerassem empregos e riqueza para o país. Desse modo, a extração e o processamento do lítio foram considerados como prioridade de financiamento e de industrialização com recursos próprios ao mesmo tempo que buscava acordos de cooperação com empresas, sempre sob controle estatal e responsabilidade da Gestão Nacional dos Recursos Evaporíticos (GNRE) (Ströbele-Gregor, 2012).

No ano de 2011, foram assinados sete acordos com a China e, dentro destes, está a cooperação com a empresa Citic Guoan para a exploração de lítio no salar de Coipasa (Evo..., 2011). No ano de 2012, foi inaugurada uma planta-piloto de cloreto de potássio

(ZULETA, 2012) e também foi firmado um acordo entre a COMIBOL e as empresas coreanas Kores e Posco para iniciar um projeto de *joint venture*, visando a produção de cloreto de potássio e carbonato de lítio, além de baterias de lítio (Nacif, 2018).

Assim, em 2013, foi inaugurada a primeira fábrica de carbonato de lítio. Foi prometida uma empresa experimental de baterias de íons de lítio financiada totalmente por máquinas chinesas (La fábrica..., 2013) na forma de um contrato “chave na mão” entre a GNRE e a empresa LinYi Cake Trade Co. Ltda. Em contrapartida, nesse mesmo período, as cooperativas (associações de trabalhadores ou produtores que operavam na exploração de minerais concentrados e pretendiam se beneficiar da exploração do lítio e outros recursos do Salar de Uyuni) fracassaram devido a uma série de obstáculos legais e constitucionais (Cooperativas..., 2012).

Em 2014, foi inaugurada a primeira planta-piloto de baterias de íon-lítio, localizada em La Palca, Potosí, como parte de um projeto maior de estruturar a maior indústria de lítio do planeta que incluía uma futura construção de uma fábrica de processamento de baterias, a exploração em larga escala do mineral e a intenção de se tornar uma referência global na produção (Rodrigues, Padula, 2016). No entanto, no ano de 2015, o pesquisador do Centro de Documentação e Informação da Bolívia (CEDIB), Pablo Villegas, informou que, após nove anos de governo do MAS, o país não conseguiu desenvolver um projeto de mineração bem-sucedido e que as novas promessas só buscam compensar aqueles que não se cumpriram (CEDIB..., 2015). Além disso, Villegas denunciou as diversas alterações de datas na produção de carbonato de lítio para a produção de baterias. Essa informação se materializa quando, em 2021, o país anunciou o planejamento de abrir sua primeira planta industrial de carbonato de lítio para produzir 15.000 toneladas por ano, mas os prazos para este projeto nunca foram cumpridos. Desde que a usina foi inaugurada em 2015 — com o início da construção em 2017 e a não entrega em 2019 — ela enfrentou muitos problemas (La paradoja..., 2023).

Os contratos firmados pela COMIBOL com as empresas interessadas na industrialização do lítio nessa época, por sua vez, não continham cláusulas que determinavam a responsabilidade de finalização do projeto. Para mais, foram fechados diversos contratos com diferentes empresas para cada parte do processo, o que causou problemas e atrasos, já que também não havia projetos relacionados aos recursos hídricos necessários — como, por exemplo, a permeabilização das piscinas com materiais de baixa densidade. Assim, devido aos problemas de projetos de engenharia e de má administração de contratos, foi criada a

*Yacimientos de Litio Boliviano* (YLB), estatal que passou a conduzir a governança do lítio<sup>13</sup>. A partir de 2017, a governança do lítio passou então a ser de responsabilidade da YLB, criada através do Decreto Supremo n° 3227.

Ainda, segundo Molina (2024), o projeto inicial para a industrialização do lítio na Bolívia, liderado pela COMIBOL, recebeu grandes financiamentos — cerca de 900 milhões de dólares — mas executou menos de um quarto do planejado, devido a metas excessivamente ambiciosas e falhas de gestão. Quando ficou evidente que essa unidade não teria sucesso, criou-se a empresa estatal YLB. No entanto, a própria lei de criação da YLB impôs fortes restrições, exigindo que a empresa desenvolvesse toda a cadeia produtiva sozinha, sem tecnologia, capital humano ou financeiro adequados. Como resultado, os projetos estavam em condições precárias, exigindo reengenharia significativa para tentar viabilizar as plantas que, na prática, estavam longe de funcionar.

Pela Gerência Nacional de Recursos Evaporíticos da Comibol, que é vinculada ao Ministério de Mineração... então o que aconteceu foi que já existiam 2 ou 3 empréstimos de grande porte destinados ao lítio, para a indústria do lítio. Esses empréstimos somavam, até aquele momento, quase 6.000 milhões de bolivianos — estamos falando de quase 900 milhões de dólares. As metas eram muito ambiciosas, mas os projetos acabaram sendo executados com menos de um quarto do que estava inicialmente planejado, inclusive nas metas dos anos de 2008 e 2009, quando os projetos começaram a ser criados. Então, quando perceberam que aquela gerência, aquela unidade, não ia funcionar, que não ia dar certo, decidiram criar uma espécie de empresa. E foi a partir disso que surgiu a empresa YLB (*Yacimientos de Litio Bolivianos*). [...] A própria lei que criou a YLB basicamente a amarrou, limitou demais sua atuação. Acho que é a Lei 9028, se não me engano. Essa lei diz que a YLB será a responsável por industrializar toda a cadeia dos recursos evaporíticos e que, durante o processo de química básica, a YLB tem que fazer tudo sozinha. Agora imagina: se você não tem tecnologia, nem pessoal qualificado, nem recursos financeiros, vai ser muito difícil levar adiante um projeto tão grande como esse que já estava em andamento. A partir daí, já começaram a surgir várias dificuldades no projeto, desde a engenharia conceitual e básica até o design final — tudo estava em péssimas condições. Lembro que eu tive que receber esse projeto. Inclusive, alguns analistas diziam: “as plantas já estão praticamente prontas, só falta abaixar a alavanca para começar a operar”. Mas não era assim. Tivemos que refazer a engenharia em vários dos processos (Molina Ortiz - apêndice D, 2024, tradução nossa).

Desde 2017, o governo boliviano busca parcerias com empresas estrangeiras, escolhendo a empresa alemã *ACI Systems Germany GmbH* (ACISA) para formar uma *joint*

---

<sup>13</sup> Entrevista com Franklin Molina Ortiz, Ex-Ministro de Hidrocarbonetos (Apêndice D).

*venture*. Este acordo, no entanto, não garantiu a produção de baterias na Bolívia, mas se concentrou no processamento de lítio e outros produtos da salmoura do Salar de Uyuni, o que gerou críticas sobre a perda de soberania e ao acesso preferencial da empresa alemã aos recursos bolivianos (Vargas, 2022). Entretanto, no ano de 2019, em meio à crise política e protestos em Postosí, o governo de Evo Morales rescindiu um contrato no formato com a ACISA, a aliança tinha sido estabelecida para produzir hidróxido de lítio, crucial para o setor automotivo, com um investimento de US\$ 1,3 bilhão e uma projeção de produção de 40 mil toneladas por ano (Sanchez-Lopez, 2024).

Segundo os depoimentos dados nas entrevistas realizadas, desde 2019 — com o golpe de Estado — o processo de industrialização do lítio na Bolívia sofreu um forte retrocesso. Embora o discurso público do novo governo sugerisse apenas uma oposição ao presidente e à luta popular, interesses ocultos sobre o controle dos recursos naturais, especialmente o lítio, tiveram papel central. Avanços conquistados com a empresa estatal YLB foram interrompidos: tentativas de clausura de plantas, paralisação de pesquisas e abandono de projetos estratégicos comprometeram a industrialização planejada. Tanto no governo de Jeanine Áñez quanto posteriormente sob Luis Arce, percebe-se a ausência de uma política de Estado consistente para o setor, o que torna os avanços vulneráveis a mudanças políticas e impede a continuidade necessária para consolidar o lítio como motor de uma transição energética soberana (Villalba Pérez; Chile, 2024)

Bom, desde 2019, como você deve ter visto, houve o golpe de Estado promovido pelo governo ditatorial de Áñez, Murillo, Meza, Tuto e, obviamente, estavam também Doria Medina e Camacho... Inicialmente, parecia apenas uma fachada, como se fosse só contra o então presidente Evo Morales e contra o sujeito histórico, ou seja, contra a luta popular. Mas, por trás disso, havia interesses concretos ligados a um recurso natural estratégico: o lítio. Já existiam avanços importantes, de certa forma, com a empresa estatal YLB para industrializar o lítio e promover a transição energética. No entanto, durante os 14 meses do governo de fato (golpista), foi visível que a planta localizada em Uyuni praticamente foi abandonada. Tentaram encerrá-la, os avanços pararam, não se deram continuidade às pesquisas científicas que estavam em andamento, nem à construção e implementação de outras fábricas. E é importante lembrar que com o lítio poderiam ser criadas mais de 200 empresas em torno desse setor. Ou seja, os anos de 2019 e 2020 representaram um retrocesso no processo de industrialização do lítio na Bolívia (Chile - apêndice G, 2024, tradução nossa).

Quando Jeanine Áñez assumiu, ela interrompeu tudo o que estava sendo desenvolvido em relação ao lítio e passou a buscar outros aliados. E agora o

presidente Luis Arce Catacora está fazendo a mesma coisa. Então, pode-se dizer que, no que diz respeito ao lítio, a Bolívia não tem uma política de Estado. Isso é o mais evidente que posso afirmar. Se existisse de fato uma política de Estado para o lítio, provavelmente não teria havido essa interrupção entre 2019 e 2020 até hoje. Estaríamos dando continuidade a uma linha clara e consistente nessa área (Villalba Pérez - apêndice F, 2024, tradução nossa).

Por outro lado em 2021, o ex-presidente da empresa pública YLB, Marcelo Gonzalez, afirmou que a tecnologia de extração de lítio aplicado de 2008 a 2020 em Uyuni tem uma obsolescência de 40 anos e que em sua aplicação se perde 40% dos componentes que são importantes na industrialização. Isso se deu porque o projeto aprovado pelo governo boliviano, em 2010, a Estratégia Nacional para a Industrialização dos Recursos Evaporíticos — com um investimento de US\$ 925 milhões —, iniciada em 2011 pela COMIBOL, extinguiu o Comitê Científico para Pesquisa e Industrialização de Recursos Evaporíticos em 2012, resultando em quase uma década de fracassos e pouca produção científica. Sem o apoio de equipes científicas independentes e sem alianças sólidas com instituições acadêmicas, o projeto executou apenas 54,79% do orçamento alocado até 2021. Devido a isso, o governo boliviano anunciou o relançamento do projeto de industrialização do lítio com uma chamada internacional para empresas que desenvolvem Extração Direta de Lítio (EDL) (Mendonça, 2022).

**Figura 7 – Comparação da extração de lítio via Evaporação e Extração Direta de Lítio**

PROCESSO METALÚRGICO	CARACTERÍSTICAS GERAIS	VANTAGENS	DESVANTAGENS
<b>Evaporação</b> (Atualmente aplicado em Uyuni)	Evaporação solar e concentração sequencial de sais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixo consumo energético.</li> <li>- Pouca dependência de insumos químicos.</li> <li>- Baixo custo operacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Depende da composição da salmoura.</li> <li>- Depende das condições meteorológicas:               <ul style="list-style-type: none"> <li>* Velocidade de evaporação.</li> <li>* Chuvas.</li> </ul> </li> <li>- Alta geração de resíduos, especialmente Mg(OH)<sub>2</sub> e CaSO<sub>4</sub>.</li> <li>- Alto consumo de água.</li> <li>- Depende da relação Mg/Li.</li> <li>- Alta perda de água por evaporação.</li> <li>- Tempos de exploração muito longos.</li> </ul>
<b>Extração Direta de Lítio (EDL)</b> (Alternativas para mudança tecnológica na Bolívia)	Uso de solventes, troca iônica, adsorventes, membranas e processos eletroquímicos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adapta-se à composição da salmoura.</li> <li>- Não depende das condições meteorológicas.</li> <li>- Não gera muitos resíduos.</li> <li>- Não depende da relação Mg/Li.</li> <li>- Menor perda de água por evaporação.</li> <li>- Reduz o tempo de exploração.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Depende das soluções químicas, exceto nos métodos eletroquímicos.</li> <li>- Alto custo operacional.</li> <li>- Resíduos de alta toxicidade, filtros e membranas em desuso e/ou salmouras contaminadas.</li> <li>- Muitas das alternativas de EDL ainda não superaram os testes piloto de campo.</li> </ul>

Fonte: Adaptado de CEDIB por Mendonça, 2022, tradução nossa.

Conforme colocado no quadro que compara os dois métodos de extração de lítio utilizados ou considerados na Bolívia — a evaporação solar, aplicada atualmente em Uyuni, e a extração direta de lítio (EDL), proposta como alternativa tecnológica —, a evaporação destaca-se pelo baixo consumo energético, pouca dependência de insumos químicos e custo operacional reduzido, mas apresenta desvantagens significativas, como alta dependência das condições meteorológicas, elevado consumo de água e geração de resíduos, além de longos

tempos de exploração. Em contrapartida, a EDL oferece vantagens como adaptação à composição da salmoura, menor impacto climático, menor perda de água e agilidade na exploração; entretanto, enfrenta desafios como alto custo, dependência de soluções químicas, riscos de resíduos tóxicos e o fato de muitas tecnologias ainda estarem em fase experimental. Assim, o quadro evidencia que, embora a EDL represente uma inovação promissora para a Bolívia, ainda há barreiras técnicas e econômicas importantes a serem superadas.

O processo de exploração de lítio via evaporação é recheado de desafios dado que, apesar de sua tecnologia de extração alcançar um nível altamente puro de lítio — considerado em nível de bateria —, levam-se meses para realizar a extração completa. Isso acontece porque a evaporação necessita de ótimas condições meteorológicas e, no local onde estão localizadas as piscinas, chove em torno de três a quatro meses durante o ano, postergando e atrapalhando a evaporação<sup>14</sup>. Além disso, a produção de lítio é baixa, fazendo com que a Bolívia produza menos de 0,09% do lítio do mercado mundial (La paradoja..., 2023). Atualmente, a tecnologia utilizada para explorar o lítio é via evaporação das piscinas e, das vinte piscinas existentes, apenas seis estão trabalhando, sendo quatro com 70% da sua capacidade total e as outras duas com apenas 10%<sup>15</sup>. Logo, devido à baixa produtividade, o mercado do lítio boliviano é irrisório quando comparado com o mercado internacional.

Em contrapartida, na EDL a salmoura é bombeada diretamente das salinas para as instalações de processamento, além de usar tecnologias que envolvem absorção, separação por membrana ou troca iônica, que permitem que o lítio seja extraído em um curto período de tempo. A EDL é geralmente considerada mais ecológica, pois requer menos área de superfície em comparação a grandes lagoas de evaporação. Porém, há desafios para atingir níveis consistentes de pureza com a tecnologia de EDL, particularmente em salmouras com altas concentrações de magnésio em relação ao lítio (alta proporção Mg:Li), comuns na Bolívia. No entanto, existem processos como absorção seletiva, filtração e separação por membrana, que permitem que as impurezas sejam eliminadas de forma eficiente (Mendonça, 2022).

De toda forma, a Bolívia não tem mercado internacional para a venda de lítio com alto grau de pureza, especializado para a industrialização de baterias, já que as empresas chinesas e alemãs, por exemplo, possuem tecnologias para refinamento de lítio e preferem o comprar em seu grau técnico<sup>16</sup> e refinar em grau de bateria<sup>17</sup>. Outros fatores que favorecem

---

<sup>14</sup> Entrevista com Félix Sajpe, senador pelo departamento de La Paz (Apêndice C).

<sup>15</sup> Entrevista com Félix Sajpe, senador pelo departamento de La Paz (Apêndice C).

<sup>16</sup> Lítio Grau Técnico (*Technical Grade Lithium*) – Refere-se ao lítio com pureza inferior àquele usado em aplicações de alta tecnologia, mas ainda adequado para usos industriais, como na produção de graxas lubrificantes, vidros, cerâmicas e polímeros.

<sup>17</sup> Lítio Grau Bateria (*Battery Grade Lithium*) – Refere-se ao lítio com alto grau de pureza (geralmente superior a

exportação de lítio como matéria-prima via EDL (ao invés de produzir sua própria tecnologia de baterias, como colocado acima) é a questão da água e de energia. Também, apesar de obter em suas terras raras metade dos insumos necessários para a fabricação de baterias, a outra metade é necessário importar<sup>18</sup>.

O ex-ministro de Energias, Echazú — eu participei de uma conferência com ele antes de ser senador, quando ainda morava no exterior — dizia o seguinte (acho que ele era gerente da YLB, se não me engano) *"Para nós, ainda compensa vender matéria-prima. Porque, se quisermos industrializar e fabricar uma bateria, teríamos que importar 70% dos insumos. Então, qual é a vantagem de importar todos esses insumos para depois revender? Seria melhor vender o lítio como matéria-prima, como carbonato de lítio"*, dizia ele. Claro que também se falava em tentar industrializar, mas isso era mais difícil. Agora, com essa comissão ligada à tecnologia, vimos que o mercado consumidor — como Alemanha e China — nem sequer compra carbonato de lítio em grau de bateria diretamente. Eles compram o chamado "grau técnico", que é o carbonato de lítio com 90% de pureza, que depois eles mesmos refinam para alcançar o grau bateria, com 99,9% de pureza. A China, por exemplo, prefere comprar o produto com 90% de pureza, levar para lá, refinar por conta própria e até extrair mais produto. Isso é vantajoso para eles porque, para a Bolívia conseguir atingir esse nível de pureza, é necessário um uso muito maior de energia e água — o que é difícil. Então, apesar de não ser impossível chegar a esse grau de pureza aqui, é um processo complicado, especialmente pela limitação de água e energia (Sajpe - apêndice C-, 2024, tradução nossa).

No entanto, exportar apenas a matéria-prima não gera valor agregado, este que é onde a maior margem de lucro está localizada. A discrepância de retorno de investimentos fica mais evidente quando representada em porcentagem, já que a mineração e o refinamento de lítio contam com apenas 2% de todo retorno de investimento, enquanto a produção de baterias gera 32% (Sanchez-Lopez, 2022). Assim, um ciclo vicioso para permanência da economia boliviana no setor primário exportador, visto que a falta de mercados gera ausência de incentivo para desenvolver tecnologias próprias, o que pode ser visto como uma estratégia para permanência da dependência do país.

Os argumentos que fundamentam a exportação do lítio em sua forma bruta, segundo Sajpe (2024), destacam as dificuldades da Bolívia em avançar na cadeia de valor das baterias de lítio devido à exploração limitada de terras raras presentes no Salar de Uyuni. Embora esses elementos possam suprir até 50-55% da composição necessária para a produção de

---

99,5% Li<sub>2</sub>CO<sub>3</sub> para carbonato de lítio ou 99,9% LiOH para hidróxido de lítio), utilizado na fabricação de baterias de íon-lítio para eletrônicos, veículos elétricos e armazenamento de energia.

<sup>18</sup> Entrevista com Félix Sajpe, senador pelo departamento de La Paz (Apêndice C).

baterias, a falta de exploração formal e infraestrutura impede a autossuficiência, obrigando o país a importar o restante dos insumos. Além disso, questões logísticas, como a ausência de acesso ao mar e as barreiras de transporte pelas fronteiras, agravam a situação, dificultando o desenvolvimento industrial e a inserção competitiva da Bolívia no mercado de baterias.

Agora, quando se fala em *terras raras*, que também existem no salar, estamos falando de outros elementos. Não tenho certeza se eles são extraídos pelo mesmo processo de evaporação ou se precisam de outro tipo de exploração. Dizem que essas terras raras, atualmente, poderiam fornecer até 50% ou 55% dos componentes necessários para fabricar uma bateria. O restante, ou seja, cerca de 45% a 50%, ainda teríamos que importar e isso é uma dificuldade a mais. E qual é o problema? Como ainda não estamos explorando formalmente esses elementos, é difícil pensar em instalar aqui uma fábrica de baterias. Embora digam que uma fábrica está sendo instalada, isso não é verdade. Então continuamos com essa dificuldade: o engenheiro Echazú dizia que 70% dos componentes de uma bateria precisam ser importados. Mas agora, com as terras raras, talvez a gente consiga chegar a 50% ou 55% de insumos próprios, precisando importar “só” uns 45%, o que já seria um avanço... um pouco mais viável economicamente. O outro grande problema é a logística. Como perdemos o acesso ao mar, trazer os insumos de fora até a Bolívia, passando pelos portos e fronteiras, é complicado. Isso nos prejudica muito. Agora, pensamos até em usar portos no Brasil, mas aí temos o problema da distância, que também é grande. Enfim, são muitos os obstáculos que a Bolívia enfrenta. Esperamos que o Mercosul nos ajude de alguma forma (Sajpe - apêndice C, 2024, tradução nossa).

Em adicional às limitações que dificultam a fabricação de baterias está o fato de que a indústria desse setor está bastante aquecida, tanto que as empresas de tecnologia que utilizam baterias de lítio largaram uma corrida de produção própria. Entre 2002 e 2022, foram registradas 37.955 patentes de baterias de íons de lítio. Ainda na década de 2010, a China se tornou líder no ramo, dominando 45% das patentes, seguida pelo Japão, com 29%, os Estados Unidos, com 14%, Coreia do Sul, com 5% e Alemanha, com 5% do total das patentes no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação e automotivo (Silva Jr, Arend, Lemos, 2023).

A corrida tecnológica de energias alternativas e a crise econômica que a Bolívia está passando fazem com que a ideia de exportação de matérias-primas pareça a solução mais viável para o momento. Entretanto, apesar do medo de perder a oportunidade de surfar na onda da alta do lítio — em que pese que seu preço tenha baixado nos últimos meses, por conta de tecnologias concorrentes, — há uma prospecção de alta demanda até 2050 (Greim, Solomon, Breyer, 2020). Nota-se, ainda, que a tecnologia de hidrogênio verde que foi

comentada pelo vice-ministro de energias alternativas<sup>19</sup>, como “tecnologia concorrente” é utilizada na produção de energia, enquanto o lítio é utilizado em baterias para o armazenamento de energia, e não em sua produção.

Para impulsionar a comercialização do lítio, a Bolívia tem procurado incorporar empresas estrangeiras que participaram do processo piloto para atingir o objetivo de aumentar a produção de lítio de 15.000 para 100.000 toneladas por ano usando tecnologias de Extração Direta de Lítio (EDL) nas salinas de Uyuni, Coipasa e Pastos Grandes. O projeto reflete a influência contínua do capital estrangeiro, que busca tirar proveito das fraquezas técnicas e políticas da Bolívia para extrair recursos naturais e prometem estabelecer fábricas de baterias no futuro. Apesar de ser um partido que se declara anti-imperialista, o MAS tem demonstrado dependência de empresas estrangeiras. Isso destaca as restrições enfrentadas pelos países em desenvolvimento no contexto de uma transição energética global dominada por potências mais fortes (Vargas, 2022).

Acompanhar o progresso do desenvolvimento desses projetos é, no entanto, desafiador, uma vez que em janeiro de 2024 se tornou pública a informação de que as plantas das empresas foram testadas, mas que em setembro deste mesmo ano a YLB fechou o primeiro contrato para EDL com uma empresa russa. Ou ainda, segundo este último contrato, a YBL possui 51% dos lucros, enquanto a empresa Uranium One Group tem 49%, porém, ao mesmo tempo, a YBL terá 100% do controle da comercialização do lítio extraído sobre a parceria da *Uranium One Group* e da empresa *Hong Kong CBC Investment Limited*. Ou seja, a Bolívia decidirá para quais mercados internacionais o lítio será vendido, alinhando-se a uma estratégia própria.

O vice-ministro de Energías Alternativas Álvaro Hernán Arnéz Prado, esclarece que os processos de seleção para a implementação da tecnologia de extração direta de lítio na Bolívia ocorreram por meio de convocações públicas, realizadas de forma transparente e divulgadas através do site da YLB. Na primeira convocação, o foco foi exclusivamente em tecnologias de extração direta (EDL), enquanto na segunda houve uma ampliação para incluir projetos em salares médios e pequenos, além de propostas mais integradas envolvendo insumos para a aplicação da tecnologia. Além disso ele reforça que, em ambas as etapas, a transparência e a publicidade dos processos foram asseguradas:

Todas as seleções foram feitas por meio de chamadas públicas, e quero ser bem claro sobre isso: tanto a primeira quanto a segunda convocação foram feitas de maneira pública. Essas chamadas foram divulgadas no site da YLB

---

<sup>19</sup> Entrevista com Álvaro Hernán Arnéz Prado, Vice-Ministro de Energias Alternativas (Apêndice A).

(Yacimientos de Litio Bolivianos), onde foram publicadas e recebidas as propostas. Em ambas as chamadas, o foco principal foi fortalecer o uso da tecnologia de extração direta de lítio. No entanto, na última chamada, também foram incluídos outros salares de tamanho médio e pequeno, além de uma abordagem mais completa, que envolvia também o fornecimento de insumos para aplicar essa tecnologia de extração direta. Na primeira chamada pública, o foco estava exclusivamente em empresas com tecnologia para extração direta de lítio. Já a segunda foi um pouco mais ampla. Mas, em ambas, o processo foi público e transparente, inclusive na parte de avaliação das propostas — e isso continua sendo garantido até hoje (Árnez - apêndice A, 2024, tradução nossa).

Dessa forma, devido às limitações de um país dependente, em 2022 a YLB anunciou o Informe Final de Resultados de uma convocatória pública da parceria com empresas estrangeiras para dar início ao projeto de extração direta de lítio e, das oito empresas participantes do processo, seis foram selecionadas, sendo quatro chinesas, uma estadunidense e uma russa (ver anexos). Devido ao histórico de relações da Bolívia com o imperialismo norte americano, abre-se margem para o questionamento se há alguma escolha de distanciamento de novas parcerias com o ocidente e se aproximado do oriente, principalmente da China.

Ao serem perguntados sobre essa posição, os entrevistados têm ciência da pressão exercida por interesses estrangeiros, especialmente dos Estados Unidos e de empresas transnacionais, sobre os recursos naturais da América Latina, com ênfase no lítio boliviano. Denuncia-se que figuras como Elon Musk e a chefe do Comando Sul, Laura Richardson, explicitam a visão da região como "pátio traseiro" dos EUA, ressaltando a intenção de garantir o acesso a recursos estratégicos para sustentar seus interesses econômicos e militares. Em resposta, afirma-se a necessidade da Bolívia preservar sua soberania, defendendo o direito de decidir de forma independente sobre seus recursos e parcerias internacionais, sem se submeter às imposições externas:

Nós recebemos, por exemplo, uma resposta a umas declarações feitas pela chefe do Comando Sul dos Estados Unidos. Quando ela veio a uma reunião na Argentina, fez algumas declarações sobre... sobre a região. Como é o nome dessa senhora? A chefe do Comando Sul... isso deve estar na internet, né? e ela disse o seguinte “*nós descuidamos muito da América Latina, do nosso quintal*”. [...] Nós não temos que nos preocupar com os problemas dos Estados Unidos — que eles resolvam suas crises. Além disso, nós temos independência para decidir nosso próprio destino, para decidir como vamos gerir nossos recursos naturais e, principalmente, com quem queremos nos associar e com quem não queremos. Isso se chama soberania e não aceitamos esse tipo de interferência... e está tudo registrado aí (Molina Ortiz

- apêndice D, 2024, tradução nossa).

Os interesses estrangeiros dos Estados Unidos e da Europa — principalmente de empresas transnacionais, como a do Elon Musk—, são muito claros. Ele mesmo disse sem rodeios no Twitter que fariam o que fosse necessário para conseguir esse recurso. A Laura Richardson, que também faz parte desse interesse transnacional dos EUA, afirmou claramente, durante uma visita à Argentina, que a América Latina é praticamente o quintal dos Estados Unidos e que, no momento em que precisarem dos recursos naturais de qualquer país, vão estar presentes. Eles já estão na Argentina, no Chile, no Peru... só falta a Bolívia. E a Bolívia não tem apenas lítio, mas também terras raras, água, fauna, florestas, entre outros. Mas o principal interesse deles é o lítio, porque isso ajudaria no avanço militar dos EUA, principalmente por causa do conflito com a Rússia e a China... afinal, o mercado deles é a guerra. E como isso afeta a Bolívia? Através da pressão de empresas que já estão atuando na Argentina e no Chile. Elas podem até mudar de nome, mas são companhias com capital dos Estados Unidos e da Europa (Chile - apêndice G, 2024, tradução nossa).

Por outro lado, criticam a ideologização das decisões comerciais na Bolívia, alertando que, ao priorizar alianças com Rússia e China por motivos políticos, o país fecha oportunidades com outros mercados, gerando altos custos de oportunidade. Defende-se que o critério principal deveria ser o benefício nacional, acima de ideologias, também a Bolívia busca adotar uma postura estratégica no cenário multipolar, buscando alianças que tragam benefícios reais para sua industrialização e desenvolvimento. A experiência histórica mostra que as negociações com os Estados Unidos não trouxeram ganhos concretos para o país, devido ao interesse norte-americano em explorar recursos sem promover intercâmbio científico ou tecnológico. Em contrapartida, alianças com China, Rússia ou outros países emergem como alternativas mais vantajosas, permitindo negociações baseadas na reciprocidade e na inserção econômica soberana, rompendo com a lógica de subordinação do passado.

A tomada de decisões está sendo ideologizada, como se, por sermos um governo "de esquerda", entre aspas, não pudéssemos fazer negócios com os Estados Unidos ou com qualquer outro país. É como se fosse obrigatório nos alinharmos apenas com a Rússia ou com a China. Mas, na verdade, o que estamos fazendo é fechar portas e isso tem um custo de oportunidade alto para o país. Talvez pudéssemos conseguir negócios em condições melhores com outros países. O que deveríamos fazer é defender os interesses do país e buscar acordos que realmente tragam benefícios, independentemente da ideologia do país com o qual se está negociando (Bobaryn Lopez - apêndice E, 2024, tradução nossa).

A Bolívia precisa entender claramente que, nesse cenário de disputa hegemônica e de globalização contínua, com a transição de relações bilaterais para multilaterais, é essencial saber com quem se pode fazer alianças para avançar nesse mundo multipolar. Já ficou evidente que com os Estados Unidos isso não é possível, não dá, e não vai dar certo. Os EUA têm interesses muito claros: extrair o máximo possível e deixar o país em ruínas, basicamente. Com eles não há possibilidade real de intercâmbio científico ou tecnológico. Os EUA ficaram estagnados tecnologicamente na década de 1990, enquanto China, Rússia e até a Índia avançaram; eles não conseguem competir de igual para igual com a China, por exemplo. Por isso, os Estados Unidos não têm como nos oferecer uma troca tecnológica, científica ou acadêmica no mesmo nível que a China pode. A Bolívia, assim como outros países, já tem experiência negociando com os Estados Unidos e essa experiência nunca nos trouxe benefícios reais. Agora é hora de buscar parcerias em que todos ganhem, como com a China, a Rússia ou outros países. Isso é o mais importante: sair da postura submissa de simplesmente esperar o que os outros podem nos dar. Hoje, o mais importante é buscar uma inserção econômica verdadeira, por meio da industrialização dos nossos recursos naturais, e negociar de igual para igual. Como tem acontecido nas reuniões que o presidente e a chanceler Celinda Sosa tiveram com a Rússia: “Eu tenho isso, o que você me oferece em troca?” Sempre buscando algo que beneficie o país como um todo. E o mesmo vale para a China ou qualquer outro país (Chile - apêndice G, 2024, tradução nossa).

Nós temos uma afinidade com o BRICS, principalmente porque eles respeitam a nossa soberania e a forma como queremos resolver nossos próprios problemas. Mas agora que também nos abrimos para a União Europeia, acreditamos que mostramos de forma concreta que a Bolívia está aberta a participar da economia global (Arnéz Prado - apêndice A, 2024, tradução nossa).

Também, a YLB não parece ter um plano claro sobre o direcionamento e continuidade do projeto do lítio, isso se transparece pela instabilidade de presidentes que a empresa teve nos últimos anos, desde a crise política de 2019. Segundo entrevistas, a atual fragilidade da administração da YLB se dá por interesses pessoais por parte de atores do governo, essas denúncias observam que os presidentes nomeados possuem, na maioria das vezes, relações próximas com o atual presidente do país, Luis Arce, e seu filho<sup>20</sup>.

Assim, a dificuldade em acompanhar o processo da industrialização do lítio se dá por conta da difusão de informações e pelas dúvidas interpretações sobre os comunicados oficiais. Também, por se tratar de um recurso estratégico de Estado, muitas informações sobre o

---

<sup>20</sup> Entrevista com Gabriel Villalba Pérez, Assessor de Leonardo Loza, senador suplente do MAS (Apêndice F) e com Freddy Martín Bobaryn López, Ex Viceministro de Coordinación y Gestión Gubernamental (Apêndice E).

assunto são tratadas de maneira não pública, como a forma que a Bolívia decidirá para quais mercados internacionais o lítio será vendido. Nesse sentido, observa-se que nas entrevistas realizadas para o desenvolvimento deste trabalho não foi afirmado, em nenhum momento, que há alguma preferência de mercado, apesar das empresas chinesas terem maior papel ativo nas parcerias internacionais. A preferência pelas empresas chinesas se dá em razão destas oferecerem parcerias que buscam colaborar para além da exploração, resultando em benefícios mútuos para ambos os países<sup>21</sup>.

Para mais, atualmente a YLB está com uma convocatória internacional em aberto para selecionar empresas que desejam fazer uma parceria em desenvolvimento de projetos e tecnologia para o aproveitamento em recursos evaporíticos (ver anexos). Este chamamento, até então, está em sua segunda fase e, até o momento, não houve nenhum pronunciamento público sobre as empresas definidas. Em contrapartida, há notícias recentes de sites não oficiais do governo que anunciam parcerias internacionais, como é o caso da *Contemporary Ampere Technology Co., Limited* (CATL), empresa chinesa. Ou seja, de fato não há nada contratos, apenas tentativas de firmamento de contratos<sup>22</sup>.

No entanto, nenhum desses contratos são válidos, pois a constituição fundamental do Estado — no Capítulo primeiro, que trata sobre a Composição e Atribuições da Assembleia Plurinacional, Artigo 158 — aponta que “*son atribuciones de la Asamblea Legislativa Plurinacional, además de las que determina esta Constitución y la ley [...] aprobar los contratos de interés público referidos a recursos naturales y áreas estratégicas, firmados por el Órgano Ejecutivo*” (Bolívia, 2009) e, no entanto, a Assembleia Legislativa atualmente passa por um dissenso. Isso porque o MAS, partido majoritário, passa por uma fratura interna que se divide entre arcistas e evistas, que não concordam entre si, fazendo com que os contratos a serem aprovados sejam arquivados.

Essa divisão do MAS repercute nas decisões na Assembléia Legislativa, onde os apoiadores de Evo não aprovam os projetos do atual presidente e estancam todos seus projetos políticos. Nesse ínterim, nenhum projeto é aprovado, desbocando em uma crise econômica. Esta conjuntura está intimamente ligada à governança do lítio, que é regida pela Lei nº 535 de 28 de maio de 2014 (*Ley de minería metalurgia*). Essa lei, no entanto, abarca a governança dos minerais em geral, e o lítio, por ser um mineral estratégico, necessita de uma lei própria

---

<sup>21</sup> Entrevista com Laura Chile, Segunda Secretária da Chancelaria (Apêndice G).

<sup>22</sup> Entrevista com Freddy Martín Bobaryn López, Ex-Viceministro de Coordinación y Gestión Gubernamental (Apêndice D).

que, em razão da crise do MAS, não se discute no parlamento, fazendo com que a questão do lítio seja um tabu entre os governantes.

Conforme posto nas seções do trabalho, a governança do lítio está intrinsecamente ligada ao contexto global de energia sustentável e à crescente demanda por baterias de íons de lítio, essenciais para a transição para energias renováveis e tecnologias limpas. À medida que o mundo busca reduzir sua dependência de combustíveis fósseis e mitigar as mudanças climáticas, o lítio surgiu como um recurso estratégico para a produção de baterias que alimentam veículos elétricos e sistemas de armazenamento de energia renovável.

No caso da Bolívia, o Salar de Uyuni abriga uma das maiores reservas de lítio do mundo, o que posiciona o país como um ator-chave na cadeia global de fornecimento de lítio. Entretanto, a governança desse recurso enfrenta desafios significativos, como a necessidade de estabelecer uma estrutura regulatória apropriada que considere tanto a sustentabilidade ambiental quanto a participação das comunidades locais na tomada de decisões. Dada a falta de uma estrutura de governança eficaz e devido o dissenso dos processos participativos, que será discutido nas seções seguintes, está gerando conflitos sociais e dificultando a atração de investimentos necessários para desenvolver a indústria do lítio no país (Sanchez-Lopez, 2024).

A atual crise política que se passa na Bolívia pela fratura interna do MAS que abarca a governança do lítio será tratada no subcapítulo “Crise do partido Movimiento al Socialismo (MAS)”. Também, nessa seção, será tratado o debate que surge devido a conjuntura atual e as possíveis consequências do dissenso, relacionando com a geopolítica do lítio global.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente o planeta está na era do antropoceno devido às ações e as tecnologias desenvolvidas pelo homem moderno, que emitem demasiados CO<sub>2</sub> e aceleram a crise climática. Devido a isso, políticas para reduzir os impactos ambientais passaram a ganhar destaque no cenário internacional. Consequência desses debates, o Acordo de Paris — cujo objetivo central é combater as mudanças climáticas e limitar o aumento da temperatura global por meio da redução das emissões de gases de efeito estufa — foi adotado por diversos países em 2015 durante a COP21 (Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática).

O compromisso do acordo é manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais e buscar esforços para limitá-lo a 1,5°C. Para isso, os países devem buscar um equilíbrio entre as emissões e a remoção de carbono da atmosfera (*Net Zero*). No cenário de tentativa de redução das emissões de CO<sub>2</sub>, os veículos elétricos ganharam destaque em investimentos e mercado, já que se apresentam como uma alternativa aos veículos a combustíveis fósseis. A alta do mercado automobilístico elétrico também eleva o mercado de seus insumos — como foi o caso do lítio, componente essencial para baterias, que, em 2022, aumentou seu preço de mercado alcançando US\$ 80.000,00 a tonelada.

Além da demanda expressiva por veículos elétricos, a alta do lítio também é resultado de fatores geopolíticos que afetam a cadeia de suprimentos de metais críticos essenciais e a cadeia de suprimento das tecnologias da transição energética. Nesta corrida, as empresas chinesas têm vantagem sobre as empresas estadunidenses e europeias por dominar a cadeia de suprimentos de metais críticos, fazendo com que a China ocupe um papel estratégico na conjuntura imperialista atual: a partir de sua influência, o país possui a capacidade de provocar uma alternância no equilíbrio de poder do sistema internacional.

A alternância do equilíbrio do sistema internacional pode ser observada através das políticas de cooperação Sul-Sul promovidas pela China, que tem possibilitado aos países — até então sujeitos ao poder hegemônico estadunidense — ter uma opção de poder de barganha mais soberana. Isso pode ser observado nos países na América Latina, como o caso da Bolívia, que, após o governo de Evo Morales (2006), reduziu as relações bilaterais com os EUA. Em paralelo a isso, tornou-se grande parceira comercial da China, que tem investido imensamente na exploração de recursos essenciais para produção de tecnologias limpas.

No entanto, os investimentos estrangeiros na exploração dos recursos naturais bolivianos — por serem uma propriedade do Estado desde 2006 e estarem sujeitos às condições de decisões da Constituição Plurinacional — necessitam da aprovação do legislativo na Assembleia. Essa atualmente passa por um dissenso devido à crise do Movimiento al Socialismo (MAS), partido hegemônico do país. Apesar da crise do MAS ter suas origens no referendun de 2016, foi com o resultado das eleições de 2019 que a crise política se instaurou no país, quando Evo Morales foi eleito presidente pela quarta vez, mas teve que renunciar ao cargo devido a acusações de fraude eleitoral.

Após a renúncia de Evo, a presidência da Bolívia foi ocupada por Janine Añez, do Movimento Democrático Social, partido de oposição do MAS. A posse de Añez foi caracterizada como golpe de Estado em meio a diversas acusações de interesses estadunidenses nos recursos naturais, principalmente no lítio, já que a Bolívia possui a maior concentração do metal do planeta. Com base na conjuntura apresentada, este trabalho teve como objetivo analisar a influência da geopolítica da transição energética na governança do lítio na Bolívia em contexto de competição interimperialista neste período de transição hegemônica

Para investigar sobre o tema de como o lítio boliviano se insere na geopolítica da transição energética, este trabalho utilizou da metodologia qualitativa com fundamento em pesquisa bibliográfica, entrevistas e em dados e estatísticas secundários. Também, essa dissertação utilizou dos conceitos de imperialismo apresentado por Lenin e noções de ideologia apresentados por Gramsci, para entender a ordem global na ótica da Teoria Crítica de Cox. Além disso, essa investigação também apresenta a estrutura social, institucional e cultural que envolvem a exploração dos recursos naturais na Bolívia a fim de relacionar com a governança do lítio. Por isso, a análise empreendida no trabalho possui uma perspectiva macrossocial.

Antes de se aprofundar, é necessário considerar a estrutura social boliviana precedente a ordem capitalista para analisar a atual conjuntura. Após a colonização, a elite branca, europeizada e dominante herdou a direção do país em 1825 e, após as revoluções de independência, não deixou de dar continuidade a este legado de exclusão das maiorias indígenas. Manteve-se, assim, a subserviência e os elos externos da economia, que mantinham a elite dominante profundamente ligada e submetida aos interesses dos capitais internacionais.

Nesse histórico, se respalda a figura revolucionária de Evo Morales e do MAS-IPSP, que, ao refundar o Estado Plurinacional (BOLÍVIA, 2009), promoveu mudanças estruturais

no *status quo* político do país ao dar voz às comunidades indígenas antes excluídas das decisões políticas. Também durante o governo progressista de Morales, houve uma ascensão de intelectuais mestiços de classe média na infraestrutura do MAS. Portanto, a formação social da Bolívia parte de uma sociedade complexa com um diversificado conjunto de relações sociais, modo de produção, concepções de mundo, línguas e estruturas de autoridade e tempos históricos, cuja característica central é a condição de uma superposição desconexa. Ou seja, a Bolívia tem uma formação *abigarrada*.

A formação *abigarrada* da Bolívia faz com que os atores internos divirjam sobre os interesses políticos do país, que vão desde o mantimento das tradições culturais, como a ideologia do viver bem — que se fundamenta em um estilo de vida em harmonia com a natureza e se contrapõe ao estilo de vida moderno que está sempre buscando uma “melhoria” no estilo de viver —, até os interesses que buscam um equilíbrio com o estilo de vida moderno, ao sistema econômico atual (mas com a responsabilidade que respeite as tradições do país) ou, ainda, os interesses que desejam uma maior abertura ao exterior. Essa divergência de interesses reflete em uma crise política representada pelos governantes de direita, de esquerda progressista (arcistas) e da esquerda socialista e defensores de Evo Morales.

Em contrapartida, não há como invisibilizar as forças interimperialistas sobre os recursos naturais, principalmente pelas terras raras e pelo lítio, embora não haja nenhuma evidência direta que ligue a crise política interna aos interesses de algum Estado em específico, mas sim de empresas transnacionais. Vale a pena ressaltar que os recursos naturais são estatizados, mas isso não isola a Bolívia das pressões externas do sistema internacional e, assim como uma empresa privada passa por decisões debatidas por seus acionistas em assembleias gerais de acionistas, os debates sobre a decisão do futuro dos recursos naturais se passam na Assembleia Legislativa através de contratos de cooperação para o desenvolvimento dos recursos naturais com empresas transnacionais estrangeiras.

O dissenso dos assembleístas vai além das aprovação dos contratos de empresas interessadas em cooperar para a exploração do lítio, tendo origens, como colocado acima, na fratura do MAS, que remonta os anos de depreciação devido a ações tomadas pelo governo de Morales. Entre tais ações encontram-se o caso do Tipinis, em 2011, o referendun de 2016, sua candidatura, em 2019, até a atual disputa de poder entre os evistas e arcistas. O MAS é o partido hegemônico na Assembleia Legislativa e sua fratura abre margens para opositores de direita, como aconteceu em 2019 quando foi queimada a Bandeira da Whipala — que simboliza os povos indígenas andinos e é reconhecida como símbolo oficial do país desde 2009.

A Whipala foi queimada por grupos opositores, logo esse ato foi interpretado como manifestações de racismo e desrespeito às culturas indígenas e foi visto como um atentado aos direitos indígenas conquistados através da Constituição de 2009, esta que refundou o Estado Plurinacional da Bolívia. Outro aspecto relevante desta Constituição é que, além de promover os princípios do viver bem, também definiu seus recursos naturais de caráter estratégicos e estabelece um papel central para o Estado no desenvolvimento produtivo por meio de empresas estatais, revisando a participação de empresas privadas na exploração de recursos naturais.

Em paralelo a isso, desde 2006, devido a posição anti-imperialista de Evo Morales, as relações bilaterais entre a Bolívia e EUA reduziram-se drasticamente, tanto que um dos agravantes da atual crise econômica boliviana é a baixa reserva de dólar. Neste ínterim, o governo passou a fazer diversificar seus parceiros internacionais através de convênios com diversas instituições e empresas europeias, russas e chinesas para desenvolver tecnologias no setor de hidrocarbonetos, que tiveram seus contratos intermediados através das empresas estatais COMIBOL e, posteriormente, YLB.

A tecnologia utilizada para a industrialização do lítio foi a piscina de evaporação, estas que, após a crise política de 2019, receberam denúncias de ineficiência de produtividade e corrupção por parte do governo de Evo. Por conta da baixa produtividade das piscinas, a administração atual busca novas parcerias para a industrialização via extração direta de lítio. No entanto, devido ao dissenso na Assembleia Legislativa, os assuntos sobre o destino dos recursos evaporíticos encontram-se estancados na disputa de poder entre evistas e arcistas.

Apesar da eficiência de produtividade em relação às piscinas de evaporação, a tecnologia de extração direta de lítio não alcança o nível de pureza necessário para a produção de baterias, por exemplo. No entanto, isso não é um problema, visto que o mercado para comercialização do lítio “cru” é mais aquecido, já que não há interesse das grandes empresas em comprar lítio refinado. Então, após a obtenção do lítio via EDL, são necessários outros processos de refinamento para se alcançar o nível de pureza desejado para a produção de seus derivados. Vale a pena ressaltar que é nesse processo que as empresas chinesas dominam o mercado mundial.

Ou seja, pelo menos por hora, não há planos concretos para a comercialização do lítio, menos ainda de produção de baterias, embora haja comunicados oficiais sobre a Bolívia estar desenvolvendo tecnologias para isso. Também, apesar das relações com empresas não ocidentais promoverem uma maior liberdade por parte da Bolívia nas decisões sobre a governança do lítio — especialmente em parcerias que compartilhem *know-how* —, o país se

vê limitado no mercado da indústria do produto, que possui maior retorno financeiro devido ao valor agregado.

Dessa forma, o resultado da pesquisa reforça a hipótese de que — independentemente do Estado hegemônico das relações internacionais — a Bolívia se mantém um país dependente na estrutura do sistema econômico internacional devido à dinâmica capitalista, à ideologia de acumulação de capital e ao imperialismo. Isso porque, apesar da ascensão da China em contraposição a imposição política dos EUA, ambos mantêm a mesma estrutura dinâmica com seus aliados.

No entanto, ainda que haja a manutenção da dependência, vale a pena destacar que as relações bilaterais entre EUA e Bolívia e China e Bolívia são distintas. Visto que, para além de imperialista, a hegemonia dos EUA está estritamente ligada ao dólar e ao uso da força para contemplar seus interesses. Por outro lado, a China tem uma abordagem mais branda, tanto que se aproximou da Bolívia e da América Latina no geral com propostas de cooperação conjunta, que visam o ganho mútuo através de seus investimentos em infraestrutura, sem uso da força. Nesse sentido, a China está construindo sólidos alicerces para legitimar sua hegemonia.

Dado essa diferença de relações bilaterais, é possível questionar a hegemonia dos EUA visto que, para Gramsci, hegemonia não significa apenas dominação pela força, mas um processo em que as elites conseguem obter o consentimento da sociedade para manter sua posição de poder (é importante ressaltar, aqui, que o Estado é instrumento da classe dominante). Porém, apesar da hegemonia ser diferente da simples coerção (uso da força), também inclui persuasão, influência cultural e institucionalização de valores dominantes, estes que ainda são estruturados pelos EUA.

Este trabalho também observa a dicotomia de princípios resguardados entre o Consenso de Washington e o Consenso de Beijing (Pequim), que é a contraposição entre democracia e autoritarismo. A democracia é um princípio irrevogável para os EUA, entretanto, há diversas denúncias de golpe de Estado com intervenções estadunidenses na América Latina como aconteceu na Bolívia em 1971, o que revela um intervencionismo bastante autoritário para um país democrático, mesmo que haja interesse da elite do país golpeado.

Esse cenário pode ser caracterizado pela transição política quando analisada dentro das relações de forças de Gramsci, momento em que se desenvolve a consciência de que os interesses corporativos estadunidenses devem incluir os interesses das elites dos países dos países golpeados, como da elite boliviana. Nesse momento, a perspectiva econômica

transmuta para uma perspectiva política e as ideologias são organizadas em "partidos", gerando uma luta para que uma ideologia prevaleça socialmente, criando hegemonia do grupo dominante sobre os subordinados. Entretanto, desde a eleição de Evo Morales o partido hegemônico na Assembleia Legislativa Plurinacional é o MAS-IPSP, este que é caracterizado por ser contrário ao neoliberalismo, princípio estadunidense.

Por outro lado, o modelo de Estado autoritário chinês, pode abrir espaço para a criação de um plano de Estado a longo prazo, mas essa condição não isenta a possibilidade de um golpe de Estado. A crise política atual da Bolívia tem suas raízes na figura de Evo Morales que dá passos contrários à democracia, colocando mais uma vez a influência e os princípios estadunidenses em segundo plano, mas ao mesmo tempo, não há nenhum publicado de preferência de estilo de governo por parte da China.

A ascensão chinesa preocupa a hegemonia estadunidense também pelo monopólio tecnológico das indústrias e por deter a cadeia de suprimentos de minerais críticos, como o lítio e as baterias de íons de lítio. Para a exploração destes, acordos sobre os royalties de *know-how*, propriedade intelectual, industrialização e maquinários favorecem a China pelo seu pioneirismo. Além disso, devido a sua posição nesse cenário, o gigante asiático também controla os transportes dos produtos, a comercialização e os mercados de compradores. Vale a pena ressaltar que os minerais críticos são essenciais para as tecnologias da transição energética.

No entanto, apesar de a conjuntura atual insinuar uma transição hegemônica, a ordem mundial se mantém, já que a ideologia de acumulação de capital não se altera. Isso pode ser visto através da geopolítica da transição energética, que se justifica sobre o pretexto da crise climática, mas não questiona o modo de produção vigente. Enquanto isso, a disputa pelo domínio de cadeias de suprimento de metais críticos coloca a Bolívia em uma posição paradoxal, ao passo que promove um estilo de vida alternativo, mas, ao mesmo tempo, é coagida a explorar seus recursos naturais, como o lítio, em função da descarbonização, cujo objetivo é combater as mudanças climáticas, sendo que esse feito poderia ser alcançado através da ideologia do viver bem. Isso acontece porque a ordem global imperialista ainda é vigente, visto que influencia todos os aspectos da sociedade, independentemente do sistema político ou de qualquer outra condição específica.

No que diz respeito aos valores promovidos pelas instituições das potências hegemônicas, este trabalho recupera dois princípios centrais: a democracia, defendida como valor fundamental pelos Estados Unidos, e a cooperação, apresentada como princípio orientador da política externa chinesa. A concepção de democracia, entretanto, torna-se

problemática quando confrontada com a influência dos Estados Unidos na política doméstica boliviana, a qual contribuiu para o fortalecimento de práticas autoritárias durante o governo de Evo Morales. Diante da aproximação do fim da hegemonia norte-americana e da ascensão da China — cujo modelo de governança é frequentemente caracterizado como autoritário e antidemocrático, mas que apresenta indicadores econômicos positivos —, surge o questionamento sobre o futuro da democracia como valor universal. Especificamente, discute-se se a democracia continuará sendo associada à promoção do bem-estar social por meio da distribuição equitativa do poder político.

Por outro lado, o princípio da cooperação promovido pela China também vem sendo alvo de críticas. Apesar de projetar uma imagem de potência benevolente, suas práticas nem sempre resultam em ganhos efetivos de autonomia industrial para os países parceiros. Um exemplo disso é a preferência chinesa pela importação de lítio em estado bruto, em detrimento do lítio em grau técnico, este último de maior valor agregado, especialmente por ser essencial na fabricação de baterias de íons de lítio.

Por fim, pesquisa contribui como estudo das relações internacionais contemporâneas ao conectar a geopolítica da transição energética e a disputa interimperialista em contexto de disputa hegemônica entre EUA e China com a conjuntura interna da Bolívia. Ao analisar o papel do lítio como recurso estratégico, o estudo insere a Bolívia no debate sobre a nova ordem multipolar e os desafios da soberania econômica em meio à crescente influência de potências globais. Além disso, ao adotar uma perspectiva crítica — baseada em teorias marxistas e neogramscianas — a dissertação questiona se a exploração do lítio fortalece a autonomia nacional ou aprofunda a dependência e o imperialismo.

Vale a pena destacar que, embora a pesquisa tenha utilizado uma abordagem qualitativa baseada em análise documental e revisão bibliográfica, a ausência de entrevistas diretas com todos os tomadores de decisão na Bolívia limitou uma compreensão mais aprofundada sobre as dinâmicas internas da formulação da política energética. Ainda, a ausência de uma consulta com a população boliviana sobre o *Vivir Bien* limitou a uma conclusão sobre eles enxergam a exploração do lítio. Também, o estudo concentrou-se no impacto geopolítico do lítio na Bolívia entre 2006 e 2023, sem considerar em profundidade a influência de outros atores latino-americanos no setor energético, o que pode ser explorado em pesquisas futuras. Além disso, o acesso restrito a informações detalhadas sobre os acordos de exploração de lítio entre Bolívia e seus parceiros dificultou uma análise mais precisa dos impactos econômicos desses contratos. Como alternativa, foram utilizadas fontes secundárias, como relatórios de organizações internacionais e artigos acadêmicos. Entretanto, apesar

dessas limitações, acredita-se que a pesquisa oferece uma contribuição significativa ao debate sobre a geopolítica do lítio na América Latina e abre espaço para futuras investigações que possam aprofundar a análise empírica e expandir a abordagem comparativa com outros países produtores.

Os resultados desta dissertação podem contribuir para debates sobre políticas públicas na Bolívia, sugerindo caminhos para um modelo de exploração do lítio que equilibre a soberania nacional e mantenha a cultura nativa do país. Um desdobramento possível desta pesquisa seria a realização de um estudo quantitativo que avalie os impactos econômicos concretos da exploração do lítio na Bolívia, complementando a abordagem qualitativa adotada neste trabalho.

Por ora, este trabalho se demonstra relevante por abordar como a geopolítica da transição energética e a disputa pela cadeia de suprimento de metais críticos seguem a ordem imperialista, esta que é um poder que atua em conjunto da hegemonia em uma relação simbiótica positiva que alcança todas as esferas da sociedade, causando alternância de princípios e ideologias, como visto no caso da exploração do lítio na Bolívia. Com base nessa problemática, atualmente atores como Alberto Acosta e Eduardo Gudynas, citados neste trabalho, abordam a necessidade de uma nova visão de estilo de vida com base no *Vivir Bien*. Entretanto, esta é uma ideologia contrária a ideologia da acumulação de capital, o que torna desafiador uma mudança estrutural sem uma mudança na fundação da sociedade, ou seja, nas relações de produção e nos meios de produção.

Por último, mas não menos importante, este trabalho utiliza de autores decoloniais em sua bibliografia e entende a relevância da teoria para o estudo das relações internacionais. Por isso, entende a necessidade de um diálogo entre as teorias, já que a descolonização pode ser alcançada assim que a ideologia da acumulação de capital for superada. No entanto, este trabalho não abre margens para esta discussão e nem possui aporte teórico para tanto, deixando, assim, este ponto de vista em aberto para pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

AGRAMONT-LECHÍN, Daniel; VALDIVIA, Ana Lucía Viadurre. La transición energética en la nueva revolución verde: estrategias geopolíticas de Occidente ante el ascenso de China. In: AGRAMONT-LECHÍN, Daniel. (org.). **Geopolítica de la transición energética: perspectivas del Sur Global y el caso de Bolivia**. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung, 2024, p. 31-82.

AGUIAR, Jórisa Danilla Nascimento; DE CARVALHO, Soraia. Extrativismo mineiro, Estado e governos na Bolívia e Equador. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 2, n. 1, p. 20-31, 2014.

ALLAN, Bentley; LEWIS, Joanna; OATLEY, Thomas. Green industrial policy and the global transformation of climate politics. **Global environmental politics**, v. 21, n. 4, p. 1-19, 2021.

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. Capital e trabalho na economia política boliviana contemporânea. **Cadernos de Ciências Sociais**, vol. 3, Fundação APC, p. 91-133, 2012.

\_\_\_\_\_. Bolívia, 1964 – os militares também golpeiam. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 31, p. 131-147, 2005.

ANSALDI, Waldo. GIORDANO, Verónica. **América Latina, la construcción del orden**: de las sociedades de masas a las sociedades en procesos de reestructuración. Buenos Aires: Ariel, 2012.

APAZA, Rodrigo René Cruz. ¿Parlamentarismo en Bolivia? una mirada al presidencialismo esperpéntico de Luis Arce Catacora. **Revista Con-Sciencias Sociales**, v. 14, n. 26, p. 15-26, 2022.

ARGENTO, Melisa. Espejo de sal: estructuras de la acción colectiva e integración territorial del proyecto de extracción e industrialización del litio en Bolivia. **Estado & comunes, revista de políticas y problemas públicos**, v. 2, n. 7, p. 227-248, 2018.

ARGENTO, Melisa; PUENTE, Florencia. Entre el boom del litio y la defensa de la vida: salares, agua, territorios y comunidades en la región atacameña. In: FORNILLO, Bruno (org.). **Litio en Sudamérica**: geopolítica, energía y territorios. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo; CLACSO; IEALC, 2019.

AZURDUY, Oscar Eusebio Romay; GUACULLA, Samuel Morales. Producción, exportación y consumo interno del gas natural y la tendencia de la matriz energética en Bolivia. **Ciencia Latina Revista Científica Multidisciplinar**, v. 7, n. 2, p. 9891-9917, 2023.

BLOOMBERGNEF. Energy Transition Investment Trends 2024: tracking global investment in the low-carbon transition. 30 jan. 2024. Disponível em: <https://canalsolar.com.br/wp-content/uploads/2024/02/relatorio-da-BloombergNEF.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2024.

BOFF, Ricardo Bruno; FRANCO, Samia. Ascensão e queda do governo Evo Morales na Bolívia (2006-2019) sob o prisma da “sociedade abigarrada”. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 10, n. 20, p. 519-548, 2021.

BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado**. La Paz: Estado Plurinacional de Bolivia, 2009. Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-CPE-2009.xhtml>. Acesso em: 19 fev. 2025.

\_\_\_\_\_. **Plan de desarrollo departamental 2008-2012**: para vivir bien. La Paz: Comunicación PADEP/GTZ, 2009.

BOLÍVIA diz que reservas de gás acabaram e vai parar de exportar ao Brasil: sem exportar o combustível e com a prevista dependência total de importações até 2029, situação criará um enorme rombo na economia do país. **Revista Veja**. 1 set. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/bolivia-diz-que-reservas-de-gas-acabaram-e-vai-parar-de-exportar-ao-brasil>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BORDOFF, Jason; O'SULLIVAN, Meghan. Green upheaval: the new geopolitics of energy. **Foreign Affairs**, v. 101, n. 1, p. 130-144, jan./fev. 2022. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2021-11-30/geopolitics-energy-green-upheaval>. Acesso em: 18 fev. 2025.

BRAGA, Paulo Fernando Almeida; SAMPAIO, João Alves. Lítio. In: LUZ, Adão Benvenido da; LINS, Fernando A. Freitas (org.). **Rochas e Minerais Industriais no Brasil**: usos e especificações. 2.ed. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2008. p. 585-603.

BRANDÃO, Nágela Aparecida; DIAS, Edmundo Fernandes. A questão da ideologia em Antonio Gramsci. **Trabalho & Educação**, v. 16, n. 2, p. 81-98, 2007.

BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella Noemi. Del “Consenso de los Commodities” al “Consenso de la Descarbonización”. Buenos Aires, **Nueva Sociedad**, n. 306, p. 51-70, 2023.

BRUNELLI, Kevin; LEE, Lilly; MOERENHOUT, Tom. Lithium in the Energy Transition: Roundtable Report. **Center on Global Energy Policy**. Columbia Global Energy Dialogue. 2023. Disponível em: <https://www.energypolicy.columbia.edu/publications/lithium-in-the-energy-transition-roundtable-report/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

BUDD, Adrian. China and imperialism in the 21st century. **International Socialism Journal**, n. 170, p. 123-150, 2021.

CASTAÑEDA RODRÍGUEZ, Víctor Mauricio; DÍAZ-BAUTISTA, Ómar. El Consenso de Washington: algunas implicaciones para América Latina. **Apuntes del CENES**, v. 36, n. 63, p. 15-41, 2017.

CASTRO, Fabio. GUERRA, Sinclair. FILHO, Paulo. Lithium and vivir bien: Sovereignty and transition. In: VALDIVIA RIVERA, Soledad (org.). **Bolivia at the Crossroads**. London: Routledge, 2021. p. 101-126.

CASTRO, Fernando Ferreira; GÓES, Geraldo Sandoval; PEITER, Carlos Cesar; GÓES, Guilherme Sandoval. Transição energética para fontes de energia renováveis e sua dependência por minerais críticos: aspectos geoeconômicos. Texto para Discussão. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Brasília, n. 3051, out. 2024.

CASTRO, Victor Hugo Acapri. **La conversión de Bolivia en un país productor del litio: recuento de obstáculos y retos para su industrialización**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, 2024.

CECEÑA, Ana Esther. Sobre las diferentes modalidades de internacionalización del capital. **Problemas del Desarrollo**, v. 21, n. 81, p. 15-40, 1990.

CEDIB: Bolivia no tiene proyecto minero. **Página Siete**, 19 jun. 2015. Disponível em: <https://www.cedib.org/noticias/cedib-bolivia-no-tiene-proyecto-minero-pagina-7-19-6-15/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

CEPPI, Natalia Paola. El rompecabezas boliviano: Idas y vueltas del Movimiento al Socialismo (MAS) en el poder. Reflexiones sobre un juego de dos tiempos. 2024.

CÉSPEDES, Lucía; GORRITI, Jacinta. Neoextractivismo y neodesarrollismo. Actores y disputas en torno a la extracción del litio en Bolivia. **Revista nuestraAmérica**, v. 9, n. 18, p. 1-15, 2021.

CÉSPEDES, Lucía; GORRITI, Jacinta. Neoextractivismo y neodesarrollismo. Actores y disputas en torno a la extracción del litio en Bolivia. **Revista nuestraAmérica**, v. 9, n. 18, p. 1-15, 2021.

CHAMBILLA, Pablo Rodrigo Quiroz. Discurso del Movimiento al Socialismo ante las acusaciones de división del partido durante el 2022. **Journal de Comunicación Social**, n. 16, p. 13-47, 2023.

CHEN, Geoffrey Chun-fung; LEES, Charles. Greening the Chinese Leviathan: China's renewable energy governance as a source of soft power. *Journal of International Relations and Development*, v. 25, n. 1, p. 79-106, mar. 2022.

CHESNEY, Marc. A permanent crisis: **The financial oligarchy's seizing of power and the failure of democracy**. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

COELHO, Silvana. Breve nota sobre o imperialismo e os impactos sociais. In: OSÓRIO, Luiz Felipe; DE DAVID, Thomas Delgado; ANVERSA, Ana Elisi Carbone; SOUSA, Vinícius de Oliveira (org.). **Um século de debates sobre o imperialismo: perspectivas marxistas**. Rio de Janeiro: Saber & Cultura, 2024.

COOPERATIVISTAS fracasaron en su intento de explotar el Salar de Uyuni. **Radio Fides**, 8 out. 2012. Disponível em: <https://www.cedib.org/noticias/cooperativistas-fracasaron-en-su-intento-de-explotar-el-salar-d-e-uyuni-radio-fides-8-10-2012/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

CORREIA, João Carlos. Ideologia e hegemonia. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**. Salvador: EDUFBA, p. 223-258, 2004.

COULTHARD, Glen Sean. **Red skin, white masks: rejecting the colonial politics of recognition**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.

COX, Robert W. Forças sociais, Estados e ordens mundiais: além da teoria de Relações Internacionais. **OIKOS**, v. 20, n. 2, p. 10-37, 2021.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Entre el Buen Vivir y el Desarrollo: una perspectiva indianista. In: ERREJÓN, Iñigo; SERRANO, Alfredo. (org.). **¡Ahora es cuándo, carajo!** Del asalto a la transformación del Estado en Bolivia. Barcelona: El Viejo Topo, 2011. p. 169-180.

DA COSTA, Renata Gomes; VIEIRA, Monique Soares. Imperialismo e Dependência: Origens e Características do Capitalismo Dependente. In: FREITAS, Leana Oliveira; IRINEU, Bruna Andrade; VELASCO, Erivã Garcia; DOS SANTOS, Gabriele (org.) **Miradas acerca da América Latina: capitalismo dependente, crise estrutural e lutas sociais**. Rio de Janeiro. Editora Telha, 2020. p. 21-36.

DAREMOS o golpe onde quisermos, diz Musk após insinuações sobre a Bolívia. **Exame**. 26 de jul. de 2020. Disponível em: <https://exame.com/negocios/daremos-golpe-onde-quisermos-diz-musk-apos-insinuacoes-sobre-a-bolivia>. Acesso em: 19 abr. 2024.

DELGADO, Ana Carolina. The TIPNIS conflict in Bolivia. Rio de Janeiro: **Contexto internacional**, n. 2, v. 39, p. 373-392, 2017.

DELGADO, Fernanda; NOGUEIRA, Luiz Augusto Horta. O desafio da transição energética na indústria do petróleo. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 75, n. 04, p. 45-49, 2021.

DULCICH, Federico Martín; OTERO, Dino; CANZIAN, Adrian Marcelo. Evolución reciente y situación actual de la producción y difusión de vehículos eléctricos a nivel global y en Latinoamérica. **Asian Journal of Latin American Studies**. n. 4, v. 32, p. 21-51, 2019.

EL LÍTIO en Bolivia: 17 años después de la expulsión de la LITHCO, un proyecto cien por ciento estatal explotará el Salar de Uyuni. **Petropress**, Cochabamba, 13 de jan. de 2009. Disponível em: <https://www.cedib.org/wp-content/uploads/2021/08/El-litio-en-Bolivia.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.

ESCOBAR, Loreta Telleria. La Unión Europea y su actuación en el golpe de Estado de Bolivia en 2019. **Tramas y Redes**, n. 4, p. 193-211, 2023.

\_\_\_\_\_. La asistencia de Estados Unidos a Bolivia en el siglo XXI. Entre la injerencia y la subversión. In. LAJTMAN, Tamara; ROMANO, Silvina; BRUCKMANN, Mónica;

UGARTECHE, Oscar. **Bolivia y las implicaciones geopolíticas del golpe de Estado**. México: UNAM, 2021. p. 89-109.

EVO anuncia siete convenios con China. **Los Tiempos**, 16 ago. 2011. Disponível em: <https://www.cedib.org/noticias/evo-anuncia-siete-convenios-con-china-los-tiempos-16-08-2011/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Global Supply Chains of EV Batteries**. Paris: IEA Publications, jul. 2022. Disponível em: <https://iea.blob.core.windows.net/assets/4eb8c252-76b1-4710-8f5e-867e751c8dda/GlobalSupplyChainsofEVBatteries.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

FERNANDEZ, Sergio Alberto. Energia en la geopolítica boliviana. In: AGRAMONT-LECHÍN, Daniel. (org.). **Geopolítica de la transición energética: perspectivas del Sur Global y el caso de Bolivia**. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung, 2024, p. 233-278.

FORNILLO, Bruno. Geopolítica(s) sudamericanas (1944-2016). In: FORNILLO, Bruno. **Sudamérica Futuro: China global, transición energética y posdesarrollo**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo; CLACSO, 2016.

\_\_\_\_\_. Hacia una definición de transición energética para Sudamérica: Antropoceno, geopolítica y posdesarrollo. In: AGRAMONT-LECHÍN, Daniel (org.). **Geopolítica de la transición energética: perspectivas del Sur Global y el caso de Bolivia**. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung, 2024, p. 83-102. La Paz. 2024

FORNILLO, Bruno; GAMBA, Martina. Política, ciencia y energía en el “Triángulo del litio”. In: FORNILLO, Bruno (org.). **Litio en Sudamérica: geopolítica, energía y territorios**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo; CLACSO; IEALC, 2019.

FREELAND, Anne. The National-Popular in Bolivia: history, crisis and social knowledge. **Postcolonial Studies**, v. 22, n. 3, p. 275-282, 2019.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? **The National Interest**, n. 16, p. 3-18, 1989.

FUSCALDO, Bruna Muriel Huertas; URQUIDI, Vivian. O Buen Vivir e os saberes ancestrais frente ao neo-extratativismo do século XXI. **Polis: Revista Latinoamericana**, v. 14, n. 40, p. 1-14, 2015.

FUSER, Igor. **Energia e Relações Internacionais**. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2013.

\_\_\_\_\_. O petróleo e a política dos EUA no Golfo Pérsico: a atualidade da Doutrina Carter. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 17/18, p. 23-37, jun. 2007.

GASPAR FILHO, Victor; SANTOS, Thauan. Transição da Segurança Energética: energias limpas, minerais críticos e novas dependências. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 25, p. 1-23, 2022.

GIELEN, Dolf; LYONS, Martina. Critical materials for the energy transition: rare earth elements. **International Renewable Energy Agency**, Abu Dhabi, 2022. Disponível em:

<https://atf.asso.fr/media/technews/39/tnf39-prof3-irena-rare-earth-elements-2022.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2025.

GIELEN, Dolf; LYONS, Martina. Critical materials for the energy transition: Lithium, International. **Renewable Energy Agency**, Abu Dhabi, 2022. Disponível em: <https://www.irena.org/Technical-Papers/Critical-Materials-For-The-Energy-Transition-Lithium>. Acesso em: 18 fev. 2025.

GONZÁLEZ, Susana Berniola. El conflicto cocalero en Bolivia como resultado del imperialismo estadounidense. **Nómadas: Critical Journal of Social and Juridical Sciences**, v. 17, n. 1, 2008, p. 257-264.

GRANDE, Patricio. El “Proceso de Cambio” en Bolivia y el imperialismo estadounidense: una historia de hostigamiento, conflictos y antagonismos (2006-2019). **Prólogos**, v. 15, 2023, p. 146-175.

GREIN, Peter; SOLOMON, Asfaw; Christian BREYER. Assessment of lithium criticality in the global energy transition and addressing policy gaps in transportation. **Nature Communications**, v. 11, n. 1, p. 1-17, 2020.

GUARIEIRO, Lilian; VASCONCELLOS, Pérola; SOLCI, Maria Cristina. Poluentes atmosféricos provenientes da queima de combustíveis fósseis e biocombustíveis: uma breve revisão. **Revista Virtual de Química**, v. 3, n. p. 434-445, 2011.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza**. Cochabamba: CEDIB, 2015.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. El buen vivir mas allá del desarrollo. **Revista Quehacer**, Lima, fev./mar. 2011.

GUELAR, Diego. **La invasión silenciosa. El desembarco chino en América del Sur**. Buenos Aires: Debate, 2013.

GUERRERO, Ana Lía del Valle. Geopolítica del gas en Sudamérica. **Anuario Latinoamericano Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales**, Lublin, vol. 1, 2014 p. 107-126.

GUSTAFSON, Bret. **Bolivia in the Age of Gas**. London: Duke University Press, 2020.

GUTIERREZ, Carlos Jahnsen; LORINI, Irma. A trilha de Morales: novo movimento social indígena na Bolívia. **Novos estudos CEBRAP**, n. 77, 2007, p. 49-70.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist register**, v. 40, n. 1, p. 95-126, 2004.

HERNÁNDEZ, Juan Luis. La injerencia externa en el golpe de Estado en Bolivia. **El Puan Óptico**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, n. 7, p. 83-93, 2021.

HOPE, Jessica. Losing ground? extractive-led development versus environmentalism in the Isiboro Secure Indigenous Territory and National Park (TIPNIS), Bolivia. **The Extractive Industries and Society**, v. 3, n. 4, p. 922-929, 2016.

JAKOBSEN, Kjeld. Ao menos seis boas razões para rejeitar a ALCA. In: Campanha Nacional Contra a Alca (org.). **Soberania sim, ALCA NÃO!** Análise e documentos. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

JÁUREGUI, Luciana. La espiral de la crisis en el fin de ciclo. In: RODRIGUEZ, José Luis Exeni. **Momento Constituyente: de la crisis a la reforma necesaria**. La Paz: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2024, p. 67-92.

JESUS, Ana Beatriz Castro de; NETO, Thiago Oliveira; SILVA, Fredson Bernardino Araújo da. Breves reflexões sobre o triângulo de lítio sul-americano. **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, Tabatinga, v. 7, n. 2, 2023.

KERR-OLIVEIRA, Lucas. Energia como recurso de poder na política internacional: geopolítica, estratégia e o papel do Centro de Decisão Energética. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Políticas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2012.

LA FÁBRICA piloto de baterías de litio ya tiene su equipamiento. **Agencia de Noticias Fides**, 20 maio 2013. Disponível em: <https://www.cedib.org/noticias/la-fabrica-piloto-de-baterias-de-litio-ya-tiene-su-equipamiento-anf-20-5-13/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

LA PARADOJA de Bolivia: abundancia de litio, pero marginal en el mercado. **Página Siete**, 2 maio 2023. Disponível em: <https://www.cedib.org/noticias/la-paradoja-de-bolivia-abundancia-de-litio-pero-marginal-en-el-mercado-pagina-siete-2-05-23/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

LALANDER, Rickard. Ethnic rights and the dilemma of extractive development in plurinational Bolivia. **The International Journal of Human Rights**, London, v. 21, n. 4, 2017, p. 464-81.

LAMB, William F. et al. A review of trends and drivers of greenhouse gas emissions by sector from 1990 to 2018. **Environmental research letters**, v. 16, n. 7, p. 1-31, 2021.

LAUFER, Rubén. El proyecto chino" La Franja y La Ruta" y América Latina: ¿ Otro norte para el sur?. *Revista Interdisciplinaria de Estudios Sociales*, n. 20, p. 9-52, 2020.

LAUFER, Ruben. América Latina y China: asociación estrategias y desarrollo desigual. In: LAUFER, Rúben. Romero, Fernando (Ogs.). **China en América Latina y el Caribe: ¿nuevas rutas para una vieja dependencia?: el nuevo ‘tercer mundo’ y la perspectiva del ‘desarrollo’**. Curitiba: Appris, 2024.

LEAL FILHO, Walter Leal; KOTTER, Richard; ÖZUYAR, Pinar Gökçin; ABUBAKAR, Ismaila Rimi; EUSTACHIO, João Henrique Paulino Pires; MATANDIROTYA, Newton. Understanding rare earth elements as critical raw materials. **Sustainability**, v. 15, n. 3, p. 1-18, 2023.

LENIN, Vladimir. Imperialismo: fase superior do capitalismo. **Germinal**: marxismo e educação em debate, v. 4, n. 1, p. 144-224, 2012.

LINARES, Pedro. La transición energética. **Ambienta**, Madrid, v. 125, p. 20-31, dez. 2018.

MANSILLA, Hugo Celso Felipe. La revolución de 1952 en Bolivia: un intento reformista de modernización. **Revista de estudios políticos**, n. 17, p. 117-128, 1980.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependencia: La economía exportadora. **Sociedad y Desarrollo**, v. 1, p. 35-51, 1972.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MEIRELES, Adriana Veloso. Algoritmos e autonomia: relações de poder e resistência no capitalismo de vigilância. **Opinião Pública**, v. 27, p. 28-50, 2021.

MENDONÇA, Gonzalo. Extracción Directa de Litio en Bolivia: No todo lo que brilla blanco es litio. **Centro de Documentación e Información de Bolivia** (CEDIB), Cochabamba, 6 maio 2022. Disponível em: <https://www.cedib.org/wp-content/uploads/2022/05/ExtraccionDierctaDelLitio-6-5-22.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2025.

MING, Shi. Rusia y China: ¿aliados-rivales? Geopolítica de los acuerdos por el gas. Buenos Aires, **Nueva Sociedad**, n. 253, set./out. 2014.

MOLINA, Fernando. El MAS boliviano ya no baila solo al ritmo de Evo. Buenos Aires, **Nueva Sociedad**, n. 299, p. 93-104, 2022.

MORAIS SILVA, Maria Aparecida et al. Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. **Revista Nera**, n. 8, p. 74-108, 2012.

MÜLLER, Daniel. GROVES, David. SANTOSH, M. YANG, Cheng-Xue. Critical metals: their applications with emphasis on the clean energy transition. **Geosystems and Geoenvironment**, p. 100310, 2024.

MURATORI, Matteo et al. The rise of electric vehicles – 2020 status and future expectations. **Progress in Energy**, v. 3, n. 2, p. 1-34, 2021.

NACIF, Frederico. El abc del litio sudamericano: apuntes para un análisis socio-técnico. **Revista de ciencias sociales**, Buenos Aires, v.10, n. 34, p. 49-67, 2018.

NOLASCO, Janaina Fonseca. Investimento Estrangeiro Direto Chinês no Triângulo do Lítio: Dependência, Imperialismo e Hegemonia. 2022. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

OMC. Estados Unidos - Determinadas bonificaciones fiscales en virtud de la ley de reducción de la inflación. 28 mar. 2024. Disponível em

<https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=s:/WT/DS/623-1.pdf&Open=True>. Acesso em: 18 fev. 2025.

OMC. Notificación nueva y completa de conformidad con el artículo XVI.1 del GATT de 1994 y el artículo 25 del acuerdo sobre subvenciones y medidas compensatorias. Comité de Subvenciones y Medidas Compensatorias. 20 jul. 2023. Disponível em <https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=s:/G/SCM/N401CHN.pdf&Open=True>. Acesso em: 18 fev. 2025.

OMC. Notificación nueva y completa de conformidad con el artículo XVI.1 del GATT de 1994 y el artículo 25 del acuerdo sobre subvenciones y medidas compensatorias. **Comité de Subvenciones y Medidas Compensatorias**. 20 jul. 2023. Disponível em: <https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=s:/G/SCM/N401CHN.pdf&Open=True>. Acesso em: 18 fev. 2025.

OLIVEIRA, Eliane. Bolívia pode parar fornecimento de gás ao Brasil e pede investimentos da Petrobras no país: assunto será discutido, nos dias 17 e 18 de outubro, em reunião, na Bolívia, entre representantes da Petrobras e dos governos dos dois países. **O Globo**, 5 out. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/10/05/bolivia-pode-parar-fornecimento-de-gas-ao-brasil-e-pede-investimentos-da-petrobras-no-pais.ghtml>. Acesso em: 15 fev. 2025.

PÁDULA, Raphael; RODRIGUES, Bernardo Salgado. **Austral**: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v.6, n.11, p.197-220, jan./jun. 2017.

PARANÁ, Edemilson; DA SILVA, Lucas Trindade. A Pertinência do Conceito de Capital Financeiro em Lenin para uma Leitura do Capitalismo Contemporâneo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 14, n. 1, p. 46-78, 2020.

PIVA, Adrián. Una lectura política de la internacionalización del capital. Algunas hipótesis sobre la actual fase de la internacionalización del capital y el Estado nacional de competencia. In: CIOLLI, Vanesa; NASPLEDA, Frederico Daniel; BERNADO, Rolando Garcia (org.). **La dimensión inevitable**: estudios sobre la internacionalización del Estado y el capital desde Argentina. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2020.

POVEDA ÁVILA. El litio y la crisis política en Bolivia. **Cuadernos de conyuntura**: publicación de la Plataforma Energética, La Paz, n. 25, dez. 2019.

PUENTE, Andrea Florencia; ARGENTO, Melisa. Conflictos territoriales y construcción identitaria en los salares del noroeste argentino. In: FORNILLO, Bruno (org.). **Geopolítica del litio**. Industria, ciencia y energía en Argentina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo; CLACSO, 2015, p. 57-90.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. O heartland sul-americano: a importância geopolítica da Bolívia para a América do Sul. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 40-56, 2014.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; PADULA, Raphael. Geopolítica do lítio na América do Sul e as divergentes políticas públicas nacionais. **Meridiano 47**, Brasília, v. 17, 2016.

RODRÍGUEZ, Roberto Gutiérrez. El entorno petrolero internacional frente a la invasión de Rusia a Ucrania: Ralentización de la transición energética y de la lucha contra el cambio climático. **Revista de El Colegio de San Luis**, v. 13, n. 24, p. 1-30, 2023.

RODRÍGUEZ, Silvia Laura. El golpe de Estado en Bolivia: entre la disputa hegemónica y la geopolítica de los minerales. In: LAJTMAN, Tamara; ROMANO, Silvina; BRUCKMANN, Mónica; UGARTECHE, Oscar. **Bolivia y las implicaciones geopolíticas del golpe de Estado**. México: UNAM, 2021. p. 113-132.

ROMANO, Silvina; LAJTMAN, Tamara; GARCÍA, Anibal; TIRADO, Arantxa. El consenso negativo en torno al gobierno del MAS: Estados Unidos y la red de derecha oculta. In: LAJTMAN, Tamara; ROMANO, Silvina; BRUCKMANN, Mónica; UGARTECHE, Oscar. **Bolivia y las implicaciones geopolíticas del golpe de Estado**. México: UNAM, 2021, p. 259-286.

ROMERO, Fernando Gabriel. **El capital extranjero en el complejo agroindustrial pampeano (1976-2008)**. 2013. 668 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013.

ROMERO, Fernando. Imperialismo, dependencia y transición hegemónica ante el ascenso de China. In: LAUFER, Rúben. ROMERO, Fernando (org.). **China en América Latina y el Caribe: ¿nuevas rutas para una vieja dependencia?: el nuevo ‘tercer mundo’ y la perspectiva del ‘desarrollo’**. Curitiba: Appris, 2024, p. 19-66.

\_\_\_\_\_. La Covid-19, la transición a un nuevo orden internacional y el ascenso de China. In: Edgar Vieira Posada; Felix Peña. (org.). **La covid-19 y la integración ante los desafíos de un nuevo orden mundial**. Bogotá: Universidad Cooperativa de Colombia, 2021, p. 159-195.

ROMERO, Fernando Gabriel; HELLMUND, Paula Daniela Fernández. Las relaciones argentino-chinas: historia, actualidad y prospectiva. **Revista Andina de Estudios Políticos**, v. 6, n. 2, p. 60-91, 2016.

ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (Org.). *Governança sem governo: ordem e mudança na política mundial*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SABADINI, Mauricio de Souza; DE CAMPOS, Fábio Antonio. O capital financeiro na origem do imperialismo: uma leitura sobre seu uso categorial no debate clássico. **Revista Fim do Mundo**, n. 6, p. 21-52, 2021.

SALVATIERRA, Roberto Ingemar; AGUIRRE, Vicente Waldo; DURÁN, Melina Balderrama. Avances y desafíos en la transición energética en Bolivia. In: AGRAMONT-LECHÍN, Daniel. (org.). **Geopolítica de la transición energética: perspectivas del Sur Global y el caso de Bolivia**. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung, 2024, p. 329-358.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Por que voltar a Lênin? Imperialismo, Barbárie e Revolução. In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

SANCHÉZ, Jannette. Tendencias y perspectivas del litio desde America Latina. In: Foro Internacional Perspectivas del Litio desde América Latina (Online), 2022. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/eventos/participacion-la-division-recursos-naturales-la-cepal-foro-internacional-perspectivas-litio>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SANCHEZ-LOPEZ, Maria Daniela. De un desierto de sal al yacimiento de litio más grande del mundo: La política del litio en Bolivia y el Salar de Uyuni. **Cuadernos de conjuntura: publicación de la Plataforma Energética**, La Paz, n. 36, nov. 2024. Disponível em: <https://cedla.org/producto/de-un-desierto-de-sal-al-yacimiento-de-litio-mas-grande-del-mundo>. Acesso: 18 fev. 2025.

\_\_\_\_\_. Geopolitics of the Li-ion battery value chain and the Lithium Triangle in South America. **Latin American Policy**, v. 14, n. 1, p. 22-45, 2023.

SANTIAGO, Bernardo Xavier dos Santos.; BELLO, Enzo. Democracia e Bens Naturais na Bolívia do Vivir Bien: uma crítica a partir da colonialidade e da dependência. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiás, v. 41, n. 1, p. 103-21, 2017.

SANTOS OLIVEIRA, Felipe dos. Bolívia: A questão indígena, a ascensão de Morales e o golpe neoliberal. **Revista Estudos do Sul Global**, São Paulo, v. 2, n. 1, 2023.

SANTOS, Alex Bruno. O imperialismo. In: OSÓRIO, Luiz Felipe; DE DAVID, Thomas Delgado; ANVERSA, Ana Elisi Carbone; SOUSA, Vinícius de Oliveira (org.). **Um século de debates sobre o imperialismo: perspectivas marxistas**. Rio de Janeiro: Saber & Cultura, 2024.

SANTOS, Mario A. O papel da China na geopolítica da transição energética: ações e reações em âmbito global. **Revista de Geopolítica**, v. 15, n. 2, p. 1-16, 2024.

SANTOS, Theotonio dos. A estrutura da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, v. 1, n. 30, p. 6-18, 2011.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo y dependencia. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.**

SAUER, Ildo Luís. Uma análise da hegemonia do petróleo e os desafios da transição energética sob a perspectiva da economia política. **Princípios**, v. 43, n. 170, p. 9-50, 2024.

SCHANDERT, Sylvia. Bolívia anuncia esgotamento das reservas naturais de gás e interrupção nas exportações. Datamar News. 1 set. 2023. Disponível em: <https://www.datamarnews.com/pt/noticias/bolivia-anuncia-esgotamento-das-reservas-naturais-de-gas-e-interruptao-nas-exportacoes/>. Acesso em 15 fev. 2025.

SADDI, Marco et al. The geopolitics of the energy transition: global issues and European policies driving the development of renewable energy. **Finnish Institute of International Affairs**. Dez. 2021. ISBN 978-951-769-710-1

SILVA JR, Gilson Geraldino; AREND, Marcelo; LEMOS, Thiago Rodrigues. LITHIUM-ION BATTERY GLOBAL PATENT RACE, 1990-2019. **Revista de Estudos Sociais**, v. 25, n. 50, p. 83-106, 2023.

SIQUEIRA, Diego Pereira. Algumas considerações sobre a presença chinesa na Bolívia. **Nova Revista Amazônica**, Bragança. v. 8, n. 1, p. 25-43, 2020.

SLIPAK, Ariel Martín; URRUTIA REVECO, Santiago José. Historias de la extracción, dinámicas jurídico-tributarias y el litio en los modelos de desarrollo de Argentina, Bolivia y Chile. In: FORNILLO, Bruno (org.). **Litio en Sudamérica: geopolítica, energía y territorios**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo; CLACSO; IEALC, 2019.

SLIPAK, Ariel Martín. La extracción del litio en la Argentina y el debate sobre la “riqueza natural”. In: FORNILLO, Bruno (org.). **Geopolítica del litio. Industria, ciencia y energía en Argentina**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo; CLACSO, 2015, p. 91-122.

SOUZA SABADINI, Mauricio de. Sobre o conceito de capital financeiro. **Temporalis**, Vitória, v. 15, n. 30, p. 71-92, 2015.

STROBELE-GREGOR, Juliana. Litio en Bolivia. El plan gubernamental de producción e industrialización del litio, escenarios de conflictos sociales y ecológicos, y dimensiones de desigualdad social. **DesiguALdades.net**, n. 14, Berlin, 2012. Disponível em: [https://www.desiguALdades.net/Resources/Working\\_Paper/14\\_WP\\_Str\\_\\_bele\\_Gregor\\_online\\_sp.pdf](https://www.desiguALdades.net/Resources/Working_Paper/14_WP_Str__bele_Gregor_online_sp.pdf). Acesso em: 18 fev. 2025.

SVAMPA, Maristella Noemi. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. Buenos Aires, **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 244, p. 30-46, 2013.

SWANSON, Aaron R. A Bolivian Revolution: The MNR's Populist Vision For A Modern Bolivia. **Graduate Review**, Bridgewater, v. 2, n. 1, p. 111, 2022.

TAPIA MEALLA, Luis. **La condición multisocietal: multiculturalidad, pluralismo, modernidad**. La Paz: Muela del Diablo Editores, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis (org.). **O poder do dinheiro: uma economia política da globalização**. 4. ed. Petropolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, Helen. Las dos geopolíticas de la energía [entrevista concedida a] Sébastien Lumet. In: AGRAMONT-LECHÍN, Daniel. (org.). **Geopolítica de la transición energética: perspectivas del Sur Global y el caso de Bolivia**. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung, 2024, p. 103-117.

TICONA ALEJO, Esteban. La revolución boliviana de 1952 y los pueblos indígenas. **Temas Sociales**, La Paz, n. 25, p. 8-21, 2004.

TUDELA, Farit. Momento constitucional, momento constituyente. In: RODRIGUEZ, José Luis Exeni. **Momento Constituyente: de la crisis a la reforma necesaria**. La Paz: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2024, p. 45-66.

UGARTECHE, Oscar; NEGRETE, Armando. Aproximaciones desde la geoeconomía al golpe de Estado en Bolivia. In: LAJTMAN, Tamara; ROMANO, Silvina; BRUCKMANN, Mónica; UGARTECHE, Oscar. **Bolivia y las implicaciones geopolíticas del golpe de Estado**. México: UNAM, p. 161-194. 2021.

U.S. DEPARTMENT OF THE INTERIOR. **U.S. Geological Survey**. Mineral Commodity Summaries 2024: Lithium. Jan. 2024. Disponível em: <https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2024/mcs2024-lithium.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.

VACAFLORES, Carlos. La economía plural en Bolivia. **Apuntes**, La Paz, v. 3, p. 1-22, 2017.

VARGAS, Carlos Arze. Giros y retrocesos del proceso de industrialización del litio: la “candidez” nacionalista frente al capital extranjero. **Cuadernos de conjuntura**: publicación de la Plataforma Energética, La Paz, n. 33, nov. 2022. Disponível em: <https://cedla.org/producto/cuadernos-de-coyuntura-33-giros-y-retrocesos-del-proceso-de-industrializacion-del-litio>. Acesso em: 18 fev. 2025.

VELTZÉ, Eduardo Rodríguez. Momentos constituyentes, crisis institucional y protesta ciudadana. Apuntes para reflexionar las reformas constitucionales necesarias. In: RODRIGUEZ, José Luis Exeni. **Momento Constituyente**: de la crisis a la reforma necesaria. La Paz: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2024, p. 15-44.

VIOLA, Eduardo; BASSO, Larissa. O sistema internacional no antropoceno. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, p. 1-18, 2016.

WARNECKE-BERGER, Hannes, BURCHARDT, Hans-Jürgen. OUAISSA, Rachid. Recursos naturales, materias primas y extractivismo: el lado oscuro de la sostenibilidad. In: AGRAMONT-LECHÍN, Daniel. (org.). **Geopolítica de la transición energética**: perspectivas del Sur Global y el caso de Bolivia. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung, 2024, p. 131-148.

WATANABE, Tatiane Anju. Imperialismo ecológico: a exploração de lítio na Bolívia como “alternativa sustentável” ou “nova maldição”. In: LOPES, Arleson Eduardo Monte Palma; MIRANDA, Iná Camila Ramos Favacho de (org.). *Economia ecológica, território e desenvolvimento sustentável: perspectivas e desafios*. v. 2. São Paulo: Científica Digital, 2023, p. 11-33.

WEBBER, Jeffery R. Evo Morales and the political economy of passive revolution in Bolivia, 2006-15. In: PATTENDEN, Jonathan; CAMPLING, Liam; MIYAMURA, Satoshi; SELWYN, Benjamin (org.). **Class Dynamics of Development**. Oxon: Routledge, 2018. p. 111-132.

\_\_\_\_\_. Rebellion to reform in Bolivia. Part I: Domestic class structure, Latin-American trends, and capitalist imperialism. **Historical Materialism**, London, v. 16, n. 2, p. 23-58, 2008.

\_\_\_\_\_. Rebellion to reform in Bolivia. Part II: Revolutionary epoch, combined liberation and the December 2005 elections. **Historical materialism**, London, v. 16, n. 3, p. 55-76, 2008.

YANG, Zeyi. How did China come to dominate the world of electric cars? **MIT Technology Review**, Massachusetts, 21 fev. 2023. Disponível em: <https://www.technologyreview.com/2023/02/21/1068880/how-did-china-dominate-electric-cars-policy>. Acesso em: 19 de abril de 2024.

ZÁRATE, Gustavo. El estado de la transición energética en el mundo. In: AGRAMONT-LECHÍN, Daniel. (org.). **Geopolítica de la transición energética: perspectivas del Sur Global y el caso de Bolivia**. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung, 2024, p. 121-130.

ZAVALETA MERCADO, René. La autodeterminación de las masas. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

\_\_\_\_\_. Lo nacional-popular en Bolivia. In: ZAVALETA MERCADO, René. Obra completa, tomo I: ensayos 1975-1984. La Paz: Plural, 2013.

ZEGADA, María Teresa. ¿Reforma o transformación? Una mirada a la crisis y a la constitución vigente. In: RODRIGUEZ, José Luis Exeni. **Momento Constituyente: de la crisis a la reforma necesaria**. La Paz: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2024, p. 103-118.

ZÍCARI, Julián. El mercado del litio desde una perspectiva global: de la Argentina al mundo. Actores, lógicas y dinámicas. In: FORNILLO, Bruno (org.). **Geopolítica del litio**. Industria, ciencia y energía en Argentina, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo; CLACSO, 2015, p. 19-56.

ZÍCARI, Julián; FORNILLO, Bruno; GAMBA, Martina. El mercado mundial del litio y el eje asiático. Dinámicas comerciales, industriales y tecnológicas (2001-2017). **Polis**, v. 18, n. 52, p. 186-203, 2019.

ZOTIN, Marianne Zanon. O papel da China na transição energética global: estado, indústria e recursos. Dissertação (mestrado) – UFRJ/COPPE/Programa de Planejamento Energético. Rio de Janeiro, 2018.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power**. New York: Public Affairs, 2019.

ZULETA, Juan Carlos. Bolivia inicia sola el proceso para industrializar el litio. **La Razón**, 22 out. 2010. Disponível em: <https://www.la-razon.com/economia/2010/10/22/bolivia-inicia-sola-el-proceso-para-industrializar-el-litio/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

\_\_\_\_\_. La inaugurada planta de cloruro de potasio no es ninguna planta semi-industrial. **Bolpress**, 13 ago. 2012. Disponível em: <https://www.cedib.org/noticias/la-inaugurada-planta-de-cloruro-de-potasio-no-es-ninguna-planta-semi-industrial-bolpress-13-8-2012/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

ZUNES, Stephen. The United States and Bolivia: The Taming of a Revolution, 1952-1957. **Latin American Perspectives**, v. 28, n. 5, set. 2001, p. 33-49.

**APÊNDICES**

**APÊNDICE A – ENTREVISTA COM ÁLVARO HERNÁN ARNÉZ PRADO**

**Entrevistado:** Álvaro Hernán Arnéz Prado.  
**Função:** Vice-ministro de Energías Alternativas.  
**Entrevistadora:** Lorena Gomes Gonzaga da Costa.  
**Data:** 5 de dezembro de 2024.

**Es que bueno, mi nombre es Lorena, soy alumna de maestría de relaciones internacionales y mi tema de maestría es sobre la gobernanza del litio acá en Bolivia y bueno, me interesé sobre el tema desde 2019 con la crisis política. Muchas personas decían que el motivo de la crisis tenía sus orígenes en la disputa del litio, no, entonces bueno, empezamos como qué piensas del litio que hasta ahora esta empezó la industrialización pero no la he comercializado hasta ahora ¿Qué piensa sobre eso?**

Sí, bueno, de hecho empezamos como un proyecto piloto y posiblemente ya pasamos a lo que es una planta industrial. A partir de esta planta industrial nosotros ya tenemos en la actualidad una exportación. Estamos hablando de que para esta gestión se tiene una proyección entre 1500 a 2000 t para poder ser exportadas solamente a partir de la planta industrial. ¿Entonces, cuál ha sido el plan para poder tener mayor producción? Definitivamente el abastecimiento de materia prima. Para eso las piscinas necesitan no solamente tener mayor cantidad de líneas, sino el hecho de que por el tema medioambiental nosotros tenemos un salar húmedo y por tanto el tener materia prima lo lleva que es para la alimentación de la planta a más de 1 año. ¿Entonces eso ha dificultado? Es por eso que estamos con lo que es la extracción directa de litio ahora.

**Sí, y cómo esa cuestión crees que también tiene como la Constitución de Bolivia dice sobre el vivir bien. ¿Entonces cree que que cómo se relaciona ese tema con la industrialización y explotación de litio con eso, porque era un poco como que la explotación viola los derechos de la madre Tierra, no?**

Sino es más, creo que el hacerlo con un ecosistema que acepte. Esta tecnología ha sido vital para nosotros. ¿Cuál es el sentido en la actualidad? Nosotros estamos incursionando con estas tecnologías justamente por la aplicación de tecnologías amigables. Vamos a priorizar tecnologías que consuman menos cantidad de agua, porque en realidad están compitiendo entre ellas y adicionalmente, por ejemplo, una de las tecnologías castigadas es la de solventes porque incursiona en químicos dentro de lo que es el ecosistema. A partir de tecnologías que nosotros estamos utilizando, que son las que están dentro de las últimas

convocatorias, es que tenemos una nueva visión y cómo hablabas del vivir bien, es parte de lo que estamos buscando. El tener industrialización significa tener divisas para traerlas aquí al país y trabajos dignos para la población, respetando el ecosistema.

**¿El cambio de tecnología de las piscinas para extracción directa se da pelo bajo aprovechamiento de la materia prima?**

Sí, inclusive en la aplicación de piscinas hay un consumo de agua que se utiliza en las plantas industriales de todo el mundo para la obtención de carbonato de litio e hidróxido de litio, que es lo importante aquí es respetar el ecosistema, porque al final de cuentas las comunidades aledañas al salar viven no solamente del turismo en la actualidad, sino también necesitan el agua para su diario vivir, porque es escaso el agua. Tiene un ciclo hidrológico que es complejo en el salar. Eso hay que respetarlo. Es por eso que existe una evaluación previa de los que están entrando ahora en el salar para posteriormente ir implementando por fases. No es algo de golpe, son proyectos industriales las dos últimas firmas de contrato, pero son proyectos que van a ir paulatinamente cerrando por fases anualizadas para cerrar en 3 años.

Otra cosa es que la extracción directa y las piscinas son complementarias. Es más, nosotros hemos construido líneas de piscinas que necesitan ser completadas y vamos a concluir las 20 líneas. Pero de manera paralela está lo que es la aplicación de extracción directa de litio. Entonces no es que vamos a dejar de utilizar las piscinas. Es más, las piscinas nos garantizan materia prima para dos plantas, que son las industriales que tenemos ahí, cloruro de potasio y carbonato de litio. Una, estamos hablando de que estas plantas no podrían funcionar sin esta alimentación de las piscinas y ahora la extracción directa de litio va focalizado a lo que es la obtención de litio.

**Y usted habló de firmas de contactos y en las noticias en los sitios dicen que Bolivia ha firmado contratos con empresas extranjeras, chinas y rusas, y al mismo tiempo hay una llamada pública abierta en el sitio de YLB. ¿Crees que hay una dualidad de llamamientos? Hay una diferencia entre llamamientos porque unos son llamados por no sé en directo o otros por el llamamiento público.**

Todas han sido por una convocatoria pública y en esto voy a ser muy puntual, ya sea la primera o segunda convocatoria ha sido de manera pública. ¿Por medio de lo que es la página de Internet de YLB se ha publicado esto? ¿Se han recibido ofertas? En ambas se ha fortalecido el hecho de la aplicación de extracción directa de litio, pero en esta última se ha incursionado en otros salares que son los medianos y pequeños y adicionalmente algo más

integral que incluía insumos para lo que es la aplicación de extracción directa a litio. Entonces en la primera que ha sido pública, se tenía focalizado netamente para tecnólogos de extracción directa a litio y en la segunda ha sido un poco más abierta. Pero ambas han sido públicas y obviamente existe una transparencia dentro de lo que ha sido la evaluación en las dos convocatorias que tenemos hasta la actualidad.

**Sí, ahora también sé que Bolivia pasa por un descenso interno en la Asamblea Legislativa. ¿Bueno, crees que eso también sea una variable que está estancando la comercialización del litio?**

No, en este momento lo que ha desacelerado el negocio ha sido el precio internacional. Pero esto es oferta demanda. Entonces se va a seguir impulsando lo que son las energías alternativas y esperamos que a partir del 2027 y haya un incremento, un repunte de lo que es el precio internacional del litio. Y a partir de ahí, obviamente, todos los proyectos que estamos en este momento firmando convenios y contratos tienen un flujo de caja positivo porque ellos conocen lo que es la proyección de este rubro.

**O que piensas sobre la baja del precio del litro ¿Crees que esto crea presión para que Bolivia comercialice con mayor urgencia su litio?**

Exacto, todos los proyectos tienen una visión mínimamente a 20 años en su flujo de caja. Es por eso que es necesario tener los proyectos ya cuando los precios empiecen a incrementarse. Entonces es por eso que esperamos que la Asamblea tenga ese apoyo para la aprobación de los contratos, porque al ser un recurso natural estratégico. Por ejemplo, los mismos habitantes colindantes del salar tienen representación en la Asamblea a partir de diputados y senadores. Entonces es una manera de socializar un recurso natural estratégico para que sea aprobado por la Asamblea, según la normativa vigente, que en Bolivia se está tratando de generar esa certidumbre para que las empresas extranjeras puedan invertir en Bolivia.

**¿Y crees que el litio es una gran fuente para salir de la crisis, que hoy asombra Bolivia?**

Somos un país gasífero, nuestra mayor economía siempre ha sido el gas y lo que estamos tratando de hacer con el litio y otros recursos naturales es diversificar. Eso es lo que estamos, pero no vamos a tratar de que el litio reemplace las otras economías que tenemos, para nada, esto es complementario y en la actualidad necesitamos estos proyectos industriales, se necesita empleo, se necesitan divisas por exportación. Es por eso que en este momento la

Asamblea se encuentra en una etapa en la cual que todos los ojos de los bolivianos van a estar atentos.

**Y usted dice que también hay un un planeamiento de 20 años, ¿Hay un planeamiento también de desarrollo de otras de otros tipos de tecnologías para que Bolivia se mantenga en esta posición de exportador de materias primas?**

Exactamente, por ejemplo, una tecnología industrializada es la tecnología de hidrógeno verde que ciertos países han empezado antes que nosotros, pero está dentro de la cartera. Los recursos naturales es algo estratégico y la mayoría de los recursos naturales no son renovables. ¿Entonces, empezar con tecnologías renovables amigables con el medio ambiente? Es fundamental y es por eso de que, por ejemplo, el hidrógeno verde nos va a colaborar mucho en diversificar la matriz energética de Bolivia.

**Y hay un plan para el fin de ciclo de la producción de litio y de la batería... ¿Para que descarte de la mejor manera y que no perjudique al medio ambiente?**

Es el ciclo de la obtención de litio a partir de los salares, es mucho más confiable, medioambientalmente hablando, que lo que es a partir de roca, que es un impacto medioambiental mucho más amplio. Por eso nosotros, los que los países productores de litio a partir de salares, esperamos que se tenga una certificación verde de la producción de los salares, porque al compararlo con la minería, inclusive con las arcillas, se tiene un impacto de medio ambiente en ese círculo de la obtención de esa batería no es cierto de los de porque al finalmente tú compras un vehículo eléctrico porque quieres ayudar al medio ambiente, pero si sabes que hay una huella de carbono mucho más amplia en esa batería que el otro que tenga una certificación verde, tú vas a optar por tu corazón verde, por alguien que haya impactado menos en el medio ambiente.

**China posee actualmente la mayor parte de la cadena de suministro para la producción de coches eléctricos, tanto es así que en estos momentos hay un conflicto en la OMC, además de tener contratos con algunos países que los ponen en posiciones complejas en el largo plazo. ¿Cree que por sus reservas de litio le puede pasar esto a Bolivia?**

Entiendo el tema de los bloques, evidentemente nosotros de manera inicial hemos estado con Rusia y China para la firma de convenios y contratos. Nosotros tenemos la clara visión de que incorporamos a cualquier país hermano que respete la soberanía de Bolivia y a pesar de que se pensaba que solamente íbamos a entrar con el mercado chino o el ruso, ahora

tenemos una convocatoria que se ha abierto a Europa., tenemos ahora tecnólogos franceses, tenemos tecnólogos de Alemania, tenemos tecnólogos también que han entrado en la actualidad, Tecpetrol de Argentina también Eulition tiene negocios en Australia. Entonces nosotros queremos diversificar, no cerrarnos solamente un mercado. Pero en definitiva, lo que es el litio sigue siendo el mercado chino el mayor apetecible.

**¿Crees que hay una preferencia para hacer convenios con países y empresas no occidentales para que exploten un litio acá en Bolivia?**

No, si bien nosotros tenemos una afinidad con el BRICS que, pero básicamente es porque respetan la soberanía y de cómo queremos implementar los problemas. Pero ahora que nos hemos abierto a lo que es la Unión Europea, creemos que hemos mostrado de una manera factible de que Bolivia está abierta a lo que es la economía mundial.

**Por histórico Bolivia los últimos años, ha disminuido su sus relaciones bilaterales con Estados Unidos. ¿Crees que también hay una posibilidad de volver a hacer negocios con Estados Unidos?**

Lo que pasa es que mientras se respete la forma y la soberanía de entablar la... el modelo económico que tenemos en la actualidad, con nuestro Presidente Luis Arce, vamos a respetar todas las opciones. Y si dentro de esa armonía viene un tecnólogo, porque eso es muy importante recalcar los dos requisitos de lo que ha sido las convocatorias. Un requisito fuerte era que sea tecnólogo, que sepa del rubro, que tenga lo que es un pasado dentro del negocio de litio, que sepa hacer ingeniería tecnólogo y además sea una una empresa que tenga en espalda financiera. Esos han sido requisitos y obviamente que cumpla los requisitos solicitados en la convocatoria pública y esto ha ocurrido con estas empresas que inclusive empresas europeas como Francia y Alemania han presentado propuestas.

**¿Crees que el disenso en parlamento hoy afecta la decisión, la toma de decisión sobre el rubro de de planeamiento delito?**

Esa es una pregunta muy interesante y me gustaría responderla desde atrás para adelante con la última firma de los convenios para lo que es el salar de Colpaza. Por ejemplo, un contrato que llegue a la Asamblea para el Salar de Colpaza va a tener un apoyo mayoritario, porque si existe un apoyo sociopolítico para que se ejecuten los proyectos en Colpaza, Moros y Cristianos van a apoyar el proyecto en Colpaza. ¿Por qué? Porque así lo quiere Oruro, el departamento productor, lo que no ocurre con Potosí, existe lo que es una

posición sociopolítica que cierta cantidad de personas políticas no ven conveniente de que se ejecute estos proyectos industriales. Entonces esa es la gran disyuntiva de la Asamblea, es una posición netamente muy localizada. Que te he puesto dos ejemplos para que veas la diferencia de cómo un contrato que para un salario como en el que esto y pasa, va a tener mucho apoyo y yo creo que va a ser muy rápido su aprobación, en el que a diferencia de lo que son los proyectos con el salario de Uyuni. Pero hay que respetar esa posición sociopolítica que se tiene, pero se tiene que continuar con lo que es el avance económico, porque no solamente el departamento productor lo necesita, sino todo el país.

**Dicen que la crisis de 2019 tiene intereses externos; ¿Crees que hoy las aprobaciones sobre los contratos también hay una influencia externa sobre dicho?**

Sí, ya que tocas el tema del de lo que es el el proceso que se vivió el 2019 a partir de lo que ha sido un Decreto Supremo que aprobaba el contrato con la empresa alemana Asisa, a partir de ahí el rechazo social de Potosí generó que ese decreto se ha abrogado y, por ejemplo, si en la actualidad con este convenio que estamos ejecutando, ya sea con la empresa Golithium de Francia o con Eulitium, nosotros para el salario de Coypasa, estamos casi seguros de que la aprobación va a ser muy rápida y no va a tener ningún óbice de que se ejecuten los proyectos industriales. Y ahí queremos ver también al Departamento de Potosí, si es que se aprueba rápidamente un contrato como el de Colpaza, comparado a lo que es un proyecto como el de Uyuni, que tiene evidentemente mayor porcentaje de concentración de litio y ya tiene instalaciones que se ha ejecutado como Estado en el salario de Uyuni. ¿A diferencia de Colpaza de que no se tiene instalaciones, en la actualidad hay que invertir en instalaciones, pero el contrato va a ser aprobado mucho más rápido? Entonces ese es el apoyo socio político que existe en cada uno de los departamentos, entonces yo creo que una vez que se socialice el beneficio social, económico, vamos a recibir el apoyo de la mayoría de la población que vive ahí y no tanto de los políticos que tienen algún interés para poder aprobarlo. Entonces la diferencia en Oruro sea cual sea la línea política toda la población de Oruro va a presionar, como dije a Moros y Cristianos, para que ese contrato sea aprobado.

**¿Crees que el contrato de Colpaza se dará más pronto debido al disenso en Parlamento entre los que apoyan a Evo y los que apoyan Arse?**

Sí, eso fue un muy buen ejemplo porque sin importar el ala o la línea política que haya, va a ser la misma población la que va a juzgar a sus representantes. ¿Qué es la aprobación o no de estos contratos? Y básicamente estoy casi seguro de que aquel asambleísta

que no apoya a la firma de un contrato en Colpaza para Oruro va a tener una muerte civil en Oruro. Estoy casi seguro.

**¿Muerte civil?**

Definitivamente.

**¿Cómo qué, qué puedes decir?**

O sea, que no va a ser aceptado.

¿La sociedad y pero es diferente en el en Potosí, no? En nosotros creemos que es muy más complejo la visión sociopolítica, pero una vez que entre en un contrato de Colpaza, creo que el tiempo me dará la razón.

**¿Puedes decirme más sobre el proyecto de Ley del litio que está estancado en el Parlamento?**

Ah, existe un proyecto en la Asamblea, en la Cámara de Senadores del proyecto de litio y obviamente se espera de que ocurra sus procedimientos, mesas técnicas, socialización para que sea aceptado, porque es una Ley Integral, se toca todas las aristas, no solamente se ve un lado técnico o político o económico. Es una Ley Integral que nos va a servir para muchos años la aplicación y esperamos que en la Asamblea a la brevedad ya sea tratada e impulsada.

**Sí. Entonces es a favor, yo creo.**

Que todo, todos quieren el la aprobación de esa ley, solamente que existe, especialmente en la parte económica, ciertas disidencias que necesitan ser socializadas y definidas en esas técnicas.

**¿Y que es porque hasta ahora la ley no fue aprobada sí es una cosa que va a ser buena para todos?**

Sí, justamente esos disensos económicos hacen de que todavía se encuentre en una a nivel de comisión y esperamos de que eso en su misma inercia, se genere la presión por parte de estos dos departamentos productores que al verse ya con proyectos van a querer impulsar esta ley. Porque ahí se va a marcar la cancha muy bien definida, donde están los actores. Y especialmente, obviamente, en el caso de lo que es la exportación masiva a partir del... la aplicación de los proyectos posterior a la aprobación en la Asamblea, eso va a demostrar de

que va a existir un Pilar económico fruto de la exportación que debe beneficiar a todos los bolivianos.

**Yendo para el fin de la entrevista, como Viceministro de los hidrocarburos ahora ¿Cuál es su plan para durante su gestión?**

Sí, yo creo que estamos pensando. Lo vital ha sido la focalización en cuanto a lo que es la postura de campaña que hemos tenido al inicio en el sector era la aplicación de la extracción directa del litio. Creo que sí, muy complejo el poder trabajar con tecnólogos que sepan de la industria del litio. Han sido convocatorias abiertas donde no se está utilizando dinero del Estado. El dinero que se va a poner en las plantas pertenece a lo que es el socio tecnólogo, ni para decir que estamos desviando algún recurso del Estado. Eso no es una licitación porque muchos pensarían que al ser una licitación dinero del YLB para la construcción de una nueva planta ahí yo “escojo” a la empresa para poder desviar recursos. Aquí no pasa eso, utilizamos un tecnólogo que sepa de la industria y con su propio dinero y riesgo. Esa es la diferencia y en este momento la pelota ya no está en el Ejecutivo, está en la Asamblea.

**Pero entonces voy a ver si yo comprendí, es que, ¿Los problemas es que los contratos no sean explícitos sobre los los destinos de los recursos?**

Si lo que pasa es que hay una posición de negar y rechazar los proyectos porque el Ejecutivo los está gestionando, pero eso ya es una posición política que contradice lo que es la visión de industrialización de utilizar tecnologías novedosas. Entonces es por eso que vuelvo a la anterior pregunta que hiciste. La visión que teníamos como Estado es de aplicar nuevas tecnologías como extracción directa de litio para tener plantas industriales que sean amigables con el medio ambiente y para lograr eso necesitamos los actores del legislativo. La Asamblea es un recurso natural que apruebe el contrato para poder ejecutarlo. Entonces, como Ejecutivo tenemos la mayor predisposición de socializar y esperamos que a la brevedad la Asamblea nos convoque.

## APÊNDICE B – ENTREVISTA COM ELOY MENDONZA

**Entrevista:** Eloy Mendonza

**Função:** Chefe da unidade de integração econômica do Ministério das Relações Exteriores

**Entrevistadora:** Lorena Gomes Gonzaga da Costa

**Data:** 04 de dezembro de 2024.

**Actualmente, YLB está realizando una convocatoria pública para asociaciones con empresas extranjeras que estén interesadas en desarrollar conjuntamente tecnología para la exploración de litio. Sin embargo, al mismo tiempo hay noticias de que Bolivia está cerrando contratos con empresas chinas, como CATL, para la exploración de litio. ¿Podrías hablarnos más sobre esta diferencia de llamamientos?**

Ya a ver, bueno, lamento tal vez no poder ayudarte con estas, toda vez que digamos desde el ámbito de las competencias de esta unidad, no vemos directamente el tema, entonces donde si, nosotros, en el ámbito de nuestras competencias, estamos a cargo de un organismo que se llama el sistema económico latinoamericano y del Caribe, que es el Ceta. Entonces Bolivia participa tiene una participación activa en este organismo internacional, donde están participando todos los países de América Latina, así como también del Caribe, entonces tiene un alcance de carácter regional. Entonces justamente ahora se está discutiendo el plan de trabajo para la siguiente gestión, donde hay una serie de actividades y acciones que se van a trabajar de manera conjunta con los países a través de la Secretaría General del Ceta, para poder generar foros de discusión sobre temas económicos y además que estén actualizados en el contexto que esté en el bajo el contexto actual.

Entonces Bolivia ahí ha planteado una propuesta de poder realizar un evento de carácter regional súper grande sobre la temática de litio. En este caso se va hacer un análisis, toda vez que el tema es que el litio es un recurso estratégico no solamente para Bolivia, sino para la región y el mundo, en realidad. Entonces Bolivia es uno de los países que tiene una de las reservas más grandes del mundo. Entonces está sobre la mira. El nivel de discusión se ha dado en otro tipo de foros internacionales, no en el ámbito del comercio, también foros y ya más de carácter regional también, pero los alcances no eran tanto como lo que se pretende hacer acá, entonces este evento lo vamos a hacer acá en Bolivia, esperemos que se pueda llevar a cabo el primer trimestre de del año 2025, justamente participamos en una reunión hace dos días que era la reunión preparatoria del Consejo Latinoamericano donde ya se va a dar la última aprobación de este plan de trabajo. O sea, esta actividad es una de las 50 actividades que se van a realizar y para nosotros esta es la más importante, digamos por la temática, por los por los

alcances. Entonces la idea es que se pueda tener en este foro la participación de expertos internacionales en la materia, no solamente que estén enfocados a la parte estrictamente científica de la producción de litio, sino también que se haga un análisis del posible impacto económico que se pueda tener a futuro. Entonces se va a hacer un análisis en prospectiva en todo, pero no solamente desde una posición nacional, sino desde una posición regional. Entonces ahí yo creo que van a ser respondidas sus preguntas. ¿Va a ser el espacio propicio? No sé de donde se va a hacer el análisis y Bolivia seguramente va a plantear oficialmente en esa oportunidad ¿Cuál es su posición? ¿Porque está mirando este tipo de mercados? ¿Porque con este otro? Este entonces son aspectos que muchas veces al ser un tema de carácter estratégico, es muy difícil que esa información pueda estar tal vez disponible, y es muy difícil que te la digan así. No, y lo haría cualquier país del mundo.

Entonces, eso es lo que yo te podría comentar, digamos en el ámbito de la integración regional. Después en la Comunidad Andina. ¿Qué es? Es otro foro también en el que estamos participando activamente, es un organismo de carácter supranacional, está conformado por Bolivia, Colombia, Ecuador y Perú, entonces ahí también existe un componente energético, de integración energética. Inicialmente se ha estado trabajando bastante en interconexión eléctrica, no tanto de hidrocarburos, interconexión eléctrica, donde ya se han aprobado reglamentos para hacer la interconexión entre los países de la CAN, entonces hay todo un ordenamiento jurídico sobre el cual ya se puede intercambiar electricidad entre los países de la CAN, ahora se está incorporando Chile. Y en este momento la CAN también, de manera paralela se encuentra en un proceso de reingeniería, entonces la primera reingeniería fue el año 2013 y esta reingeniería se la está haciendo este año, esperemos que el igual los primeros meses del 2025 se puedan concluir. Igual se está haciendo el análisis de toda la parte de la estructura, los ámbitos de acción de de la de la Comunidad Andina y en la en materia energética es un tema que está en discusión.

No existen todavía algunos lineamientos digamos, pero el tema del litio también es un tema importante que seguramente va a ser considerado en el marco de la ingeniería de la Comunidad Andina. Por otra parte, en el ámbito del Mercosur, que igual Bolivia recientemente es miembro pleno, a partir del 7 de agosto somos oficialmente Estado parte del Mercosur. Ahí también se tiene el componente energético y el tema del litio ha estado presente, digamos, tal vez no tanto en una discusión a nivel técnico, pero sí a digamos, en los discursos presidenciales siempre se habla del tema del litio, entonces están ahí, no concretamente como un mandato para ver qué es lo que se va a hacer con el litio, sino más bien alentando, o sea, tenemos recursos a ver qué podemos hacer. El tema está en proceso, no está en proceso. Como te digo, desde el

ámbito de nuestras competencias podemos ver que el tema está sobre la mesa, no en el ámbito regional, en los diferentes foros de discusión.

Y yo creo que a partir de esos foros, como resultado también se va a tener una, una visión que de alguna manera también puede ser un gran aporte para que Bolivia pueda definir también qué es lo que se va a hacer con el litio. Porque entenderás la importancia del tema, llegan pues ofertas de todos lados, entonces muchas veces se deben cruzar seguramente el tema de las afinidades, qué sé yo. Hay un principio de negociación que se llama o que se dice nada está acordado hasta que todo esté acordado. Entonces, hasta que no tengamos firmado o suscrito algún convenio o algún acuerdo comercial, todo es posible. Todo puede pasar.

### **Hay un una conversa con Argentina y Chile sobre la una forma de protegerlos de los cambios de mercado para el precio del litio, así como es OPEP...**

Sí, sí, sí, bueno, no hemos visto acá el tema, pero esto ya es solamente como un conocimiento. Tengo entendido que había la intención de poder crear algo parecido a la OPEP, pero de litio sí. No sé, digamos cuáles han sido los resultados de esas conversaciones porque sí hubo algún acercamiento en tiempo. Pero no conozco los resultados de ese trabajo todavía.

¿Crees que el llamamiento de empresas, es porque hay una una fractura interna ahora en la Asamblea, entre los diputados y senadores? ¿Esta dualidad se da por una parte los evistas e por otra parte por los arcistas?

Desconozco, digamos, exactamente ese tipo de ofertas que se hagan, pero sí de carácter general, digamos, es el actual contexto que se está viviendo en Bolivia, o sea, no hay donde perderse ahí. Como también puede suceder en cualquier país del mundo y existe, de hecho. Entonces ese tipo de polaridades que existen muchas veces dificultan o afectan también en el manejo de las políticas en materia energética o en cualquier tipo de política, entonces para un proceso de investigación. Entendería más bien que se tiene que tener un enfoque siempre de carácter multidimensional, o sea, puede que las normas, toda la parte procedimental esté clarísima y se tenga una política, pero hay otro tipo de variables que no son controlables, que sí también pueden ayudar a afectar a todas las iniciativas que puedes estar planteando y hacer materia energética en salud, en educación, en cualquier otro tema,

Entonces existe una no sé si es el término, pero existe una alta volatilidad de todos los procesos políticos. Y particularmente ahora en Bolivia, hasta al término de tu tesis todo este contexto va a cambiar, estamos ahorita ya en un proceso electoral y en agosto del próximo año, ya son las elecciones ¿no? Entonces esa polaridad de que tú hablas al interior de la Asamblea Legislativa va a desaparecer, va a existir un nuevo escenario al cual también vamos a tener que

adecuarnos, etcétera, etcétera? Entonces, para el proceso de investigación, lo que sí tal vez te podría servir como insumo es esa naturaleza, de alta volatilidad en las relaciones políticas internas, que muchas veces influye y afecta también a todas tus iniciativas y a los procesos en los cuales estás trabajando, tal vez hasta ahí podrías llegar. Pero digamos poder definir un, entiendo que es una maestría y lo que estás haciendo ya es más de carácter, de orden teórico, para un diplomado es más de carácter instrumental que sé, pero cuando ya es una maestría es ya más de carácter teórico y proyectar, digamos, algo sobre la base de qué está pasando ahora y en unos meses ya va a ser distinto el escenario, entonces todo va a cambiar, **¿no?**

Lo que sí se va a mantener un poco son los ciertos lineamientos que existen ya que están consagrados en la Constitución Política del Estado en materia de política energética. El litio también entiendo que se menciona ahí. También existe el tema de la solución de diferencias tratándose de recursos estratégicos, entonces es un poco duro, pero eso tal vez de alguna manera limita un poco las inversiones extranjeras, pero en Bolivia se plantea de que la dirigencia de alguna controversia se la haga en Bolivia bajo jurisdicción nacional, entonces muchas empresas extranjeras, o sea, no es atractivo, digamos para ellos, podría ser otra otro tipo de limitante, digamos que no tiene nada que ver con lo político, pero es de carácter de estructural y jurídico. Entonces por ese lado también, tal vez podrías enfocar un poco eso sí se va a mantener, entonces viene otro Gobierno, pase lo que pase, eso va estar ahí. Es una limitación jurídica. Y en caso de que alguna empresa, por más amiga que sea, si quiere llevar una solución de diferencias a otro ámbito, entonces puede que Bolivia tenga esa limitación, independientemente del Gobierno que esté en ese momento.

Entonces hay ese tipo de cosas, pero es pasajero. En meses ya no existe. Entonces ya va a haber otro escenario, otros actores.

### **¿Cree que hay políticos que sirven a intereses de empresas externas?**

Es la pregunta del 1000000 de dólares. Puede ser, como no puede ser, y tratándose de un estudio, entiendo que la naturaleza es científica, entonces es muy difícil poder probar, porque eso es una tesis, tienes que probar. Obviamente puede existir, no como o sea, la historia nos indica de que sí, sabemos no el tema de los golpes en América Latina, sabemos qué tipo de influencias hubo, si existe ese antecedente, entonces ¿por qué no? Sí puede existir,, pero es muy difícil poder afirmar y decir en qué momento, quiénes, cómo, desde dónde se financia, cómo llega el dinero o no sé. Porque tampoco se pueden hacer ese tipo de cosas sin aporte económico, es muy difícil. ¿Entonces influenciar? Sí, sí hay, y ese es el contexto y no solamente para abolir es sino América Latina en su conjunto, entonces hay sí, sí puede ser, pero lo difícil

de tu trabajo va a ser, ¿cómo vas a poder probar esa parte?

Pero en el caso de Bolivia al menos, o sea, lo que afecta ahorita es esa, esa etapa electoral en la que vamos a entrar, es muy difícil que se puedan mover más cosas, pero como te digo la o sea, puede haber ofertas, puede haber muchas cosas que salen en la prensa, pero como te digo lo realmente verdadero va a ser cuando se suscriba algún acuerdo comercial o algún acuerdo sobre el tema del litio, ya sea para explotación. Pero siempre y cuando pueda cumplir estos requisitos o estas trabas que ya existen a nivel no son trabas sino, o sea, todo se hace en un en un momento histórico en la Constitución Política y de de Bolivia, igual ha sido trabajada en un determinado momento histórico. Entonces la realidad va cambiando. ¿Ahora otro ya es el contexto, no? Entonces hay muchas cosas que dice, ¿Ay, por qué hicimos eso? ¿No? Sí, nosotros inclusive tuvimos muchos problemas para nuestro ingreso al Mercosur, porque la Constitución establece que para cuando Bolivia se adhiera o a algún acuerdo de alcance económico necesita un referéndum y eso está en la Constitución. Entonces ha sido durísimo, durísimo, durísimo...

Y tu teoría también podrías tal vez contrarrestar un poco, porque el otro es, digamos, que un factor exógeno llegue a afectar a un proceso interno que sí es posible. Puede ser y ha pasado la historia no nos demuestra que fue así, pero, por otra parte, también los actores que están ahí también tienen intereses, o sea, existen intereses que están de por medio, que son internos, o sea, independientemente de una influencia que pueda ver del exterior, pero internamente también existen intereses, y eso también es el motor de ese tipo de discrepancias.

## APÊNDICE C – ENTREVISTA COM FÉLIX SAJPE

**Entrevista:** Félix Sajpe

**Função:** Senador pelo departamento de La Paz

**Entrevistadora:** Lorena Gomes Gonzaga da Costa

**Data:** 03 de dezembro de 2024.

**Hay varios informes de que Bolivia está estableciendo asociaciones con varias empresas extranjeras, chinas, rusas y alemanas, para formar empresas conjuntas. Al mismo tiempo, se realiza una convocatoria pública para empresas socias que estén interesadas en desarrollar proyectos y tecnología para aprovechar los recursos evaporíticos. ¿Cuál es tu opinión sobre esta dualidad de llamados? ¿Existe algún criterio? ¿Crees que existe una preferencia de los países por el régimen político? ¿Cuál es su opinión sobre el estado actual de las plantas de litio?**

Bien, primero yo me presentaré, bienvenida a compañeras, saludo a todos los compañeros del Brasil. Mi nombre es Félix Sajpe, soy senador por departamento de La Paz. Hay pequeños salares, pero no tenemos mucho litio en el departamento, el litio está en Oruro y Potosí, pero yo ahora soy presidente de la Comisión de Política Internacional, en estos dos últimas gestiones. Bolivia lamentablemente vivió de los recursos naturales no renovables. Siempre ha vivido, entonces se ha... no se agotaron los yacimientos mineros, todavía existen, pero desde el 52 más o menos los recursos de este, los minerales se han se iba a aprovechar en beneficio del pueblo boliviano, pero desde el [decreto] 21060 de 1986 pasa nuevamente al poder de la empresa privada, que ya el resultado ustedes saben?

Los precios se fijaban a través de las bolsas internacionales que boliviano jugaba en eso sí, pero en el extranjero como bolivianos, los empresarios extranjeros de las transnacionales. Después lo mismo sucedió con el con los hidrocarburos. ¿Como que va agotándose? Sí, el con el 2016 y algunos otros decretos todos nuestras reservas encontrados no encontradas se se lo entregaron a las empresas transnacionales, siendo dueños de nuestros recursos, éramos compradores de nuestro propio recurso a las transnacionales y comprábamos con el precio internacional y aparentemente subvencionábamos a nuestros consumidores locales muy particular, teniendo nosotros comprar del empresario lo nuestro y por lo que habían ellos extraído, solamente había un loco que decía, el petróleo o el gas es del boliviano del suelo para abajo, cuando suele para sale para arriba ya no es nuestro, tenemos que comprar, cómo comprar un producto norteamericano, brasilero también estaba el Petrobras. Entonces comprando de ellos nosotros, o sea nuestro Gobierno subvencionaba para que la

población esté tranquilo, como anestesiado, tenemos barato... Y a ese nivel nos han tenido nosotros de repente ahí entra nuestra merita seneida también no tener acceso al mar. No tenemos contactos comerciales serios porque nadie quiere hacer con nosotros comercio, todos están al borde del mar, ¿no? ¿Entonces y este de litio ya se viene desde los 90? Pero tenemos un problema también con los compañeros potosinos que no dejan explotar. No quiero decir algunos adages que hay en el mundo, no deja de comer ni come, entonces en algunos momentos yo creo que ha sido bien también la defensa en el Gobierno de Jaime Paz Zamora hay una empresa, no creo que si no me equivoco era norteamericana que quería entrar, pero por un puntito de regalías o de impuestos Potosí se resistió y hasta el de hoy día no hemos emprendido.

Ahorita aparentemente somos una reserva mayor reserva de litio en el mundo, pero en la lista de los industrializadores y comercializadores no estamos en ninguna lista, solamente sabemos que tenemos la mayor reserva. Con el anterior Gobierno de Evo Morales ha empezado a tratar de explotar por vía pilotos y se quedó ahí. Ahora nuestro Presidente sueña también con una extracción si se moderno extracción directa del litio, que sabemos que en el mundo sigue siendo este piloto, no hay industrial, aunque apostó Luis Arce de que él va a industrializar, pero nosotros ya estamos de salida como gobierno no pasa nada y por lo tanto, tenemos nosotros la disminución del del gas, ya no vendemos a Argentina lo que vendíamos, ya no tenemos la cantidad, vendemos en menor cantidad al Brasil. Se nos agotó. Entonces era esperanza el litio y eso era pensamiento de Evo Morales y tenemos una planta semiparalizada que tiene capacidad de producción de 14000 t de carbonato de litio, grado técnico. Hasta ahorita creo que ni hemos llegado desde que su etapa de industrialización, no creo que hemos llegado ni siquiera ni 800 t ya es 1 año y al mismo tiempo tenemos como es un sistema de extracción tradicional por evaporación, ustedes saben, Brasil creo también tiene, son etapas que pues Bolivia con menos recursos podía aprovechar varios tal sal común está el cloruro de potasio que tenemos también ya la planta industrial para una capacidad de 380000 t año, pero el año pasado ya en el año solamente se hizo 80000 t. Entonces nos acusamos que Evo Morales no emprendió bien que la señora Añez lo destruyó, si sabemos eso, Luiz Arce de Catacora no continuó el proceso, ha entendí por otro. Y Ahorita seguimos teniendo esperanza de que algún momento litio va a ser una buena economía, pero ahí viene el aspecto político y el 2017 México escuchaba a través de CNN en español, decían que a Venezuela iban a intervenir el mes de septiembre militarmente para sacar el Gobierno y para Bolivia estaba destinado a un buen número de millones para ingresar de una manera pacífica, cambiando a Luis Arce y poniendo un Presidente que sea afín a Estados Unidos, porque el

litio no podía caer en manos de chinos ni de alemanes, solamente era propiedad de los Estados Unidos. Entonces se promovieron todas las etapas de primero quemando nuestra chiquitania, porque eso produce eso, no tenía un fin estrictamente político.

Es el primer año que se quema creo que como una cosa de 4000000 de hectáreas y chiquitania es tierra, es un bosque seco, al haber quemado tantas tanto espacio bosque seco, entonces ha ido afectando lo que es el bosque húmedo que somos nosotros afluentes del de la Amazonía. No sé si calcularon eso o no calcularon, pero de la manera cómo se hace sacar a Evo Morales, pero por ese método de a una lucha media pacífica, pero con fin estrictamente político y el llegado el Gobierno inclusive primero decían tiene que el las tierras agrícolas de Bolivia se tiene que ir a las manos estrictamente privadas, al al poseedor, y eso en otros países es un sistema de acumulación de de tierras. Yo un pequeño productor, aquí la compañera también el compañero, vamos al Banco y nos vuelven insolventes. Entonces usted, compañera, se compra mi propiedad, se compra su propiedad del Banco y al final con usted llega a ser dueño de una extensión de tierra. Eso es lo que particularmente Carlos de Mesa en su campaña del 2019 dijo, nosotros tenemos que devolver la tierra en propiedad absoluta al pequeño campesino que tenga derecho a acceder al crédito bancario.

Y eso es totalmente riesgoso. Ahora mismo el Gobierno actual está en ese afán de estrictamente entregar en una propiedad absoluta, que es muy riesgoso para mí. Estamos batallando siendo yo parte del Gobierno estamos peleándonos eso, entonces entre esos estaba el litio porque tenemos las tierras raras, yo no sabía qué eran las tierras raras, hablaban y yo pensé que eran las tierras raras donde ir a producir. No sé si había si las tierras raras era para ser parte del de la extracción del litio, entonces ellos decían, nosotros necesitamos el litio. Y como que la señora Harrison, la comandante del Ejército norteamericano, dijo, es nuestra propiedad, es nuestro la forma que habla, no nuestro, es nuestro, no puede estar nadie y los demócratas son más agresivos en eso, entonces Trump, medio que lo dejó en el *status quo* y el señor Biden entró, es lo que habló en properios y ahora estamos nosotros sujetos también la pelea, la pelea es política y la explotación no nos permiten explotar y problemas políticos que acá tenemos, la incapacidad de nuestros técnicos también, no tenemos técnicos. Yo fui a visitar a la planta del industrial ya de carbonato de litio. ¿Grado técnico, cómo es? 99%, 100%. Los jóvenes no son especialistas en el litio, simplemente de una manera autodidacta, sean aparentemente conos en el espacio de litio. Entonces para nosotros solamente sigue siendo una esperanza, no es una realidad económica. Ojalá el próximo Gobierno ponga en realidad la situación económica. ¿Pero también ustedes saben el capitalismo de lucha por el hidrógeno verde, hidrógeno, cómo se llama energía de hidrógeno? Si lo encuentran realmente

a través de sol litio quedará para la historia, porque calculan los norteamericanos calculan una vida de 70 años la utilización del litio a las tecnologías. Entonces Bolivia no está en ese espacio. Sí, tenemos nuestra reserva, pero lamento decir, siendo parte del Gobierno o senador de Bolivia, decir que tampoco voy a decir que estamos fracasados, pero no hemos emprendido con una responsabilidad única de lo que puede darnos el litio económicamente al país y mejorar la situación social del boliviano, no, entonces no hemos trabajado seriamente en eso.

**Me he perdido un punto, perdóneme si ya he hablado y voy a hacer la misma pregunta, ¿Por qué baja hoy el desarrollo de la comercialización de litio?**

No, la verdad que no estamos comercializando, no estamos industrializando, simplemente el piloto que teníamos un poquito, pero no puedes decir que nosotros hemos entrado en el comercio internacional de litio. El cloruro de potasio es para consumo local, para abono, no estamos nosotros ofertando internacional, entonces ese es nuestro sitio, esa es la realidad, Bolivia no están, para qué le voy a decir que es a fin de año, estamos nosotros acumulando 1000 t vamos a sacar. He escuchado el otro día o está en propaganda de nuestro Presidente que si los... los senadores diputados no aprueban un contrato con China, mas no vamos a tener 1000 t. No estoy criticando, pero nosotros tenemos una planta ya instalada funcionando para 14000 t año. ¿Entonces de qué estamos queriendo nosotros? ¿Atacar al a la Asamblea y que nosotros vamos a evitar de tener 1000 t? Tenemos nosotros la planta de 14000 t ya o sea está listo, ya está funcionando, pero no hemos trabajado la materia prima.

Las 20 piscinas tienen sus aditamentos, solo 6 están trabajando, entonces, 14 no están trabajando. De los 6, cuatro más o menos en un 70%, el resto trabaja en 10%. Entonces sumados tenemos como cuatro piscinas. ¿Entonces son 16 piscinas que puede alimentar para 14000 t. Entonces no hay una determinación así seria del Gobierno de Luis Arce Catacora. Él sueña todavía con un sistema de extracción directa de litio que no saque lo que le estoy enumerando directamente va al carbonato de litio, grado técnico podemos hacer hasta grado batería. Entonces ahora los con esta comisión que estaba en tecnologías, también el mundo consumidor no compra, Alemania y China no compra carbonato de litio, grado batería, compra grado técnico. Entonces para Bolivia sería bueno también. ¿Ahora aparte, cuál es la dificultad en el salar?

Yo decía que es un solo modelo de extracción de litio, ahí hay, cerca está Atacama, que también será nuestro, allá no llueve, el sistema de evaporación es casi los 365 días del año. En cambio en Uyuni y ahorita la lluvia es fuerte, va a parar en abril, entonces de cuántos

meses estamos hablando de que no va a evaporar entonces esta dificultad y otra dificultad que tenemos se está utilizando alrededor con este tipo de pilotos, para explotación de litios se requiere mucha agua y pero agua de altísima calidad, por eso yo en broma les decía a los periodistas, agua vital que ustedes toman que es limpio para sacar carbonato de litio es totalmente sucio, o sea, tiene que ionizarse mucho más, mucho más el agua. Entonces se ha estado utilizando agua de los bofedales alrededor del salar. Ahora los compañeros que siembran quinua, que crían llamas, que es un fuente de ingreso que genera también algunos dólares, se están secando los bofedales. Entonces todavía en piloto, ¿si realmente entramos en un espacio industrial de la explotación del litio de donde sacamos agua? ese es uno, porque varios empresarios chinos con el Gobierno de Luis así llegaron, revisaron y calladito se fueron. Ahora dos se han animado a firmar el no es un contrato, es... ya si es que llegan, van a llegar a hacer contrato, entonces el problema es el agua. Se puede traer agua, dicen del Silala que está, creo que a unos 160 km de la frontera del Chile, porque el fallo del Corte Internacional de Justicia nos permite utilizar la mitad de esa fuente de agua y esa es la mitad está yendo también gratis al Chile. Pese al al al fallo, nos dicen el fallo, la mitad es nuestra y la mitad es del otro y podemos utilizar, pero no hemos emprendido esa iniciativa de traer porque los lugareños dicen sí podemos traer del Silala ahora mismo si usted ha visitado a al Salar, en la carretera hay dos grandes ríos que puedes acumular en grandes presas de consumo, pero no se ha emprendido eso, solamente se ha hecho la parte más fácil. De sacar de los bofedales agua y creían que era una corriente, pero no es corriente, es un bolsón estático, se va a ir secando y eso va a tener efectos muy nocivos para la población. Y entonces ellos están batallando. Eso que no se utilice sus vegetales, esos problemas tenemos, o sea, que no hay una política de Estado serio para poder explotar y beneficiarse del litio.

### **Y yo supe que hay un proyecto de ley de litio...**

Es una iniciativa del departamento de Potosí y de Oruro. El 2023 yo estaba presidiendo la Comisión de Economía plural, que a esa comisión compete a tratar esta ley. Consensuaron, se pelearon, pero es más regalitario que de iniciativa industrial, pero sea como sea, presentaron y cuando se genera a través de la Cámara, o sea de la Asamblea Legislativa, tienes que ir a consultar al órgano Ejecutivo. En todo el año que yo he estado de Presidente nunca el Gobierno respondió, ni sí ni no. Los gobiernos locales sí, tanto la gobernación de Oruro como de Potosí y los gobiernos municipales de alrededor dijeron que sí es viable esa normativa, pero hasta el día de hoy el Ejecutivo nunca dijo ni sí ni no. Está ahí porque nos tiene que responder y los senadores potosinos dicen “Senador, usted tenía capacidad de sacar

la ley sin sin respuesta del Ejecutivo”, pero iba nosotros éramos la Cámara de origen, pero iba a dar al a diputados así iba a quedar allá.

Entonces, esa normativa está así en *status quo* y ahora están pidiéndome de que yo, como Comité de Política Internacional, pueda retomar esta ley, por lo que el Gobierno está haciendo firmes con empresas extranjeras. No creo que el Reglamento no me permita hacer eso. Entonces esa ley no funciona, la ley que nos manda ahora para aprobar los contratos está en base a la ley minera, que es muy distinto con la explotación del litio. Este que es otro mineral, pero el tratamiento es distinto, porque los minerales no es de carácter energético, oro, estaño no es energético y este es un mineral energético. Entonces a través de eso me imagino que viene estos contratos. Entonces nosotros vamos a tener que rechazar porque no se adecue en la normativa, porque todavía está pendiente por no la respuesta del Ejecutivo. Cuando Oruro el potestad presiona, dice, “no estamos tratando la ley en el legislativo está”, dice. ¿Entonces ellos no respondieron, eso no, no me estoy quejando, pues es la realidad, no?

#### **¿Entonces la ley del litio es una cosa que también está estancada en el Ejecutivo?**

Está en cada sin haber tomado en cuenta del Ejecutivo, porque ahorita el que tiene que tomar iniciativa en esto es el Ejecutivo, porque los tiene el Consejo Nacional de Presupuestos del Estado, la Conape y la Udape, ellos ni siquiera entraron los ministerios en cuestión de de energías no respondió Ministerio de Planificación tampoco ni de economía ni cuánto va a haber para poder financiar el tratamiento de litio. No hay una planificación real, supongo que eso no, no sé si yo no me estoy el el Ministerio de Energías peor diciendo estamos tratando, hay un compañero que era que es muy bueno, Maita dice “estamos tratando la ley, vamos a mandar”, pero nunca una o sea, pero decía, esto es lo que propone por sí Oruro y ahora el Ejecutivo que responde a esto porque teníamos que consensuar para sacar una una ley que sea útil para el pueblo boliviano, pero hasta ahorita no está en tratamiento, está aquí.

#### **¿El proyecto de ley sobre el litio aborda algún aspecto sobre cómo las empresas extranjeras deberían manejar el litio?**

La ley tenía esa observación, es más regalitario quién va a trabajar que tiene los trabajadores en las plantas de litio tiene que ser más más potosinos que orureños después que los gobiernos municipales de alrededor tiene que beneficiarse con tanto porcentaje de litio y después planteaban el 30% de impuestos sobre el litio y el resultado de ese impuesto de 30% tenía que beneficiar primero en un 80% a Potosí a Oruro y el 20% al sector del país. Era muy regionalista, extremadamente legalitario y tributario no planteaba sistemas de contratación, si

iba a ser nacional o extranjero o las tecnologías que sugerían tradicional, modernos, no, ni siquiera en en adendas, no existía en esa ley., por eso es que yo, como Presidente de la Comisión de Economía Plural había pedido ahora qué opina el Ejecutivo ¿Cuál es la propuesta también de una nueva ley? Porque dicen ellos que estamos trabajando en una ley, pero nunca ha habido nunca llegó esa la contrapropuesta del órgano Ejecutivo y nosotros como legislativo, tampoco hemos trabajado seriamente en eso. ¿Cuál sería la razón? ¿Porque no coordinó el Ejecutivo? y al fin y al cabo, el Ejecutivo es el que ejecuta todos los proyectos y nosotros aprobamos las normativas. Entonces hay propuesta de los orureños y los potosinos, pero extremadamente regalitario, nada explotación tecnológica, ese era el problema y el Gobierno nunca respondió hasta el día de hoy. Y todos los acuerdos que trató de hacer era en base de repente. También las empresas han visto falta de una seguridad jurídica y se fueron porque estábamos improvisando. Es como decir, te presto mi llamada y vas a aparecerte como senador, pero no es cierto, tienes que realmente ser senador sin llamada, entonces a en esa situación ha estado la normativa. No avanza, entonces eso nos está perjudicando para el entonces ello. Pleno de Del del litio y Potosí. ¿Es muy aguerdido en esto, no? Ahora también creo que el Presidente tomó contacto con dos empresas que se han animado de invertir y tampoco no están de acuerdo, que no hay una normativa en qué va a servir, ¿no?

**Usted dijo que China o Alemania no compran baterías de litio...**

No, el producto, el del carbonato de litio, sale en 90°, que se llama eso grado técnico y otro directamente ya para emplear donde trabajan las baterías de litio. Se llama grado, grado, batería y así es 99.9% de pureza. Entonces China sobre todo quiere 90. Llevan allá, ellos hacen su nuevo tratamiento, de repente sacan más, más, más fin. Entonces es conveniente porque para llegar hasta aquí necesitas mucha energía, más agua, entonces es dificultad y hasta llegar aquí está no tan fácil, pero tampoco tan difícil, hasta aquí es más problema de agua, de energía. Pero no tenemos una conexión de gas, estamos con gas licuado. El gas licuado están llevando en tanques. En cambio, yo pienso que si es gas natural iría por tubo en alguna parte acumular agua, ir por por tuberías para el agua. Pero no hay todavía ese planteamiento. Eso tendría que ir en una ley, me parece. No, no han previsto eso, han visto alrededor del del salar los bofedales y conversaron con los comunartes, sí que se... que se utilice, pero ahora dicen “no, el Gobierno no nos está consultando”. Pero mira, este lugar era bofedal, ese era un pasto especial para sus llamas. Y mira, ahora ya este desierto es Arenal y es como yo no vi al principio, pero nos estamos echando que sí se ha convertido en arena entonces, y eso todavía en en piloto ahora si realmente llegan varias empresas, porque de las

10.000 km<sup>2</sup> a 500.0000 km<sup>2</sup>, es el donde está la reserva del sal, no es en todo el salar. Está al sureste, si no me equivoco está el... el salar donde están las plantas tanto del carbonato como de cloruro de potasio y esa área es donde se está secando y esa área tenía más bofedal. Entonces eso hay que prevenir después el... la energía del gas, pues que necesita calentar mucho tremendamente. Entonces la energía eléctrica creo que se puede hacer. Entonces falta mucho, prevenir muchas cosas o ya implementar muchas cosas de no haber previsto anteriormente, como dice. Entonces, no es que este el China hasta ahí es más preferido de él, pero si ofreces grado batería, también, pero más prefieren grado técnico hasta 90°, porque ellos llevan e industrializan un poco más muchas plantas que tienen en China.

**¿Hay proyectos para que Bolivia se desarrolle la industria de tecnología más allá de litio?, Porque qué está vendiendo el litio en su grado técnico, ya que no los compradores prefieren así, hace como que se permanezca en la posición de primarias portadores, ¿no?**

Sí este el ahorita no estoy tan seguro. El ex Ministro de Energías, el Echazú, yo participé en una conferencia antes de ser senador, cuando yo vivía en el extranjero, participé en una conferencia, el decía, yo creo que estaba de gerente de YLB si no me equivoco, “a nosotros nos conviene vender todavía materia prima, porque si queremos industrializar una batería de aparato, 70% tenemos que importar los insumos, ¿entonces cuál es conveniente importar insumos después volverlo a vender?”, él decía, “más nos conviene vender por la cantidad de ser, porque que creíamos que o creíamos que tenemos, sería bueno vender en materia prima solamente el producto de litio, el carbonato”, obviamente tratar de industrializar.

Pero ahora cuando hablaban de las tierras raras, que también está en el salar, son otros elementos, no estoy exactamente si este mismo proceso de evaporación sale y es otra explotación. Las tierras raras que estarían cubriendo ahorita dicen hasta un 50,55% de que una batería necesita para elaborar y otros el 50% tenemos que seguir importando, ese es otra dificultad, ¿pero ahora en qué es? Como no estamos explotando formalmente, entonces difícil, nosotros nos podemos instalar en una fábrica de baterías, aunque se dice que se está instalando, pero no, eso no es cierto entonces esa dificultad tenemos que los aditamentos para una batería 70%, decía el ingeniero Echazú. Pero ahora con esto de las tierras raras, el cómo se llama, se me olvide ahorita los términos que se está haciendo, llegaríamos hasta 50,55%, 45% estaríamos importando de repente, tal vez sí, sí es un poco más favorable económicamente, porque tener sólo 30% de nuestra materia prima traer afuera y el problema

que nos dificulta ahorita es el puerto. Trasladar del puerto hasta aquí, pasar por las fronteras es un problema, eso lamentamos mucho que hemos perdido nuestro mar. Y ahora quisiéramos llevarnos nosotros hacia el Brasil, pero otra distancia que tenemos que recorrer también. Entonces es muchos problemas que Bolivia tiene. Esperemos que el Mercado Común nos hable.

**¿Y otra pregunta que tengo es que como la filosofía e ideología de Vivir Bien, se relaciona con la industrialización del litio porque está en la Constitución, pero la industrialización, la explotación viola los derechos de la madre diaria, no?**

Estoy viendo al secar el bofedal, ya estamos afectando a la Madre Tierra y al afectar la Madre Tierra vamos a dejar a un buen sector que es potencial todavía de explotación para Buen Vivir, también el quinoa y el y la carne de llama. Entonces, y eso se puede manejar equilibrando como digo, rescatando aguas o trayendo el agua de Silala, pero necesitas invertir. O sea, para eso necesitas una verdadera política de Estado de la industria del litio. No es, no está imposible. Y el otro día nosotros fuimos el mes de abril, si no me equivoco, mayo con Andrónico a ver la planta y el Presidente se enojó, le metió preso a los a sus ex ministros de Evo Morales pensando que nosotros íbamos a sacar unos informes lapidarios, mal, malditos y Adronónico Rodríguez no es de eso, no es el que lleva a la cárcel. Es un muchacho muy inteligente y hemos visto, esto hay que trabajar en una verdadera política de Estado de élite, respetando el derecho de la Madre Tierra, obviamente al colateralmente, protegiendo al a la población del sector.

Y la población tiene esa esperanza también. Tiene esperanza de que el litio es su solución del del de Potosí, pero el Estado tiene que trabajar en vista línea y Andrónico tiene muy bien determinado eso, que es lo que se va a hacer en adelante. Bueno, uno cuando sea el Gobierno pues no va a soltar tampoco sus secretos, pues no, entonces en política es así. Entonces tenemos que proteger la Madre Tierra, pero hay formas de proteger como que lo estoy planteando sin afectar. ¿El agua del Silala está corriendo los 365 días del año, no? Entonces y es agua, pero necesitas invertir y rescatar aguas por empresas en cualquier país del mundo se trabaja eso, es posible. Ahorita los ríos están vacíos, pero el otro día fuimos a hacer una sesión en salar de Uyuni, algunos créditos hemos aprobado allá, pero esos ríos que yo vi pero con cantidad agua totalmente seco, o sea, bueno, eso es normal, en en invierno está seco, pues entonces ya en verano ahorita ya debe estar lleno, me están diciendo que ya se está inundando en lugar de que esté inundando pastizales o bofedales, pues recuperar, llenar empresas y que sea utilidad, pero necesites dinero y hay que invertir.

**¿Y las inversiones que se vengan por las empresas extranjeras que todavía se pasan también en el Parlamento y en Asamblea?**

Hasta ahorita, como le digo, no tenemos una ley de litios, por lo tanto los contratos dis que el Presidente nos ha enviado, pero una y creo que dos más firmo como Senado no conocemos, está en diputados, vamos a revisar y a esa a ese contrato se opone Potosí. Pero sii mientras no ofrecemos nosotros o, cómo se dice, comodidades o los la facilidad al inversor como decir tenemos nosotros una tubería de gas, aquí está tomas, lo dejas o te traes tu gas o aquí está el agua, pero que no afecta a la Madre Tierra y eso todavía no la tenemos, entonces el inversor le va a se va a ver imposibilitado de eso y va a tener que retirarse. Entonces falta una política de Estado de proveer de mucha agua y energía.

**¿Qué impide la formación de una política de Estado?**

Determinación política del gobernante. Esto lo hago como, no sé si ha visitado El Alto, un compañero dice, no sé si será contrabandista, dice, yo me hago mi cholet y mi algo, me interesa cuánto me cuesta y lo hace. Entonces esa determinación, falta del Estado. Bolivia lamentablemente no ha tenido políticas de Estado en ningún rubro, por eso somos presa fácil de cualquier imaginario político, sobre todo del capitalismo, y eso es lo que ahorita también nos está apuntando y esto de que nos han dividido el instrumento político, ese es el fin, porque el 2019, a que, como la compañera dice, ha estudiado en Brasil por los convenios, han pensado que este instrumento político no está fundado en cuatro paredes, no es un grupo de amigos, yo fui muy joven en cuando construimos después del fracaso. ¿Si lo hablo político está bien al margen de litio?

Nosotros los 80 ya muy jovenzuelos éramos militantes de partidos de izquierda, pues yo me formé en... en... en JC entonces me sale, ¿no? Entonces llegamos al Gobierno el 82 con doctor Síles, así como estamos ahorita, entre nosotros nos hemos sacudido y lo habíamos tumbado al general Banzer nos miraba de palco como nos estábamos despellejando y llegó, recogió los muertos y el demócrata se volvió y ganó una elección a los 5 años.

Sí, nosotros bajamos a la dictadura de Banzer y a través de los partidos de izquierda, entre ellos la central obrero y boliviana, la fuerza MAS combativa del sector popular eran los mineros, los fabriles y ahí nosotros nos sumamos como en ningún país del mundo, el sector campesino aquí en Bolivia es sindicalizado, no es un grupo que busca solamente sus derechos y sus oportunidades, somos sindicalizado y el sindicalismo es el que busca siempre el cambio social y el poder político, por eso es que nosotros al fracasar o sea el problema aquí en Bolivia

es lo MAS social. El blanco comunista y al... al indio comunista lo cerró, no MAS la puerta, lo cerró, no MAS, ahí está el 1000, varios. Nunca voy a renegar tampoco nos han dado las ideas de cómo luchar por la libertad del pueblo y ahí emprendemos nosotros construir un instrumento político no un partido político, pero el principio es que teníamos que encontrar, sí vamos a ser socialistas indianistas o indigenistas. Andamos en eso y como que, con la recuperar la democracia también le... le cuesta al sector trabajador de 1982, de 82 al 84, queremos aventurarnos con un gobierno socialista, pero nos tumbaron muy rápido y ganó general Banzer.

Entonces un ex dictador de 7 años del Plan Cóndor gana y nosotros mismos decimos a los trabajadores por quién vamos a votar, porque nadie quería saber de ningún partido de izquierda porque había entonces un fracaso. Entonces decimos nosotros del mal menor, que era el MNR en buenos tiempos había sido un partido que liberó también a nuestros padres, a nuestros abuelos del extra de la explotación agraria, minera y demás cosas lo veíamos. Bueno, nuestros padres vivos todavía ellos no podían cambiar por otro color, que eran elemenerísimos hacer sus signos y votaban no MAS por ahí, así como al Evo le veían con su peinadito partido aquí, aunque en su sombra si era el MAS, y así éramos saban y los nuestros padres votaban y se luchó, le dimos Gobierno al MNR, pues privatizó todo, ya era un MNR distinto de 1952. Entonces ahí es donde nosotros empezamos, dice “no, aquí nosotros tenemos que continuar luchando si tenemos campesinos, sindicales, si lo construimos en un momento político”, comenzamos a finales del 80, concluimos organizándonos hasta 1995. Sí, una dura lucha, para unidad del sector rural y se sumaron ingresamos al campo político con otra sigla, este se llama IPSP, el original de génesis de la creación del movimiento campesino popular, y como no nos daban una personalidad jurídica, nos dan esta sigla del MAS. Esta sigla del MAS, paradójicamente es una sigla del que pensaba distinto de la libertad de los pueblos, sometimiento a la Falange, o sea el Falange franquista, o sea, tenía en Salim, del Benito y demás cosas de tiempos de la Segunda Guerra Mundial, pues el socialismo corporativo y por ti, mañana, por mí el resto trabajando.

Entonces no tenía un carácter, o sea, un socialismo de carácter liberal, marxismo de libertad de los pueblos corte marxistas no lo era, la sigla no importaba, la cosa era presentarnos a la a las elecciones y yo creo que en el camino se cambiaron algunos términos, los conceptos y principios y demás cosas, y por eso ha sido, sigue siendo una dificultad ahorita el más IPSP, no sabemos si es un partido realmente socialista o es indigenista o es indianista de todo un poco y no definimos nosotros. Al principio decimos que vamos a utilizar nuestra economía comunitaria, la economía comunitaria de los pueblos indígenas original, eso

es distinto y este Luis Arce, un economista joven de corte estrictamente liberal del keynesianismo fracasa la privada, entra la estatal y él lo alargó ya como adaptándolo la economía comunitaria productiva y eso es lo que no puede despegar ahorita, pues no, entonces. Nosotros estamos, hay un debate político, estamos en dificultad de explotar: ¿Cuál es nuestro principio de grupo? Simplemente nos hemos basado en los pueblos originarios y es por eso que el 2019 el capitalismo, dijo, se había catapultado fuerte por Evo Morales como una imagen nacional e internacional, eso no la vamos a negar, luchó también por los derechos de varios pueblos, como el agua, por ejemplo, parte de Derechos Humanos, el respeto que me está diciendo a la madre Tierra, esa es la idea de de este principio de movimiento campesino, pero manifestado por nuestro compañero Evo Morales en los foros internacionales.

Entonces el imperio norteamericano dice, sacamos a Morales y este grupo de revoltos fuera, como dice vulgarmente, muerto el perro muerto las pulgas. Entonces, y como que no hemos resistido 20 días de movilización del sector radical de la derecha, nos bajaron sin ninguna fuerza que aquí marchábamos 1000000 más abajo, al día siguiente otro 1000000 y esa fuerza no hubo y no hubo un trabajo ideológico con eso yo peleaba fuerte con Evo Morales en 2017, cuando al país has hecho muy bien, pero no tenemos trabajo ideológico. Él me decía, estas mal intercultural, yo vengo de la organización de los interculturales, estas mal intercultural, la gente está consciente que bueno y la gente lo creía y el 2019 no había principio, no había disciplina política, nos sacaron y muchos decían ese día uno que vuelva Evo o que renuncie Añez, si guerra civil hasta que un día yo creo que algo siempre viene para bien, los policías un día se quitaron sus insignias, empezaron a quemar la Wiphala y ese día la gente se unió, ya no querían no, fuera estos, así como el 2013. Ya el 2020, no ganamos nosotros las elecciones porque ganó el MAS, sino que el pueblo a través del MAS se unió nuevamente. O sea, sí, entonces con cualquier candidato ganábamos, de repente Luis Arce nos restó ,porque no es su objetivo era llegar 60%, Luis Arce nos restó los votos, así de claro.

Pero estamos aquí, entonces han visto que no era cuestión de Evo Morales la fuerza popular boliviana, era el instrumento político, por eso ahora ha llegado Luis Arce. No sé si prestó a ese juegos, Castillo, Iván Lima, por otro lado, hasta Juan Ramón Quintana Romero, la señora Morales, no sé si se prestan a los intereses norteamericanos, se han dedicado a destruir el instrumento político, a destruir el instrumento político, por eso ahorita están buscando que el Andrónico es la oportunidad, el reflejo, la imagen de unir al no al instrumento, no al partido, sino al pueblo popular movilizado. Y todavía Andrónico no lo ha abierto, como esta mañana dije en prensa, es una movilización espontánea, no lo conoce, Antrónico no conoce a ese sector, están saliendo andrónico Presidente, proclamamos hoy día,

mañana proclamamos o están proclamando esta mañana temprano se reunió, creo se fue a [inaudible] también lo están proclamando en aniversario, Andrónico no está yendo a ese proclamar todavía. Entonces, por eso yo digo, Andrónico va a abrir un momento su espacio de candidato político y esperemos hasta yo tengo esa esperanza de que él va a ser la unidad y vamos a continuar en la lucha. O sea, el imperialismo se está equivocando, nos han destruido eso, así se han dado toda la tarea y nuestro Gobierno se prestó a eso en la liquidación del instrumento político. Menos mal que son un grupo de dirigentes de un lado del otro lado, Evo Morales anotando lista de candidatos, y el otro con un grupo de campesinos, sector obrero también cuidando la puerta del Palacio que nadie entre, entonces los dos grupos perdieron la legitimidad. Entonces el resto que está aquí, dice que el Andrónico es la esperanza hasta los que no son ni siquiera simpatizantes del instrumento político me dicen. ¿Por qué ganó aquí por quinta vez el Presidente del del Senado, Andrónico Rodríguez? ¿No es gratis, no es porque como dicen hemos pagado 30000 bolivianos, no? Yo he sido uno de sus operadores, inclusive del grupo de arcistas que dice que apoyo a la memoria son 14 de sus 14, puede estar seguro que dos no votaron y del sector del Grupo del Arce no votaron ningún, tal vez una votó y el resto votó la oposición. A cambio de nada, porque es un joven muy conciliador, amigable, hasta simpático, como alguien dice de la oposición. Entonces muchos dijeron no con Andrónico y con nosotros hemos logrado muchas cosas como partido. El problema es que entre ellos se han dividido, pero nosotros con Antrónico hemos logrado muchas cosas para el sector que nos apoyó. Entonces es el hombre que va a tener que concluir como Presidente y todos se han quedado en choques, muchos decían que iban a sacar, incluidos Evo Morales, Luis Arce, la oposición, la presa ers espectacular, ella estaba ahorita mismo Andrónico no cree que en primera vuelta de la ciudad, ya le digo, el año pasado era distinto, hemos tenido que negociar algo con la oposición para que apoye, pero este año no, no hubo ninguna charla. Sí, trabajamos nosotros con con la oposición y yo particularmente, pero ellos decían “no, mi voto es por Andrónico, no por eso, por eso o eso... no mi, mi voto por Andrónico” siendo de la oposición y como que garantizando aquí está mi voto en foto, porque es secreto, a mí me la muestra, aquí está. Y hay que agradecer. Ese es la capacidad que tiene Andrónico y esa es esperanza y ojalá esa esperanza no se quede solo en esperanza.

Y entre esos está la verdadera política de la industria del litio, que ahorita creemos que si es que industrializábamos al llegar no MAS con Luis Arce estaríamos acercando la exportación, por lo menos con esto de 14000 t. de carbonato de litio, grado técnico y los 380000 t. de cloruro de potasio, podíamos haber llegado cerca 1000 millones de dólares de exportación y cuando estaríamos no estaríamos tan fregados como ahora y nuestra

explotación aurífera también se ha desordenado, parece que hay ley minera, pero no se cumple absolutamente nada la economía cooperativizada, tampoco hemos dado énfasis en proteger a ellos y que generen dólares, no la muchacha, por eso el oro sale vía Brasil vía Perú, por contra, la eso es.

### **¿Puedes hablar un poco sobre el disenso en la Asamblea?**

Por eso ya creo que les respondí eso. O sea, el imperio nos ha venido a destrozarnos todo, nos ha venido a destrozarnos todo y es el canal, es el lisar. Ni la derecha aquí está en afán de destrozarnos la Asamblea, pero nosotros, los que somos del MAS, estamos destrozando. Y en el Senado por eso es que la oposición apoyó al Andrónico, solo el Senado se mantiene en pie diputados 2 años se mantuvo con jerjes mercado tal vez, pero desde el año pasado hasta ahorita, mira, nosotros ya estamos en tercera sesión diputados apenas a sesionados, pero a mentiras, a puñetes y a ese nivel de desprestigio de la Asamblea en cualquier país del mundo, la Asamblea Legislativa es primer órgano o poder del Estado, pero nosotros no estamos en esas condiciones.

También la composición de los legisladores de que todos somos iguales ante la ley ingresaron todos, tal vez no muy preparados, no digo profesionalmente políticamente, hay algunos compañeros que ni siquiera lograron ser bachiller, pero tienen alguna formación ideológica envidiable, pero no están ellos ahí, pero una compañera era dirigente de bartolinas, otro compañero igual, un minero, porque me toca y me toca estar aquí y como todos somos iguales ante la ley entonces se impusieron y ellos son presa muy fácil de controlarlos. Entonces la o sea el imperialismo no ha tenido dificultades de tener la Asamblea Legislativa y encima que Luis Arce se no pudo, o sea entró en problema con Evo Morales porque - yo voy a decir siempre nosotros después de recuperar la democracia a la cabeza del pacto de Unidad, Orlando Gutiérrez de los Mineros, el este chico, el Andrónico, en ese momento Presidente del casi de la Asamblea ha sido la Eva Copa todos esos logramos nosotros reconstruir y nombramos un binomio, David Chiquehuanca y Andrónico Rodríguez para eso ya era para vicepresidente de El 2020. O sea, ahora ya con cuatro o en 5 años más de experiencias, creo que Andrónico ya es su obligación de tomar las riendas ni siquiera la obligación. Entonces Evo Morales, con lo caprichoso que es ahora, está peor todavía. No aceptó ese binomio en Argentina y por respeto, por disciplina, el Pacto de Unidad ha ido a ser firmado el nombramiento de David y Andrónico aquí podía haber firmado Gerardo García, no necesitábamos ir a Argentina y allá se lleva este grupo a particularmente al Eduardo del Castillo que era jefe del Columna Sur, Evo Morales allá hacía aparecer otros, había otros y

generación Evo no sé qué tantos.

Entonces este Columna Sur Generación había su... el movimiento Quiero Santa Cruz. Evo Morales hace aparecer como organizaciones sociales, hace frente al Pacto de Unidad, sino entraremos en una nueva votación, en Argentina resisten porque no han ido todo el Pacto de Unidad y pierden ante Evo Morales con Luis Arce. Por eso si alguna vez me han escuchado, nosotros no tenemos ninguna explicación que pedir a Luis Arce. ¿Y tenemos que pedir explicación a Evo Morales, por qué? ¿Con qué objetivo mandó a Luis Arce? Nos ha impuesto como candidato, lo hicimos aceptar a duras penas a a David Choquehuanca como su vicepresidente de él, era su binomio era otro, era Luis Arce y Diego Pare, él era subnomio, no este el binomio que yo escogí, entonces él nos ha impuesto Luis Arce, por eso yo no nos reunían muchos.

¿Yo dije, Evo, tú has mandado, por qué los molestando? Así como yo dije aquí al joven Andónico, yo le había dicho, yo creí que íbamos a acabar con en armonía, yo le había dicho, primer año dijimos que cada departamento va a ser presidente, no olvídate de mí no, yo le había dicho lo Andónico “3 años vas a ser Presidente, yo te voy a apoyar y vas a ser Presidente 3 años, presidente del Senado y el cuarto año tú ya vas a hacer tu campaña, para presidente, cuarto, quinto, año después ya vas a dejar quién te va ayudar como presidente del Senado, ¿crees jefe?” me decían “no”. Ahora ya me dice este senador “así tiene que ser”. Entonces realmente no sé con qué objetivos Evo Morales mandó a Luis Arce, decían que era el mejor economista. Pero mis compañeros de curso de la Universidad decían “pero este es el neoliberal más neoliberal que conocemos como profesional”. O sea, en sus cursos de posgrado no vees, nos juntamos de todos y otros de profesión, abogado, los economistas, los compañeros de curso les decían, pero Félix dicen “pero cómo al al Arce lo tienen de ministro es un ultraliberal, es amante d del neokeynesianismo” y como que él había aplicado siempre. ¿Entonces, cómo puedes decir o no tiene principio? Claro, nosotros primero hablábamos de la economía comunitaria y así va astuto esto le convenció a Evo Morales también lo único bueno que ha hecho en Morales es haber nacionalizado las utilidades de las empresas transnacionales, seguíamos comprando, pero la sutilidad estaba aquí en la mesa y gastaron hasta que se acabó la plata del mar que gastar y también se había acabado los yacimientos. Entonces Luis Arce sabía a dónde lo estaba llevando a Morales, él sabía, ahí se sumó chavaletas todo de la extrema derecha, que nada tenía que ver con la génesis del instrumento político.

Yo digo, por qué no, en su primer tiempo, Román Loaiza la esta las Ramos, creo que dice, ¿por qué no coloca el ministro a él? teníamos que haber aprendido, pues en el camino se

aprende, si teníamos ese ámbito, él le había dicho, “no, no tenemos gente más, sino a ellos, no MAS le tomaremos en cuenta” y en su segundo Gobierno había dicho “ahora ya hemos aprendido nosotros, jefe, ya han ahora compitan con ustedes nuestra gente perdían” pues ya cuando yo llegué aquí a Bolivia decía “no, a ver un momentito”, el cargo les tiene que buscar a ustedes, no a ustedes el cargo. A uno nunca le buscas el cargo, tienes que buscar para eso, es político y todo ese círculo, y ese círculo lo liquidó a Evo Morales y ahora trata de liquidar la cabeza. Por eso yo no me puedo explicar ahorita cuál es el objetivo de Evo Morales al habernos impuesto a Luis Arce. ¿Está de acuerdo que se destruya el instrumento político o simplemente mandó para uno de sus adulones para que él vuelva? Yo me imaginaba al principio y como que otros corroboran, Evo Morales no quería la Presidencia, quería ganar las elecciones, mayor número de parlamentarios, nosotros hay que evitar todos los juicios que podían representar y nosotros perder en segunda vuelta el inmediato seguido era Carlos de Mesa, nosotros y él conoce Carlos de Mesa ¿Qué debilidad tiene? Al segundo año, al tercer año hacer escapar y él tenía, creo, esperanza de regresar en andas, que esto es la solución, pero la gente ya no lo tenía porque él se había ido de una mala manera el 2019, nos ha dejado en una pobreza política total, pese que decíamos patria y muerte, venceremos, pero no, pues ese fue no MAS el compañero y nosotros respondimos ¿no?

Entonces sí, la gente estaba molesto con él, estaba muy molesto con él, pero él no toma en cuenta, sigue siendo el pensador o el activista, no sé por eso. Aquí nosotros estamos en esa situación, hay grupo y el gran responsable también es el daticio que banca para desamparar a la Asamblea, porque siendo vicepresidente tiene tu visión como Presidente nato de la Asamblea si es la conexión el cordón umbilical entre el Ejecutivo y el legislativo.

En tiempos de Evo, el García Linera tenía su cinturón, nadie podía decir nada contrario a lo que decía Evo Morales, los asambleístas, pero mira, este Evo ha dicho que este bolígrafo es azul con blanco, pero yo veo negro, no me voy a ver quién te dicho que es blanco, ¿estás conmigo o estás con el imperio? Si no fuera, toditos manejamos y cuando llegamos aquí, los que estaban acostumbrados a eso, los ex dirigentes y estaban esperando el cinturón de David Choquehuanca. A David le valió un rábano la Asamblea y aprovechó el Evo Morales, toditos lo aidos encogiendo. Y hasta que Luis Arce ya se vio sin apoyo legislativo y en senadores casi ocurre lo mismo. No me voy a alzar, pero yo les dije, aquí nosotros no hemos venido a gobernar, no hacer obediencia a nadie, ni aquí ni allá. Y eso Andrónico aceptó eso, un par de senadores más y nos mantuvimos, pero en diputadas, son hartos, son más de 100, 130, pero de esos son 70, creo que es del MAS, son hartos porque no sabía forma de había un grupo aquí, otro Grupo, allá otro grupo nada. Ahí se destrozó y a

diputados está muy fregado y no cargamos la imagen, pues de la Asamblea “no, si yo soy senadora que ver”, pues la Asamblea es una, tiene dos cámaras, pero el de Cámara baja está bien fregado, está peor y el candidato por eso yo sí me han escuchado decir, yo le veo siempre lo digo siempre al Presidente, tú eres invitado, te invitó Luis Arce, pero tú invitado tienes otros invitados. Que no les interesa nada sin darse el lujo de ser ministros, ahora el actual presidente de Cámara de Diputados es invitado del invitado. Él se invitó porque ex ex vice ministro, este ex vice ministro de presupuesto era un chico muy atrevidito cuando el dirigente conmigo lo pasó mal.

Entonces yo hago una analogía ante los bolivianos, hago una fiesta, yo voy invitado, pero yo los he invitado les llevo a ustedes a la fiesta y yo tengo que cuidar a mi amigo, entonces ustedes no tienen que cuidar, ustedes [mis invitados] son los que más trago piden más música, más hacen problemas, del invitado de la invitada si no se la piden... escándalo.

Y ahorita el invitado, los invitados y los sus invitados están haciendo escándalo, ¿no se está haciendo quedar tan mal? Pues aquí y yo que no representa ningún sector social, ni creo que ni como profesional, no está en la agrupación de profesionales de MAS, Luis hace lo mismo. Y varios de sus ex viceministros de Evo Morales, de la misma manera sigue tosiéndolo a él, en este su último bloqueo de Evo Morales. Y yo a loza le decía, creo que su su, su amigo le decía, “¿pero quién le está asesorando para hacer este bloqueo? Te va a ser un fracaso”, porque ahorita si ustedes quieren hacer caer a Luis a eso Luis se... se está cayendo solo, porque no hay dólares con que trae el combustible. Ahora, a no ser que ustedes están de acuerdo entre Evo Luis Arce y el Evo, va a cargar todo el bulto, el mal de la película va a salir Evo Morales y como que salió mal, mal parado.

Eso lo ha bajonio peor Evo Morales, varios sectores le han abandonado a él. Pues entonces en ese interim manipulan, por ejemplo, le pone de una manera irresponsable, no tiene apoyo del de los diputados de La Paz porque es diputado por La Paz, yo soy senador por la paz, nos agrupamos en bancada, la paz entre senadores y diputados, en la bancada nadie le nombraba a él, era otro lo que tenía que hacer, simplemente con algunos muchachos que obedecen y han han hecho aparecer como. Un jefe de bancada que ni siquiera era fracaso como jefe de bancada se ratifica y lo nombran a Ayuca como candidato para presidente de diputados, convocan al frente y todos ellos se nombran como Presidente de la Asamblea de Diputados. Y por eso es que ni siquiera el día de la inauguración no lo han dejado ni siquiera sentarse. Entonces a ese nivel estamos presos. Entonces, a ver, no sé cómo terminar.

Ni siquiera cota de poder. Si fuese cota de poder, el Grupo sería fuerte y las organizaciones sociales... Yo le había dicho a primer año, Luis Arce, no sé si serás racista o

no, no quería recibir a ninguna organización social, ninguna. Yo le había dicho “Presidente este tienes que, yo vengo del sector social cuando hasta un dictador me recibía, hasta yo me iba medio ilusionado de la vida, venía por pan, pues no me había dado mi amiga cuando me daba de cuenta, miré y me seleccionaba, por lo menos no sé si vales y meteles agua, los dirigentes se van a ir contentos, hasta le van a mentir en sus bases”. Yo me reuní con el Presidente, me ha dicho “esta que es otra cosa”, dos veces le puedes engañar a las organizaciones sociales, tercera, ya no puedes porque te lo van a cobrar. Pero Luis me entendió de otra manera ya empezó a prebendales vamos a partir plata. Ya no pueden los organizaciones ya no les hace caso ahora a través de los municipios. Alcaldesa de Ayacate, tienes que traer tus sindicatos para que se muevan, si no es un delito de plata de los municipios, los alcaldes están utilizando para traer gente. A ese nivel de preventivismo se quedó, ah, entonces no sé cuál sería su objetivo, si fuese por poder político, organizaría estructuras, no hay, no hay estructura así, compañera.

### **¿Crees que hay mucha influencia externa dentro del Gobierno de Arce.**

Hasta estaría seguro. Desde que llegó, yo vivía entre México y Estados Unidos. He trabajado en una fundación México por varios años, no representando al país, sino como dice el mexicano uno está donde Dios le pone pan, no donde lo ofrece vino, dice no, entonces ya trabajaba y yo conocía a varios mexicanos, hijos de mexicanos, nacidos en Estados Unidos, se han dedicado a la diplomacia, había una tal [*mir natos*] en la embajada cuando yo asumí como senador encargado de negocios y ella me conocía porque yo pertenecía a una fundación que trabaja con los huicholes, o sea el mundo indígena mexicano, y ella es descendiente de coras, también indígenas la misma torre. Y un día yo le hablo, usted es el que le conozco en México, me dice, ella había pensado que yo era mexicano, o sea indio, mexicano, Huichón, porque los huicholes son flacos y altos y los Coros son chapazos y gordos. ¿Sí le digo, pero cómo no, yo soy boliviano, pero qué hacía? Pues entonces nos hemos hecho amistad, había, por ejemplo, con ella hemos repuesto las visas H2A y H2B, que puedes ir a trabajar allá en Estados Unidos después de cortarse las visas en su Bush y Evo, solamente era de negocios, estudios y turismo. Reproducimos eso, ella no se metió en aspecto político.

¿Sí, por qué no hacemos que se aproximen que haya Embajador? Sería bueno, hablamos con Lucho. ¿Qué perdemos nosotros o qué ganamos al tener? “No, no, no, nada que ver con los gringos”, llegó esta Hevia, la nueva encargada de Comercio, creo que es tiene *sierna* boliviana, no sé qué tantos, creo que se empoderó de Luis Arce, porque empezó a entrar como con patada voladora a las facultades de Ciencias políticas de distintas

universidades públicas aquí San Andrés, yo soy estudiante, ex estudiante de San Andrés, ni policías permitíamos aquí como el compañero que tiene su corte a no este creo que es policía, un militar afuera le hacíamos desestar, estoy hablando de los 85 también. Ahora en las universidades están por sí desconsolando el interés o la salida, totalmente cambió, y esta Hevia se llama la nueva encargada de negocios de Estados Unidos. Y increíble, también único que le paró coche era *{inaudible}* de Moreno los han votado, pero aquí lo han recibido muy bien ya dictando la geopolítica internacional. Entonces se me hace que la Embajada norteamericana Luis Arce lo controla, al Chaveste Iván Lima, Castillo, Ramón Quintana, porque es todo un grupo, está dedicado a hay influencia. No hay influencia del BRICS, ni mucho menos. El BRICS no tiene mucha influencia, a duras penas exigimos que nosotros ingresemos ya no más al Mercado Común yo trabajé la ley fuerte, fuerte para que seamos y ahora por lo menos he cargado eso anda, no Lucho, por eso ni Lula, ni el mismo Xi Jinping, ni Putin no le tiene buen agrado a Arce, porque ellos manejan la alta inteligencia, saben por dónde está. Entonces por no perder la amistad del boliviano, lo tienen al Presidente en este último en Brasil. Los países, los presidentes se sacan foto, ahí no está Luis Arce, no está. A lo mejor estaría con Biden, no sé, porque estaban ahí. Ahí se sacan Xi Jinping, Lula, Putin, no sé quién es más, se sacan foto, pero no está ahí Luis Arce. En esos tiempos Evo está colado de ellos.

Entonces no sé, hay influencia extranjera, pero de la de la derecha esta metida, no la izquierda y se lo sabe, y por eso ahorita hay una buena opinión del BRICS, por ejemplo por Andrónico, porque yo me reúno con los embajadores, ahí también en las reuniones de embajadores hay bloque izquierdo, bloque derecha, lo que este se reúnen, yo tengo que ir a este lado, ahí hablan, nosotros ya vemos el Presidente a Evo, nosotros no queremos saber nada Luis, y ahora qué vamos a apostar nosotros por un líder joven. Yo como me he tomado confianza como un bebé para que estén con evasivas, aquí digan nomás el nombre y apellido quién es y así en broma. Entonces tiene bastante aceptación del sector socialista de los países del mundo, Andrónico Rodríguez y lo están invitando a China, Rusia y Brasil. Y él todavía no se abre en ese espacio. Ya le vamos a obligar que ya de una en que se aperture, porque salir también alegremente baja su imagen, la gente de una manera espontánea.

**APÊNDICE D – ENTREVISTA COM FRANKLIN MOLINA ORTIZ**

**Entrevista:** Franklin Molina Ortiz

**Função:** ex-ministro de Hidrocarbonetos

**Participação de:** Daniel Agramont-Lechín

**Entrevistadora:** Lorena Gomes Gonzaga da Costa

**Data:** 02 de dezembro de 2024.

**¿Sí, bueno mi ahorita sí pienso que que estoy investigando un poco, es que hay bastantes empresas que están haciendo convenios con YLB no? Y hay también una llamada pública abierta...**

¿Se hicieron dos convocatorias, no? Dos convocatorias, una se hizo en abril, aproximadamente el 2021, donde se presentaron unas 8 empresas no de distinta nacionalidad. Curiosamente, ninguna empresa occidental en ese momento. Hubo una americana, creo, sí, una americana, una y creo el resto fue China y rusa. Y allí hubo convenios que se firmaron. Con una empresa rusa y un par de empresas chinas. Luego la negociación de ese Convenio en que consiste el Convenio era que se comiencen a desarrollar pilotajes a nivel inclusive de rendimiento de su tecnología de extracción directa de litio, porque era en la convocatoria era para extracción directa de litio.

No, no sé si sí sabe que es una tecnología que, por ejemplo, hoy en el desarrollo de los salares se ocupan piscinas, es decir, tecnología de evaporación. No se hace una con unas piscinas grandes y luego se bombea salmuera de fosos. Esa salmuera que se bombea a las piscinas va pasando de fase en fase hasta llegar a obtener la materia prima del litio, en una mejor condición para el procesamiento, en una planta de carbonatación. Así se llama no, porque el producto en realidad es bicarbonato de litio, carbonato de litio, grado técnico, carbonato de litio, grado, batería. Son los dos, el primero, tiene a partir del 98% de concentración de carbonato de litio y se considera 1º técnico. En el segundo caso, grado baterías a partir de 99. ¿mientras más pureza de carbonato de litio, mejor, no? Y ahora hay dos o tres más grados que los se utilizan en otra industria, la tecnología que se utiliza para los satélites y otro exige 99.8, por ejemplo, no, y llegando casi casi al 100%.

Pero bueno, el objetivo era que los procesos tecnológicos se han mejorado, primero porque con la tecnología de las piscinas el tiempo para obtener la materia prima era bastante largo, 2 años, 2 años y medio, es decir, el ciclo de procesado de la salmuera para ir obteniendo. ¿Esta materia prima es suficiente para las plantas?

Entonces decían muy crítico y en el caso boliviano tenemos una complicación

adicional, que los salares, particularmente el salar de uyuni, tiene poco más de 5 meses de negación por la época de lluvia. ¿Usted se habrá dado cuenta que ahora? Todos los días llueve en la paz, entonces eso ocurre en todo el altiplano, Oruro, Potosí, Potosí, que es donde se encuentra el salar de Uyuni, llueve todo el tiempo, entonces prácticamente las obras se paralizan en todo este tiempo y en muchos de los casos las piscinas inclusive representa una complicación adicional porque esta piscina se rebalsa, por lo tanto el proceso se ve perturbado técnicamente. Porque rebalsa el agua y va contaminando otra piscina.

Hemos llegado a obtener inclusive en vez de obtener cloruro de de litio, que era el elemento principal de las piscinas, cloruro de potasio, porque el componente de potasio, además de la salmuera que hay en los salares, es bastante alto. Es decir, la concentración de potasio y otras y otros componentes es bastante, bastante elevado. Pero bueno, por esa misma razón, la tecnología de carbonatación o de extracción directa de YLB.

Ya se hizo enfocado en esto, se descubrió que ese proceso de 2 años y podría tardar como 2 horas a través de este proceso (extracción directa de litio). El proceso (de evaporación), es decir, son plantas, primero se han experimentado plantas piloto y luego hay plantas industriales. Particularmente en China ya están operando plantas de 20000 t. ¿Que ese fue el propósito también nuestro, no?

Si bien algunos documentos salieron hace 3, 4 años atrás diciendo que esto era muy piloto y ahora esto se está confirmando que ya hay tecnología aplicable a nivel industrial para el desarrollo, de hecho Argentina está en ese proceso, pero el problema también parte por el riesgo del país que tiene Bolivia, entonces y la fluctuación con la cual este se vino dando.

¿Los proyectos qué significa? Acuérdense que el 2022, de hecho, el 2021 el precio del litio comienza a subir. El carbonato de litio sube a 12.000 USD 16.000 USD y llega un momento donde el mercado mundial casi estaba bordeando los 80000 dólares la tonelada de carbonato.

Entonces, lógicamente, ahí se volvió interesante. Pero luego del segundo semestre del 2023 comienzan a caer significativamente los precios. Hoy el orden de precios están entre los 10000 USD. No han recuperado levemente, pero eso ha significado todo un riesgo para la empresa porque las empresas evalúan varios riesgos.

El primer riesgo es económico siempre, no es decir que las cosas que el proyecto sea financieramente atractivamente viable. El segundo riesgo que evalúan también tiene que ver con el riesgo que este, en este caso el riesgo técnico que tiene que ver con los procesos de obtención. Y ahí, por ejemplo, las distintas tecnologías han jugado un rol diferente. ¿Por qué? Porque las tecnologías también son distintas para las personas. Hay 3 tecnologías, por

ejemplo, hoy, que han sido presentadas, por ejemplo, durante este.

Pero el otro tema también tiene que ver con las condiciones institucionales y regulatorias de cada país, que es un elemento importante. Nosotros identificamos esto en 2021 como un cuello de botella bastante importante o sea bastante crítico, sería en toda la cadena de explotación.

Y a partir de ese momento justamente que en todo el proceso de evaluación y de la planificación para que se venía y ahí propusimos inclusive un proyecto de ley de litio, porque Bolivia no tiene una ley del litio, la ley, la ley que se promulga el 2017, ahorita no me acuerdo el el número de la ley.

Pero es una ley de creación de YLB, lo que hace esa ley es básicamente 2 o 3 artículos. El primero en transferirle un crédito a YLB, un crédito enorme que había sido ejecutada por la gerencia nacional de recursos evaporíticos de Comibol, dependiente del Ministerio de Minería.

¿Entonces qué? Es lo que sucede que ya habían 2 o 3 créditos de gran envergadura para para para el litio, para la industria litio, esos créditos hasta ese momento sumaban casi 6000 millones de bolivianos. Estamos hablando de casi 900 millones de dólares, y claro las metas eran demasiadas ambiciosas, y los proyectos terminaron ejecutándose por menos de la cuarta parte de lo que habían planificado, inclusive en las metas del año 2009, 2008, que es donde comienzan a generarse proyectos, entonces cuando se dieron cuenta de que esa gerencia, esa unidad, no iba a dar resultado, no iba a dar cierto, generaron una especie de empresa. Y es a partir de ahí que se forma la empresa YLB.

YLB nace el 2018 y comienza a ejecutar los proyectos, bueno, comienza a ejecutar lo que ya se venía haciendo con mucha dificultad, no, y con mucha, sobre todo, con muchas observaciones técnicas, porque un gran problema que nosotros enfrentamos ahí, desde el enfoque conceptual, es que el país no tenía tecnología know how ni la capacidad profesional de la gente para llevar adelante un proyecto.

Que era lo conveniente asociarse, pero además la misma creación, la misma ley de creación de YLB prácticamente le pone una camisa de fuerza YLB, no, creo que es la ley 9.028, si no me equivoco la ley de de YLB, bueno, la ley le dice a YLB va a ser los responsables de industrializar toda la cadena de los recursos de evaporíticos, y que durante el proceso de química básica YLB lo tiene que hacer por sí solo. Entonces se imagina, no, si tú no tienes tecnología, si no tienes capital humano, si no tienes capital igual financiero va a ser muy difícil llevar adelante semejante desafío que ya había sido desarrollado. Entonces, de ahí ya había una serie de dificultades del proyecto con ingeniería. Desde la ingeniería conceptual

básica y a diseño final en pésimas condiciones. A mí me tocó recibir eso, me acuerdo que inclusive algunos analistas decían "si las plantas ya están prácticamente listas, lo único que falta es bajar la palanca para que comience a operar" y no era así, realmente tuvimos que hacer hasta reingeniería en varios de los procesos.

Había una planta de carbonato de litio, de 15000 t para inauguramos diciembre ya hace 1 año (12/2023), justamente por esta fecha. Y claro, cuando entramos en los documentos decía, avance físico y financiero. Más, el financiero estaba arriba del 65%, si no me equivoco, el avance físico registrado era cerca del 57%, pero cuando fui a hacer inspección el avance real no llegaba ni al 25%. Entonces era muy crítica la situación.

El proyecto que YLB dio continuidad, a lo que se venía ejecutando se había contratado para hacer la ingeniería a una empresa alemana y luego una empresa China fue la que se encargó de hacer todo lo que significa la procura montaje y puesta en marcha, de la planta.

La empresa es en realidad una filial de cáncor, que además fue un poco cuestionada en su momento por temas de... de soborno y todo esos casos. Pero bueno, más allá de eso nos tocó enfrentar esa situación. Yo tuve que incorporar ahí un componente. entro del de la negociación, ya que significaba la puesta en marcha. Es decir, habían colocado que la planta se termine construir, pero no había una cláusula que decía esta planta tiene que funcionar. No es que no iba ni funcionar en la cláusula del contrato no contemplaba la puesta en marcha. Es decir, la planta debía ser construida y terminada de ese no, pero en ninguna parte del contrato, decía puesta en marcha.

Y lógicamente y yo le di ¿Y qué seguridad tenemos como estado de que eso funcione entonces? Yo inmediatamente agarré [el teléfono] y conversé con la embajada China, con el Gobierno chino y le dije, "miren si ustedes quieren litio me hacen funcionar", fue una negociación durísima, durísima. Estuvimos ahí muchos meses, ahí entre entre casi 1 año se nos fue entre esa ida y vuelta, primero porque además casi se le había entregado cerca del 80%, entre una venta y la otra.

Lógicamente que hay, por ejemplo, la empresa China si no abonaba una carta de crédito no se le terminaba de... de... de planillar ¿no?, pero en términos del contrato ya había un avance cerrado casi del 80%. Era muy complejo, fue muy complejo. Al final lo que se hace fue trabajar con el equipo técnico para hacer una reingeniería, pero además había otro componente, no se habían licitado las otras partes del proyecto ¿Cuáles eran las otras partes del proyecto hasta este ese momento? La planta de tratamiento de agua, todo lo que significa facilidades eléctricas y provisión de YLB. Entonces todo eso tuvimos que desarrollar durante

ese tiempo. Fue un desafío enorme. Inclusive decía, eso no va a funcionar porque no hay, no hay planta de tratamiento de agua y sorpresa nosotros lo hicimos hasta reingeniería para volver a licitar eso y bajar los precios, porque además el techo presupuestario se había disminuido.

Es decir, ya habían comprometido más y no tenía mucho más. Entonces se trabajó, hizo al final, el gran logro fue que se hizo arrancar esa planta, pero esa planta para lograr elevar la capacidad tiene que contar con materia prima. Por eso que ya hablamos de las piscinas. Es un gran problema, hay un problema. La planta debería subir ya este 2024 a un 35% de capacidad y el próximo año debería llegar a ser como un 65%, así es escalonado, no es como una factoría normal, es cierto que comienza a tener cierta capacidad y ahí se estabiliza, tiene que ir subiendo, por el mismo proceso que tiene todo el todo a todo el complejo como tal.

Volvemos otra vez al tema de las piscinas, cierto, que las piscinas puedan dar suficiente materia prima y de hecho ya tenían problemas las mismas piscinas. El 2018, ahí se tenían que concluir toda la construcción de las piscinas. No se las llega a concluir porque hay problemas técnicos, inclusive en las piscinas, desde el desde la impermeabilización de las piscinas, que tenían un recubrimiento de un material, ese material que pusieron el recubrimiento tenía una densidad muy, muy baja. Y cuando construyen tienen un problema, un montón de problemas técnicos que seguramente lo va a identificar. Eso dio causa inclusive un proceso que se que inició YLB; proceso por una mala ejecución de contratos, etcétera.

**¿En este momento, la construcción de las piscinas estaba en una parceria serie con una empresa extranjera, no?**

No, no la contrató. YLB contrató también. Lo que pasa es que se han hecho las cosas muy sueltas. No se enfocó el proyecto como debía hacerse un proyecto integral, ¿que hubiera yo hecho hoy?

Hubiera encargado todo el proyecto con una ingeniería, piscinas, bombeo, pozos, planta con un solo criterio. No, que primero se hizo una cosa, luego se hizo la otra, y cuando usted hace una cosa acá otra cosa acá, termina haciéndose un rollo, ¿No? Y lo más grave es que la gente que llevó adelante eso tenía dificultades. Pues tenemos deficiencia en el país ¿No? Si fuéramos chinos todavía diría, esto se hace bajo un estándar, no ocurre así ¿No? fue el problema de experimentación en litio y no es que está mal. O sea, está bien que podamos hacerlo así, pero si tienes que encarar un proyecto, qué tu harías? Con una empresa completa, todo... piscinas, pozos, sistema energético, proceso.

### **¿Y cada proceso se quedó con una ingeniería?**

Con una compañía con una ingeniería aparte. Entonces todo eso, o sea, estaba destinado a ser un desastre ¿Cuál es el cuál es el aprendizaje? Que cuando tu encaras que es un proyecto tiene que pensarse en todo, en todos los recursos, que es como se debe encarar el proyecto. No por eso es que en el tema de extracción directa de litio se elimina ese riesgo, porque ahí la empresa tecnológica te va a dar todo, te va a dar la tecnología, se va a encargar de asumir el riesgo del proceso y de tener un nivel de producción. Esos fueron los componentes, por lo cual se lanzó la convocatoria. Ahora bien, eso quedó muy bien al final, nosotros aprendimos mucho en el tema de que ya teníamos modelo, que financieramente va bien, los números pueden viabilizar el proyecto, pero el marco institucional es un problema para las empresas.

### **¿Por qué?**

Porque al decir que la química básica se encargaba por YLB, ahí estaba la traba, entiende. Por lo tanto, se tuvo que ingeniar un modelo, un contrato de servicio donde YLB es la dueña. Pero yo te contrato a ti el servicio y el otro día dice, y yo voy a poner la plata para construir la planta, para darte mi tecnología, para tener la producción. ¿Y cuál es la garantía que yo tengo? Porque si un contrato con YLB yo agarro; y YLB dice muy bien, gracias.

Entonces eso lo incorporamos en el proyecto de ley que se está discutiendo hoy en la Asamblea Legislativa. Entonces eso es parte de la discusión. Pero si eso no se viabiliza, si no hay un marco regulatorio que te diga bajo estas condiciones, esto puede ser posible el riesgo legal o el riesgo contractual.

Y el otro componente, que es riesgo político, ¿no? riesgo político porque si un gobierno no tiene las condiciones en este momento de viabilizar leyes, contratos a través de la Asamblea, va a ser muy difícil que se pongan en operación toda la... todos los contratos. Hasta el momento hay dos contratos que se han suscrito.

¿O sea, como resultado del convenio se negociaron los contratos, me entiende? Primero era un convenio para hacer los estudios y ahí está el pilotaje, ingeniería financiero, comercial, producción, etcétera. ¿Con eso qué es lo que yo tengo? Tengo ya el modelo suficiente y necesario para obtener un contrato y ese contrato se tiene que aprobar en la Asamblea Legislativa porque son recursos naturales, se aprueba la Asamblea Legislativa y recién ahí, a partir de ese momento, comienza a desarrollar el proceso de inversión de las compañías, o sea, inversión ya en una planta.

### **¿Y no hay consenso, como en la Asamblea Legislativa?**

No, no, no va a haber, pues no, pues que está totalmente partida, no de hecho.

*¿La nueva ley, tú dices una ley de litio? - Daniel Agramont-Lechín.*

No, estamos hablando de los dos contratos.

*No, ya ya ya ya ya, ah estos nuevos - Daniel Agramont-Lechín.*

Sí, son dos, en realidad uno se firmó primero con los rusos, más o menos así eso en finales de agosto, principios de septiembre y la semana pasada hace unos 10 días atrás se ha firmado otro contrato con el consorcio CBC, que es el consorcio CATL, Simoc y hay otra empresa más que forma parte; bueno, en realidad es CATL la que está detrás. Y son alrededor de 1000 millones de dólares de ese proyecto. Pero bueno, todo eso tiene que ser aprobado por la Asamblea en la medida en que haya voluntad política para llevar adelante su aprobación de contratos. Únicamente eso.

### **¿Y cuáles son los disensos en la Asamblea?**

El propio Partido de Gobierno está partido, pues no hay una fracción con Evo y otra fracción con el Presidente Arce, entonces de por sí ahí, por ejemplo, la el Senado lo controla Evo, lo controla porque los senadores son revistas y los diputados tiene mayoría el presidente Arce entonces es, es y hay veces que se empantan en las dos cámaras, no en la Cámara de Diputados y la Cámara de Senadores. Nosotros tenemos el régimen bicameral, no es cierto para la aprobación de leyes.

Bueno, pero es muy difícil eso no, yo lo veo que eso va a estar parado hasta la próxima legislatura, porque si los contratos de crédito no se viabilizan ¿De hecho, para mí es más factible que la prueba en la ley de de litio, porque ahí hay de ambos lados que están de acuerdo ¿No?

Y nosotros tuvimos ahí un periodo de tiempo para hacer una socialización no solamente de la ley, sino también conversar con ambos lados, porque si hay algo que yo puedo decir es que pudimos tener conversaciones con ambos lados, con la parte evista, con la parte arcista, pero también con la parte de algunos partidos de oposición. ¿Creemos que ahí es posible, no? Pero lo importante, que eso se pueda agendar este próximo año en 2025.

### **¿Y por qué se dan los disensos?**

No, porque es lógico, ¿No? Yo si fuera opositor diría este “prefiero que por ahí me

toque el chupete a mí en la próxima gestión que aprobarle algo a este Gobierno, no?”

Y como el Gobierno no tiene posibilidades de tener un control real del de de la Asamblea, entonces no, ahora que no, no se de... es que el contexto político es muy determinante en varios aspectos. Y hoy Bolivia tiene una crisis económica que curiosamente esa crisis económica tiene su génesis en el escenario político.

No, si no hubiera esa crisis política, Bolivia estuviera en otras condiciones, igual en crisis tal vez, pero con menos, tal vez con menos efectos de lo que hoy se están sintiendo, porque no solamente se aprueba un contrato, no se aprueban leyes y también se aprueban créditos de financiamiento que hoy necesita el Gobierno para afrontar las dificultades. Inclusive el tema de los combustibles, que se que se puso muy muy crítico durante el último período pero es muy complejo, es muy complejo ¿No? Yo veo que el Presidente o el Gobierno estoicamente está resistiendo hasta el final del mandato, yo creo, inclusive tratando de llegar al final del mandato.

### **¿Y cuando crees que empezó la crisis política?**

Yo creo que la crisis política comienza antes. Yo creo que comienza el 2015, que tiene como efecto el referéndum del 2016, la crisis institucional, la crisis democrática, la crisis política tiene que ver con el deseo de tener el control de gobierno y no solamente viene por eso. Yo, particularmente, creo que la crisis institucional que hoy tiene el país tiene larga data, inclusive tiene data, si vamos a hablar del sector energético, porque una de las fuentes principales, en su momento de la economía, tenía que ver con la generación de excedente, de hecho el modelo económico boliviano sustenta su base en la generación de excedentes en mano del control del Estado, esa es una de las bases fundamentales y de dónde nacía esa esa lógica a partir del control de los hidrocarburos y de que YPFB pudiera generar ese excedente, evidentemente fue la era del gas desde el 2004 Bolivia vivió una era del gas impresionante, pero los excedentes que provinieron de esa renta no reflejaron ni tampoco se expandieron en el sector, en todo el componente productivo.

Porque que es lo que tú necesitas, si tu eres un inversionista, no es cierto, y en este caso el Estado asume ese error inversionista de controlar la economía, esos excedentes tú los tienes que invertir para que se produzca más bienes y servicio y curiosamente inclusive en la industria del gas en vez de invertir eso y hacer que haya más producción de gas en el futuro los destinaste a todo lo que significa el downstream, es decir, plantas de YLB, no es que esté mal, no, pero había que distribuir inclusive la inversión, tenía que ser selectivamente eficiente en ese momento porque los recursos siempre son finitos.

¿Que tal si esa inversión de casi 1000 millones de dólares por para litio hubieran sido eficientes ya el año 2033, en el cierto 2014 que era el horizonte de de de esos créditos hubieran estado produciendo? Pero no fue así. Pasaron más de 15 años y esa inversión tuvo problemas en distintas etapas, desde ingenierías mal desarrolladas, proyectos mal concebidos, YLB hasta ahora no es una empresa, es un proyecto.

### **Y también está siempre cambiando los presidentes...**

Es que hay una debilidad institucional y una debilidad también de formación del recurso humano yo evaluando y era nuestro no problema. No tenemos gerente para este tipo de industria y cuando queríamos traer un gerente de afuera, bueno un gerente de afuera le pagas, no sé, pues 20000 dólares, 15000 dólares, un buen gerente. Acá nuestro gerente gana 20000 bolivianos ¿Cuánto es eso? ¿20000? ¿Sí, 20000 bolivianos?

### **¿No crees también que hay mucha influencia externa, como para la gobernanza interna y de litio?**

Hay, hay, pero yo te digo, una cosa no es determinante. De hecho yo creo que Bolivia tiene que equilibrar los riesgos no es cierto? O sea, discursivamente un político va a siempre a decir que toda la culpa la tiene el imperio.

Es importante, pero no es determinante. ¿Primero, por qué? Porque si bien hay un interés de controlar los recursos naturales de las regiones, hay hoy ya una multipolaridad, están los BRICS, pero también hay otros ejes que están coadyuvando. O sea, ese y el otro tema es también que Occidente está en un proceso de decadencia, no la decadencia económica, decadencia, inclusive política. Entonces todo eso hoy por hoy está. ¿Estamos en un proceso de transición y no es casual que estas guerras ayuden a acelerar ese proceso inclusivo? Pero bueno, eso es parte de otra discusión.

Hoy por hoy se ha demostrado más bien que eso, ha puesto en evidencia la debilidad de estas fuerzas que tenían antes Occidente, básicamente Europa y Estados Unidos, todo el todo el gremio completo. En contraposición de economías emergentes como son India y China, no Rusia tiene su peso, pero yo diría que no es no es el gran player de esta discusión.

### **India está creciendo y se tornando una potencia ¿No?**

¿Sí, bueno, de aquí a un par de años va a ser la principal, la principal potencia poblacional del mundo, no? O sea India y China ahora son aliados estratégicos en un proceso de también de desalinearse frente a un esquema financiero globalista, porque ahorita estamos

en una globalización financiera ¿No?

¿Ya están habiendo cambios, no? O sea, todo lo que son el manejo de criptomonedas de un nuevo esquema, también financiero alternativo, pero además de un de nuevos actores de financiamiento están en ese escenario y tecnológicamente también. Tecnológicamente hoy China es la potencia global global y eso ya nadie se atreve a discutir ¿no?

Bueno, yo creo que hay algunos temas. Yo voy a tratar de recuperar una de mis intervenciones que he tenido, que básicamente son estos elementos que te acabo de conversar. La verdad que la conversación es muy grande ¿Tu enfoque de tu planteamiento tiene que ver con la industria de litio o tiene que ver con la industria energética?

**Es más, como la industria del litio en Bolivia no hablo tanto ni en Argentina ni en Chile ¿Es que parto del imperialismo leninista. Y no hay cómo no hablar, porque mi interés empezó en todo eso con el golpe de 2019.**

O sea, el golpe en realidad es una consecuencia de un quiebre institucional y de una reacción muy bien gestionada también por la oposición y por Occidente. Eso es indudable. Pero yo vuelvo a reiterar, todo eso tiene sus antecedentes. Si tú vas más allá, sería importante que leas, tú te estás concentrando en Bolivia, sería importante que tú leas, qué pasó el 2015, ahí el deseo también de una repostulación de un presidente que decía, yo quiero seguir gobernando y plantea el referéndum un referéndum de decir si se acepta o no se acepta que un presidente pueda tener una repostulación ¿Y por qué lo tenía que ser con referéndum? Porque la Constitución era bastante clara al respecto, no por el tema de la reelección, Es central, es entrar la discusión sí es centrar la discusión.

**Creo que en este momento que Evo comenzó a perder un poco de su de sus bases...**

Claro, y no solamente su base pierde también el apoyo de ciertos líderes que lo estuvieron acompañando, o sea, hay un quiebre, es decir que el talvez la ambición política, pero también un problema que venía antes, no con tener una visión estratégica de largo plazo. ¿No? Porque si tú tienes una visión de desarrollo de muy largo plazo te vas a dar cuenta de que venían problemas inmediatos, tenían problemas con el tema del gas. Porque la declinación de la producción de gas no comienza ahora, comienza básicamente el 2014, pero inclusive si no vés salir revisa las condiciones por las cuales hubo algunos criterios fallidos porque tú profesores es de planificación, de de de método y te dice no que cuando tu hipótesis de partida está mal sustentada o tiene datos incorrectos ¿no? Es decir, cuando mi hipótesis de trabajo tiene un supuesto que no es el correcto, mis objetivos estratégicos o mis

objetivos específicos también de política, vamos a tener un problema.

Ahí hubo un gran problema.

¿Sabes cuál fue el gran problema? Que las reservas de gas que en su momento se dijeron no eran las correctas. Se llegó a decir que teníamos como X de reservas aprobadas. No era correcto. No teníamos ni la mitad. Claro, entonces la política en ese momento se orienta a como estamos nadando en gas, como somos la Nairobi Sudamericana, entonces vamos a comenzar a desarrollar la industria, el gas para todo, gas para la familia, masificar el consumo de gas, gas para la industrialización y una serie de cosas. Pero la hipótesis de trabajo de ese plan fue fallido en los distintos proyectos.

Pero el otro elemento central es que cuando se reconoce se encuentran esos datos se debió replantear la cuando se lo hace eso 2008. El 2008 ya tenía la información de la cuantificación de reservas que eran 9 t, C, F, S, entonces todo eso se debió reenfocar.

Yo inclusive cuando fui Viceministro hice una proyección de cómo iba a dar el proceso de declinación y bueno, no, aquella vez no me hicieron caso, yo renuncié. Y justamente volví porque veía aquí que necesitábamos hacer eso. ¿Cuál es el problema del actual Gobierno? No tener la gobernanza política, que ese es un problema cuando tú no tienes ese cumplimiento es difícil tener un planteamiento.

El interno al final que lo que ha sucedido, que se han venido suscitando ciertas dificultades en lo político, en lo social, que tiene un efecto en lo económico y viceversa porque lo uno alimenta lo otro y lo otro realimenta otra vez, se alimenta la crisis política, que de ser así comienza a ser así y en lo económico igual. Y todo eso son elementos que hoy hacen visualizar que Bolivia inclusive ni en la próxima gestión va a tener una solución inmediata.

### **¿Crees que el MAS va a ganar en la próxima elección?**

Es muy difícil, es muy difícil, pero en política todo es posible.

### **Y es también una cuestión porque la publicidad del gobierno de Evo dice que él fue muy bien socialmente, que hubo muchos cambios...**

¿La primera y segunda gestión de Evo fueron realmente cambios estructurales en el país, no? Fue un un periodo interesante, pero faltó esta visión de largo plazo para mí, pero además faltó una visión también institucional, de los de los poderes que conforman la gobernanza democrática del país. De ahí hay problemas desde la misma Constitución Política, Si tú me preguntas a mí, yo plantearía, por ejemplo, dentro de lo que fue en ese momento, una

Constitución fundacional, porque la Constitución del 2009 es una Constitución fundacional ¿En qué sentido en que te plantea una reforma total del Estado? ¿Bolivia autonómica, pero unitaria... entiendes que hay contradicciones? ¿Qué autonomía tienen las regiones? Ninguna, ni administrativa, ni política, ni financiera de recurso, absolutamente seguía siendo centro, entonces no había autonomía, pero además te plantea también regiones autónomas, autonomías indígenas esas sí tienen toda la autonomía, o sea, es un mini Estado dentro de otro Estado porque ellos sí tienen autonomía legislativa, pero también dentro de su justicia, por ejemplo, ¿Qué es lo que sucede ahora?

Se reconoce su justicia comunitaria sí, ¿y ahora qué es lo que está sucediendo? Los que cometen delito, van y cometen delito acá y se hace jugar por la autonomía indígena. Sí pasó con un gobernador acá feliz, Patsy de la paz, que el tipo agarra y tenía su el carro del de la gobernación, un vehículo público se choca en ese vehículo y lo destroza el carro, y claro, le inician un proceso penal por uso de recurso público, por conducir en estado de ebriedad, etcétera, etcétera, y él agarra y se va a una comunidad indígena y allá se hace juzgar y el castigo fue construir ladrillos de *adobe* de barro, ¿entonces?

O sea, es un mal ejemplo de lo que de lo que de lo que sucede. ¿Pero además, eso, si tú lo pones ya en escala mayor, tengo riesgo total del control, no?

Entonces, si haya una reforma que realmente integre la necesidad que tenía el país de una reforma judicial, que realmente se necesita, que es un gran problema. Hoy todo se está judicializando en el país a tal nivel que hoy las elecciones de autoridades, inclusive del órgano judicial, están supeditadas a un par de personas que te definen prácticamente la vida ¿De ese tipo de instituciones no? Y bueno, es muy complejo el tema no muy complejo, muy difícil. Yo creo que hay una serie de cambios que hoy necesitaría el país. Muchas leyes sectoriales se elevo prácticamente al rango Constitucional.

**Además, mi tesis es más sobre gestiones del imperialismo y la gestión de Bolivia ¿estoy acá para aprender, no? Y en mi visión todo eso es muy difícil, muy complejo de poner, es un no sé una cuestión de muchas condicionantes que podemos decir tanto de externa, tanto interna, ya una cuestión de tal vez que puede decir por encima intereses, creo. Dijo eso por cuenta del golpe de 2019. Hay una cuestión que me marcó mucho, qué fue lo que dijeron “podemos hacer dar golpe a quien quisimos”... Eso me marcó mucho.**

Sí, pero no solamente este tipo de agresiones, nuestros países lo hemos recibido constantemente. No hemos recibido, por ejemplo, unas declaraciones de la jefa del Comando Sur cuando vino a una reunión en Argentina hizo unas declaraciones. Sobre... sobre la región,

no ¿Cómo se llama esta señora la jefa del Comando sur que esto debe estar en Internet, no? Y dice lo siguiente “nosotros hemos descuidado mucho, los países de Latinoamérica hemos descuidado mucho nuestro patio trasero”

Entonces yo salí al momento y cuando me hicieron una pregunta y dije “lamento que esta señora, la señora Robertson, creo, tenga este tipo de afirmaciones, un contexto donde hoy se está mirando distinto las relaciones entre los países, donde deben haber relaciones de cooperación, no relaciones de hace de de subordinación o de esclavitud ¿No?

Nosotros tenemos que ver con lo que tenga Estados Unidos, ellos que resuelvan su crisis, no, pero además nosotros tenemos independencia de definir nuestro destino, de definir el manejo de nuestros recursos naturales, pero además también de definir con quiénes nos asociamos y con quiénes no, eso se llama soberanía. Y no aceptamos este tipo de cosas y están ahí.

**Crees que, que China es una potencia antagonista ahora, pero puede hacer contratos, hacer políticas que de pronto parecen distintas, pero en su en su fundamento, en su cerne continúe subordinando los países de América Latina, como siempre fue, fumos subordinados al sistema en en general.**

¿Y usted por qué cree que Brasil no asume un liderazgo potente en la región porque como que la región, la región, o sea, me refiero a Sudamérica? ¿Esperando que un líder de la región encabece también, no? ¿Por qué Brasil sí no asume su rol? Porque Brasil tiene un importante rol hoy más que nunca en en el en el potencial ya. ¿Más allá de eso, no? Brasil, en décadas pasadas, asumió siempre un rol importante de integración en la región. ¿Yo hoy sí lo viene desarrollando, pero creo que debería, desde mi punto de vista, tener un rol más preponderante, no? Creo que también Brasil ha sido muy golpeado en lo que fueron regímenes pasados, quitándole la capacidad de tomar sus decisiones.

Que naciera sobre sus propias instituciones, llámese su propia banca de desarrollo, llámese sus propias empresas estatales. ¿Creo que sus juegos, su capacidad de gobernanza en en los niveles corporativos, donde Brasil debería tener importancia, lo fueron coartando, no? Disminuyendo los grados de libertad para afrontar políticas de integración y desarrollo.

## APÊNDICE E – ENTREVISTA COM FREDDY MARTÍN BOBARYN LÓPEZ

**Entrevista:** Freddy Martín Bobaryn López

**Função:** ex-vice-ministro de Coordinación y Gestión Gubernamental

**Entrevistadora:** Lorena Gomes Gonzaga da Costa

**Data:** 29 de novembro de 2024.

**Hay varios informes de que Bolivia está estableciendo asociaciones con varias empresas extranjeras, chinas, rusas y alemanas, para formar empresas conjuntas. Al mismo tiempo, se realiza una convocatoria pública para empresas socias que estén interesadas en desarrollar proyectos y tecnología para aprovechar los recursos evaporíticos. ¿Cuál es tu opinión sobre esta dualidad de llamados? ¿Existe algún criterio? ¿Crees que existe una preferencia de los países por el régimen político? ¿Cuál es su opinión sobre el estado actual de las plantas de litio?**

Bueno, es que tenemos un sistema político que está distorsionado. Es un sistema monopartidista, donde el movimiento al socialismo es a la vez oficialismo y oposición. Entonces, todo lo que sucede en el sistema político, en realidad tiene que ver con lo que pasa dentro del movimiento social. Y en este momento, la crisis dentro del movimiento al socialismo es la crisis del sistema político. Entonces, lamentablemente tenemos ahorita una pugna interna entre los liderazgos dentro del partido, que ha generado una fractura dentro del MAS, y consecuentemente, una fractura dentro del sistema político. Y esto está generando problemas, está generando una policrisis, que son varias crisis que en este momento está viviendo el país económicamente, política, social, institucional, judicial.

Porque en este momento no se sabe a quién van a hacer caso. Es decir, tienes una institucionalidad del Estado que la ha construido Evo. Es una institucionalidad que ha sido hecha a imagen y semejanza de Evo, pero que ahora responde a los intereses del presidente Arce. Entonces, muchos de los jueces, fiscales, magistrados que actualmente están impartiendo justicia, de pronto no saben a quién hacer caso, porque a muchos de ellos los puso Evo. Pero quien detente el poder en este momento es Arce. Entonces hay una [sic] *puceta*, hay una fricción. Y eso está haciendo que a nivel institucional haya un desgaste corrosivo. Porque el problema no es tanto, yo diría, digamos, del choque de visiones, sino el problema es más de gestión, de cómo se están haciendo las cosas. Entonces llega el punto, por ejemplo, en el tema concreto de litio, en el que Evo dice vamos a hacer unas piscinas ya para extraer el litio. Y esas piscinas es un modelo de extracción que simplemente en el gobierno del Evo, pero llega el presidente Arce y dice todo esto que se hizo está mal, y no es la forma

en la que se tiene que hacer. Entonces cambian el modelo de extracción y toda esa inversión que se había generado y el tiempo que se ha implementado es un tiempo perdido. El presidente Arce le echa la culpa a Evo del por qué el litio hasta ahora no funciona.

Y en este momento se han iniciado acciones judiciales, porque ese ahorita es el problema, o sea, las cosas no se están resolviendo a través de la política. Yo decía, necesitamos hacer funcionar la política. Y hacer funcionar la política dentro de la democracia significa tener la capacidad de sentarte en la misma mesa con tu rival circunstancial, ceder de tu posición personal y tratar de llegar a un acuerdo. Pero eso es lo que no se está haciendo ahora. Lo que se quiere hacer es justamente imponer las cosas. Entonces, para imponer las cosas y se están judicializando temas que son políticos. Es decir, las controversias políticas ya no se dirimen en espacios de diálogo, ya no se resuelven a través de los interlocutores que tenemos en la Asamblea Legislativa, a través de congresistas, diputados, senadores, que podrían representar los genios intereses de la gente, sino que los problemas se están empezando a judicializar y de alguna manera eso genera sentencias, dictámenes o fallos que obligan a una de las partes, digamos, vamos a cederle la totalidad a la otra parte.

Y cuando dice judicializar es crear leyes para cuando digo judicializar es recurrir a la Fiscalía, recurrir a jueces y fundamentalmente a los Magistrados del Tribunal Constitucional Plurinacional, que son los que en última instancia están dirimiendo las controversias políticas que existen en este país. Como por ejemplo, una de las controversias políticas que existían, el tema de quién tiene el control del partido. Y había una puma interna entre Evo y Luis, y se pensaba de que esa controversia tenía que dirimirse el Órgano Electoral Plurinacional, porque en el Órgano Electoral es donde es la instancia que tiene que reconocer a las directivas, que tiene que de alguna manera resolver el problema de quién es la directiva legítima del partido. Pero el problema es que, bueno, evidentemente si tú actúas en apego a la ley, en apego a la norma, evidentemente ninguno de los dos tiene razón. Evo no tiene razón ni Luis no tiene razón. Pero entonces ese conflicto ha estado latente durante mucho tiempo, ya casi un año más.

Pero bueno, llega el Tribunal Constitucional y con un fallo decide darle la razón al presidente. Hacen una interpretación de una demanda que ha presentado ante el Tribunal Constitucional y le obliga al órgano electoral a que reconozcan a la directiva del presidente Arce. Entonces, ahorita mismo el Tribunal Constitucional se convirtió en un supra poder, porque el diseño constitucional que tenemos establece que la última instancia donde se puede apelar y que no tiene una revisión ulterior, es justamente el Tribunal Constitucional. Entonces nadie puede apelar, los fallos del Tribunal Constitucional son irrevisables. Entonces lo que no

has tenido la capacidad de gestionar dentro de los mecanismos que te da la democracia y la política, lo estás llevando a una instancia judicial para que a través de esa instancia se imponga lo que se va a hacer dentro de las controversias políticas que tiene el país y en este caso el movimiento social.

Y lo mismo ha pasado con el tema de la reelección o la repostulación o la posibilidad de que nuevamente pueda ser candidato. Es decir, eso lo adirimimos igual el Tribunal Constitucional y le han negado la posibilidad de que él pueda ser candidato. Pero es sumamente contradictorio, porque el mismo Tribunal Constitucional hace tres años ha dictaminado de que era un derecho humano, digamos, la posibilidad de volver a postularse. Del expresidente Morales se han sacado un fallo que se pueda repostular nuevamente a la presidencia, o sea, que pueda volver a postularse. Entonces el Tribunal Constitucional ha dicho que sí puede volver a postularse porque es un derecho humano. O sea, ese era un argumento. Y ahora, después de tres años, dicen que no puede volver a postular. Entonces hay ese tipo de fallos erráticos, contradictorios, que están generando inseguridad jurídica en el país, porque es la última instancia institucional que tiene que precautelar el cumplimiento de la constitución, pero que está sacando fallos a medida del poder del momento.

En su momento era el presidente Evo. Entonces han sacado un fallo a favor del Evo porque él era presidente. Y ahora han sacado otro que es contradictorio porque ha cambiado de presidente. El presidente es Luis y no quiere que sea Evo. Entonces, como que tú vas a un restaurante, pides el menú, yo quiero esto, pagas y te dan lo que tú quieres. Y eso no es el deber ser de una institución que tiene que ser el control de constitucionalidad de todo un Estado. Como si los intereses fueran comprados. Claro, y ahí se suma un detalle que no es menor. Este Tribunal Constitucional ha fenecido en sus funciones ya hace por lo menos unos ocho meses. Es decir, según la Constitución, los Magistrados del Tribunal Constitucional, el Tribunal Agroambiental y el Consejo de la Magistratura se renuevan cada seis años por voto popular. Se elige en las urnas a los magistrados. Pero estos magistrados ya han fenecido en su mandato. Es decir, ya han sobrepasado esos seis años.

El problema es que tenían que sacar una ley de convocatoria, elecciones judiciales, la Asamblea Legislativa. Y en ese momento ni el presidente Evo no tenía mayoría. Tampoco no tenía el presidente Arce mayoría. Es decir, como el más es el sistema y tenemos una fractura y ahí esa pelea interna, no tenían los votos en la Asamblea para sacar la ley de convocatoria. Y como no han podido sacar la ley de convocatoria, entonces los mismos del Tribunal Constitucional han sacado una interpretación normativa ampliándose en su mandato hasta que saquen la ley de convocatorias.

Es que también crees que ahora crees que yo he leído que para la industrialización y para estacionar Bolivia he hecho diversos consorcios con empresas China, Rusias, Alemania también. Y creo que antes eso no era la idea principal y ahora es el comer. A ver, yo creo que no necesitamos inventar la pólvora. O sea, hasta que nosotros desarrollemos nuestra propia tecnología.

Imagínate, hasta que nosotros inventemos la pólvora, la tecnología, entre comillas, para la extracción de litio, van a pasar muchos años y posiblemente van a encontrar otros recursos que puedan cumplir los mismos propósitos que el litio y que sean mucho más baratos o mucho más accesibles, fundamentalmente para los generadores de tecnología. Entonces el negocio se lo necesita hacer ahora, no de aquí a 10, 20 años. Entonces creo que el gobierno ha tomado una mala decisión un poco errática, porque al principio tenía una posición y luego han cambiado su posición. Y como tú dices, se han suscrito acuerdos con Rusia, con China, no sé con qué otro país. Pero yo siento que en este momento lo que le está haciendo daño a Bolivia es que no estamos tomando la decisión racional y no se la está tomando de manera oportuna. Porque además se le critica mucho al presidente Arce de que es una persona que no toma decisiones. Muchos se le critica, es como que todo el tiempo está esperando y no termina de tomar la decisión hasta que las cosas cambian. Ya han bajado los precios del litio, los precios internacionales, ya no es tan buen negocio como lo era al inicio de su mandato. Y creo que esa espera y esa falta de claridad de qué es lo que se tiene que hacer, está perjudicando a Bolivia.

Además de que yo percibo que hay una sobre ideologización en el proceso de toma de decisiones. Es decir, se está sobre ideologizando la decisión respecto al tema del litio. Y eso le va a pasar factura a Bolivia, porque países como de izquierda te hablo, como Colombia, como Brasil, son mucho más pragmáticos a la hora de tomar decisiones, porque entienden de que es como estamos en este momento funcionando el mundo. Además se tiene una falsa concepción, equivocada digamos, de que hacer negocios con Rusia es algo bueno y no hacerlo con EE.UU. es algo, o sea, como que se sataniza a los EE.UU. cuando en realidad yo percibo que es un poco lo mismo. Putin es representa un gobierno de derecha, lo mismo que Trump, lo mismo que se pasa con China también, porque a lo mismo van, pegan los mismos dichos, pagar los mismos dineros.

En cambio, por esa mirada obtusa y de no entender cómo funciona la geopolítica global, se sobre ideologiza el proceso de toma de decisiones en el entendido de que no somos un gobierno de izquierda, entre comillas, y no podemos hacer negocio con los EE.UU. o con cualquier otro país. O sea, como que necesariamente tuviéramos que cerrar filas con Rusia,

con China. Yo entiendo que más bien lo que estamos haciendo es cerrar las puertas y hay un costo de oportunidad alto para el país, porque tal vez pudieras conseguir negocios en mejores condiciones con otros países. Lo que hay que hacer es velar por los intereses del país y tratar de hacer un negocio que realmente beneficia, más allá de la carga ideológica que tenga el país con el que ustedes quieren cerrar el trato.

Es que yo esta vez comparto de la misma opinión, porque inclusive con China ahora China está creciendo, tornándose un imperio, un país imperialista como hizo EE.UU, comprendo que hay una historia también. Pero la China con todos sus aportes, con todos sus contratos a largo plazo que ellos ven con datos de investigación en el caso, todos los países dependientes que se hacen contratos ahora tampoco son dependientes, también como yo he dicho que ellos tienen contratos, por ejemplo, denme su dicho, no pago ni dinero, pero hago obras, infraestructuras a largo plazo que pone una madre también, que no puede después tener la libertad de hacer comercio con otros países también. Y más o menos es así como en este momento se están dirimiendo las cosas.

¿Qué más? Creo que es el fin del ciclo de la izquierda en Bolivia. Estamos ante un fin de ciclo, son 20 años de gobierno, de gobiernos progresistas de izquierda que han tocado fondo y están agotando el ciclo porque no se ha tenido la capacidad de velar los intereses nacionales por encima de los intereses personales. En este último tramo de los últimos cinco años del gobierno de Luis Arce, han primado y tal vez, yo diría tal vez los últimos 10 años, incluyendo el gobierno del Evo, han primado más intereses de carácter personal. Es decir, tanto Evo como Luis han empezado a tomar decisiones en función a sus intereses personales, es decir, qué me beneficia, que no me beneficia, como tuerzo aquí el Tribunal Constitucional o el órgano electoral, cómo saco una ventaja de acá, pero pensando no en los intereses de Bolivia ni del país, sino pensando en sus intereses personales. Hemos llegado a tal punto de que esta pelea que tienen es una pelea de carácter personal, o sea, no se está viendo acá el proyecto progresista, ni es una crisis en cuanto a la visión de país que tenemos, no es un conflicto de quién administra las Empresas del Estado, las utilidades de la Empresa del Estado, beneficio a quién van, quién es el que distribuye las licitaciones, los proyectos, quién se hace cargo de entregar esos proyectos a qué empresas, o sea, es un problema de carácter de intereses monetarios, intereses del poder, estallar por los cielos cualquier posibilidad de que la izquierda pueda reproducir por él el 2025 que van a ver en las elecciones el próximo año.

Lo más real es de que gane la derecha ¿Por qué? Por esa mirada obtusa, por esa incapacidad de entender qué es lo que el país quiere, demanda y también por la incapacidad de ponerse de acuerdo y llegar a unos acuerdos mínimos para poder de alguna manera trabajar

para generar resultados en favor de Bolivia. Ahora estamos viviendo una crisis, una policrisis que fundamentalmente se está viendo en la inflación de los precios de la canasta familiar, devaluación del boliviano y la escasez de los dólares, o sea, porque no hay ya no estamos exportando gas ni a Brasil ni a la Argentina, que era uno de los principales generadores de divisas para el país. ¿Por qué? Porque nos hemos acabado el gas, ya no hay reservas probadas de gas y según las proyecciones eso va a durar unos 3,4 años más.

Tampoco hay mucho más gas. Entonces, de ser un país exportador de gas nos vamos a convertir en un país importador de gas. Ahora, como te digo, el lucho que es lo que hace, le echa la culpa al ego de todo, que no hizo la exploración, que nos invirtió, que no sé qué, o sea, todo es echarle la culpa a los 14 años. ¿La gente está confundida porque bueno, entonces si son lo mismo, tú eras un ministro de Economía, el presidente y qué hicieron? Estamos ahorita estoy pensando que estudié de los partidos anteriores a las elecciones, igual perdió mucho de su baja electoral, entonces pero no iba a creer tampoco que la derecha estuviera tan fuerte creciendo acá. O sea, el MAS no tiene posibilidades de reproducir el poder en el 2025. No hay chance.

El plan es así para que no hay un cuadro. Entonces un plan no tiene para la trayectoria de la liturgia. Es como están, hacen consorcio con empresas distintas, pero no hay una cada empresa manera. Lo que pasa es que esto no está funcionando porque se han suscrito como unas intenciones de poder llegar a algunos acuerdos, pero ahorita no hay explotación, o sea, no se está trabajando. Ahorita está para todo parado.

O sea, es como se ha suscrito como un acuerdo de intenciones entre algunas empresas rusas, chinas, alemanas, como para ver si hacer cosas, pero no hay nada concreto, no hay un contrato de explotación del intento. Y ahorita eso está paralizado. Y esa es la gran deuda que tiene el presidente con el país, porque cuando entró el gobierno prometió que eso iba a funcionar, el tema del íntegro y está paralizado. Y el tema es que hay si tú te fijas, han cambiado muchas veces, creo que como unas cuatro veces en el gobierno Presidente Arce cada ocho o nueve meses al gerente de la empresa de litio. Han cambiado a muchas personas, no hay una continuidad. Y no sólo eso, sino que no están poniendo gente que tenga el perfil idóneo para hacerse cargo. Entonces ponen el amigo del hijo del presidente, personas sin visión, porque digamos yo te conozco a ti, tú vas a hacer lo que yo te digo, yo te pongo aquí, pero yo soy tercer nacionalista. Entonces, obviamente el tema litio no se está haciendo cargo alguien que realmente conozca del rubro y sepa qué es lo que se necesita hacer. Entonces es como que el avance, retroceso y todo está así como que sin avanzar, porque no se están tomando las decisiones correctas.

¿Entonces todos esos contratos que hay como no es cierto, también es algo de prevención, no? Es como está firmado, si es un contrato, pero no estoy pensando la trata. Pero como digo, es como algo que puede cambiar. Claro, ahorita el problema del país es el problema político que está afectando a todas las iniciativas, inversiones, proyectos que se tienen que realizar en este país, porque no se están tomando las decisiones correctas. Y los contratos también son diferentes unos de otros. Las decisiones no son parás, son erráticas. Porque dicen una cosa, luego dicen otra, luego lo cambian al gerente de la empresa, ponen otro, el otro está en la luna, está aprendiendo. Porque hasta que a ver, cambian de gerente y el gerente despide a todo el mundo, entonces contrata a gente nueva. Y hasta que la gente nueva entienda de qué va, se empape, se han perdido reuniones, se han perdido negociaciones, se ha perdido la memoria de la institución.

Y hasta que se entiendan más o menos, van a pasar otros tres, cuatro meses hasta que realmente empiece a avanzar. Y pasan otros cuatro meses más y lo botan, lo sacan, ponen otro y así. Entonces se pierden otros cuatro meses. El que entró cambia a toda la gente, saca a toda la gente, mete nueva gente. La gente hasta que aprenda, entienda cómo de qué va esto, la cosa está paralizada. Pero él siempre fue de MAS, siempre fue un activo de MAS.

A ver, él era un tecnócrata que trabajaba en el Banco Central de Bolivia. Cuando ganó Evo la selección, tenía un perfil interesante, tenía algunas ideas. Y le presentan al Evo el primer año de su mandato, en 2006, y lo pone de ministro económico. Y desde ahí es como que que está en el MAS desde el 2006 hasta ahora que estamos en 2024. Y antes él, no sé, era un técnico, o sea, no militaba en ningún partido, no era parte activa de nada.

**A mí tengo mucha curiosidad para saber cómo principalmente son hechos las decisiones. Para los contratos es claro que es una cosa privada los contratos con las empresas, como disfruten, como pretenden hacer la exploración, como son las concesiones que dan, como los métodos de pago, porque son cosas importantes que veo. Hoy China parece ser una muy buena, vengo con dinero, vamos a hacer las únicas inversiones. Pero tienes contratos de años que los insumos lo ven natural, el litio, por infraestructura o por cosas así. Pero si analizar ese contrato como que deja los países en una posición de subvención ahí, entonces parece una libertación, como Ah, no, es como más EE.UU. pero no cambia mucho a largo plazo. No hay esa libertad de decisión de los países ¿Continúan una cosa, verdad? Entonces a mí tengo mucha curiosidad también para saber cómo es, porque estos días China tenía, firmó contratos con la empresa CATL o algo así, para explorar, dicho en varios regiones de Bolivia. ¿Y yo me quedo muy curiosa porque cómo estás**

**haciendo? Hay muchas diferentes empresas también que son chinas, son chinas y queriendo no son antes de China cometer sus principios, sus valores.**

Entonces, mi querido, también es esta felicidad, porque el tema, así como mi disertación, mi pesquisa, yo vengo hablando de imperialismo, tengo una propuesta de una empresa china al gobierno de Bolivia para la explotación del salar de Coipas. Te la puedo pasar, está todo el desglose de toda la propuesta técnica, no sé si está la parte financiera, tendrías que revisar, pero son varios documentos que te puedo pasar para que los puedas revisar exclusivamente para extracción, de lito, las cuestiones de cómo van a ser, cómo son las discusiones, me queda muy interesante. Ahora, también conozco al representante en Bolivia de la empresa rusa que ha firmado con el gobierno de Bolivia, con el presidente del tema de la extracción del voto que tengo. Te puedo pasar su teléfono para que le escribas, no sé qué sé para que te habla conmigo, pero yo le puedo hablar.

Pero él vive en Santa Cruz, no vive acá en la Paz, pero él es el representante del gobierno ruso y de esta empresa rusa con la que el presidente Arce firma el condado. Lo último que yo hablé con él es que estaba en cero, que no había avanzado nadie. No tengo palabras para pensar sobre cómo entonces es un problema que estás muy para el salto, es más interno, es un problema político que ha afectado al país en todas sus dimensiones, porque ahorita mismo es como que el país está paralizado, está traficado y no estamos pudiendo resolver ni gestionar ninguna de las cosas que tenemos pendientes.

Este tema de litio es un tema prioritario para el país y es urgente y no hemos sabido gestionarlo de la manera adecuada y es la razón por la cual está paralizado. ¿Y crees que también la tierra de precio de una manobra internacional para que presione

Bolivia a ceder a sus intereses? Podría ser, podría ser, pero en este momento creo que ya el litio no es el recurso estratégico, digamos, que despierta el interés. Creo que han encontrado litio en Chile, han encontrado en Argentina, en otros lugares y creo que son yacimientos que ya se han negociado, que están en explotación, que están en producción y como que el de Bolivia ha quedado en offside, ha quedado afuera, justamente porque no hemos querido entrar al negocio. O sea, no es que simplemente hemos tomado decisión de no hacerlo en su momento, hemos puesto nuestros reparos o no hemos entrado.

A mí me quedó muy importante también esta parte de China, porque hoy en el sector de coches eléctricos, China es la principal industria, tiene sus principales empresas de coches. Es que por su manera de manejar tanto la cadena de producción, las empresas son dueñas desde la extracción del litio hasta el último detalle que va en el coche, como el vidrio, como no sé, los mínimos detalles.

**Algunos meses atrás hubo una llamada para las empresas que van a hacer consorcios con Bolivia, la mayoría es china también. Entonces me pregunto como creo que después del inicio si había una prioridad para hacer consorcios China, nos vamos a hacer americanos, somos las chicas más entre gobiernos.**

Creo que el presidente Arce tiene mejor relación con Putin y con el Presidente China Jinping y por eso termina dándole ciertos negocios a estos países. Pero hasta aquí dentro, acá continúa todo parado. Está parado, está parado. Es todo por político. Es un problema político centralmente y de mala toma de decisiones. Sobre ideologización del proceso de toma de decisiones, yo veo que ese es el tema estructural en este momento. Y la disputa interna por el control del MAS y del gobierno interna, eso está afectando absolutamente a todo lo que tiene que hacer. No hay un horizonte claro ahorita. Están más preocupados en pelearse entre los dos que en resolver los temas que realmente necesitamos los bolivianos.

Que está parado es la mudanza de que como dice, casi todo año hay un presidente nuevo en la YLB. Entonces eso es una manera también de no progresar los procesos. Claro, porque él tiene la decisión de seguir con un proceso o cancelar, entonces agarra y dice esto no va y se cae todo. Entonces es uno de los problemas más ahorita la desinstitucionalización del estado y la falta de seriedad en el proceso del manejo, digamos, de empresas estratégicas, como en este caso el tema del disco y de poner gente que no está, no es apta para mi cargo, que no conoce del rubro de la improvisación sistemática y permanente en este tipo de áreas que debieran tener mayor interés y atención para poner a la gente adecuada.

**¿La desinstitucionalización del Estado donde crees que ven? ¿Del estado crees que ven donde surge?**

Es una desprotección del parlamento, las personas adentro no se conviertan. Surge la desinstitucionalización, el momento en el que hay una manipulación de las instituciones del estado en beneficio o en favor de determinadas personas. O sea, el tema es cuando hay este manoseo de las instituciones para poner a personas que van a responder a mis intereses como persona, no como país. Y crees que las personas hay negocios conjuntos, invierten la misma empresa, como sabes, de los mercados.

**¿A qué te refieres? Como puede decir, hace un negocio con esa empresa y aparte de eso tienen una cuota de inversiones. ¿Como crees que puede funcionar así?**

Si es posible. Mira, acá me dice el presidente Arce exhorta al legislativo a acelerar la

aprobación del contrato para industrializar el litio. Es un problema político, porque hay un contrato que necesita ser ratificado a la asamblea legislativa plurinacional. Y la pelea entre Evo y Luis hace que no haya la mayoría para firmar el contrato, para aprobar el contrato. O sea, la Constitución dice que los contratos pasan por revisión de la Asamblea y necesitan una ley para poder aprobarse. Entonces ellos lo que ha afirmado el presidente Arce son intenciones de negocio, de acuerdos, que se yo, con Rusia, con China, que se yo. Pero no está al contrario. ¿Y acá, como no tiene los votos en el Congreso, ya no se va a firmar, está trancado por un tema político, el contrato del litio está trancado en la Asamblea Legislativa, me entiendes? Y el presidente insta públicamente en los medios de comunicación para que la Asamblea apruebe contra el la Asamblea no va a aprobar por la fractura del MAS, porque Evo le ha dicho no me aprueban nada para el gobierno de Luis. Entonces la bancada está dividida en dos, está fragmentado. Entonces Luis no tiene los votos para aprobar el caso. Y Evo piensa también en volver a postularse. ¿Claro, se va a postular, pero van a perder los dos, no? Es un escenario en el que todos pierden. Pierde el MAS, pierde Evo, pierde Luis, pierde el país, perdemos todo.

**¿Usted cree que la oposición con eso ya está organizada para los próximos años?**

Sí sí, sí. Y no sólo eso, sino que yo creo que va a haber un giro de la sociedad. Como que le van a dar un castigo al MAS por no haber tenido la capacidad de ponerse de acuerdo y de privilegiar los intereses nacionales por encima de su pelea personal. Yo creía que Evo ya no estaba lavado sus manos. Si no estoy ahora como presidente voy a, no sé, tirar unas ferias, no me envuelvo en política. Pero no sabía que ella tenía palabras fuerza dentro de pero qué hay tan diferente entre es un problema de quién controla los negocios del estado, un problema de intereses, es un problema irracional, estructura también internacional a todo eso.

**¿Crees que hay alguna influencia externa para que dentro de las decisiones?**

Es algo mucho más interno, seguramente hay intereses internacionales respecto a este tema. Pero la pelea, la disputa por el poder, yo creo que nadie está metido. O sea, es un tema de los dos, locura. Claro que esto le beneficia y le perjudica a alguien, por supuesto. Pero yo creo que en el proceso en el que esto sigo agravando. No es que alguien ha estado detrás de que esto llegue a este fin, sino las cosas se han dado porque es el fin de ciclo. Estamos ante un fin de ciclo de la izquierda, de un gobierno de izquierda de 20 años. Eso es. Estamos presenciando las contradicciones que tienen y la inviabilidad de poder reproducirse.

**¿Hay un texto muy importante que usted quién era el vicepresidente de Evo, en su primer mandato? El vicepresidente era Alvaro García Linera. Eso es un texto del que leí en el primer año de universidad. Él mismo dice que hay siempre un embate, una tensión...**

El empate catastrófico. Sí, sí. Y él creo que sí, como que habla ahora puede ser eso que está aconteciendo, como un batín catastrófico lógico de izquierda, ahora vuelve la derecha. Pero que también me pasa muy interesante es que Bolivia no es un país como tengo todo en mi corazón, como Brasil, por ejemplo. Acá las personas son bastante politizadas. Por ejemplo, es muy marcante la [guerra] de gas, del agua. Las personas son bastante politizadas en sus derechos.

**¿Y crees que como la población va a reaccionar a todo eso?**

Ahora el MAS no tiene más la misma cara. Yo creo que la posibilidad real de que la gente salga en una manifestación masiva y saquen al gobierno de Arce, o sea, que lo saquen al del gobierno, hay una posibilidad real, porque lamentablemente ahorita hay un proceso de inflación sostenida en los productos de la finanza familiar, y quienes más están sufriendo es la gente pobre. Es decir, la base electoral del MAS históricamente han sido siempre los pobres de este país. Esa base electoral del MAS, que era el voto duro, en este momento está empezando a cuestionar el modelo económico y a cuestionar el proceso de cambio y al mismo partido, porque porque no están resolviendo los problemas que tenemos como país y que la situación económica se ha visto agravada y hay un deterioro de la calidad de vida en general de todos.

Están tratando de contener la crisis, pero no pueden. La realidad está desbordando. Entonces hay una inflación sostenida. Y la proyección que hacen economistas serios en este país es que el dólar debería ahorita está como en 11 y 50 \$1, ya. Pero el dólar real debería estar como en 20 o en 21, o sea, el doble. Y si tú sincerar la economía, vas a tener una inflación del 300, %. Entonces esa inflación del 300 %, la gente no te lo va a aguantar. Entonces, por eso te digo, hay la posibilidad real de que la gente termine sacándolo antes de que termine su mandato.

Lo que él está haciendo es tratando de mantener las cosas y tratar de que las cosas no se descontrolen, macroeconómicamente hablando, pero no lo está logrando. Y lo cierto es que el Estado parece que está quebrado y lo que está haciendo el presidente es cubrir los déficits que tiene el Estado con emisión monetaria, está imprimiendo más papel moneda y eso a su vez implica devaluación. No sé si es lo mismo que pasó en Brasil, como con Lula, por

ejemplo, que por muchos años tuve una última economía, pero desde que salió en 2010 las cosas comenzaron a cambiar y con Dilma fueron cambiando hasta que fue impechmada en 2016. Sí, puede ser, puede ser. Son rasgos que se van repitiendo en el tiempo en lugares o regiones diferentes. Puede ser un patrón, hay que ver cuáles son sus características. ¿La gestión de litio entonces, está muy lejos de una determinación cierta, no? Voy a buscar el teléfono este, mi amigo boliviano que es representante de los rusos, solo que no me estoy acordando, y su nombre, hace tiempo que no hablo, pude, le preguntaré al Néstor. Pero mismo que hay una decisión, empiezan las exportaciones, empiezan a venir los votos, las cosas.

**¿Cómo ves el futuro? ¿Hay una situación hipotética, cómo hay una mudanza de Bolivia de su posición en el sistema internacional? Y como sería el escenario de Bolivia, o sé, cinco o 10 años en el escenario internacional.**

Lo que pasa es que tenemos que dejar de ser productores monoprodutores de materias primas. El ciclo extractivista de la economía en América Latina terminó y nosotros no podemos insistir o persistir en implementar un modelo que ha demostrado que es inviable en el tiempo. O sea, un rato te da riqueza y luego es como te dijera, pan para hoy, hambre para mañana. Entonces no, necesitamos dar un salto tecnológico e invertir los recursos que tenemos como país en otros rubros que te permitan generar cierto tipo de certidumbre económico y generación de riqueza en función a intangible, como tienes una idea más o menos, porque no sé, por ejemplo, casi Club es una política desde los años 50 que vamos a hacer una industria de petróleo, esas cosas así para las exportaciones.

Pero hasta hoy la base de la economía continúa. Hacer los petróleos y mismo la agricultura como una monocultura, mismo de soya, de primaria exportador. No hay cambiado para una tecnología, no tiene una base tecnológica muy fuerte, no hay eso palpable. Pero imagínate si Brasil está así como está, Bolivia está mucho peor. O sea, ustedes tienen una industria importante, son la principal potencia de la región de América Latina y eso se ve en los volúmenes de negocio que ustedes tienen, entonces tienen su industria automotriz, tienen una industria agrícola también consolidada, o sea, hay rubros en los que ustedes se han ido especializando y que están permitiendo de que de alguna manera su economía tenga cierta autonomía en relación a la región y al mundo. Entonces eso es lo que necesitamos encontrar esos rubros, esos dichos de mercado en los que nosotros podamos invertir para generar cierta autonomía y podernos incrustar dentro de los mercados, los circuitos globales de intercambio comercial. No te digo que vamos a competir en todo, no, necesitamos identificar cuáles son esos rubros en los que nos vamos a especializar. Entonces es eso.

**La cuestión del vivir bien, el respeto por la tierra, acá es una cultura tradicional muy fuerte en algunos lugares, el buen vivir está en la constitución. En su perspectiva, ¿cuáles son los desafíos para conciliar los dos?**

Creo que hemos construido un nuevo modelo de estado que es el Estado plurinacional, un Estado inclusivo, un Estado que ha reconocido derechos civiles, segmentos históricamente excluidos dentro de lo que es el ejercicio de la ciudadanía en el país, y no sólo se los he incluido, sino se los ha empoderado, se los ha hecho parte de la política nacional. Entonces es un modelo de Estado que de alguna manera ha generado, yo creo, que ha permitido mayor justicia social y no sólo eso, sino que ha permitido sacar a millones de pobres de la pobreza. Pero el tema es que se ha abandonado el proyecto de Construcción del Estado Plurinacional justamente por las peleas internas, como te decía, ya no se ha dejado de precautelar el interés colectivo y lo que han precautelado ha sido su interés particular o personal y eso es lo que nos está haciendo mucho daño como país, porque claro, se privilegian otras cosas en lugar de lo importante. Es decir, ahorita deberíamos estar hablando de la versión dos cero. ¿En el proceso de Construcción del Estado multinacional, cuáles son las tareas pendientes? Porque evidentemente es una obra inacabada, es una obra que está en proceso de construcción, tiene sus avances pero también tiene sus contradicciones y sus incapacidades. Entonces hay que identificar esos segmentos donde hay que trabajar para poder crear, digamos, una nueva versión del Estado Plurinacional que de alguna manera en la que todos estemos conformes, tranquilos, en la que la gente se sienta aparte. Hay un proceso de apropiación de lo que significa el Estado Plurinacional y lo reconocemos como parte de nuestra identidad y nuestra cultura política.

Ese trabajo no lo se está haciendo. Entonces todo lo que se avanzó y se hizo bueno se lo dejó de alguna manera también en stand by. Y hay grandes tareas que son titánicas además, que están abandonadas, que nadie las está liderando, nadie las está impulsando, ni siquiera el vicepresidente Choquehuanca, que se pensaba que él podría ser el principal promotor de la Filosofía del Vivir bien. O sea, porque él es el ideólogo de la Filosofía del Vivir bien en el proceso de cambio. Pero lo cierto es que no se ha avanzado significativamente en la profundización ni de la Filosofía del Vivir bien, ni de la implementación de lo que es el Estado Plurinacional en una fase superior a la que ya hemos vivido en este momento. No es institucionalización del Estado, pero hay dos grupos dentro de la política ahora que no se conviertan muy bien, pero no solo es que no conversan, sino que se bloquean. Y no solo se bloquean, sino que agarran y hacen algo para sabotear al otro, para perjudicarlo.

Entonces están en una rivalidad en la que ambos están perjudicados. Y eso es muy malo, porque es por dentro, que se rueda por dentro. ¿Es como si yo te dijera tú tienes una familia y eres pobre, vale? Entonces tienes que alimentar a tus hijos. ¿Entonces, cuál es tu principal preocupación? ¿Hacerles estudiar poesía, que vayan a tocar instrumentos o que aprendan filosofía? ¿O tu principal preocupación es conseguir el pan para poder alimentar a tus hijos? Es decir, cuando las necesidades primarias están cubiertas, recién tú vas dándole tu atención a los otros tipos de necesidades que tiene la pandemia. Pero si tú no puedes cubrir las necesidades primarias, menos vas a estar pensando en las clases de filosofía que tienen que tomar tus hijos.

Es una locura. Y eso mismo es lo que está pasando ahora en el proceso de construcción del estado. O sea, si no tienes la capacidad de dar a comer a tu pueblo, de resolver los problemas económicos que tienes que cumplir, menos vas a estar pensando y dedicar tu tiempo al proceso de construcción ideológico de, digamos, la siguiente fase de la construcción del estado convencional o de la filosofía del movimiento.

## APÊNDICE F – ENTREVISTA COM GABRIEL VILLALBA PÉREZ

**Entrevista:** Gabriel Villalba Pérez

**Função:** Assessor de Leonardo Loza, Senador Suplente (MAS)

**Entrevistadora:** Lorena Gomes Gonzaga da Costa

**Data:** 4 de dezembro de 2024.

**Hay varios informes de que Bolivia está estableciendo asociaciones con varias empresas extranjeras, chinas, rusas y alemanas, para formar empresas conjuntas. Al mismo tiempo, se realiza una convocatoria pública para empresas socias que estén interesadas en desarrollar proyectos y tecnología para aprovechar los recursos evaporíticos. ¿Cuál es tu opinión sobre esta dualidad de llamados? ¿Existe algún criterio? ¿Crees que existe una preferencia de los países por el régimen político? ¿Cuál es su opinión sobre el estado actual de las plantas de litio?**

En primer lugar, estamos transitando una nueva era tecnológica, a nivel global. Estamos pasando de la era de los combustibles fósiles a la era del ion litio. Esta transición tecnológica conlleva, sin lugar a dudas la producción, la explotación, la comercialización, la industrialización de las baterías de litio, que también se utilizan para todos los equipos modernos que tenemos, digamos televisores, celulares y demás. En ello adquiere importancia Bolivia a partir de las reservas de litio que tiene, en el triángulo de litio, compartido entre Argentina, Chile y Bolivia. ¿Si no fuera por esta transición energética a escala global, probablemente Bolivia no tendría la importancia que se le ha dado este último tiempo, no? ¿Seguiríamos viviendo en la era tecnológica de los combustibles fósiles, quizá la geopolítica internacional estaría enfocada en los países árabes o la OPEP? Por esa razón creo que es importantísimo ver los antecedentes históricos de los intentos de industrialización del litio, que sin lugar a dudas se han dado durante el Gobierno de Evo Morales.

Se trataba de llegar a una producción autónoma soberana del litio a partir de la asociación sociedades con empresas alemanas, fundamentalmente, y de Corea del Sur, pero todo este proceso se ha visto truncado el 2019 y un actor fundamental para para este proceso es el denominado COMCIPO, que es el Comité Cívico de Potosí, Comité Cívico de Potosí, porque este este órgano es importante porque vincula un personaje que se llama Juan Carlos Zuleta. Juan Carlos Juan Carlos Zuleta, este señor ha sido asesor del Comité Cívico de Potosí, que ha sido la instancia que se ha opuesto a la industrialización de litio durante la gestión de Evo Morales. Posteriormente este señor Juan Carlos Zuleta acreditaba tener nacionalidad chilena. Muchos le acusaban de ser un agente chileno para frenar el proceso de

industrialización del litio en Bolivia. En los hechos, todo el proceso de industrialización del litio a partir del año 2019 se ha retrasado por lo menos 40 años en Bolivia.

Porque el Comité Cívico de Potosí, que supuestamente representaba los intereses del Departamento de Potosí, donde se encuentra el salar de Uyuni y donde se encuentra las nuestras reservas de litio, se había opuesto a la forma de industrialización que estaba llevando adelante el Gobierno de Evo Morales. Entonces este es un factor importante por el cual se ha retrasado todo el proceso de industrialización del litio desde aquella época, 2019. Posteriormente este señor Juan Carlos Zuleta llega a ser durante el Gobierno de Jeanine Áñez el gerente de la empresa de litio de Bolivia ya entonces no es un dato menor de ser acusado de ser un agente chileno que quería perjudicar los intereses del litio. De investigación de litio Bolivia pasa a ser la mano derecha durante el Gobierno de Jeanine Áñez de todo el tema del litio ya y tiene múltiples publicaciones de litio en Bolivia y múltiples bibliografía a este señor. Posteriormente ello, el litio boliviano llega a ser ofrecido en una mesa de negocios con la Unión Europea el diciembre del 2019 el litio boliviano llega a ser ofrecido por la presidenta Yanine Áñez, inconstitucional y legal y todo eso ya lo conocemos, en una mesa de negocios en la ciudad de Santa Cruz. Por una acción gubernamental directa, la señora Presidenta Jeanine años de aquel entonces, ofrece el litio boliviano a capitales europeos, fundamentalmente de la Unión Europea. ¿Por qué a capitales de la Unión Europea? Porque un mes antes, en noviembre del 2019, los Gobiernos de la Unión Europea habían sido los primeros en reconocer y legitimar el Gobierno de facto de Jeanine Áñez.

Entonces ha sido un favor político que se ha pagado, no? Ustedes me reconocen como Presidenta y yo les ofrezco lo que puedan hacer con el litio boliviano. Eso es lo que ha pasado en Bolivia el año 2019. Por producto de todos esos actos todo el proceso de industrialización del litio se retrasó muchísimos años. No calculan al menos 40 años en el retraso durante el Gobierno de Evo Morales ya se estaban realizando plantas piloto para el carbonato de litio, ya. Y también para la la industrialización con transferencia de tecnología con otras empresas que eran sociedades digamos, en las cuales nosotros teníamos la materia prima, pero ellos tenían la tecnología, pero buscábamos un mecanismo en el cual sea equitativo y que exista ganancias en calidad de socios, el Estado boliviano como socio.

No la vieja política que se impuso, digamos, en las lógicas petroleras y mineras de las grandes transnacionales como patrones y las concesiones que se daban no en Ecuador, en Perú, en Brasil se han llegado a conceder tierras que tenían ahí sus minas o tierras raras, por ejemplo y las transnacionales tenían la concesión por 20, 40 o 50 años. No, esa ha sido la lógica que no se ha aplicado acá en Bolivia y lo cual generaba cierto malestar también en los

emporios internacionales que querían invertir en el litio bajo las mismas condiciones y bajo las mismas lógicas de estas de concesiones. No le esa ha sido la principal discrepancia entonces, pasado todo esto, el **Gobierno de Luis Arce lamentablemente, en lugar de continuar el proceso de industrialización del litio que había llevado adelante durante las diferentes gestiones de Evo Morales, lo que busca es utilizar como instrumentalizar el tema del litio en un discurso político.** Decir no, lo que se hizo con el litio estaba mal, todo estaba pésimo. Entonces nosotros vamos a generar otra política de industrialización del litio, porque Evo Morales no hizo absolutamente nada, digamos de pero eso como discurso no, incluso llegaron a encarcelar a un señor, detenerlo preventivamente, estaba en celdas judiciales posteriormente. Actualmente está con atención domiciliaria el ex gerente de YLB. YLB es como es la empresa encargada de litio en Bolivia, Yacimientos de Litio de Bolivia se llama. Este señor se llama Luis Alberto Chazú ya, es un dato no menor también porque este señor fue gerente de yacimientos de litio bolivianos y generó todas las plantas piloto para la industrialización de litio, las piscinas de litio, todo eso durante la gestión de Evo Morales y durante la gestión de Luis Arce Catacora llegan a perseguirlo políticamente, llegan a inventarle un proceso porque supuestamente estaba mal el proceso de industrialización y lo llegan a encarcelar. Actualmente está con atención domiciliaria. El señor es una, es un señor, además de la tercera edad, ya entonces todo este proceso lamentablemente se ha desembocado en que desde el Gobierno se esté buscando otras formas de optimización del litio.

El año pasado, el Vicepresidente Choquehuanca ha viajado a Londres y en la Bolsa de Valores de Londres ha ofrecido también el litio boliviano. Por otro lado, el Presidente Luis Arce, antes de ser invitado al G20, también ofreció, en un discurso de Naciones Unidas, el litio boliviano a todos los miembros de Naciones Unidas. Es por esa razón que posteriormente Luis Arce Catacora es invitado al G20, no porque Bolivia sea un gran país en desarrollo, sino porque su Presidente Luis Arce Catacora les ofreció a las grandes potencias la industrialización del litio boliviano. Entonces prácticamente tienes a todas las potencias del concierto internacional expectantes de lo que puedan hacer con el litio boliviano esto lo está negociando a escala estatal del Presidente directamente. Hay acusaciones muy serias de empresas de, por ejemplo, el investigador, varios investigadores que dan cuenta de las empresas privadas que habría tenido con matrícula norteamericana el hijo del Presidente.

¿Que también tiene que ver con este proceso de ver el litio como negocio familiar, no? Y el Presidente ha optado por realizar estos contratos, primero con cláusulas de confidencialidad, cuando no deberían existir las cláusulas de confidencialidad en temas estrictamente de recursos naturales, al menos deberían ser decisiones que se llevan adelante

entre el órgano Ejecutivo y el órgano legislativo del país. Y lamentablemente, el Presidente se ha encargado de realizar estos anuncios de convenios con las empresas que quieren venir a invertir con el tema del litio sin respetar en el ámbito de la decisión que pueda tomar la Asamblea Legislativa. Entonces la atribución de la industrialización del litio no es una atribución, si bien es una atribución exclusiva del Estado, es una atribución que sea únicamente en el ámbito jurídico y constitucional exclusiva del Presidente. El Presidente para realizar cualquier disposición de recursos naturales en Bolivia tiene que consultar directamente con la Asamblea Legislativa Plurinacional. La única facultad para ellos, la Asamblea para autorizar esta clase de de de convenios, digamos no entonces a la fecha tenemos esta suerte de convenios que el Presidente lo que se ha encargado es de anunciarlos a los medios de comunicación, decir que tienen cláusulas de confidencialidad, dar el monto, digamos de la inversión, que es un vendría a ser un dato público, y posteriormente, con esa presión mediática y esa presión social, remitir recién a la Asamblea Legislativa plurinacional y decirles “no es que el tema de la industrialización del litio yo ya he hecho todo lo que estaba en mis manos, pero es el es el la Asamblea Legislativa, los que no están dando curso a esto”, digamos no cuando debiera ser al revés. Primero debería ponerse de acuerdo con la Asamblea Legislativa Plurinacional y posteriormente, entre el legislativo y el Ejecutivo, generar los acuerdos para que vengan a invertir determinadas empresas ver los parámetros de cuál nos conviene más como Estado. Esa es la relación, digamos breve que te podría dar. Me he extendido, creo mucho con relación al al tema del litio y como lamentablemente se están operando las políticas de esta de este recurso natural estratégico que tenemos como Estado boliviano a instancias exclusivamente del órgano Ejecutivo, lo cual no debiera ser la forma correcta.

Hay un auto constitucional emitido por la sala constitucional primera de Israel Campero. Israel campero es un personaje que ahora también se está postulando para nuevamente ser magistrado del Tribunal Constitucional Plurinacional. A esta sala, que ha dado fallos judiciales y constitucionales a favor del Gobierno, se ha ha tratado una acción. La cual impide o limita las acciones que tiene la Asamblea Legislativa Plurinacional. La Asamblea y todos los diputados y senadores pueden legislar. Tienen tres atribuciones fundamentalmente, legislar, fiscalizar y gestionar. La atribución de fiscalización se puede realizar mediante peticiones de informe escrito, peticiones de informe oral, interpelaciones y producto de las interpelaciones puede venir la censura de los ministros.

Lo cual es una facultad que tienen todos los parlamentos del mundo, digamos. ¿Y en Latinoamérica también, no? Sin embargo, han interpuesto esta acción de amparo

constitucional, como te digo, la cual ha notificado a la Asamblea Legislativa que la Asamblea no puede interpelar a los ministros y menos puede censurarlos. Por ende desde el órgano Ejecutivo, si quieres, se ha protegido el accionar de los ministros. Actualmente los ministros pueden hacer y deshacer lo que ellos quieran y la Asamblea Legislativa no puede fiscalizarlos porque no puede interpelarlos ni tampoco puede censurarlos. Esto claramente es una violación de los de los derechos y las atribuciones que tiene la Asamblea Legislativa Plurinacional para la fiscalización en el país, para la para fiscalizar al Ejecutivo. Entonces en los hechos, este ya es otro tema, no vivimos en un Estado de Derecho en Bolivia, propiamente vivimos en un Estado en el cual el órgano Ejecutivo está supeditando, está controlando al Tribunal Constitucional Plurinacional, que es el órgano de interpretación constitucional. Por su parte, también está supeditando instruyendo ordenando al órgano judicial de nuestro país ha limitado las funciones del órgano legislativo de nuestro país. Y también a través de las resoluciones constitucionales, sentencias constitucionales y autos constitucionales que saca a pedido prácticamente del... del órgano Ejecutivo, el Tribunal Constitucional y la salas constitucionales. También está controlando el accionar del órgano electoral, que es el Tribunal Supremo Electoral de nuestro país. Entonces estamos viviendo una suerte de desinstitucionalización, pero al mismo tiempo que el órgano Ejecutivo prácticamente está englobando todos los cuatro órganos del Estado. Por lo cual es muy difícil una fiscalización una legislación que pueda ahondar en el tema del litio o pueda si quieres regular el accionar del órgano Ejecutivo con relación a nuestros recursos naturales estratégicos, específicamente el litio. ¿Eso eso como complemento? Sí.

**¿Crees entonces que esas llamadas públicas parten de un lo del Senado/Asamblea y las publicaciones que hay que Bolivia está en en intento de hacer convenios sea de otra parte del Senado/Asamblea?**

Sí, lamentablemente, todas las convocatorias públicas que ha lanzado el Gobierno boliviano con relación al litio y todos los convenios que se han tratado de suscribir. Se han realizado única y exclusivamente a instancias del órgano Ejecutivo. Han dejado de lado el órgano legislativo. Esa sería mi respuesta más, más breve. No existe una coordinación que debería existir, lo dice el artículo 12 de nuestra Constitución política del Estado entre el órgano Ejecutivo y el órgano legislativo para lanzar las licitaciones públicas o para convenir que empresas con o consorcios podríamos generar posibles convenios, no con relación al litio. Todo ha surgido a instancias del Ejecutivo y en esto el Ejecutivo sabe que no es la atribución única y exclusivamente de ellos, sino que tiene que pasar por la Asamblea Legislativa

Plurinacional, que es otro órgano, órgano legislativo.

**¿Crees que el disenso en la asamblea refleja la influencia de intereses externos por medio de la política?**

¿Como todo negocio, el recurso natural de litio es un negocio global, no? Y como todo negocio global, siempre van a existir empresas o transnacionales, también ligadas a los intereses de sus de sus gobiernos. De hecho, la única función que tienen los embajadores en en el país receptor es velar por los intereses de sus empresas no o de sus capitales transnacionales que tengan en en el Estado receptor, en este caso en Bolivia. Entonces claramente podría decir que desde el 2019, 2020 y se está continuando esa política con el Gobierno de Luis Arce, están muy involucrados la Unión Europea. Los embajadores miembros de la Unión Europea en nuestro país para tratar de negociar o persuadir al Gobierno boliviano a que suscriba convenios con capitales europeos, también muy vinculado al encargado de negocios de Estados Unidos en Bolivia con relación a este tema. ¿Con lo que tú hacías mención Elon Musk, por ejemplo, no? ¿Y su su tuit, que él después dijo que era un chiste, que era algo, pero no pasó nada desapercibido, no? De hecho, la Embajada norteamericana tuvo mucha influencia con los acontecimientos del 2019 y sigue teniendo, y también tiene influencia en el actual Gobierno, o sea, ha llegado a pedir ayuda a USAID, a la DEA, instituciones que durante el Gobierno de Evo Morales eran totalmente alejadas de las decisiones gubernamentales.

Pero por otro lado, también tienes a los asiáticos, no tienes a Japón, tienes a Corea del Sur, tienes a China que también están, cada quien velando por sus intereses y sus embajadores hacen eso acá en Bolivia, de sus empresas. Hay mucho, mucha influencia también de por el por el ámbito del crecimiento tecnológico que tienen los asiáticos con relación a esa influencia que puedan tener a la inversión de capitales con relación al al tema del litio. Eso es un, tema fundamental, pero que lo define directamente el Presidente, también él solo. Cosa que no debiera ser así. Alguna vez algún senador o diputado ha tratado de entablar ciertas negociaciones con o reuniones con embajadores y los mismos embajadores han referido que **“yo no tengo por qué hablar con ustedes, digamos lo hablo con el Presidente y con el que es el Presidente designe así”**. Entonces hay nomás una subordinación, si quieres de de los diferentes embajadores, como debe ser al. Al Presidente del Estado y al Ministro de Relaciones Exteriores, en este caso que tenemos en Bolivia, las negociaciones que hacen ahí de manera privada, lo maneja también el Presidente con su hijo, porque sino no tendríamos otra explicación para indicar señalar con pruebas fehacientes de

que el hijo tiene una empresa destinada justamente al tema del litio, el hijo del Presidente Luis Arce sí.

**Me dijo que hubo en el Gobierno Evo acuerdos con empresas alemanas, un país que hace parte de la Unión Europea. Pero ahora que salen muchas noticias que dicen que Bolivia está haciendo convenios con empresas rusas, chinas...**

Yo creo que para la política internacional que tienen estos países debe ser bien complicado hacer estos estos tratos o negocios con el Gobierno boliviano, ¿Porque? Sin lugar a dudas tienes que velar en el ámbito político por llevarte bien con Evo Morales, pero también porque sigue teniendo poder hasta la fecha, no como ex mandatario también, pero también llevarte bien con Luis Arce Catacora. Entonces, a instancias de los intentos de negocios privados que se han intentado hacer con los con el hijo del Presidente, sí ha estado muy vinculados a empresas rusas, por ejemplo. **De hecho, también la parte nuclear de Bolivia esta e involucra a a la participación de la Embajada de Rusia**, no en la planta de la planta nuclear que tenemos acá en el alto, es supervisada también por Rosatom de de Rusia. Entonces existen esos acuerdos, pero los que se están realizando en esta gestión no son los más convenientes para los intereses del Estado boliviano, no, Luis Arce Catacora está tomando las determinaciones que él considera las mejores, pero que ahí se involucra su hijo, por ejemplo, ahí se involucran otras empresas que ofrecen menos que las licitaciones, otras otras que pudieran darnos mejores condiciones.

Entonces, todas esas generan dudas razonables por cómo se está llevando adelante este proceso de intento de industrialización del litio. Evidentemente están vinculadas chino, fundamentalmente a Rusia. Creo que indudablemente este Evo o este Arce Catacora van a estar vinculadas empresas rusas y empresas chinas. Eso es evidente, por la cierta cierta afinidad también en el ámbito diplomático que se tiene en el ámbito de la amistad de los presidentes y todo eso y el marco ideológico que ha compuesto, al menos durante las gestiones de Evo Morales de alejarse más de Estados Unidos y de las potencias occidentales y dar un poco más lugar a Rusia y a China. Pero durante la gestión de Evo Morales, por ejemplo, no iba a saber que sus hijos tenían empresas vinculadas con el tema del litio. Esas son cosas que nos preocupan y preocupan a los asambleístas, a los diputados, a los senadores con relación a estos, a estas, a estos convenios que se estarían intentando suscribir.

**Usted me dio mucha información, es que hasta pronto no tenía oído. Bueno, una pregunta que siempre hago, es ¿hoy en el Parlamento hay muchas influencias externas**

**para satisfacer más o los intereses externos o que le de pueblos bolivianos?**

Sí, sí, De hecho. Creo que, bueno, el trabajo de los embajadores, te vuelvo a decir, es ¿no? tratar de influenciar en las decisiones del país receptor. ¿En este caso, yo creo que el trabajo de todos los embajadores del la encargada de negocios de Estados Unidos, de los embajadores de la Unión Europea, del embajador ruso, de la Embajada de China, de la Embajada de Corea del Sur, evidentemente su trabajo en Bolivia fundamental es influir en las decisiones con relación al litio, ¿no? Influir en que sus empresas o sus capitales tengan el... el poder de la explotación, exploración de la industrialización del tema de litio en Bolivia. Eso es algo legítimo, podríamos decir sí podríamos decir así es la política internacional no es la misión que tiene. Todos los representantes diplomáticos acreditados en determinado país no debieran involucrarse en asuntos internos de los Estados, sí, pero en los hechos lo hacen, lo ve en los hechos, lo hacen y ese es su trabajo por debajo, si quiere, es diplomático que tienen que realizar. ¿Existe esa influencia? ¿Existe esa batalla por el litio? Escala diplomática si existe.

En su momento, el presidente Evo Morales también trató de ser presionado por la Embajada venezolana, por ejemplo, para que sean consorcios venezolanos los que vean algunos temas de recursos naturales de Bolivia. El presidente Evo tuvo la determinación y la decisión de decir no, “acá muy bien apreciamos, tenemos una afinidad ideológica, pero vamos a hacer lo que mejor nos convenga a nosotros, no vamos a responder a favores políticos”, porque en ese momento también Evo Morales detentaba un poder que no necesitaba de de factores externos para mantenerse en el poder. Hoy esa situación no es la misma. La situación de Arce de Catacora justamente necesita si quieres ceder en algunas cosas ante las potencias, porque no está fuerte políticamente en su ámbito interno. No, entonces cuando yo no estoy fuerte en el ámbito interno y tengo una moneda de negociación, que en este caso es el litio, pido el... el apoyo del embajador ruso, del embajador chino, del embajador coreano. Y les digo, bueno, ustedes me ayudan, me fortalecen acá, pero en cambio yo les doy ciertas concesiones del tema del litio, pero yo me tengo que fortalecer. Luego no tenía esa necesidad porque de por sí ya era fuerte. ¿No es lo que se está viviendo con Arce, no?

**¿Hay un plan de Evo de intentar si elegir en la próxima elección?**

Sí, sí. Hay en realidad todo lo que se ha hecho con el tema del litio hasta la fecha ha tenido una planificación de muchos años. Esta planificación de muchos años ha sido truncada primero por el Gobierno de primero por COMCIPO, después por el Gobierno de Janine Añez y ahora sigue siendo truncada por el Gobierno de Arce. Entonces se podría decir que hemos tenido un proceso de industrialización que ha entrado en un bache, 2019, 2020 hasta el 2024

que estamos ahora y se espera que para el 2025 tengamos una política seria que se pueda convertir también en política de Estado con relación a la industrialización del litio. Y que va a ir de la mano de esto que se ha trabajado? No, porque en este bache que hemos tenido 2019, 2020, 2024, no se ha trabajado prácticamente nada con relación al litio. ¿Entonces, si va a haber un una idea con relación a la utilización del del del litio, va a surgir de lo que se ha trabajado previo al 2019? No que se ha trabajado en las diferentes gestiones de Evo Morales, lo que ha trabajado este ingeniero Luis Alberto Chazú, que te decía lo que han trabajado diversos gerentes también de YLB.

**¿Y no será la empresa socia anterior la que hizo las plantas y piscinas será otra?**

Sí, cuando ingresó yanine años cortó todos los lo que se estaba desarrollando con con el tema del litio y busco otros aliados y lo mismo está haciendo ahora Luis Arce Catacora. Entonces se podría decir que en el tema del litio Bolivia no tiene una política de Estado. Eso lo más claro que te podría decir. Si existiera una política de Estado con relación al litio probablemente no se hubiera truncado el 2019, 2020 hasta ahora y estaríamos continuando con esa política de Estado. En Bolivia no tenemos políticas de Estado serias, más con Evo Morales se trató de construir algunas, como el tema de el corredor bioceánico, por ejemplo, era ya una política de Estado, independientemente del Gobierno que que entrara otra política, que quizás la única que tenemos, es el tema de no renunciar al acceso al océano Pacífico con Chile no, esa es otra política que se podría considerar política de Estado. Y el tema de litio se estaba construyendo como una política de Estado, pero pasaron todos estos acontecimientos que finalmente dieron cuenta que no era una política de Estado y está ahora regentada por los intereses que mejor convengan.

**Hay algunas publicaciones que señalan que el litio fue un gran factor en el golpe de 2019, ¿cuál es su opinión al respecto?**

Fundamentalmente sí, el golpe en Bolivia se ha dado por el litio.

Sí. Con seguridad se ha dado por el litio. Y si tú investigas las acciones que ha generado COMCIPO y las acciones que ha generado este personaje, Juan Carlos Zuleta y cómo después este personaje se hizo gerente de YLB durante Janine Añez y cómo posteriormente este señor asesoró a las empresas de litio chilenas, te das cuenta que era un sabotaje, más que era un sabotaje, claro, con personajes claros y con intenciones claras para retrasar el proceso de industrialización boliviano al menos 40 años. Hoy tienes un proceso en

Argentina que nos lleva ventaja, cosa que no era así, en Chile lo mismo cosa que no era, no era, no era así Bolivia en antes del 2019, en los países que componen el triángulo de litio, Bolivia estaba llevando la ventaja con relación a la industrialización, pasa todos los acontecimientos del 2019 y Bolivia se retrasa a ser el último país con el tratamiento de su litio.

**Últimamente el precio de la tonelada de litio ha caído significativamente. ¿Cree que esta situación presiona a Bolivia para tomar decisiones comerciales?**

Sí, sin lugar a dudas, antes del 2019, cuando se estaba llevando adelante el proceso de industrialización del litio, Evo Morales, y esto es algo público, hablaba de que los países productores de litio “vamos a hacer OPEP” de litio decía públicamente. Nosotros vamos a determinar el precio internacional del litio. ¿Esto no cayó bien a los oídos de múltiples potencias, no? Y fueron estas acciones, no solamente fueron discursos, digamos fueron acciones porque estaba llevando adelante un proceso de industrialización. Entonces ante esa amenaza, creo y, o que además no era un discurso nomás, sino que estaba acompañado de acciones. Han tomado cartas en el asunto el imperialismo norteamericano para regular los precios internacionales de litio y cómo se ha regulado el precio internacional de litio con un golpe a Bolivia y Elon Musk lo dice públicamente también, nosotros volveríamos a dar un golpe por el litio. Entonces también la noticia que salía, que al final no se llegó a confirmar que Estados Unidos había encontrado la reserva más grande de litio en su territorio.

Que los sacaron, como me animo a decir, como fake news, porque jamás se llegó a verificar que era una reserva probada, que era la reserva más grande de litio del mundo. No a la fecha, con documentación fehaciente, sabemos que el el triángulo de litio compartido por Argentina, Chile y Bolivia sigue siendo la reserva más grande probada del mundo. Entonces Estados Unidos ha realizado diferentes acciones para controlar este. Este mercado y el precio internacional del litio, eso es indudable.

**Y hoy también hay una disputa en la OMC, una una pelea entre Estados Unidos, Unión Europea y China porque los mercados de coches eléctricos chinos están muy a frente del mercado. ¿Crees que también eso hay alguna influencia? ¿Tu ves que hay un reflejo de esto acá?**

Sí, sí, sin lugar a dudas. Por qué partimos otra vez desde el principio, ¿No ves? Estamos transitando de la era tecnológica, de los combustibles fósiles, del petróleo, si quieres a la era del ion litio con los mercados de vehículos eléctricos. ¿Que está liderando China, por

ejemplo, no? Ante eso tienes otro condimento más que los países productores de la OPEP, los países miembros de la OPEP, productores de petróleo han determinado quebrar con los petrodólares. Antes la comercialización del barril de petróleo estaba íntimamente ligada al dólar norteamericano.

Actualmente los países comercializadores y productores de petróleo han dicho, nosotros vamos a comerciar en rulos, en la manera de que nos dé la gana, no únicamente y vamos a renunciar a esa dictadura del dólar. Eso, sin lugar a dudas, también ha repercutido en que Estados Unidos pueda haber otros otros mecanismos y otras formas. ¿Y la desestabilización y el sabotaje de estas políticas de industrialización de litio de manera soberana, aparte también de eso, no? ¿Si analizamos a escala global la geopolítica de dominación imperial, nos damos cuenta que el centro son los recursos naturales y el recurso natural más importante actualmente en Latinoamérica es el litio, seguido muy probablemente de todo lo que es la Cuenca de la Amazonía, la biodiversidad que tenemos no con Bolivia, Perú, Brasil, fundamentalmente Ecuador y la agua dulce, no? Estados Unidos siempre va a estar o las potencias imperiales que han dominado con su, con su posicionamiento en Latinoamérica, con el Plan Cóndor, el consenso de Washington y demás siempre van a ver por sus intereses. De hecho, la política exterior norteamericana dice América para los americanos eso implica Latinoamérica o la gran isla americana, el control de Norteamérica, Centroamérica y Sudamérica ¿Para el Gobierno norteamericano esa es la, esa es su política, no? Entonces no van a dejar al azar el tema del triángulo de litio.

Es por eso que las presiones políticas e internacionales son sobre estos tres países son bastante, bastante fuertes. El caso de Boric de Chile, yo creo que tiene una presión con relación al tema de litio muy fuerte que incluso le llega a desvirtuar ideológicamente, obligaciones que tiene que cumplir con con ese negocio del litio que le llegan a parte que llegan a criticarlo como un mandatario de izquierda, no el caso de Argentina con con Milei, es también otro caso particular y lo que les queda es controlar también al Gobierno boliviano, que ya lo están haciendo con Luis Arce Catacora. ¿Por eso para este imperialismo y el negocio del litio es una piedra en el zapato que vuelve Evo Morales? Porque Evo Morales nuevamente va a volver a impulsar esa política soberana de litio, lo cual va a desestabilizar nuevamente este triángulo de litio. Entonces en la estrategia, digamos, de su política internacional, es algo que no les conviene.

**Y la paula sobre la OPEP del litio no he dado andamio entre Argentina, Bolivia y Chile?**

Existe, de hecho, esta iniciativa, que fue presentada por Evo Morales, buscaba eso y en cierto momento existía la coincidencia o afinidad entre Fernández, Presidente de Argentina, y Evo Morales, pero faltaba el otro, el la otra arista del triángulo, que era Chile, ahora tienes a Boric de un centro izquierda, digamos socialdemócrata, que podría de cierta forma volverse a unir con un Luis Arce Catacora de Bolivia. Pero te falta la otra arista. Entonces creo yo firmemente que el imperialismo norteamericano nunca va a dejar que los Gobiernos de Argentina, Chile y Bolivia encuentren una afinidad ideológica, una afinidad comercial, una afinidad económica con relación al litio y siempre van a tratar de regular que no tengamos mandatarios afines con esta misma idea de devolver una OPEP del litio, no? ¿Si en algún momento le sale mal con Chile y Bolivia, lo van a hacer con Argentina, no? Entonces siempre ha habido esa, creo yo, es una disputa muy fuerte que se está dando desde desde la geopolítica que plantea la Casa Blanca, no Estados Unidos para jamás tener esos esos... Sabotear o generar todo para que nunca exista esa coincidencia de los tres.

No existe esa autonomía y al final esta este mercado, digamos de poner los precios de litio nunca se puede dar. Si no se ponen de acuerdo Chile, Argentina y Bolivia, eso es lo que les conviene a Estados Unidos, pues nunca se puede regular de manera clara, así como lo hicieron la OPEP en su momento con el petróleo.

**Ahora hay un peso de una transición hegemónica como de de Estados Unidos para China y China tiene un una forma diplomática diferente de Estados Unidos, porque como pasó acá mismo en Bolivia fue muy feo toda la forma de relaciones parcero económico. Pero China tiene una diplomacia un poco más branda, más integrativa, más de cambios, de socios, pero Crees que también hay una que China y algún momento va a dejar que Bolivia se salga de la posición de subordinación, porque los países sudamericanos, en América Latina en general son subordinados en el sistema económico internacional, ¿Crees que China sea diferente?**

Creo que la intención de China no es convertirse en un nuevo imperialismo a la vieja escuela de Estados Unidos o de Rusia. ¿Por qué? Por fundamentalmente las bases militares. Latinoamérica, por ejemplo, era uno de los continentes, sigue siendo uno de los continentes que tiene más bases norteamericanas en su territorio. Si analizamos el último hecho de las Coreas, por ejemplo, Corea del Sur, Corea del Norte, lo que pasó recientemente en Corea del Sur, en plena capital de Corea del Sur, Seúl, existe una base militar norteamericana en pleno centro de su ciudad, como acá en el Prado existe una base militar de Estados Unidos, entonces ese es el el control geopolítico militar que realiza Estados Unidos con sus aliados. En Bolivia

teníamos la base militar de Chimoré, en Ecuador, la base militar de Manta, en Colombia, múltiples bases militares..

Creo que esa forma de hacer política, del terror, del miedo de las bases militares, es algo que hace mucho tiempo cambió Rusia después de que dejó de ser la URSS y que a partir de su influencia económica jamás la aplicó China, lo cual hace atractivo los negocios, que no te pongan una base militar, pues es algo que contrario a la política norteamericana no que te imponía todos esos negocios conmigo, porque primero tengo una base militar en territorio, así que haces lo que yo te diga. Esa condición de patrones que imponía Estados Unidos y la condición de socios que propone China es mucho más atractiva para los países latinoamericanos africanos denominados en su momento los no alineados, digamos. Cuando existía aquella dicotomía solamente entre la URSS y Estados Unidos durante la Guerra Fría, pero creo yo que los ahí está la habilidad que pueda tener la negociación de los países, cosa que no está teniendo la actual diplomacia boliviana de poder entablar relaciones que nos convengan a los intereses nacionales con de los miembros de la Unión Europea, por ejemplo, estaba haciendo Evo con Alemania, pero también tenía su relación Evo con Rusia, pero también tenía con China, digamos, no excluyendo por fines ideológicos y demás y de históricos a Estados Unidos, entonces con la India también, que era muy con Irán, por ejemplo.. ¿Entonces en la variedad de tus relaciones diplomáticas está el el creo, la garantía de que no te puedas supeditar exclusivamente a una potencia como China.

En cambio, si tú le das todo carreteras, electricidad, litio, petróleo, gas, todo a capitales chinos, evidentemente ahí estás, pues con una supeditación total a la potencia, en este caso China. Entonces mucho tiene que ver también el ámbito de las decisiones diplomáticas que tomen los mandatarios.

### **¿De dónde viene este descenso que hay en la Asamblea hoy?**

Viene fundamentalmente de la ruptura que existe entre la relación de Evo Morales y Luis Arce Catacora, eso es claro. Si en este momento o si desde el 2020 hasta la fecha no se hubiera quebrado esa relación entre Luis Arce y Evo Morales, probablemente tendríamos una Asamblea Legislativa que también estaría unida. Pero desde el 2021, particularmente, han surgido ataques directos hacia Evo Morales porque al margen de los cálculos que tenían los asesores gubernamentales, Evo Morales seguía manteniendo la musculatura política. ¿Muy importante, no? Ellos creían que estaba enterrado, pero no. Un ejemplo, en el año 2021 había un gran problema acá en Bolivia con relación a los comités cívicos, se llegó a parar 24 días y además con el Comité Cívico de Santa Cruz, había una amenaza todavía latente de que las

oligarquías tradicionales vuelvan a tomar el control y que el Presidente Luis Arce Catacora electo recién en octubre del 2020, pueda perder el poder. Ante eso, Evo Morales convoca una gran marcha denominada la marcha por la democracia era sí de marcha por la democracia y de este Caracollo hasta la ciudad de la paz, aglutina alrededor de 2000000 de personas en apoyo a Evo apoyándolo a Luis Arce Catacora masiva multitudinaria. Dos acciones ha tomado el Gobierno, primero, invisibilizar esa marcha porque no salieron los medios a hacer una cobertura, haciendo que el Gobierno maneja los medios de comunicación a través de la pauta publicitaria, era una marcha masiva porque en ese momento se dieron cuenta que Evo seguía vigente en la política y en segundo lugar, ese mismo día, 29 de noviembre, si no estoy mal, si no me fuera 19 de noviembre, si no me falla la memoria, pero era noviembre del 2021, le otorgan la libertad a una señora que estaba encarcelada, denominada Gabriela Zapata, que fue el caso de un supuesto hijo y demás, por el cual se perdieron los referendos del 2016.

Entonces ese mismo día que estaba llegando a la marcha de 2000000 de personas a la sede de gobierno, ese mismo día le otorgan la libertad a esta señora y nuevamente se reaviva toda la polémica y el escándalo que se tenía del denominado caso Zapata, por el cual era la única derrota electoral que tenía, el más hasta ese momento, la derrota del 2016. ¿En ese momento se da cuenta que ya existían políticas gubernamentales para atacar directa y sistemáticamente Evo Morales, porque a ellos no les convenía que siga teniendo esa musculatura política un ex presidente. Posteriormente el 2022, desde la Dirección nacional del más de este Evo Morales se piden diferentes cambios de ministros, esto es desoído totalmente por el Gobierno, como una forma de decir “acá nosotros mandamos, Evo ya fuiste” digamos ¿no? Y en 2023 surge todas estas acciones, en 2022 incluso surgen estas acciones contra la Asamblea Legislativa plurinacional, impidiéndoles la censura de ministros, la la impidiéndoles la interpelación de ministros, reforzando mucho más esta trinchera contra el evismo y lamentablemente ves una lógica en los diferentes ministerios, diferentes personas gubernamentales, incluso muchos de ellos ex ministros y ex aliados de Evo. Con las mismas actitudes del movimiento colectivo pitita del 2019, que era un movimiento altamente racista, altamente clasista, altamente discriminador y esas lógicas, lamentablemente, se repiten en la gente y los seguidores de Luis Arce Catacora. Te doy dos ejemplos, el mismo Presidente dice a mi me daba mi recreo en dólares, digamos, dice, como tratando de decir “yo soy de una clase más alta que la de ustedes”.

El señor en su momento vocero presidencial, Jorge Richter, abiertamente dijo, mi hija escribe en los mejores periódicos ante ataques que habían, pero la posición es muy gráfica, para entenderla “mi hija escribe los mejores periódicos de Bolivia y del mundo yo sé

la calidad que le ha educado a mi hija y la voy a meter en lo basal donde quiere meter el jefe del diputado tantos” digamos que refiriéndose Evo Morales, entonces en esa postura ves una posición altamente clasista, altamente discriminadora, altamente prepotente ante el movimiento popular que es final y campesino que es finalmente el que ha lle ha generado todo este proceso. Otro otro ejemplo, la activación nuevamente de la base militar de Chimoré desde el Ministerio de Gobierno, con equipamiento bélico y militar ¿Por qué justamente en Chimoré? Porque es el centro del movimiento Campesino Cocalero, es como decirte, te estoy poniendo acá armas, tanques, helicópteros para que tú estés tranquilo, a ver porque acá hay presencia del Estado¿No? Como una forma de amedrentamiento al movimiento campesino cocalero, fundamentalmente. Entonces es un gobierno a las relaciones que tiene con la encargada de negocios de Estados Unidos. La relación que tiene con Manfred Reyes Villa, que es el principal opositor actualmente según las últimas encuestas, ha referido públicamente también y “yo me siento mejor con Luis Arce Catacora que con Evo Morales”, lo dijo de su propia boca el señor Manfred Reyes Villa.

Eva Copa alcaldesa del Alto que ataca sistemáticamente en todas sus declaraciones a Evo Morales, defiende a Luis Arce Catacora, caminan de la mano con Luis Arce Catacora. El alcalde de aquí de la paz, Iván Arias, que era ex Ministro de la señora Yanine Áñez también realiza reuniones y acercamientos con la gente de Luis Arce Catacora. Entonces hay una te podría decir un frente amplio de oposición y de sectores opositores tradicionales y modernos, más el Gobierno de Arce y Choquehuanca, en contra de lo que representa Evo Morales y de los seguidores de Evo Morales. ¿Eso es algo claro, no? ¿Por qué? El Gobierno actual no tiene oportunidades electorales. Luis Arce sabe que si se vuelve a postular con el MAS o sin el MAS igual Choquehuanca no ganarían las elecciones. ¿Qué están buscando? ¿Están buscando la salida por la puerta grande? Digamos no que gane cualquier otro, no les importa que sea Manfredo o cualquier otro.

### **¿De derecha?**

Extrema derecha o de derecha, como son estos personajes que te digo para que ellos puedan irse tranquilos al exterior o puedan salir sin procesos, porque saben que si ingresaría a Evo Morales investigaría y se revelaría los múltiples actos del narcotráfico, corrupción, enriquecimiento a partir de los recursos naturales como es el litio. Entonces, lo que es la única, el único objetivo que tiene el Gobierno actual, es que Evo no entra al poder. Para ello no les importa que cualquier otro de derecha entre con tal de que sea su aliado. Eso se tiene claro y es lo que están buscando, a través de de todos los intentos de proscripción, los

procesos judiciales, las interpretaciones constitucionales, los ataques mediáticos.

**¿Cree usted que las bases militares en Chimoré fueron hechas para controlar las protestas?**

Sí, si entendemos desde el 89, digamos, la marcha por la vida, tierra y territorio, la guerra del agua del 2000, la guerra del gas del 2003. Te encuentras un periodo de alta politización en Bolivia. Alta politización. La gente estaba inmiscuida en los temas políticos que acontecían. Lamentablemente me animaría a decir que entre Evo Morales el 2005 todavía había conflictos, el 2006, la nueva Constituyente 2009, hasta el 2011 había quizás 2014, había un proceso de alta, también politización. Sin embargo, todas estas gestiones desde el 2005 hasta el 2014 generaron cierta estabilidad también en la población económica fundamentalmente, que le alejaba de los aspectos políticos.

Entonces la gente ya no estaba involucrada inmiscuida en los asuntos políticos, sino en los asuntos económicos, en los asuntos digamos de que esté bien, de que de que todos los precios estén en orden, de que no suba la gasolina, de que pueda yo tener mi capital para crear mi empresa, mi pequeño proyecto económico y demás. Entonces todo eso ha generado un proceso de despolitización. La gente se ha olvidado de cómo ha llegado al 2014, de cómo ha llegado al 2015, al 2016 y ha creído que era una obligación del Gobierno, no lo ha asociado con las luchas del 89, con las luchas del 2000, con las luchas del 2003 y las nuevas generaciones mucho más. Si el Evo ha entrado el 2005, 2006, llegas al año 2019 y tienes un joven que ha entrado con 6 años a primero básico y con 18 años saliendo de su colegio al único Presidente que ha conocido ha sido Evo Morales.

Había creído que el país estaba bien por obra y gracias del Gobierno y que era obligación del Gobierno que el país esté bien, no producto de estas múltiples luchas sociales. Es por eso que ha penetrado tan fuertemente en los jóvenes. ¿El 2016 el colectivo pitita, porque los jóvenes no conocían más que eso y le decían “no es que Evo Morales ya ha estado tantos años, ¿ya es un dictador? ¿Cuántos años desde que tú eres jovencito? Hasta ahora sigue en el poder, hay que sacar lo que es un dictador” que esto que lo otro, y ahí y en esa y en ese grado de verdad que hemos estado muchísimo tiempo. Pero no les han contado el otro lado de la historia, del cómo y por qué y por qué luchas y quién lo llevó allá digamos, no encuentras esa conquista a los jóvenes incluso ahora, te dicen a un jovencito te habla y te dice, “no, es que tiene que entrar otro que ya no sea el más porque el más ha estado 18 años en el poder, los 14 años del Evo y los 4 años de Luis Arce Catacora entonces tiene que entrar otro”, pero son chicos de 18 años que no han vivido la guerra del gas, no han vivido la guerra del agua, no

han estudiado un poco su historia. Les muestras un video de que tanques militares bajaban desde la ciudad de El Alto hasta aquí, muestran un video de que policías y militares se disparaban acá en Plaza Murillo, se enfrentaban a las armas en Plaza Murillo, eso pasaba en Bolivia. Ha existido un proceso de despolitización muy grande, muy fuerte y que ha penetrado fundamentalmente en los jóvenes, por eso es fácil discursos laxos, discursos incluso estrambóticos como el de Miley, por ejemplo, o el de Bolsonaro que apuntan a esos sectores. Porque apuntan a sectores jóvenes que no conocen su historia, pero también refuerzan la idea de los de los viejos conservadores, que ellos que sí conocen la historia. Pero les da rabia que haya habido un proceso progresista, digamos entonces, apuntando esos dos públicos, generas ese nicho de odio que lo tienen muy bien. Lo han trabajado muy bien los populismos de Derecho, como Trump, Bolsonaro, Milei, ¿no?.

### **Sobre el referendo de 2016, ¿Por qué crees que Evo quiso continuar como Presidente?**

La teoría era que Evo Morales ya no continúa, que no podía ya seguir de presidente no estaba claro todavía quién iba a entrar, o sea, no era seguro quién iba a ser su reemplazante. Muchos apuntaban a David Choquiwanca. David Chuquiwanca, de hecho, tenía múltiples intereses de reemplazar a Evo Morales. Por eso mismo es apartado de Cancillería y es llevado de secretario al Alba, porque Evo Morales a esa fecha 2016, 2017, ya se daba cuenta que quería reemplazarlo David. Más allá de eso, creo que el caudillismo latinoamericano es sumamente fuerte. No es fácil reemplazar a un Lula, un Correa, a una Cristina Fernández de Kirchner, a un Néstor Kirchner, digamos no a un Evo Morales. No es que cada 10 años nacen nuevos líderes así. Y es propio del caudillismo latinoamericano. En países europeos se respeta mucho el ámbito de si quieres esa continuidad, en Latinoamérica es otra la historia hay que analizar muy bien la idiosincrasia que tenemos en Bolivia y en Latinoamérica para entender cómo prácticamente la gente te obliga a tu ser. ¿El caudillismo es es algo propio de Latinoamérica, no? Ahora bien, Evo podía haber cortado con eso sí podía haber cortado, no lo hizo, sí, no lo hizo. Es un error probablemente de él. Yo creo que a la fecha lo reconoce como un error y si yo debería haber descansado un periodo y el siguiente tranquilamente me podría haber postulado y listo, hubiera continuado el proceso de cambio.

Entonces priman mucho más, creo yo, las personas, es el caso de Miley, por ejemplo. ¿Qué es Miley? Miley es el personaje, independientemente del partido que la apoye, Bolsonaro era lo mismo, Bolsonaro era el personaje con Evo lo mismo, los populismos son así, vivimos en una política latinoamericana muy ligada al populismo, o sea, populismo de izquierda, populismo de derecha, pero muy ligada al populismo, Trump es el mismo caso con

reglas electorales mucho más estrictas. Entonces creo que sí fue un un Jalón de orejas, fue una mala decisión volverse a postular y peor decisión fue forzar esa postulación, o sea decir, primero vamos por una decisión del Tribunal Constitucional Plurinacional. Ah, no, primero vamos por un referéndum, con el referendo, si el referendo nos dice sí, vamos para adelante, si nos dice no, todavía tenemos la opción de la interpretación constitucional por el Tribunal.

Entonces la gente lo vio muy forzado, dijo. A estos ya les dijimos que no, con mentira, sin mentira, lo que sea, aunque hayamos ganado por 1%. Pero estos vivos están tratando de a ese referéndum que ellos mismos han convocado, que nadie les ha pedido porque algo había entrado el 2014 tenía todavía un montón de mandato y decidí hacer el referéndum 2 años después de ganar 2016 eso, a todas luces ha caído muy mal. Creo que dentro de los asesores de Evo Morales estaban incrustados intereses también trasnacionales, intereses políticos internacionales que buscaban desestabilizar su Gobierno. Porque esos consejos políticos pésimos, más que ayudar, más que beneficiar, han perjudicado toda su gestión. ¿Si tú ganas las elecciones 2014 y 2 años después, quieres hacer un referéndum para seguir el 2019 para adelante? Y es un mal Consejo Político y Evo Morales ahí se dejó. ¿Creo que se dejó engatusar por estos malos asesores también? Sí.

## APÊNDICE G – ENTREVISTA COM LAURA CHILE

**Entrevista:** Laura Chile

**Função:** Segunda Secretária da Chancelaria

**Entrevistadora:** Lorena Gomes Gonzaga da Costa

**Data:** 3 de dezembro de 2024.

**Bueno, es que mi maestría es sobre la industrialización del litio, la cuestión del litio en Bolivia. Mi curiosidad por el tema empezó en 2019, cuando hubo el golpe y mucha gente acusó el golpe por ser en contra de gestiones de interés externo sobre el litio. Y también no puedo dejar de decirlo, que es un poco muy característico, pero, el dueño del Tesla que una empresa de coches eléctricos dijo, “vamos a darle golpe a quien quisiéramos”. Yo pensé mucho en eso... ¿Y todo eso y ahorita veo que también el litio no está, las plantas están prontas como pero no está siendo comercializado como el plan inicial no? Y hay noticias de que Bolivia está haciendo consorcio con empresas extranjeras y yo lo vi también que hay una llamada abierta para empresas que tienen interés en contribuir con tecnología o que sea para el litio. Entonces mi primera pregunta es sobre cómo están las llamadas. ¿Porque hay llamadas abiertas, pero también hay noticias de que el litio que Bolivia está haciendo sería como otras empresas que no están en las llamadas, que piensas sobre eso?**

Bueno, desde el 2019 como tú has debido ver el golpe de Estado que ha realizado el Gobierno dictatorial de Áñez, Murillo, Meza, Tuto y obviamente he estado Doria, Medina, Camacho... inicialmente parecía como fachada, que solamente era contra el entonces presidente Evo Morales y obviamente contra el sujeto histórico, contra esa lucha popular. Pero por debajo precisamente se tenía estos intereses de este recurso natural que es el litio, se tenía bastantes avances de alguna manera con la empresa YLB, para industrializar el litio, para hacer esa transición energética. Sin embargo, en el Gobierno de facto de los 14 meses se vio que la planta que está en Uyuni prácticamente intentaron clausurar, no se realizó más avances, no se estaba generando las Investigaciones Científicas que se tenían, no se estaba avanzando en la construcción y implementación de otras en de otras fábricas, porque con el litio se pueden hacer más de 200 empresas alrededor de de litio y prácticamente ese 2019 y 2020 hace un retroceso a la industrialización de de nuestro litio en Bolivia.

Añadido a eso, como tú bien mencionas los intereses extranjeros de Estados Unidos y de Europa y más, claro, de estas empresas trasnacionales, como la de elon Musk, que sin ningún tapujo lo indicó dijo en en su Twitter, que ellos van a hacer lo que tengan que hacer

para tener ese recurso. Laura Richardson también que es parte de esta de este interés transnacional de Estados Unidos, lo dijo bien claro, en una visita que tuvieron en Argentina que prácticamente América Latina es el patio trasero de Estados Unidos y el momento en el que necesiten los recursos naturales de cualquier país van a estar ahí, ya están en Argentina, ya están en Chile, ya están en Perú y sólo les falta Bolivia, que no solamente tiene litio, sino también tiene tierras raras, tiene agua, tiene fauna, tiene bosques, etcétera. Pero el interés primordial de ellos es el litio, porque ayudaría de alguna manera en su avance militar por el conflicto que tienen contra Rusia, contra China... obviamente su mercado es la guerra. ¿Cómo esto influye en... en Bolivia? Con la presión que se tiene, por ejemplo, de estas empresas que de alguna manera están en Argentina, están en Chile, obviamente les cambian el nombre, pero son empresas con economía gringa y economía europea.

Es por eso que nosotros como país de manera estratégica, se está haciendo un giro hacia Rusia, hacia China, tomando en cuenta también que ya de alguna manera somos parte de los BRICS y de alguna manera estas empresas, tanto rusas como chinas, no ponen cláusulas tan restrictivas como lo hace en Estados Unidos o lo hacen los países de Europa. Ese intercambio científico, ese intercambio tecnológico, va a beneficiar a Bolivia. Hace unas semanas se ha firmado un contrato con una empresa China y que es necesario que también se vea el tiempo, de como el litio se va a industrializar porque el tiempo es el que no tenemos. En el triángulo de litio, que es Argentina, Chile, Bolivia, que ahí está México, parte de de Brasil, Canadá, nosotros somos de los países que tienen la mayor reserva de litio, pero que todavía no las está, no las estamos industrializando no se les está vendiendo, no se le está comercializando.

**El disenso que hay hoy en la Asamblea ¿Crees que hay influencias externas?**

¿A del Senado y de diputados? Bueno, el tema político interno respecto a muchos temas estratégicos de Bolivia se han visto comprometidos porque precisamente hay una lucha político electoral. Lamentablemente esto ha afectado a generar de alguna manera economía en Bolivia, porque pasa por la Asamblea muchos de estos decretos, muchas de estas leyes, muchos de estos préstamos que necesita Bolivia, que necesita el el pueblo de Bolivia para insertar en algunos espacios estratégicos como es el litio, como es los recursos gasíferos. Ahí sí no se ha tenido un control en la Asamblea Legislativa, no se ha tenido de alguna manera un horizonte claro, porque una cosa es del tema político partidario y otra cosa es la política estratégica del país. Es algo que personalmente no creí que se iba a poder ver, lamentablemente está presente. El Presidente Luis Arce, en reiteradas oportunidades, ha

mencionado que el país tiene el potencial para generar bastante estabilidad económica, no solamente con el litio.

Nosotros somos un país minero y somos un país que tiene reservas de gas, pero potencialmente somos mineros. Hay insertado de alguna manera esta forma de ver al país industrializado creando pequeñas empresas industrializadoras en distintos rubros, que a mediano y largo plazo se va a ver los resultados, pero en cuestión de estos recursos estratégicos, como es el litio, se ha estancado en la Asamblea Legislativa y es algo que en cinco años no se puede avanzar, si es que no tienes una hegemonía política con un objetivo claro. Con un horizonte claro y es algo que es necesario incluso hablarlo entre estas fuerzas políticas, entre estos actores políticos, para tener ese horizonte claro, ese objetivo claro para que el país avance, se industrialice y pueda tener esa transición energética que necesita no solamente Bolivia, sino América Latina y el mundo. En esa línea, el Presidente Luis Arce ha hecho avances bastante importantes, como la incorporación de Bolivia al Mercosur, la incorporación de Bolivia a los BRICS creo que son pasos bastante grandes en muy poco tiempo y el hecho de que Bolivia ya tenga una mirada más holística, tengo una mirada más multipolar ha generado de que varios sectores de organizaciones sociales tengan claro de que el país puede ser mucho más grande, en sentido económico, en sentido político y bueno, eso se va a ver, yo creo que de aquí a unos buenos años.

**Otra pregunta que tengo es sobre el tema del Vivir Bien. Porque nuestro estilo de vida actual exige que el país se integre al sistema mundial, por los desarrollos tecnológicos. Pero toda la minería y la explotación del litio van en contra de la visión del Vivir Bien, debido a la armonía y el respeto a la naturaleza. A mi me gustaría oír de tí sobre esta relación de contradicción.**

Así es complejo, porque bueno, yo parto en el sentido más soberano de que obviamente nosotros no podemos avanzar como país “subdesarrollado” a una potencia energética sin afectar de alguna manera el medio ambiente. Lo ha hecho Estados Unidos, lo hace China, lo hace Rusia, lo hacen todos los países de América Latina, de Europa. Pero hay una salvedad ahí. El Gobierno y el pueblo, si bien necesitamos extraer, explotar nuestros recursos naturales, tenemos en claro de que no debemos afectar en gran medida al medio ambiente. Más al contrario, se tiene que retribuir esa afectación y es una política de Estado. Nosotros somos el primer país que ha propuesto. Y la ONU, los derechos de la madre Tierra, que algunos países se han opuesto. No es posible que la tierra, o sea el planeta, tenga derechos o que el agua tenga derechos, pero somos los pioneros en defender los derechos de la madre

tierra y en defender los derechos del agua, que es vital para nosotros.

La minería, como otros recursos o la extracción y de la explotación de otros recursos naturales afectan al público, pero también tiene que haber un equilibrio. Tenemos que extraer los recursos naturales en cuanto a minería, litio, tierras raras para tener un desarrollo económico, financiero y energético. Pero tampoco se puede afectar en demasía la madre tierra y al buen vivir como como nosotros indicamos, ese equilibrio de explotación y retribución a la madre tierra es lo que nosotros, de alguna manera, estamos tratando de avanzar. Nosotros estamos tratando de caminar en la misma línea, explotar, industrializar, pero también cuidar la madre tierra, lo que otros países no hace. Y es gracioso de una manera de que Estados Unidos y otros países de Europa con a través de sus ONG's y fundaciones, lo que pasó por ejemplo el 2019 fué parte de esa guerra híbrida que nos hicieron, hablan de que se está contaminando los ríos, se está contaminando los lagos se está explotando, pero no dan una propuesta de cómo.

Explotar o extraer el oro, la plata, el estaño sin afectar a la madre tierra no hay una propuesta clara de sus países cuando ellos en su momento lo han hecho y peor, por algo no tienen bosques, por algo no tienen agua, por algo no tienen un aire limpio que respirar. Pero crítica, y eso fue lo que pasó el 2019 con el tema de los incendios, que está claro fueron ocasionados. Recién salieron las ONG's, las fundaciones, los pro ambientalistas que luchan a favor de la tierra, de los animales y bla, bla, bla. Este año lamentablemente ocurrió lo mismo, hubo incendios, pero ninguno de ellos que en el 2019 aparecieron en su momento para ir como activistas, apagar los incendios o por lo menos a hacer rescate. Y eso es una manera hipócrita de generar una política inducida nada soberana hacia los intereses de un país.

No diría nada si, por ejemplo, espero nunca pase, una empresa norteamericana se planta en en en en el salar de Uyuni, extrae como le convenga, ahí no va a haber derechos de la madre tierra y no va a haber derecho del agua, ahí ni siquiera va a haber derechos humanos y de la población que vive alrededor. En cambio, China, Rusia creo que las cláusulas que también Bolivia ha negociado con estos contratos está presente que no se haga un osea un ataque a la madre tierra, el agua de manera catastrófica porque tengamos en cuenta que son que hay población alrededor que vive de eso. Aquí no hay alrededor, hay bastantes cosechas, la sal que también se extrae para el consumo. Creo que es importante que haya un equilibrio en esas dos partes de la moneda. No todo lo que se extrae puede ser bueno.

**En el historial de relaciones, los Estados Unidos han tratado Bolivia como su patio trasero. Ahora China está en crecimiento y en ascensión muy fuerte. ¿Crees que China con sus contratos no va a poner a Bolivia en posición de subordinación, como hizo**

## **Estados Unidos?**

Sí. Ambos países, tanto Rusia, China, Estados Unidos, son países capitalistas. No son, si bien su estructura política es comunista, de China, su economía, el tema financiero, el tema laboral es netamente capitalista, han generado un equilibrio entre capitalismo y comunismo para hacer una de las potencias.

Y ahí, obviamente, Bolivia tiene que tener en claro de que en este tablero hegemónico, en este tablero de globalización continua de esta transición de lo bilateral y multilateral. Tiene que ver con quién puede asociarse para avanzar en este mundo multipolar hemos visto que con Estados Unidos no se puede.

No se puede y no se va a poder. ¿Ellos tienen intereses claros, extraer lo mejor, lo más que puedan y dejar al país en ruinas prácticamente sabes? Con ellos no puede haber, por ejemplo, un intercambio científico tecnológico. Estados Unidos ha quedado en la década de los 90 en tecnología, ha quedado enclaustrado en su avance tecnológico a diferencia de China y de Rusia, a diferencia de India, no puede jugar de la misma manera contra China. Estados Unidos no nos puede dar un intercambio tecnológico a la par que nos los puede dar China. Ni científico ni académico.

Les van a darnos plata porque ellos tienen la impresora lista para imprimir dólares, pero hemos visto que eso tampoco funciona. Sí, a ver, pueden a través de sus brazos operativos con el Banco Mundial, el FMI o la OTAN, generar una especie de negociación de bueno y yo voy a hacer que el FMI te preste plata en bajos intereses, pero igual vas a terminar debiendo. ¿Cuál es la garantía de que nosotros aceptemos un préstamo del FMI? ¿Los recursos naturales, como lo han hecho en la década de los 70?

Entonces Bolivia, como los demás países, creo que ya tenemos experiencia de negociación con Estados Unidos y no ha funcionado en ningún beneficio para nosotros y toca apostarle una negociación de ganar con China o con Rusia o con otro país. Y creo que eso es lo más importante, ya no estamos en esa subordinación de ver a nuestro, a nuestro posible compañero que genere inserción económica en el país a través de la industrialización de nuestros recursos naturales. De levantar la mano y a ver qué me das. ¿Se ha visto en las reuniones que ha tenido el Presidente y la Canciller Celinda Sosa con Rusia? ¿De qué ha sido la parte? Yo tengo esto ¿y tú qué me das? que obviamente tiene que beneficiar al país, a toda la población, y con China pasa lo mismo, con todos los países.

Y creo que en términos políticos eso hacía un gran avance para Bolivia, no es el mismo país mendigo que nos hacían ver, el país subdesarrollado que solamente podía exportar o dar materias primas. Sino que también al tener bastantes materias primas, al tener bastantes

recursos naturales puede industrializarlos. Y eso es lo que se está apostando de aquí en adelante, no solamente la industrialización del litio, sino de los recursos mineros también, y de varios recursos que tenemos. No creo que en esa perspectiva es importante tenernos una mirada clara de negociación con China, con Rusia, con la India, posiblemente, de soberanía, no obviamente no tener que entregar nuestros recursos naturales sin tener algo a cambio para toda la población.

**¿La forma como se hace las cooperaciones con China o con Rusia permite un cambio que hace que Bolivia pueda caminar como sus propios pies?**

De hecho sí. Es lo que de alguna manera no ha hecho en Argentina y no está haciendo Chile, Ellos tienen una injerencia gringa bastante fuerte, no solamente en el tema de sus recursos naturales, que ahora es el litio, que es lo que está buscando Estados Unidos, sino en términos incluso militares. En Argentina ya prácticamente Estados Unidos tiene el control territorial donde está parte de de litio. En Chile pareciera que no, pero habría que ver cómo están. ¿Que están exportando más que otros países, más o menos a la par de Canadá? ¿Chile? sí! ¿Pero cuánto les va a servir eso? Cuánto de avance y cuánto de retribución está yendo a su población en temas de agua, en temas de transición energética en temas de educación, en tema de salud son los que más venden, en tema de América Latina, son los que más exportan, pero eso no se refleja en en El País.

Es un comentario que yo tengo, que lo he visto con algunos compañeros, incluso cuando fui a Argentina hablábamos con antes de que entre este loco, Milei, la población en las personas que yo conocí en Argentina son bastante claros y estudiados; estuve hablando con un amigo que que era empresario y en ese momento estaba trabajando de taxista, fuimos a pasear por ahí y vimos una así, una montaña que tenía algunos rasgos rojos, que los que más o menos conocen saben que ahí hay mineral, cuántos de mineral no sabemos, pero hay mineral, le decimos, y porque no se explotan, el gobierno hace una incursión minera en algunos sectores porque vimos que en varios de los de los lugares a los que fuimos hay bastante mineral, entonces que ese mineral ya no es del Estado ¿Y como que no es del Estado? Es que esos minerales, esas montañas, esa tierra pertenece a privados. Hay un mapa incluso, no recuerdo muy bien el link, pero hay un mapa de Argentina donde se puede apreciar cuánto de tierra es del Estado y cuánto es privado, incluso de personas extranjeras. Y le dijimos, pero si son privados, igual la población debería. Ver la manera de que se explote, de que se trabaje, o sea, ni el Estado, o sea, ni el Gobierno ni la población que vive ahí.

### **¿Todo propiedad privada?**

O sea, puede que tu empresa y tu casa sea una propiedad privada, pero un terreno, o sea, una montaña en la que. ¿Puede haber mineral? Puede haber oro para mejorar la economía del país, no la puede tocar ni la población ni el gobierno. Eso puede pasar. En cualquier país puede ocurrir en cualquier país hay familias de varios países, de Italia, hay mexicanos, incluso gringos, alemanes, franceses, que en varias de las empresas mineras de acá de Bolivia son los dueños. Está cediendo mucho, yo creo que sigue siendo el dueño. El ex presidente Sánchez de Lozada, que en 2003 intentó exportar gas a Estados Unidos a través de Chile, tiene una empresa minera de oro que obviamente creo que se la pasó a su hija, pero es del ex Presidente.

Ese tipo de de de cosas, por ejemplo, que un ex presidente que ha hecho tanto daño al país. Tenga una empresa minera, creo que debería haber incluso legislación la cual pueda hacer que se recupere esa esa empresa minera para el Estado. Acá en Bolivia ya se ha indicado que se debería tener un control de las divisas porque estamos teniendo una crisis de divisas. Precisamente lo que más están reclamando es que no hay dólares, eso se ve a través de las exportaciones, o sea, los empresarios, los agroindustriales que exportan producto boliviano, pero lo que lo que se exporta no regresa al país en dólares. Y eso es control de divisas.

Es lo que no se tiene, el control de la minería, la exportación de oro, plata tampoco se tiene a través del Banco Central, que también sería un paso importante para Bolivia tener ese control. No es de ahorita que que le estamos proponiendo, eso ya se ha hecho. Antes incluso Banzer ya tenía el control de divisas y la exportación de minerales, Banzer el dictador.

Entonces son temas que creo que son importantes implementar en momentos de crisis y que el Estado sea el que tenga esa fuerza para generar mayor economía, mayor industrialización para la población. Y lo mismo se tiene que hacer con el litio, no se puede perder ese control porque sino repetiríamos la historia de los minerales, que es algo que hasta ahora nos pasa factura.

Hoy hay un disenso en la Asamblea,es sobre la gobernanza del litio o sobre otros temas políticos....

Es sobre todo, hay préstamos que se estaban realizando en temas de salud, por ejemplo, que obviamente ya no son necesarios para combatir el COVID, pero sí son préstamos que han quedado atrasados que ayudarían a invertir en otras áreas, entonces es más una pugna política sin sentido. Los que están ahí, tanto senadores como diputados, tienen la tarea de generar políticas, de generar leyes, de incluso analizar algunas que tal vez ya son

caducas, pero no lo hacen. Y esta crisis política que tiene el MAS-IPSP ha ahondado más a esta falta de orientación en la Asamblea entre esa pelea de líderes políticos. Que no es la solución. O sea, en lo personal, yo no creo que ir a las elecciones con alguno de los candidatos sea la solución a los problemas político económicos que tiene el país y eso no solamente acá en Bolivia, sino en todos los países que nos rodean. Lo que ha pasado con Argentina es una llamada de atención.

Lo que está pasando ahí es lo que podría pasar al al doble o al triple, aquí en Bolivia, un presidente que con un discurso bastante popular, facho, ha ganado votación, ha ganado las elecciones.

### **¿Y hay acá ahora alguien que está engañando a la población, así como cómo pasó en Argentina o en Brasil?**

Hay algunos, hay algunas copias baratas, pero que no tienen todavía la fuerza. Creo que lo que ha ocurrido en 2019, no solamente por el hecho de que hayan ganado las calles el Gobierno fascista, bueno, dictatorial de Áñez y Murillo, sino que en esos 14 meses han demostrado lo que la derecha puede hacer en el país o lo que la derecha no puede hacer en el país. Nos han hundido en una crisis económica en realidad. Han hecho de que la crisis económica que se venía en el mundo se asiente en Bolivia, cuando quizás podíamos contrarrestar la crisis de salud que en ese momento estábamos con el COVID-19 y no han hecho absolutamente nada más, al contrario, nos han robado. Han demostrado que esa derecha incluso para contrarrestar o para generar una respuesta a así, esta enfermedad, así este virus no ha sido la más inteligente a la corrupción, ha demostrado que ellos en poco tiempo pueden generar bastante corrupción, nepotismo y muchos de los de las instituciones.

Nosotros pensábamos desde la izquierda que al estar ellos en el Gobierno iban a tener una respuesta más acorde a la situación o a la coyuntura. Pensamos incluso de que nos iban a ganar en responder mucho mejor, porque ellos criticaban de que la respuesta del país, el tema económico, salud, educación era pésima, pero no la hicieron. Se aplazaron totalmente y eso generó en la población un descontento en la misma población que los apoyó, en la misma población que que bloqueó o que marchó. Pero eso no quiere decir que ahora no, no están rearmando o re articulando y fortaleciendo una propuesta de derecha mucho más fascista incluso, entre los candidatos que se tienen se llama Luis Manfrez Reyes Villa, que no es un político nuevo. No son personajes políticos nuevos, Manfrez Reyes Villa, el 2000 ¿En Cochabamba? Bueno, un poco más antes intentó privatizar el agua en Cochabamba, uno de los departamentos que siempre ha tenido crisis de agua y no solamente el agua que pasa por

las cañerías, el agua que incluso baja del cielo. Tenías prohibido en tu bañera o en tu batea recoger agua de la lluvia para consumo. Hasta eso estaba privatizando, llegó a las facturas en precios de dólares a la población y es esa persona que ahora lo tienen de alcalde.

Uno de los personajes más nefastos para mí, porque el 2001, 2000 yo tenía 10 o 11 años. Nefastos para la política boliviana, si se si se investiga bien cuántos edificios y terrenos están a nombre no sólo de él, sino de su familia. Así, sin exagerar mucho, yo creo que hasta la mitad o la cuarta parte de Cochabamba es dueño, es que ha construido. Calles, avenidas, puentes, condominios, edificios, sí lo ha hecho, pero a costa de qué ha generado crisis en algunos sectores para que esas personas que tenían sus casas los vendan a mitad de precio y ellos lo compren a nada. Y construyan edificios gigantes donde venden los departamentos. Es uno de los políticos que ahorita estaría disputando la Presidencia al año.

Bueno, los otros dos que ya son cadáveres políticos entre Camacho que está en la cárcel, siguen siendo relevantes en la política. Jorge Tutto Quiroga, el heredero del dictador Banzer, todavía dijo que no está haciendo campaña. Yo creo que sí. Ha ido a bastantes lugares para hablar con la gente, bailar. Pero igual es un político antiguo sin propuestas claras hacia a la una población que necesita respuesta ahora. Varios de esos políticos tienen un proyecto de volver a la República o volver a hacer del país un el patio trasero de Estados Unidos. Que continúa haciendo propuestas empresariales, como si el país fuera eso, una simple empresa y todos los bolivianos fuéramos, o sea, unos simples trabajadores. Tiene propuestas interesantes, pero habría que analizarlas más en beneficio de la población del sector mayoritario. Pero tampoco sirve como político.

Aquí me olvido, creo que son todos, sobre todo de la derecha. Bueno uno que otro que aparece este rector de Santa Cruz y para muestra un botón, dice, la manera en la que maneja la Universidad es pésima, imagínense cómo manejaría el país. Un policía que ha sido dado de baja, porque no es que se ha salido, que tampoco tiene una propuesta clara, de nada. Y por el lado de la centroderecha, digamos, estaría Evo.

### **¿Crees que Evo va a intentar se reelegir?**

Su propuesta es de que él sigue siendo y que él va a ser candidato, ya sea de una sigla prestada. Pero bueno, del compañero Evo creo que más de su entorno, el que lo está haciendo tropezar mucho. Él hubiese sido candidato para el 2025 se hubiese hecho su papel político y la tarea política que tenía que hacer, pero no la hizo. El 2019 si bien fué un golpe de Estado hacia ese gobierno indígenas, ese gobierno popular, después se tornó en su momento cuando quemaron la Wiphala, se entendió que no solamente era hacia a ese presidente indio, sino

hacia esa población que había apoyado a ese presidente, hacia todo lo que se había avanzado en su momento, la Constitución, las leyes, la incorporación de de las 36 nacionalidades en la Asamblea, en la política. Creo que su peor error hasta ahora de esa derecha fascista fué ir en contra de uno de los símbolos más fuertes que tenemos, que es la Wiphala.

Y ahí se entendió que no era hacia una persona si no era hacia el pueblo el golpe de Estado. Y esa parte, el compañero Evo, no la está entendiendo que no fue en contra de él, de él como presidente o de él como líder del país, si no fue contra el pueblo, porque los que nos quedamos fuimos nosotros, a los que gasificaron, a los que golpearon, a los que amenazaron fueron a nosotros. Entonces, y eso es lo que está pasando ahora, el momento que entre cualquiera de estos o cualquiera de los que apoye Estados Unidos, ya no va a cometer los mismos errores que cometió el 2019. Va a eliminar a todos los que somos, de alguna manera, figuras de izquierda desde el Evo hasta el último. Y ese es el peligro ahorita, porque en la izquierda, que todavía no le llamaría izquierda, no hay una respuesta ante un escenario electoral.

Todavía el Presidente Luis Arce no ha definido y tampoco las organizaciones han definido que él vaya a las elecciones. Tenemos a un presidente de la Asamblea o del Senado, que es Andrónico, que todavía tampoco está claro si va a ir y está entre entre un lado y el otro. Y bueno, otras figuras como Eva Copa en El Alto, con este nuevo partido hay Morena. A ver, veamos, ahora lo que se disputa es el liderazgo, es saber quién va a ir a contrarrestarlo, al Evo y a la derecha, pero no se está trabajando en proyecto una propuesta política.

### **¿En la izquierda hay algún político que está ganando la población?**

En temas electorales, no, en temas políticos, podría ser, pero la contienda electoral es mucho más sanguinaria, sí. Todavía no, no está, no es no. Hay un candidato visible en... en la contienda electoral, pero habría que ver cómo se configura en este mes y el siguiente año. Una de las tareas que yo creo que tiene pendiente el Presidente es fortalecer su gabinete, que es importante eso. Prácticamente sería el gabinete político de transición hacia la contienda electoral y a un gabinete de transición hacia el nuevo Gobierno, pero tiene que ser también político para generar de alguna manera, dejar la semilla de algunas tareas que han quedado pendientes y que el otro gobierno no tenga más que hacer esas tareas pendientes. Y también se tiene que trabajar en la población y en las organizaciones sociales, porque no es nomás tener un candidato, eso hablábamos en algunas reuniones con algunos compañeros, puedes tener el mejor candidato, ya sea de derecha o de izquierda, el mejor candidato, pero si ese candidato no tiene la fuerza para generar los cambios revolucionarios que necesita el país, no sirve de

nada.

Y para ello la población, las organizaciones sociales tienen que tener claro el horizonte político, tienen que tener claro la conciencia política que necesita este país. Para hacer las transformaciones que necesitamos en los sectores que se tienen. Si es un Gobierno de derecha, ojalá no se pueda, digo, no sabe, pero lo más probable es que sí, mínimo así van a estar unos buenos años. Pero si no se tiene una población políticamente clara y ese gobierno si se tiene una población clara, como en agosto de 2020, cuando sin miedo incluso a las balas, sin miedo a los tanques, sin miedo a los gases, sin miedo al COVID, hemos salido y hemos de alguna manera derrocado a ese gobierno dictatorial de años y Murillo, esa conciencia política que de alguna manera se ha generado en ese momento, es la que se tiene que tener ahora esa claridad política. Para tener un candidato que responda sobre todo a las bases, que responda a la población.

Cuando afectan el estómago, el bolsillo y la libertad, la cultura de cualquier persona, ahí sí, no hay mierda. Somos una población, un país que que podamos aguantar, aguantar, aguantar por el momento en el que ya tocan, digamos, el hambre de nuestros hijos o la seguridad de nuestros ancianos, ay, sí, nosotros somos guerreros. Ahí sí no hay miedo. Y eso lo he visto el el 2000 en la guerra del agua, el 2003 en la guerra del gas. Mis papás han salido en la guerra del gas a defender nuestro recurso natural, no sólo por ellos, sino por los que venían. Creo que es una enseñanza muy fuerte que nos han dejado.

El 2019, si bien había ese miedo, ese temor de que les pasase algo, porque en lo personal me amenazaron hasta de muerte y yo decía no puedo quedarme en la Comunidad de mi casa y en la seguridad de mi familia cuando mis papás el 2003 salieron a luchar, incluso teniendo ese miedo de no volver. ¿Por qué yo no? Y fue el momento en el que nos empezamos a organizar. Dijimos, bueno, vamos a salir, no nos podemos quedar con los brazos cruzados y son los mismos compañeros que ahora están apoyándolo al Evo, a los llamados evistas, que han estado en el 2019 y que a veces dices, bueno, esta pugna, personalista, individualista es momentáneo, por lo menos yo lo veo así. Es lamentable, sin de que hayan peleas de ese tipo, con compañeros que nos hemos visto incluso en las calles, en las huelgas de hambre, en las marchas, en las clasificadas. Pero yo digo, a veces es necesario. El 2019 es necesario.

En términos políticos, hazlo innecesario tener ese sacudón, porque ahí te diste cuenta quienes realmente son revolucionarios, quienes realmente son compañeros, quienes realmente son camaradas, con los que puedes contar y quienes decían serlo con los primeros traicionados. Y se nos abrieron los ojos y entendimos que si vamos a caminar tiene que ser

con bastante determinación, pero también con mucho cuidado, saber a quién tienes al lado, saber con quién trabajas, creo que es algo que en lo personal sí me ha servido mucho. A muchos de ellos los sigo viendo, los que nos vendieron nos traicionaron, pero bueno, en su momento tendremos la oportunidad de encarar esas cosas. Y creo que este momento político de crisis en el MAS-IPSP también es parte de ese crecimiento. Han habido muchos errores en la política boliviana, sobre todo en este espacio político que es el más IPSP que no se ha convertido en partido como tal. Y creo que ese es el paso que también debe hacer el MAS-IPSP, si es que se puede, si es que no. Creo que es importante también agradecer el camino recorrido y construir algo nuevo, construirlo desde esa autocrítica de saber bien en qué se ha fallado y en qué se tiene un triunfo y eso no se hace, no hay crítica ni autocrítica. Y cuando no se hace crítica o autocrítica la base no es revolucionaria.

Por eso es que con los que están ahí, con los que son evistas y nos vemos en la calle, no tengo por qué insultarlos, no tengo por qué agredirlos o atacarlos. Son momentos políticos que a veces, como digo, son necesarios para tener más claro el panorama y el horizonte político. Espero que algún día el compañero Evo y Luchos realmente se siente en mesa y analicen bien lo que están haciendo, porque no es por ellos, es por la población en general. Creo que es importante que ellos dialoguen sin tener ese rencor de algunas cosas que tal vez ni siquiera ellos han dicho, que tal vez han sido sus voceros los que han metido la pata. Y eso también es, es una madurez política que necesitan ambos.

Hay muchos compañeros que tienen mejor y mayor claridad para una cuestión electoral, que tranquilamente derrotarían a cualquiera de derecha porque son pueblo, porque han crecido, han estudiado, se han formado algo. Algunos ya no son tan jóvenes, pero en su momento cuando estábamos en reuniones políticas veíamos que habían cosas que no deberían haber, espacios en los que deberías hacer a nadie, deberías discutir no solamente con el mismo, que es de tu de tu partido político, sino con los demás.

Ese sectorismo político ha generado esa debilitación en varios de los políticos que están. Pero bueno, este este mes y al año veremos cómo se configuran las cosas, pero está claro de que el Gobierno que entre ya sea de una fórmula de derecha fascista o de centro derecha o de una izquierda light, no la va a tener fácil. No la va a tener fácil, no solamente por la coyuntura internacional que existe y esa crisis económica y financiera que en todos los países del mundo está está aconteciendo, en algún momento, como ya ha pasado, nos va a tocar. Y si no tienen claro de como generar esa seguridad económica financiera para contrarrestar esa crisis es uno de los factores que hace que este gobierno caiga y el otro factor es la población.

Esa fuerza, esa conciencia política del pueblo, es lo que va a salvar este país, pero también ahí se tiene que tener en claro esas herramientas de lucha que nosotros tenemos.

## APÊNDICE H – ENTREVISTA COM SANTOS CORI PERCA

**Entrevista:** Santos Cori Perca

**Função:** Deputado nacional

**Entrevistadora:** Lorena Gomes Gonzaga da Costa

**Data:** 04 de dezembro de 2024.

**Me gustaría saber más sobre el descenso en parlamento, como que hizo el cierge del descenso, ¿que crees dónde viene? Porque eso al final llega a a las como puedo decir las decisiones, parte del Parlamento no. Entonces es muy importante entender que se pase.**

Ya está bien. A ver cuál quieres que te mienta. ¿A ver cuál? Porque hay dos versiones. Veamos entonces ahora, si Evo hubiera continuado violando la Constitución y todo eso, yo no estaría sentado aquí. Los que estamos aquí, sí analizando bien frío, gracias a Camacho que estamos aquí. Camacho no le tumbaba a Evo, entonces el Evo hubiera elegido otros candidatos a dedo.

**¿Cómo Evo habría “nominado a otros”?**

El por democracia a los candidatos eligen las organizaciones son así por por territorios se llama circunscripción ,una circunscripción deviene un un diputado con su titular y suplente. De mí, por ejemplo, yo vengo por tres provincias, tres provincias, en el Beni hay 8 provincias, entonces de ahí de tres provincias, un uninominal, yo soy suplente, mi titular ahí está, entonces de ahí venimos, ahora hay un pluri, eso viene como colga y los senadores más de acuerdo a la votación para el Presidente. Si hay mayor votación es un poquito más diputados y tantos senadores vienen plurinominales. Yo soy uninominal y yo tengo un transitorio así. Así que no sé cómo se llama, ya.

O es MAS o es más dictador allá como diputados por voto popular, sea que aparte votan.

Aquí orgánicamente cada partido de las organizaciones es Presidente, no ve. Entonces las organizaciones le dicen, pero en esta circunscripción tres provincias, este va a ser el candidato como diputado te va a acompañar, eso dice, digamos que democráticamente se eligen. Pero cuando ya, Evo es muy elevado y como se le sube los humos, muy autoritario, entonces dice, “ella va a ser mi hija”. ¿Entonces, ya, lo hace participar a la gente, no, verdad? Las organizaciones ahí los órganos se enojan, pues no.

**Y Evo fue contra la Constitución, que “él mismo hizo”, para lograr su reelección...**

Contra la gente así de a pie, que no tiene formación académica. Es del campo, pregúntale al campo dónde está a pie caminando a su Chacón, pregúntale, de eso está enojado la gente, el mismo ha pisa a la Constitución, hasta ahí y apoya más de ahí ya no a pisa. Nosotros ya aquí podemos llenar, o sea aquí ya tenemos ya otro interés, pero allá el de a pie es el más consciente. Entonces bien estratégico ha sido bien político, muy, muy cómo se dice, se dice bien... aquí bien, bien hábil.

**¿Y donde ven este disenso que hay en la Asamblea hoy? ¿Es porque?**

Ahorita después yo vengo así consultando con es con mis organizaciones de ayer, siempre cuando yo bajo yo tomo, entonces yo echo así cerveza o se nos *venidal*, sea con mis dirigentes, con las cabezas, con gente de confianza un poco hemos ido compartir con la gente, con la Melanie, porque no le gusta un poco porque. ¿No es su ambiente, pues, pero es bueno escuchar qué dice ese tipo, qué piensas de nosotros? Entonces en ahí lo que dice es, y eso a mí me convence. Cuando Evo era, digamos, Presidente, había un mando único. Evo era Presidente y también era jefe del partido. Entonces en él se concentra el poder, político y también de lo que administra el país, no hay quien le pare. El Evo dice que vos tenés que ir a la cárcel, máximo que dice Mario Cronen así es, el mando unico, nadie le discute, ahora hay dos mandos, uno es Evo, ha sido dueño de la cabeza, y Lucho presidente. ¿Dos cabezas y automáticamente han chocado, no?

**Y en la izquierda hay una parte de la Asamblea que concuerda con Evo y otra con Lucho...**

Eso, desde mi punto de vista, desde que yo estoy haciendo mi trabajo. ¿No le está interesando a ese diputados hacer gestión, trabajar por su pueblo? Yo te digo por experiencia propia de esa parte. No es bueno pelear contra el poder, no es bueno, yo peleé en contra el poder en un municipio donde ser alcalde es mucho poder, allá en San Julián, 5 años ya he peleado para la gente, está bien, Cori, bien, bien. Esos 5 años yo he fracasado económicamente, no tengo ni fuente laboral, nada, no tengo, cinco años, he peleado más para mi mala suerte, como dijéramos el alcalde se ratifica otros cinco años más, entonces yo fracaso diez años. Entonces tengo experiencia, lo he vivido que es el fracaso. Ahora soy diputado nacional, cómo yo puedo pelear contra el Presidente así fuerte. Si está haciendo mal, Luchó, yo se lo digo así, cuando nos juntamos yo me reúno con Presidente, su jefe de bancarios, y ahí hace más estratégico ya, pues yo hablo golpe, este está mal presidente entonces, pero ¿para qué voy a dar golpe? Y si yo voy a dar golpe me va a cerrar las puertas.

¿Entonces estos tipos están, han pensado, están pensando una buena parte en ratificarse? Cuando va a haber la siguiente elección sigue ellos han a ser vigente, electos, serán asambleístas departamentales o alcaldes, en eso están pensando ellos. Yo no estoy pensando en que voy a ser electo, yo creo que única vez soy diputado, yo así pienso en este única vez que soy diputado a mi provincia no más. Estoy metiendo antenas de telecomunicación, yo meto, peleo ahora le he sumado, le he monetizado, no sé cuánto cuesta una antena, la otra, la otra... 18000000 se le metió a mi provincia, pura antena nomás. Ahora voy a meter surtidor a alguno de esos va a fracasar también. Ahora si yo hubiera contradecido a Lucho, no hubiera llevado nada. Es la gente, los que me han elegido, de que ellos que van a valorar, ¿que va a valorar de mí? ¿De lo que hoy he peleado o que he llevado beneficio allá? Entonces ahora aunque no me elijan, pues cuando yo termine la gestión, a ver, pero yo tengo cara para llegar, o sea que yo traje, yo traje.

Pero si no puede llevar nada, me van a decir la gente, no me van a decir bien al perder, ¿qué has traído? me van a decir no has traído nada, no me lo hace bien pelear no me va a decir eso. Yo pienso, es de esa forma, yo hay veces me la sí aguanto. No le paro al Presidente y yo por lo menos siento que me atiende bien, me escucha... el tema de combustible, ha bloqueado como en casi una buena parte en Bolivia, ha bloqueado estos últimos días y yo no he permitido bloquear de Santa Cruz a Trinidad, soy diputado, no he dejado bloquear todo lo posible, he hecho, me he ido a comprometer lo que no estaba, inclusive a mi alcance. Entonces la gente me ha dicho “Cori mejor era bloquear”, me han dicho ahora el precio, yo le he dicho para el Presidente, por lo menos los ministros que sean más sueltos, pues como en campaña que sean sueltos, que escuchen bien, porque yo no he permitido bloquear, dice.

Me he comprometido, que me he comprometido, una buena, pero hemos cumplido, pero algo faltó. Ahorita me dicen, por lo menos, me dice Cori que me atiende [*inaudível*], *te están trayendo regalo, yo lo digo, me entendés, yo no lo digo, están viniendo a pedirte algo, digamos como un trabajo de no te están trayendo regalo, yo lo digo ahí así le dije, te van a traer en un presente, le dije a las 2:30.* ¿Qsea, mira en el día así, esa es mi forma, eso yo pienso, la división piensa yo, van a ser vigentes ellos? ¿Piensan que van a ser vigentes?

**Entonces la división en la asamblea ocurre porque mientras algunos actores buscan hacer políticas para el pueblo, otros están discutiendo...**

Protagonismo ¿no? fácil eso dar protagonismo. O sea, eso no sé si tienes un poco de experiencia fácil es así golpear fácil. Yo puedo brillar para hacer el protagonismo, pero otra

cosa es. ¿Cómo vas a atender a tu base? Incluso ser en el mismo Gobierno es complicada hay tragarte, pero dar palo es fácil, pero luchar no.

### **Me gustaría escuchar su opinión sobre el tema del litio...**

O sea que en en tema de lito teníamos harta esperanza, así como como el diputado ingresar directo y sino subjefe de bancada. Teníamos harta esperanza y era un poco como tal vez desviada del tema. El Evo Administraba 8000 millones de dólares al año, supo a 8000 millones, y nosotros hemos entrado con ese Janine y el tema de pandemia, 4000 millones. ¿Así así hemos entrado antes en el litio teníamos harta esperanza y se sabía nomás que el tema de hidrocarbura estamos yendo abajo. Entonces lo que tú dices, yo concuerdo que la las de afuera es lo que el el tema económico es lo que nos condiciona. Y más aún, yo mandé hace poco a gente consular nueva de España y él me trajo una empresarios que querían comprar productos de Bolivia.

Aquí tenemos algo natural, nativos y eso el de afuera desea. Pero desea y nosotros nada producimos en cantidad suficiente. Chiquititos vamos. Brasil todavía es grande. En tema de combustible igual he tenido contactos con los empresarios, el mayor creo que el que mayor vende en tema de en Bolivia es biodiesel. Familia Iriarte, tiene más de 20 surtidores en Bolivia. Entonces si este tiene 20 social en Bolivia, afuera tiene, debe tener más en Brasil, en Paraguay más es boliviano el tiempo. Entonces cuando le he hecho con querer comprar ese combustible a este amigo, este amigo más le interesa hacer el negocio afuera Brasil, o sea comprar como de Arabia Saudita, ponle y lo va a entregar en un de los puertos de Paraguay o de Brasil y vender ahí le conviene mejor.

Y a Bolivia es poquitito y tanto sufre como ves tienes no es nada. ¿Entonces yo estoy de acuerdo en lo que tú dices, no? Lo de afuera es lo que nos condiciona y para como para poder condicionar nosotros tenemos que producir hartito.

¿Es cuánto es un barco? Es de 50000t uno de los barcos, que es el pequeño. Así, entonces hay harta diferencia entre, ahí me he dado cuenta, somos poco chiquitito, importa o para exportar eso ya será un poquito. Le paramos el tema de soya, maíz, algo por ahí así es muy pequeño...

### **¿Crees o las condiciones de contrato que hacen, en el tema del litio, dejan Bolivia en una posición de de subordinación? ¿cómo son las condiciones?**

No es revisado. Mira esto, el hay. ¿Hay una espía de curva? Pues no, no es revisado de los contratos que ayer se ha firmado, ver. Ayer se ha firmado con 3, una es china, una es de

Rusia, otra es de Argentina. No conocemos el Poder Ejecutivo ha realizado y nosotros hemos acompañado, deberíamos conocer eso. Yo creo que va a dar el tema un poquito más, movimiento económico, pero para nuestro Gobierno es para mí muy tarde. No vamos a llegar a este número, ahorita ahorita estamos con 5000 millones de dolares para todo el año, como el poa. Entonces nunca vamos a llegar como el Evo cada día, entonces le faltaba tiempo para todos los días entregaba obra.

Unos codiseos, ponle así pues estos grandes, entregaban, entonces no podemos... Si tengo 5000 millones, con 3000 millones nos gana. En ese tiempo. Y eso también también por una parte, pues de que no ha previsto Evo ni un pozo petrolífero más aterforado. Es más, además, hemos disfrutado nomás de la bonanza económica de ese momento, y no hemos invertido eso.

Entonces ahí hablábamos con el Ministro de Minería el otro día, si petróleo no estaba rindiendo bien, entonces ya estaba bajando, debía invertir en minería, minería también había sido otra fuente de ingresos para el Estado. Si son sus ingenios, sus maquinarias son de qué años son de los mineros. Ahora, así hablando con este amigo que es de España, que ha llegado de allá lo que está descartado en España, no ves sus maquinarias para minería, aquí pasaría como tecnología de punta. Entonces estamos, ya hemos pensado también eso, traerlos de allá. Ve entonces, dice, allá más que todo es el trámite, es aduanas que se hay que traerse y eso necesita, lo que haya sería como un botado basura está, aquí sería tecnología de punta para explotar la minería. Eso he entendido. Hablar.

**América Latina es víctima de la importación de tecnologías obsoletas, que si bien para nosotros son algo nuevo, Europa ya nos lleva 10, 20, 50 años de ventaja**

Es de mucha, puede favorecer, no hay este, no hay mucha, hay precios internos, ya está asegurado. Queremos vender, no hay una empresa que es más caro que nos compre, ya está asegurado, ya te puedes. No, entonces eso ya está votado y eso estamos queriendo gestionar mediante estos, casi bajo ninguna condición, lo que ellos de afuera es más que ellos quieren comprar minerales en lingotes y en lingotes aquí casi poco o nada se produce, aquí es materia bruto nomás, ellos lo que quieren es en lingotes, así en toneladas, eso quieren entonces y pero el tema de precios es internacional está definido y a poquito puede ser de alguna diferencia, para eso es un buen, un buen negociador. Inclusive nos dijo en ese los fundidores de minerales, en menos digo, menos material, un poco más caro, más material para fundir poquita y ahí gana y al que es cuanto es el litio, no le conviene al que al que tiene material.

Hay más temperatura para fundir no sé qué materiales, ni temperatura no da, ni de viento, no da condición de viento que tenemos. Eso me interesa en tema de mineral. Pero eso es lo que el Presidente ex presidente Evo no ha priorizado el tema de minería, si el tema de minería hubiera tecnificado algo, económicamente un poco más, mejor hubiéramos estado.

**¿Y hoy el Presidente Arce no consigue como invertir en el tema de la minería porque el los los proyectos no pasan las Asamblea, no?**

Eso sí, esa división que hay, no sé si estamos 5000 millones para estar en los dos dos últimos años está parado en el Parlamento. Es eso, es una pelea política. ¿Simplemente es una pelea por hacer quedar mal la gestión del Presidente Lucho, ahí está la pelea, no? Es para perjudicar, la asambleísta, los evistas, si es que hubiéramos aprobado ahorita el Presidente hubiera estado más cómodo económicamente, más estable hubiera.

**Otras personas ya me dijeron también que son por conta que en los contratos no están claro las condiciones que las empresas imponen a Bolivia, por eso llegan con la Asamblea estacan los proyectos no ¿Y crees que eso influye?**

¿Influye? Eso es el el pretexto para mí, ese es pretexto. Cuando como te he dicho que había mando único, lo que el Evo mandaba, el Evo mandaba como “es para mañana, pone este, ustedes me aprueban”, así al Parlamento y Parlamento no discutía y aprobaba eso.

**¿Y ahora?**

Ahora nos mandan así con tiempos, nos socializan y siguen diciendo, observando “esto está mal así”. Pretexto, no con tal de que de perjudicar al Presidente Lucho. Eso ha sido para donde los evistas, como se dice, ahí es su criterio, cualquier cosa nos observa, hay un año como como ahorita estamos seguro y ya tenemos previsto, no van a aprobar el presupuesto general del Estado, ya lo sabemos eso. Y no como el poa, no es la plata que están para el año que sean de 5000 o 6000 millones de plata, eso no va a aprobar. Entonces no ha de ser por decreto, es como por como por silencio administrativo, algo así, se manejando bien las instituciones. Entonces automáticamente por Constitución Política del Estado se aprueba. Entonces eso estamos esperando porque si vamos a poner al Parlamento, posiblemente en el voto no los ganan ver, en el voto vamos a perder.

**Si el próximo año gana las elecciones otro candidato que no sea del MAS, ¿cree que se acabará este tema de separación de la Asamblea? ¿Crees que es posible cambiar la**

### **constitución?**

No hay mayor probabilidad de ganar, que la izquierda. Vamos a perder porque estamos divididos. Estamos divididos y vamos a perder, a no ser que Andrónico como digamos tendría que reconciliarse. Si el Evo va a venir va a perder, Lucho igual, va a perder sin se va hablando, entonces pues el Andrónico por ahí. Y el Andrónico ahorita está, pues como ayer decía en comentarios, tal vez no hay que decir el nombre, Andrónico ya no come con ellos, aparte lleva su comida.

### **Y si gana la derecha ¿crees que será posible cambiar la constitución?**

La derecha va atacar, directo va a atacar la Constitución, inclusive la [inaudible] decía ¿NFL? nueva fuerza, cómo se va? ¿Nueva fuerza republicana? Hasta el nombre ya.

### **Lo mejor cenario seria...**

¿Unirse ¿No? Entonces eso está ahí hasta el nombre lo dicen, a ver, no?

### **¿Dónde ven este pretexto para no aprobar los proyectos que el Presidente hace con las empresas?**

Aquí es Evo pues, aquí es bien, bien sucia la política aquí. O sea que para yo ganarte a vos, entonces yo tengo que trancarte a vos hacerte quedar mal, mal es decir, él Evo les instruye a sus diputados del Cochabamba, como es de Cochabamba es el su centro de operación de su territorio, entonces a ese los tienen, entonces eso nomás no hay en la mayor parte, no tienen razón. No tienen razón, un ejemplo, un crédito ha venido y en ahí yo le he metido puñete así así, obviamente, puñete era para el crédito, era para electrificación rural, un para electrificar los campos, las comunidades tenemos derecho, ¿entonces como un diputado del campo, como su chulito en contra de ese crédito? Ese diputado viene y sus comunidades están sin energía.

Y hay otro, por ejemplo, no con simplemente es cuando no se cuestiono. Hay una diputada que se llama [de la ixiamos] de David Vargas, titular una mujer cholita, qué se me pasa de David Vargas, son titulares una chulita media simpatica con la mamá. Ella dice “tanto crédito hemos aprobado dónde está”, dice, así habla por hablar, nomás “dónde está esa plata”, dice. Y yo me acuerdo muy bien ese, yo he ido pues al norte de ixamo, a su territorio, norte de La Paz, una vez yo me acuerdo, yo he aprobado para 22 puentes, construcción, 22 puentes para el norte de La Paz y de ahí había sido diputada yo va él ella a su territorio.

Yo fui porque por allá me estoy consiguiendo otro terreno para mí, para sembrar

¿Entonces esta diputada dice eso ve? Y yo le dije, me daría vergüenza, le he dicho, a ver cómo va a decir dónde está esa plaza, si para 22 puentes hemos levantado la mano y esos 22 puentes este diputado ha pasado por encima, construidos los 20 puentes, anda ante esa gente, pregúntale cuánto tardaba, antes, cuando no había puente por agua lleno, el río estaba y en la orilla del río dormía. No pasaba. Ahora cuando hay 22 puentes llegan pues en 4 horas a lo mucho antes.

¿Por tanto, hemos aprobado créditos dónde está presente, en qué se ha gastado? Sector más 22 puertos ejecutados y ya no sabes, ellos se chanqué y eso es la grabación y yo saqué de lo que he planteado y les he mostrado en su mismo territorio.

Que no llega aquí, eso es eso, es compañera.

**ANEXOS**

## ANEXO A – CONVOCATORIA INTERNACIONAL I



ESTADO PLURINACIONAL DE  
**BOLIVIA**

MINISTERIO DE  
HIDROCARBUROS Y ENERGÍAS

# COMUNICADO

## CONVOCATORIA INTERNACIONAL

La Empresa Pública Nacional Estratégica de Yacimientos de Litio Bolivianos (YLB) comunica a la opinión pública que concluyó la verificación del cumplimiento de requisitos de las propuestas presentadas a la convocatoria internacional de “Expresiones de interés sobre el desarrollo de proyectos y tecnología para el aprovechamiento de recursos evaporíticos”, y hace conocer las empresas habilitadas para la siguiente fase:

Nº	RAZÓN SOCIAL	NOMBRE GENÉRICO	FASE II
1	HONG KONG CBC INVESTMENT LIMITED SUCURSAL BOLIVIA	CBC GROUP	HABILITADA
2	TECPETROL S.A.	Tecpetrol	HABILITADA
3	ENERGIA DE LITIO SPA	ENERGIA DE LITIO SPA - GREEN LITHIUM ENERGY	HABILITADA
4	EAU LITHIUM PTY LTD	EAU Lithium Pty Ltd	HABILITADA
5	ACTARIS BOLIVIA DE JUAN CARLOS BECHARA MUKLED UNIPERSONAL	ACTARIS BOLIVIA	HABILITADA
6	GREEN ENERGY GLOBAL USA S.R.L.	GREEN ENERGY GLOBAL	HABILITADA
7	ELECTRALITH PTY LTD	ElectraLith	HABILITADA
8	"QINGHAI CITIC GUOAN SCIENCE AND TECHNOLOGY DEVELOPMEN CO., LTD"	CITIC GUOAN GROUP	HABILITADA
9	CLONTARF ENERGY PLC	Clontarf Energy plc	HABILITADA
10	XINJIANG TAILIXIN MINING, LTD	XINJIANG TAILIXIN MINING LTD	HABILITADA
11	CHINA MACHINERY CORPORATION SUCURSAL BOLIVIA	CMEC	HABILITADA
12	CHINA MACHINERY CORPORATION SUCURSAL BOLIVIA	CMEC	HABILITADA
13	PROTECNO S.R.L.	Protecno	HABILITADA
14	XI'AN LANSHEN NUEVOS MATERIALES Y TECNOLOGIAS S.A.	LANSHEN TECHNOLOGY	HABILITADA
15	WHITE SALAR LTD	WHITE SALAR	HABILITADA
16	Li3 Energy Holding, S.L.	Li3 & Adionics	HABILITADA
17	AMERICA BAOCHENG DESARROLLO Y TECNOLOGIA DEL SALAR S.R.L.	AMERICA BAO CHENG S.R.L.	HABILITADA
18	WATERCYCLE TECHNOLOGIES LIMITED	WATERCYCLE TECHNOLOGIES	HABILITADA
19	URANIUM ONE GROUP, JOINT-STOCK COMPANY (U1 GROUP JSC)	URANIUM ONE GROUP	HABILITADA
20	SEP SALT & EVAPORATION PLANTS LTD.	PETROQUIM S.R.L.	HABILITADA
21	N2E MATERIALS CO., LTD	N2E MATERIALS	HABILITADA
22	ERAMET S.A.	ERAMET	HABILITADA
23	AXIONIT-RARE AND NOBLE METALS JOINT STOCK COMPANY	AXIONIT by Krastsvetment	HABILITADA
24	LITHIUM-FOR-EARTH INC./HYDRO LITHIUM INC./LITHIUM PLUS INC.	LITHIUM-FOR-EARTH INC. HYDRO LITHIUM INC. LITHIUM PLUS INC.	HABILITADA
25	LITHIUM ONE BOLIVIA ROSATOM	LITHIUM ONE BOLIVIA LTDA.	HABILITADA
26	AD-INFINITUM SPA.	AD-INFINITUM SPA.	HABILITADA

De acuerdo a la convocatoria internacional, lanzada el 26 de enero del presente, las propuestas fueron recibidas por YLB hasta el miércoles 6 de marzo del año en curso, realizando la apertura el jueves 7 de marzo en presencia de Notario de Fe Pública. En el plazo de 5 días hábiles posteriores, YLB verificó el cumplimiento de los requisitos según convocatoria.

En los próximos días las empresas habilitadas suscribirán acuerdos para el intercambio de información y su protección, y el compromiso de presentación de propuestas de proyectos para pasar a la Fase II de la convocatoria: “Elaboración de la propuesta del proyecto”.

La Paz, 14 de marzo de 2024



## ANEXO B – CONVOCATORIA INTERNACIONAL II



### COMUNICADO CONVOCATORIA INTERNACIONAL

La Empresa Pública Nacional Estratégica de Yacimientos de Litio Bolivianos (YLB) informa a la opinión pública que, dentro de la Fase II, de la convocatoria internacional de "Expresiones de interés sobre el desarrollo de proyectos y tecnología para el aprovechamiento de recursos evaporíticos", **21 proponentes y 22 propuestas de proyecto a nivel conceptual quedan habilitadas para la siguiente fase.** Los sobres, con las propuestas, fueron abiertos el lunes 13 de mayo, en presencia de Notario de Fe Pública.

N°	RAZÓN SOCIAL	SALAR DE INTERÉS	DATOS DE LA EMPRESA
1	HONG KONG CBC INVESTMENT LIMITED SUCURSAL BOLIVIA	Salario de Uyuni	EDL-Salmuera-Residual
2	TECPETROL S.A.	Salario de Uyuni	EDL-Salmuera de pozo
3	ENERGIA DE LITIO SPA	Salares de Uyuni, Coipasa y Pastos Grandes	EDL-Salmuera de pozo
4	EAU LITHIUM PTY LTD.	Dentro los salares designados: 1. Uyuni 2. Coipasa 3. Pastos Grandes 4. Empexa 5. Cañapa 6. Chiguana 7. Capina	EDL-Salmuera de pozo
5	ACTARIS BOLIVIA DE JUAN CARLOS BECHARA MUKLED UNIPERSONAL	Uyuni planta PCL Salario de Coipasa	EDL-Salmuera-Residual
6	"QINGHAI CITIC GUOAN SCIENCE AND TECHNOLOGY DEVELOPMEN CO., LTD"	Dentro los salares designados: 1. Uyuni 2. Coipasa 3. Pastos Grandes 4. Empexa 5. Cañapa 6. Chiguana 7. Capina	EDL-Salmuera de pozo
7	CLONTARF ENERGY PLC	Dentro los salares designados: 1. Uyuni 2. Coipasa 3. Pastos Grandes 4. Empexa 5. Cañapa 6. Chiguana 7. Capina	EDL-Salmuera de pozo
8	CHINA MACHINERY CORPORATION SUCURSAL BOLIVIA	Dentro los salares designados: 1. Uyuni 2. Coipasa 3. Pastos Grandes 4. Empexa 5. Cañapa 6. Chiguana 7. Capina	EDL-Salmuera de pozo
9	CHINA MACHINERY CORPORATION SUCURSAL BOLIVIA	Salario: Uyuni	Operación y Mantenimiento
10	PROTECNO S.R.L.	Salario: Diferentes fases de la convocatoria	Tratamiento de Aguas
11	XIFAN LANSHEN NUEVO S MATERIALES Y TECNOLOGIAS S.A.	Salares: Chiguana y Empexa, con uso de tecnología EDL	EDL-Salmuera de pozo
12	WHITE SALAR LTD	Salares: Uyuni, Coipasa, Empexa y Chiguana.	EDL-Salmuera de pozo
13	L3 Energy Holding, S.L	Dentro los salares designados: 1. Uyuni 2. Coipasa 3. Pastos Grandes 4. Empexa 5. Cañapa 6. Chiguana 7. Capina	EDL-Salmuera de pozo
14	AMERICA BAOSHENG DESARROLLO Y TECNOLOGIA DEL SALAR S.R.L.	Salario: Uyuni y Pastos Grandes	Tratamiento de Residuos Planta-KCL-PCL
15	WATERCYCLE TECHNOLOGIES LIMITED	Dentro los salares designados: 1. Uyuni 2. Coipasa 3. Pastos Grandes 4. Empexa 5. Cañapa 6. Chiguana 7. Capina	EDL-Salmuera de pozo
16	URANIUM ONE GROUP, JOINT-STOCK COMPANY (U1 GROUP JSC)	Dentro los salares designados: 1. Uyuni 2. Coipasa 3. Pastos Grandes 4. Empexa 5. Cañapa 6. Chiguana 7. Capina	EDL-Salmuera de pozo
17	SEP SALT & EVAPORATION PLANTS LTD.	Dentro los salares designados: 1. Uyuni 2. Coipasa 3. Pastos Grandes 4. Empexa 5. Cañapa 6. Chiguana 7. Capina	EDL-Salmuera de pozo
18	NCE MATERIALS CO., LTD	Salario de Uyuni	Optimización-Piscinas-Evaporación
19	ERAMET S.A.	Dentro los salares designados: 1. Uyuni 2. Coipasa 3. Pastos Grandes 4. Empexa 5. Cañapa 6. Chiguana 7. Capina	EDL-Salmuera de pozo
20	LITHIUM-FOR-EARTH INC./HYDRO LITHIUM INC./LITHIUM PLUS INC.	Dentro los salares designados: 1. Uyuni 2. Coipasa 3. Pastos Grandes 4. Empexa 5. Cañapa 6. Chiguana 7. Capina	EDL-Salmuera de pozo
21	LITHIUM ONE BOLIVIA ROSATOMI	No especifica	EDL-Salmuera de pozo
22	AD-INFINITUM SPA.	Salario de Pastos Grandes.	EDL-Salmuera de pozo

En la Fase III, los proponentes habilitados deben acreditar su capacidad financiera para ejecutar los proyectos propuestos, en los siguientes diez días hábiles, desde su notificación, presentando sus estados financieros auditados de los últimos cinco años y la calificación de riesgo emitida por entidades de reconocido prestigio internacional que tenga una calificación mínima de Nivel A3 (en la escala de la Autoridad de Supervisión del Sistema Financiero-ASFI) o su nivel equivalente en caso de tratarse de cualquier calificadora de riesgo nacional o internacional.

La documentación será verificada por YLB, bajo la metodología cumple/no cumple y se notificará los resultados a través de correo electrónico, hasta cinco días hábiles, de acuerdo a convocatoria.

La Paz, 14 de mayo de 2024.

